

ISSN N° 0103-2178

# caligrama

revista de estudios románicos

Vol. 24 • n. 2 • Maio - Ago. 2019

# **CALIGRAMA**

REVISTA DE ESTUDOS ROMÂNICOS

**V. 24 - N. 2**  
**Maio-Ago. 2019**

ISSN 0103-2178

CALIGRAMA	Belo Horizonte	v. 24	n. 2	p. 1-207	maio-ago. 2019
-----------	----------------	-------	------	----------	----------------

## COMISSÃO EDITORIAL

Aléxia Teles Duchowny  
Anna Palma  
Larissa Santos Ciríaco  
Laureny Aparecida Lourenço da Silva  
Maria Juliana Gambogi Teixeira

## CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria Chiarini (UFMG)	Maria Célia Lima-Hernandes (USP/CNPq)
Célia Marques Telles (UFBA/CNPq)	Maria del Carmen Daher (UFF/CNPq)
César Nardelli Cambraia (UFMG/CNPq)	Maria Eugênia Olímpio de Oliveira (UFBA)
Elisa Maria Amorim Vieira (UFMG)	Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)
Graciela Ravetti (UFMG/CNPq)	Maria Maura Cezario (UFF/CNPq)
Haydée Ribeiro Coelho (UFMG/CNPq)	Mariangela Rios de Oliveira (UFF/CNPq)
Ida Lucia Machado (UFMG/CNPq)	Martine Kunz (UFC)
João Bosco Cabral dos Santos (UFU)	Mirta Groppi (USP)
Leda Maria Martins (UFMG/CNPq)	Pedro Ramos Dolabela Chagas (UESB)
Leila de Aguiar Costa (UNIFESP)	Raquel Meister Ko. Freitag (UFS/CNPq)
Leonardo Francisco Soares (UFU)	Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)
Lilián Guerrero (UNAM)	Roberto Mulinacci (U. degli Studi di Bologna)
Lineide do Lago S. Mosca (USP)	Roberto Vecchi (Univ. degli Studi di Bologna)
Lúcia Castello Branco (UFMG/CNPq)	Sara Rojo (UFMG/CNPq)
Lúcia Fulgêncio (UFMG)	Saulo Neiva (Université Clermon Ferrand II)
Magnólia Brasil (UFF)	Sebastião C. Leite Gonçalves (UNESP-SJRP/CNPq)
Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida (USP/CNPq)	Sérgio Romanelli (UFSC)
Márcia Arbex (UFMG/CNPq)	Silvia Inés Cárcamo de Arcuri (UFRJ)
Márcia Paraquett (UFBA)	Vera Lúcia de C. Casa Nova (UFMG/CNPq)
Marcos Antônio Alexandre (UFMG)	Walter Carlos Costa (UFSC/CNPq)
Maria Antonieta A. de M.Cohen (UFMG/CNPq)	

**Secretaria:** Stéphanie Paes

**Projeto de capa:** Philippe Enrico

**Formatação:** Alda Lopes

**Revisão:** Marina Lilian Pacheco, Marcos Alexandre dos Santos

**Revisão de inglês:** Raquel Rossini, Isabela Lee.

Ficha catalográfica elaborada pelas bibliotecárias da FALE/UFMG

Caligrama: revista de estudos românicos, v. 1, dez. 1988 - . Belo Horizonte, MG :

Faculdade de Letras da UFMG

il. ; 22cm

Título anterior: Estudos Românicos, 1981-1985, n. 1-3.

Periodicidade semestral, a partir do v. 15, n. 1, jan/jun. 2010

Periodicidade quadrimestral, a partir do v. 23, n. 1, jan./abr. 2018

ISSN: 0103-2178

1. Línguas românicas – Estudo e ensino – Periódicos. 2. Literatura românica – História e crítica – Periódicos. I. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras.

CDD: 440.05

Faculdade de Letras da UFMG  
Av. Antônio Carlos, 6627 Pampulha  
31270-901 - Belo Horizonte - Minas Gerais / Brasil  
Sala 4003 - Fone: (31) 3409-6009  
e-mail: [periodicosfaleufmg@gmail.com](mailto:periodicosfaleufmg@gmail.com)

# SUMÁRIO

## LINGUÍSTICA

### **Aspectos lexicográficos na ordem alfabética de Jerônimo Cardoso**

*Lexicographic Features in the Alphabetical Order of Jerônimo Cardoso's Work*

Mário Eduardo Viaro ..... 7

### **Eis que e vez que como conectivos causais: indícios de gramaticalização**

*Eis que and vez que as Causal Connectives: Evidences of Grammaticalization*

Renaldo César Bueno Alves da Silva

Maria do Carmo Viegas ..... 23

### **Influências da vocalização da lateral /l/ na escrita de alunos do 3º e 4º ano do Ensino Fundamental**

*Influences of Lateral /l/ Vocalization in the Writing of 3rd and 4th Grade of Elementary School Students*

Rosemari Lorenz Martins

Bruna Melo de Lima ..... 41

### **Abordagem da variação e da mudança linguística em um curso de graduação em comunicação social – jornalismo e manutenção do preconceito linguístico na mídia**

*Approach of Variation and Linguistic Change in a Course of Graduation In Social Communication – Journalism and Maintaining Language Preconception in the Media*

Tamires Regina Zortéa

Cláudia Andrea Rost Snichelotto ..... 57

<p><b>Expressão de mim para mobilizar o sentimento do outro: considerações sobre o <i>ethos</i> discursivo em composições do letrista Nando Reis</b></p> <p><i>Self-Expression to Mobilize the Feeling of the Other: Remarks on the Discursive Ethos in Nando Reis' Songwriting</i></p> <p>Elisandra Aguirre da Cruz Schwarzbold</p> <p>Ivani Cristina Silva Fernandes . . . . .</p>	75
<p><b>Construções com tema marcado e máximas conversacionais no desenvolvimento de tópicos discursivos</b></p> <p><i>Marked Theme Constructions and Conversational Maxims in the Development of Discourse Topics</i></p> <p>Vanessa Hagemeyer Burgo</p> <p>Carmen Lucia Milito Douran</p> <p>Letícia Jovelina Storto . . . . .</p>	95
<p><b>Contribuições das abordagens semasiológica e onomasiológica para o estudo da temporalidade verbal: uma análise do passado em espanhol</b></p> <p><i>Contributions of Semasiological and Onomasiological Approaches to the Study of Verbal Temporality: an Analysis of the Past Tense in Spanish</i></p> <p>Leandro Silveira de Araujo . . . . .</p>	113
<p><b>Address and Impoliteness in Online Polylogues</b></p> <p><i>Indelicadeza e tratamento linguístico em polílogos online</i></p> <p>Rita Faria . . . . .</p>	137
<p><b>Perfil da negação pós-verbal entre jovens sulistas: dados do ALiB</b></p> <p><i>Post-Verbal Negation in Young Southern Speakers: Data from ALiB</i></p> <p>Rerisson Cavalcante de Araujo . . . . .</p>	163

**Moda e literatura no Brasil: considerações sobre o léxico do século XIX**

*Fashion and Literature in Brazil: Considerations on the 19th Century Lexicon*

Vivian Orsi

Marciele Cristina Almeida ..... 193





## Aspectos lexicográficos na ordem alfabética de Jerônimo Cardoso

### *Lexicographic Features in the Alphabetical Order of Jerônimo Cardoso's Work*

Mário Eduardo Viaro<sup>1</sup>

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo / Brasil  
maeviaro@usp.br

**Resumo:** Em dicionários do século XVI, a ordem alfabética comumente não é seguida de maneira estrita na ordenação de verbetes. Muitos outros fatores fonéticos, morfológicos e semânticos também são levados em consideração. O primeiro dicionário da língua portuguesa, de Jerônimo Cardoso, não é uma exceção a essa regra. O aspecto aparentemente caótico da ordenação, na verdade, revela decisões teóricas antes do estabelecimento da futura aplicação radical da ordem alfabética e, de modo algum, aponta para falta de conhecimento ou de habilidade do autor. Pretende-se, neste artigo, apresentar alguns critérios empregados por Cardoso e, com isso, contribuir para conhecer não apenas sua erudição, mas também alguns dos pressupostos linguísticos da sua época.

**Palavras-chave:** Jerônimo Cardoso; lexicografia; historiografia da linguística; português quinhentista; ordem alfabética.

**Abstract:** Dictionaries of the sixteenth century are generally not alphabetically ordered in a strict sense. Many other Phonetic, Morphologic and Semantic features are also taken into account. The first dictionary of the Portuguese language, by Jerônimo Cardoso, is not an exception to that rule. The apparently chaotic aspect of its ordering in fact reveals theoretical decisions before the future radical determination of the alphabetical order and there is absolutely no point in interpreting it as author's lack of knowledge or ability. This paper aims to show some of the *criteria* used by Cardoso and to contribute to the knowledge not only of his erudition, but also of some of the sixteenth century linguistic presuppositions.

**Keywords:** Jerônimo Cardoso; lexicography; historiography of linguistics; sixteenth century Portuguese language; alphabetical order.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil

## 1 Introdução: o autor e seu modelo de organização lexicográfica

Preconceitos criados em vários momentos da história ocidental nos conduzem a precipitadamente julgar uma obra antiga como algo superado. Reforçou-se esse preconceito em inúmeras épocas: durante o estabelecimento do Cristianismo, algumas vezes na Idade Média, no Renascimento, no Período das Luzes, durante a época da Inquisição, em quase todas as vertentes da filosofia oitocentista, sobretudo na de viés hegeliano, e nas *tabulae rasae* do século XX. Esse pensamento, fundamentado principalmente no desconhecimento do passado, recebe, por vezes, ares de verdade incontestável. Sempre se põe em xeque, no entanto, quando nos debruçamos, algo que maravilhamos, com a subestimada complexidade do pensamento antigo. Para recuperar um pouco do pensamento de épocas pretéritas, a Epistemologia, a Historiografia e a Etimologia talvez sejam as poucas áreas do conhecimento que admitam a necessidade da reconstrução do contexto histórico em que uma ideia se insere. E, mesmo assim, na ânsia de entender os alicerces de uma expressão e a metodologia empregada por um autor, a partir de um recorte qualquer do passado, não é pequeno o perigo de o analista cometer injustiças em seu julgamento ou de se concluírem anacronismos, que desgraçadamente muitas vezes criam novas tradições argumentativas de pouca fundamentação na realidade.

Um velho dicionário tem muito a nos ensinar sobre isso. Jerônimo Cardoso (c1508-c1569) é o ponto de partida tanto da lexicografia, quanto da lexicologia portuguesas, e uma das peças-chave para os estudos de etimologia e linguística histórica da língua portuguesa. Como outras obras da segunda metade do século XVI, o vocabulário intitulado *Hieronymi Cardosi Lamacensis dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem*, de sua autoria, publicado entre 1562 e 1563 (como informam o frontispício e a última página), apresenta singularidades dignas de estudo esmiuçado. Tal obra tem, fora as capas, contracapas e frontispício, um total de 208 páginas, que numeramos à maneira de fólhos: portanto, as páginas 1 e 2 serão referidas neste trabalho como [1r] e [1v], respeitando assim, a vontade do editor, mas não seguindo à risca a numeração que se encontra na porção superior no *recto* de cada fólio (à direita) e, às vezes, no *verso* (à esquerda), pois, a certa altura, se torna confusa, por exemplo: [16r] aparece no original como 24, para citarmos apenas este aspecto bibliológico da obra.

## 2 O alfabeto de Jerônimo Cardoso (1562-1563)

Gramáticas quinhentistas apontam para temas discutidos internacionalmente e somente a Historiografia da Linguística pode ajudar a decifrar determinadas posturas autorais. As letras que iniciam os verbetes, em Jerônimo Cardoso, quase sempre por meio do uso de capitulares, são as seguintes: A, B, C, D, E, F, G, I, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, V, X, Z (na verdade, somente os verbetes iniciados pela letra D não têm uma capitular correspondente). Essas vinte letras, contudo, não correspondem às usadas pelo latim na mesma obra, pois aparecem na tradução latina dos verbetes em português letras como Æ (e sua variante ę), H, Œ e Y. A letra K só aparece na porção inferior direita de alguns fôlios. Há tendência para se evitarem, nas palavras portuguesas, encontros como PH, TH e CH (para representar o som \*[k]),<sup>2</sup> de modo que se supõe, por isso, que Jerônimo Cardoso está mais vinculado à vertente fonética quinhentista do que à etimológica no que tange às representações das línguas modernas. Letras, segundo o modo de ver da época, não equivaleriam ao termo *grafema*, utilizado pelos estruturalistas: uma letra é um elemento de um alfabeto, norteador de uma tradição escrita, já um grafema é uma unidade abstrata que pode compor-se de várias letras. Quando nos referirmos ao que determinado autor de uma época considera ser *letra*, no sentido alfabético do termo, representá-la-emos por maiúsculas, já o grafema em questão será representado entre colchetes uncinados < >.

Nesse sentido é que entendemos considerar em Fernão de Oliveira (1536) o H e o til como letras imperfeitas (VIARO, 2009, p. 105-121), pois, no momento do seu cômputo em que se indaga quantas letras compõem a língua portuguesa, descarta os dois sinais. Embora <h> seja um grafema, não era uma letra para Oliveira. Aparentemente, essa também é a posição de Jerônimo Cardoso, que ainda se respalda em autores como Nebrija, o qual afirma acerca do H: “no es letra sino señal d’ espíritu e soplo” (NEBRIJA, 1992 [1492]<sup>1</sup>, p. 123: fôlio 7r, linhas 32-32). Para Fernão de Oliveira:

---

<sup>2</sup> Realizações fonéticas serão sempre asteriscadas neste artigo por obviamente não dispormos de registro e também por serem reconstruções de um sistema linguístico pretérito.

Temos estas letras .ç.j.rr.ss.v.y. ch.lh.nh. As quaes por todas fazẽ numero de trinta & tres: & cõ .h. sinal de aspiração trinta e quatro. E cõ tudo a estas duas. til.& h. não metemos em conto de letras perfeytas: porq̃ de feito a força dellas e muy diminuyda & tanto q̃ quasi a não sentimos sem aiütamento doutras letras: nêlhe podemos dar nome proprio que a pronúnciação dellas mostre: & assi ficão as nossas letras ã trinta & duas: & também essa letra til serue em lugar doutras alghũas letras/ em muytas abrevuações (OLIVEIRA, 2000 [1536]<sup>1</sup>, p. 93, 175, 254, no original: cap. 10, p. 14, linhas 21-28).

Como ocorre em muitas obras da época, não se distinguem letras que hoje nos são grafemas familiares: esse é o caso do par <i> e <j> e do par <u> e <v>. No caso de Jerônimo Cardoso, trata-se da mesma letra, com alografia evidente: <v> é uma figura utilizada apenas no início das palavras e <u> nas demais posições. Não ocorrem maiúsculas como os U ou J atuais: Cardoso escreve “cõuem” [2r] para nosso atual “convém”, “Vua” ou “vmanidade” para grafias atuais “uva” e “humanidade” [104r], “vniuersidade” [104v] para o vocábulo atualmente grafado “universidade”. O alógrafo <j> aparece com frequência em palavras latinas, por exemplo, nos encontros de duas letras I, tais como em: *Regij* [frontispício *recto*], *abijcio* [2v], *Abrantij* [3v], *ingenij* [9v] e raramente em palavras portuguesas, como *açujentar* [6v]. Tampouco o grafema <y> é considerado uma letra independente, apesar de aparecer com bastante frequência em ditongos como *abayxo* [2r], *afeyto* [7v], *Boy* [26r], *muyto* [10r], *Atalaya* [21r], *Balayo* [23v], representando a semivogal ou, mais raramente, uma consoante, como em *areyado* [18r], *Oye* [79v], *Miyar* [75v]. Nesse sentido, podemos concluir que <v> e <u> são apenas alógrafos da letra V enquanto <i>, <j> e <y> são três alógrafos da letra I, independentemente de a letra V representar sons como \*[u], \*[w] ou \*[v] e também independentemente de a letra I representar sons como \*[i], \*[j] ou \*[ɜ] (CAMBRAIA, 2005, p. 116).

### 3 A ordem alfabética do *Dictionarivm*

A questão sobre a necessidade da letra H remonta à Antiguidade romana, como se pode encontrar em diversos autores apresentados por Keil (1857-1923), por exemplo: Carísio K 1, 3 e Diomedes K 423, 15. Durante o Renascimento, muitos gramáticos levantaram a questão da

inutilidade do H para a grafia das línguas vernáculas. Jerônimo Cardoso não considera o <h> uma letra, devido à sua posição mais fonética do que etimológica face ao que seja um alfabeto da língua portuguesa. Isso se pressupõe do divórcio que faz entre o português e o latim em grafias de palavras portuguesas muito aparentadas às suas correspondentes latinas cuja origem seria inegável: o verbete *abitar*, por exemplo, tem como correspondência latina *habito* [3r], a palavra portuguesa *ipocrita* é traduzida como *hypocrites* [68r] e o verbete em português *vmano*, pelo latim *humanus* [104r]. As raras vezes que o <h> aparece, além dos dígrafos <ch>, <lh>, <nh>, refletem algum uso tradicional, alicerçado na prática manuscrita, onde o <h> tinha papel de facilitador de leitura: como em *hũa*, praticamente única grafia para o artigo indefinido feminino [cf. 42v] e em *huiuar*, atual “uivar” [104r].

Representaremos a ordenação de alguns verbetes por meio de barras, por exemplo, *aba/ abada/ abade/ abadessa/ abadinho* [2r]. Observa-se, com facilidade, que, não raro, a ordem de Cardoso não corresponde à atual, como em *abadessa/ abadinho/ abadia* [2r], na qual se esperaria que o último verbete antecederesse o penúltimo, uma vez que, pela ordem alfabética, o A que compõe a última letra de *abadia* vem antes do N de *abadinho*. A primeira sensação que nos dá tais frequentíssimas “rupturas da ordem” em dicionários quinhentistas como o analisado é a de que houve algum tipo de descuido do autor ou do impressor ao confeccionar a obra. Essa falsa sensação é dissipada rapidamente, quando se percebe que, por trás da aparente falta de rigor (interpretação que esconde os prejuízos ocidentais já mencionados), existem, na verdade, concepções linguísticas latentes na prática lexicográfica da época, que só a leitura atenta de toda obra nos permite revelar paulatinamente. Diremos que, em Jerônimo Cardoso, a ordem alfabética apenas tem a função auxiliar de retomada da ordem, mas não configura a ordenação em si dos verbetes. Desse modo, há necessidade de distinguir ordem (que só pode ser alfabética) de ordenação (que revela outros critérios além do alfabético). Interrompida a ordenação propositalmente, devido a algum compromisso do autor com a semântica e com a morfologia, retoma-se a ordem alfabética somente após esgotar-se a análise dos significados do verbete, que se encontram na sua tradução latina. A ordem alfabética, de origem antiquíssima, raramente foi alterada ao longo da história das letras e a razão disso é simples, pois, por milênios, associavam-se letras com numerais: essa característica de ordem prática entre fenícios e gregos

manteve-se na forma de rigidez tradicional também em línguas antigas da Península Itálica que adotaram variantes do alfabeto originalmente fenício (de raízes canaanitas), despojando os nomes semíticos das letras e sua função de algarismos (porque já dispunham de sistema de numeração tradicional, ainda mais antigo). Expediente prático para a localização de palavras em um dicionário, estranha-nos, por conseguinte, que a ordem alfabética não seja levada de forma radical em dicionários, mas essa prática somente se inicia sobretudo a partir do século XVII e se torna a única a partir do século XVIII (DIRINGER, 1948; HOOKER, 1990).

As razões da existência de ordenações lexicográficas dos verbetes diferentes da ordem alfabética atual devem-se a diversos fatores: (a) a presença de outras ordens alfabéticas diferentes das letras, sobretudo de dígrafos e de novas letras com diacríticos, (b) a interferência do conhecimento acerca da classificação das letras na formação de subconjuntos que se tornam uma outra opção além da ordem alfabética, (c) o modelo de hierarquização das classes de palavras a que se vinculam os verbetes e sua disposição tradicional em gramáticas, (d) questões relativas à própria semântica das palavras que formam os verbetes e seu significado. Somente após investigarmos esses fatores, poderemos detectar verbetes realmente fora de qualquer ordenação, as quais apontariam para questões novas, ainda carentes de investigação científica e, somente em último lugar, poderíamos aventar haver algum descuido do autor, do editor e/ou do tipógrafo.

#### **4 Ordenação distinta dos dígrafos e dos pares *muta cum liquida***

Apesar de CH, LH e NH não serem letras no alfabeto de Cardoso, o autor por vezes parece seguir o que afirma Fernão de Oliveira (1536) no seu capítulo 14, que coloca esses dígrafos no final do seu abc de 31 letras e entre suas 24 consoantes (embora não indique seu “nome”, parte integrante de uma letra, tal como supunham ser os autores da época também a “figura” e a “voz”, segundo a tradição gramatical que remonta a Prisciano ou mesmo antes). João de Barros (1539) não inclui os três mencionados dígrafos no rol das suas *leteras* (1539, fólho 4v) mas os menciona como “outra maneira de syllabas próprias da lingua portuguesa” após tratar das líquidas R e L (1539, fólho 8r), no entanto, em outra obra, diz que essas três “prolações” são próprias da língua portuguesa e que “usamos dellas em soprimento de tres leteras de que nam temos figura”. Todavia, em seguida, chama o grafema <ç> de “letra” (1540, fólho 3v).

Como resultado dessas questões, há duas soluções para as sequências da ordem para a segunda consoante numa sequência de letras do tipo CH, CL- ou CR-: ou essa segunda consoante segue a ordem alfabética (e nesse sentido, teríamos a sequência de letras A E H I L O R V) ou vem após todo o elenco das vogais (e, nesse caso, a sequência seria A E I O V L R H). A decisão por esta ou por aquela solução se entevê naquilo que chamaremos de subseções alfabéticas do vocabulário de Cardoso, indicada pelas três ou quatro primeiras letras iniciais, como “abe” [2v], “abi” [2v], “abo” [3r], “abra” [3v], “abri” [3v] (essas subseções também têm uma forma alternativa para duas letras, a saber, “t ante o” [99v], “v ante e” [102r] etc.). Em suma, nos casos acima mencionados, a ordenação entre *abotoadeira/ abraçar* segue simplesmente a ordem alfabética, na qual a terceira letra O vem antes da letra R. Importa dizer que essas subseções rotulam apenas o início da listagem: na subseção “abra” se incluem também palavras como <abre-> como *abreuiar* [3v] e em “abri” também se incluem formas como *abrolho, abrunho, abutre* [3v].

Contudo, as disparidades de correspondência entre o conceito de figura e o de voz, apontadas pelos gramáticos, afeta a mera aplicação da ordem alfabética e surge o segundo tipo de ordenação das letras: após “aca”, “aco”, “acra”, “acu”, que estão sob ordem alfabética, inicia-se a pronúncia fricativa (ou africada) do grafema <c>, às vezes representada pelo alógrafo <ç>. Essa separação dos dois tipos de C confere a um conjunto de combinações quase um *status* de letra distinta ao <ç>, apesar de não ocorrer como letra separada no alfabeto de Cardoso. O mesmo se passa com o dígrafo <ch>. Dito de outra forma, após a subseção “acu” vêm “açã”, “acẽ”, “aci”, “açõ”, “açũ” e, por fim, as subseções “acha” e “ache”, como se <ch> também devesse ser entendido como uma letra distinta de <c> e de <ç>, à maneira das discussões de diversos gramáticos coetâneos a Cardoso. (cf. *acutilarse/ açacalar* [5r], *açujentar/ acha* [6v]).

Também há aparente titubeação com relação à questão da *muta cum liquida* discutida pelos gramáticos. Se, nas subseções, Jerônimo Cardoso estipula, seguindo a ordem alfabética, que <bo-> antecede <br->, o qual, por sua vez, antecede <bu->, o mesmo não parece valer para letras que dispõem de várias realizações fonéticas como o C: <co-> antecede <cu->, mas, em seguida vêm <cl->, <cr-> e, por fim, <ç-> e <ch->. O mesmo ocorre, em parte, com outras letras, a despeito de haver ou não várias realizações fonéticas, a saber, com F: *fuzil/ fraco* [63v], com G: *gusto/ grãa* [66r], com P: *puxauante/ praça* [87r] e com T: *tutano/ trabalhar* [100r-100v].

No entanto, não ocorre o mesmo com B: *bozina/ braçada* [26v], *Bruxeles/ bruço* [27r] e D: *dous/ draguio/ drogas/ ducado* [49v-50r]. Letras como L, M, N, R, S, X e Z obviamente seguem apenas a ordem alfabética, porque não admitem uma líquida como segundo elemento da sílaba.

Em resumo, paralelamente à ordem alfabética radical, existe também uma tendência de se analisar o ataque silábico e as diferenças de pronúncia associadas à mesma letra. Essa análise resulta em três grupos: (a) consoante seguido de vogal, (b) consoante seguida de líquida, (c) formas especiais da letra, ou seja, dígrafos e sons marcados por diacríticos como a cedilha. O terceiro grupo é consequência da “falta de figura”, teorizada por João de Barros, como mencionamos, e, portanto, não aparece sempre, dadas as peculiaridades relativas às realizações fonéticas de combinações específicas de letras. Esses três blocos de ordenação, que marcaremos por meio de colchetes comuns, também são ordenados internamente de maneira alfabética: [<pa->, <pe->, <pi->, <po->, <pu->] [<pl->, <pr->] ou então [<ca->, <co->, <cu->] [<cl->, <cr->] [<ça->, <ce-> <ci->, <ço->, <çu->, <ch->]. Observemos que, se essa decisão é evidente para o início de vocábulos, norteadas pelas subseções do dicionário, não o é para o interior dos verbetes, pois, nesse caso, os dois primeiros blocos se fundem: [<aca->, <acl->, <aco->, <acr->, <acu->], [<aça->, <ace-> <aci->, <aço->, <açu->, <ach->].

Além de líquidas, as letras R e L costumavam fazer parte, nas gramáticas tradicionais, do conjunto das semivogais, juntamente com M e N. O problema grafotático do “segundo elemento da sílaba”, equivalente hoje ao segundo elemento de um ataque silábico em fonologia, parece ter contribuído para novos problemas com relação às letras ambíguas I e V e, de fato, encontram-se os seguintes blocos [<ia->, <ie->, <io->, <iu->], [<il->, <im->, <in->, <ip->, <ir->, <is->]. Com exceção de <ip-> observe-se que o segundo bloco não inclui as mudas e, de fato, encontram-se no primeiro bloco verbetes deslocados, como *idolo, idolatra, idolatrar, iguaria, igual, igualdade, igualmente, igualador, igreja* [66v-67r]. A mesma oscilação também ocorre, de forma ainda mais complexa, com a letra V: [<va->, <ve->, <vi->, <vo->, <vu->], [<vm->, <vnh->, <vn->, <vs(s)->].

Se a sequência de letras RR segue a ordem alfabética normal: *arquinha/ arrabalde* <18v> e *arruda/arte* [20r], o mesmo parece não ocorrer com SS, que não se distingue de S, a ponto de, em muitos momentos, ser considerado uma mesma letra, apesar de terem voz e figura distintas: *asa/ assacar, assaz/ ascuna* [19r], *as escuras/*

*assegurar/ assinaladamente/ azinha/ asma, asnalmente/ assoalhar* [20v], *assombramento/ aspera* [21r]. Essa postura, contudo, cria inconsistências como *aspeito/ assossegar* [21r], que é condizente com a ordem alfabética atual, mas incoerente em relação à decisão de que S = SS, uma vez que, após a sequência <asp-> de *aspeito* se esperaria a sequência <asq-> e não <ass-> e, de fato, a partir daí cada elemento do dígrafo <ss> é considerado pela ordem alfabética, como provam os verbetes *assouio/ aste* [21r]. Retoma-se a primeira regra novamente em *astrolago/ assuada* [21r]: nessa sequência, ignora-se o segundo S e segue-se a ordem alfabética, que determina que T vem antes de V. Essa inconsistência aparentemente provém de uma tentativa de representação de ambas as fricativas lamino-alveolares surda e sonora por S, tal como se encontra em várias passagens: *basoura* [24v] com \*[s̥], *bisouro* [25v] com \*[z̥]. Embora menos frequente, também existem casos no vocabulário de Cardoso que mostram titubeação entre R e RR, por exemplo, em *abarregamento/ abarcar* [2r], mas um número maior de casos precisaria ser enumerado, antes da afirmarmos algo sobre isso. Processo similar de ignorar uma das letras para manter a ordem alfabética se percebe entre G e GV+vogal, por exemplo: *gatear/ guardar* [65r], *gesmim/ guelrra* [65r], *gis/ guiar* [65v], que antecede a sequência GV+consoante: *gozo/ gula* [65v].

## 5 Influência das classes de palavra na ordenação lexicográfica

Apenas a classificação tradicional das letras e as polêmicas entre os gramáticos sobre esse ponto teórico não são suficientes para entendermos outras soluções de ordenação no *Dictionarium* de Jerônimo Cardoso. Há, com certeza, outras razões nas gramáticas usadas por dicionaristas do Renascimento para justificar ordenações distintas das acima apresentadas. A ordem alfabética é suspensa quando há vários sentidos distintos para uma mesma palavra, que podem ter – usando uma nomenclatura atual – caráter de polissemia ou de homonímia. Também é suspensa quando há algo que pode ser considerado como uma “derivação” de um verbo principal.

Por exemplo: a palavra<sup>3</sup> *abarcar* tem, segundo Jerônimo Cardoso [2r], dois sentidos que sempre enumera em sequência. Um conceito

<sup>3</sup> Para evitar o termo “palavra”, tão ambíguo na lexicologia, para efeitos de organização em banco de dados, utiliza-se o termo “metalema” durante a confecção do dicionário etimológico DELPo cf. Viaro, 2017.

como *abarcar*<sup>1</sup> é traduzido como *complector* ou *comprehendo*, já outro conceito, que chamaremos *abarcar*<sup>2</sup>, esclarecido ao consulente por meio de uma paráfrase, logo após uma marcação lexicográfica específica (no caso, “.s.”, abreviatura de *scilicet*), traduz-se como *intercipio*. Em seguida, apresenta uma forma derivada que foge da ordem alfabética, a saber *abarcamento*<sup>1</sup>, estreitamente ligada ao último conceito de “abarcar, isto é, *abarcar*<sup>2</sup>, como se depreende do seu significado *interceptus*, intimamente ligado ao significado de *abarcar*<sup>2</sup>, aliás, seu particípio. Terminadas todas as derivações (que, no caso, inclui mais uma: *abarcador*, traduzido como *interceptor* e novamente associado a *abarcar*<sup>2</sup> e sua tradução *interceptus*), parte-se para os derivados do primeiro conceito de *abarcar*<sup>1</sup>, a saber, *abarcamento*<sup>2</sup>, que se traduz como *complexus*. Tal apresentação de verbetes lembra uma hierarquização da seguinte forma: se  $A^1$  e  $A^2$  são dois conceitos homófonos (cada um com vários significados) e se  $a^1$  deriva de  $A^1$ , da mesma forma que  $a^2$  e  $a^2'$  derivam de  $A^2$ , a ordenação lexicográfica aqui suspende a ordem alfabética e pode ser apresentada, tal como no exemplo acima, da seguinte forma: [ $A^1$ / ( $A^2$ /  $a^2$ /  $a^2'$ )/  $a^1$ ], que chamaremos de célula. No texto:

Abarcar. Complector, ris, compre hendo, is.	← $A^1$
Abarcar. s. tomar tudo. Intercipio, is.	← $A^2$
Abarcamento desta maneyra. Interceptus, us.	← $a^2$
Abarcador. Interceptor, oris.	← $a^2'$
Abarcamento das mãos. Complexus, us. (CARDOSO, 1562-1563, fôl. 2r; indicações à direita nossas).	← $a^1$

Observe que a instrução “desta maneyra” refere-se à segunda acepção de *abarcar* ( $A^2$ ). Veja também que *abarcador* quebra a ordem alfabética: por pertencer ao mesmo campo semântico de  $A^2$ , aparentemente qualquer questão de ordem alfabética que envolva palavras da mesma célula é deixada em suspenso. Em suma, uma vez exposto *abarcar*<sup>1</sup>, parte-se para *abarcar*<sup>2</sup> e seus derivados e, como que fechando parênteses, volta-se para os derivados de *abarcar*<sup>1</sup>, antes de se retomar a ordem alfabética.

Toda essa informação poderia ser recuperada, numa versão modernizada, na qual apenas a ordem alfabética é usada como recurso

de ordenação lexicográfica e voltada ao linguista preocupado com a sincronia da época da seguinte forma:

Abarcador: Interceptor, oris. [2r]

Abarcamento: Interceptus, us. [2r] • \_\_ das mãos: Complexus, us. [2r]

Abarcar: Complector, ris; comprehando, is. [2r] • (= tomar tudo):  
Intercipio, is. [2r]

Como se poderia esperar, o tipo de célula [A<sup>1</sup>/ (A<sup>2</sup>/ a<sup>2</sup>/ a<sup>2</sup>)/ a<sup>1</sup>] não é o único na obra de Jerônimo Cardoso. Há outras possibilidades como [A<sup>1</sup>/ (a<sup>1</sup>/ a<sup>1</sup>'/ a<sup>1</sup>'')/ A<sup>2</sup>/ (a<sup>2</sup>)]. Trata-se do caso de “abandar” [2r]. A relação dos significados (em latim) está diretamente ligada à estrutura hierárquica da célula. A associação com o vento está presente em *abandar*<sup>1</sup> (*ventilo*), assim como nos três verbetes que derivam dele, a saber: *abano*<sup>1</sup> (*flabellum*), *abanador* (*ventilator*) e *abanadura* (*ventilatio*); por outro lado, a associação com “mosca” se encontra claramente em *abandar*<sup>2</sup> (*abigere muscas*) e *abano*<sup>2</sup> (*muscarium*). Diremos que, no caso de *abarcador* e seus derivados, apresentou-se a polissemia do verbo no infinitivo primeiramente e só depois partiu-se para os seus derivados, na ordem em que foram apresentados. Já no caso de *abandar*, apresentou-se cada acepção do verbo com um verbete no infinitivo, intercalado pelas derivações. Dentro de cada célula, suspende-se provisoriamente a aplicação radical da ordem alfabética:

Abandar. Ventulum facere, ventilo  
as.

Abano. Flabellum, i.

Abanador que abana. Ventilator,  
oris.

Abanadura. Ventilatio, onis.

Abandar moscas. Abigere muscas.

Abano de moscas. Muscarium, i. (CARDOSO, 1562-1563, fól. 2r).

Uma das possibilidades de apresentação dessa sequência de verbetes hoje, em que apenas a ordem alfabética é utilizada, seria a seguinte:

Abanador (=que abana): Ventilator, oris. [2r]

Abanadura: Ventilatio, onis. [2r]

Abanar: Ventulum facere; ventilo, as. [2r] vide abanador <que abana>

• Abanar moscas: Abigere muscas. [2r]

Abano: Flabellum, i. [2r] • Abano de moscas: Muscarium, i. [2r]

Talvez a classe de palavras a que pertence cada derivação explique a ordenação ótima que Jerônimo Cardoso procurava ao organizá-las dentro da célula. Nos casos acima, como se pode perceber, Jerônimo Cardoso apresenta *abano* antes de *abanador* e *abanadura*, contrariando novamente a ordem alfabética, mas isso não quer necessariamente dizer que haja falta de organização nessa sequência. Igualmente, *abarcamento*<sup>1</sup> vem antes de *abarcador*. Haveria alguma lógica nessa ordem ou os elementos derivados estariam livremente elencados? Em casos como [*abater*<sup>1</sup>/ (*abatido*/ *abatimento*)/ *abater*<sup>2</sup>] do fôlio 2v, mais do que a ordem alfabética que se estabelece naturalmente entre *abatido* e *abatimento*, o fato de se constituírem como derivações é sobrepujante. Observe-se isso em quebras da ordem alfabética como em [*abade*/ (*abadessa*/ *abadinho*/ *abadia*)], 2r, em que uma hierarquia semântica parece existir entre o feminino, o sufixo diminutivo e as palavras com sufixos formadores de objetos ou abstrações. A hierarquia também é flagrante em [*abençoar*/ (*abençoada*/ (*abençoador*/ (*abençoadeira*)))], 2v: infinitivos antes de participios antes de derivações nominais antes de femininos.

A hipótese de uma ordenação morfológica específica para dentro das células dos derivados parece confirmar-se de forma evidente em pelo menos um caso específico. Substantivos femininos são considerados derivados de masculinos, pela tradição gramatical. Na tradição lexicográfica, adjetivos, participios, numerais e pronomes adjetivos são preferidos como lema nas suas formas masculinas, o plural deriva do singular e todos os tempos verbais derivam do infinitivo. No caso de Cardoso, tanto o feminino quanto o diminutivo seguem o verbete considerado primitivo. Isso explicaria a razão de *abarregado* vir antes de *abarregada* [2r], quebrando assim a ordem alfabética radical em que A viria antes de O:

Abarregado .s. amancebado. Con-  
cubinarius, i.

Abarregada com solteyro. Concu-  
bina, æ.

Abarregada com casado. Pellex, cis,  
succuba, æ. (CARDOSO, 1562-1563, fól. 2r).

O caso acima ainda mostra mais um problema com a ordem alfabética, uma vez que *solteyro* vem antes de *casado*. Se não estamos diante de apenas uma listagem que desconsidera completamente a ordem alfabética em prol de uma valoração idiossincrática do autor ou mero acaso na listagem, outras suposições poderiam ser consideradas. Parece consistente, nesses casos, em que parâmetros fonéticos e morfológicos se equiparam, que a ordem alfabética dos significados (e não dos verbetes) entra como um critério norteador e, de fato, no caso acima, observe-se que é a ordem alfabética das palavras latinas *concupina* e *pellex* que determina a sequência entre *abarregada*<sup>1</sup> e *abarregada*<sup>2</sup> e não as palavras portuguesas *solteyro* e *casado*, como hoje teria sido feito.

A hipótese da sequência hierárquica de classes como norteadora encontra outro argumento no uso particular do termo “cousa” para caracterizar adjetivos. Invariavelmente, a palavra “cousa”, quando antecede o adjetivo ou a locução adjetiva, tem um papel puramente metalinguístico e, como tal, é ignorada por quaisquer expedientes lexicográficos de organização dos verbetes. Por exemplo, na sequência *abater*/ [ABC (*cousa de ABC*)]/ *abegam* [2v], o uso de “cousa” meramente suspende a ordem alfabética e informa como é a forma adjetival correspondente do verbo ao qual a célula se subordina e isso se comprova também pela relação entre a tradução *alphabetus* e seu derivado *alphabeticus*.

De fato, a análise da ordem dos verbetes não pode prescindir da sua tradução latina em um período histórico no qual só havia familiaridade com dicionários de latim: na aparente desordem da sequência *abastecer*/ *abastante* [2v] existe, por exemplo, um elo evidente na sua tradução latina, uma vez que uma das acepções de *abastecer* aponta para o verbo latino *sufficio* e a tradução de *abastante* é o particípio do mesmo verbo, isto é, *sufficiens*. Observe que é muito difícil estabelecer o limite para esse tipo de agrupamento, que também depende do bom-senso: o autor sabia da relação entre *abrir* e *aberto*, tanto em português quanto em latim, contudo, a distância fonética entre as duas palavras impediu, decerto, que fossem

agrupadas na mesma célula e, nesse caso, utilizou-se apenas o critério alfabético, como também ocorre em outras irregularidades flexionais.

As aparentes incongruências, portanto, se esclarecem à medida que os já mencionados vários pontos de apoio para a ordenação dos verbetes são levados em consideração. No caso de [*abelha/ (abelha mestra/ abelhinha/ abelhão/ abelharse/ abelhudo/ (abelhudamente))*], 2v, observa-se que o autor provavelmente não imagina o verbo como sempre hierarquicamente primitivo: a sensação de que há derivação de *abelhar* a partir de *abelha* (e não o contrário) faz com que o autor respeite não só a menção da forma gramaticalmente primitiva antes da derivada (morfologica- ou semanticamente, tal como se observa na forma específica *abelha mestra* após a forma genérica *abelha*), mas também a sequência tradicional das classes de palavras, uma vez que o advérbio de modo *abelhudamente* é o último elemento da célula. Só após isso, faz sentido ao lexicógrafo renascentista a retomada da ordem alfabética.

Em [*abastar/ ((abastada/ abastança)/ (abastadamente)/ (abasta))*], dos fólios 2r-2v, os advérbios *abastadamente* e *abasta* também ocupam a última posição na célula, após as derivações participiais, mostrando o sequenciamento tradicional das classes de palavras das gramáticas da época. Mais um exemplo encontraremos em [*cansar/ (cansada)/ cansasso/ canseira/ (cansadamente)*], 30v, em que o critério da derivação entre *cansada* e *cansadamente* foi vencido pelo critério da ordem das classes gramaticais, no qual advérbios vêm após as formas flexionadas (mesmo que a tradução de *cansada* aponte para *deffessus* e a de *cansadamente*, para *deffese*).

Nas matrizes organizacionais dos verbetes há vários pesos e várias medidas, mas não podemos afirmar, sem sermos despicientes, que só haja caos, pois isso seria o mesmo que dizer que não se aplicou qualquer critério, o que seria claramente um exagero pouco benevolente à erudição que se consolidava na época, tal como hoje em dia nos encontramos perante o acúmulo de informações após o advento da *internet*. Separar o joio do trigo não era muito diferente na época posterior à invenção da imprensa como também não o é hoje na época das redes mundiais de comunicação.

## 6 Conclusões

Não é a inépcia ou a ignorância de um autor antigo que fundamenta uma ordem que hoje prejudicamos como caótica: pelo contrário, antes é

sua erudição que justifica essa complexidade que apresentamos. Pelo exposto, vemos que não houve tentativa frustrada de aplicação de uma ordem radicalmente alfabética: pelo contrário, o autor quinhentista tenta valer-se de seus conhecimentos gramaticais na sua organização lexicográfica, muito diferentemente do que faria um autor setecentista. Não se pode descartar, obviamente, o fato de que algumas inconsistências podem ser atribuídas ao editor da obra. Assim sendo, quando se veem sequências como *bexiguas/ bixigoso/ bezerro* [25v], respeitou-se aparentemente a ordem alfabética do autor e houve uma modificação *a posteriori* do tipógrafo. Um filólogo, ao fazer uma edição crítica, certamente se pergunta se a forma *bixigoso* não deva ser reparada para *bexigoso*, com base na ordem alfabética. Por meio desse problema, pelo menos, deduz-se, mediante reconstrução do português falado nessa sincronia pretérita, a informação de que deveria haver as duas variantes *\*bexigoso ~ bixigoso*. Um caso inverso é *vitela/ vezinho/ vizinhança*, que aponta para uma oscilação *vezinho ~ \*vizinho* [103v-104r]. Em ambos os casos, aparentemente há problemas teóricos que envolvem questões de assimilação regressiva por alçamento vocálico *e > i* ou dissimilação por rebaixamento vocálico *i > e*. Um levantamento desses casos seria de extremo auxílio para o entendimento do sistema fonológico do português da segunda metade do século XVI.

Somente após considerarmos todos esses fatores e descartá-los, é possível pensar em descuido do autor ou inclusão tardia de palavra fora de qualquer sequência alfabética, morfológica ou semântica possível, por exemplo: *abalrroar/ abalisar* [2r], *abarrisco/ abarregado* [2r]. Tais “erros”, contudo, como quis mostrar o nosso trabalho, não são tão fáceis de comprovar, sem o perigo de incorrerem em anacronismo na interpretação da leitura de uma obra alicerçada em um período histórico tão distinto do atual. Mesmo nos casos em que nos deparamos com uma mera listagem, como ocorre nos mais de trinta tipos de “cantar” [29v-30r], sem qualquer ordem alfabética que a justifique, nem do lado do verbete, nem do lado do significado latino e na qual não encontramos qualquer justificativa de ordem semântica para pensarmos em hierarquizações, observamos que o intento precípua do gênero “dicionário” não se distinguia (como não se distinguirá até a época de Bluteau, na primeira metade do século XVIII) do seu intento principal, que era a erudição, desmembrando-se, na segunda metade do século XVIII e subseqüentemente, no gênero “enciclopédia”. Só isso revela muito sobre uma etapa histórica pretérita.

## Referências

BARROS, J. de. *Grammatica da lingua portuguesa com os mandamentos da santa mãe igreja*. Lisboa: Casa de Luis Rodrigues Liureiro, 1539.

BARROS, J. de. *Grammatica da lingua portuguesa*. Olissipone: apud Lodouicum Rotorigiũ, 1540.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes 2005.

CARDOSO, J. *Hieronymi Cardosi Lamacensis dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem*. Lisboa: Ex officina Ioannis Aluari Typographi Regij, 1562-1563.

DIRINGER, D. *The Alphabet: a Key to the History of Mankind*. Foreword by Sir Ellis Minns. New York: Philosophical Library, 1948.

HOOKER, J. T. (org.). *Reading the Past: Ancient Writing from Cuneiform to the Alphabet*. London: British Museum Publications, 1990.

KEIL, Heinrich. *Grammatici latini*. Leipzig: Teubner, 1857-1923. 6v.

NEBRIJA, E. A. de. *Gramática castellana*. Introducción y notas de Miguel Ángel Esparza y Ramón Sarmiento. Madrid: Fundación Antonio de Nebrija, 1992.

OLIVEIRA, F. de. *Gramática da linguagem portuguesa*. Ed. crítica, semidiplomática e anastática por A. Torres e Carlos Assunção, com estudo introdutório de Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.

VIARO, M. E. Fernão de Oliveira, precursor dos estudos fonológicos. In: ABAURRE, M. B.; PFEIFER, C.; AVELAR, J. (org.) *Fernão de Oliveira: um gramático na história*. Campinas: Pontes, 2009. p. 105-121.

VIARO, M. E. O Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (DELPO): conceitos de metalema, hemilema, hiperlema e ultralema. In: DE ROSA, G. L.; DEGLI ATTI, F.; CHULATA, K. de A.; MORLEO, F. (org.). *De volta ao futuro da língua portuguesa. Atas do V SIMELP – Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*. Lecce: Università di Salento, 2017. p. 143-156. Disponível em: <http://siba-ese.unisalento.it/index.php/dvaf/article/view/17775/15134>. Acesso em: 7 ago. 2018.

Recebido em: 16 de setembro de 2018.

Aprovado em: 22 de outubro de 2018.



***Eis que e vez que como conectivos causais:  
indícios de gramaticalização***

***Eis que and vez que as Causal Connectives:  
Evidences of Grammaticalization***

Renaldo César Bueno Alves da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil  
renaldocbasilva@bol.com.br

Maria do Carmo Viegas

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil  
mariadocarmo.viegas@gmail.com

**Resumo:** Na análise das expressões *eis que* e *vez que*, objetivamos reunir algumas evidências de *que*, empregadas como conectivos causais, elas se realizam como itens funcionais (COELHO; VITRAL, 2010), sendo provenientes de itens lexicais que atingiram aquele estatuto por meio de processos de gramaticalização (HOPPER; TRAUGOTT, 2003). Nosso procedimento metodológico consistiu em observar algumas alterações semânticas, fonéticas e principalmente morfossintáticas no percurso histórico dessas expressões. Utilizamos o *corpus* de Davies e Ferreira (2016) e o *corpus* de textos jurídico-judiciais descrito em Silva (2018), e buscamos ressaltar as peculiaridades decorrentes das alterações por elas sofridas que as distinguem como conectivos causais. Como as alterações se encaixam nos parâmetros de gramaticalização propostos por Lehmann (1982), concluímos que os aspectos analisados constituem indícios de elevado grau de gramaticalização desses itens.

**Palavras-chave:** *eis que*; *vez que*; conectivos causais; variação; gramaticalização.

**Abstract:** In the analysis of the expressions *eis que* and *vez que*, we aimed to gather some evidence that, when used as causal connectives, they are functional items (COELHO; VITRAL, 2010) which have derived from lexical items and have reached that status through processes of grammaticalization (HOPPER; TRAUGOTT, 2003). Our methodological procedure consisted in observing some semantic, phonetic and mainly morphosyntactic changes through the historical course of these expressions, using the *corpus* of Davies and Ferreira (2016) and the *corpus* of judicial texts described in Silva (2018), highlighting the peculiarities arising from the changes that they have suffered, which distinguish them as causal connectives. As the changes fit the parameters of grammaticalization proposed by Lehmann (1982), we conclude that the analyzed aspects are evidence of a strong grammaticalization of these items.

**Keywords:** *eis que*; *vez que*; causal connectives; variation; grammaticalization.

## 1 Introdução

Neste trabalho, analisam-se aspectos linguísticos relacionados a *eis que* e a *vez que* a fim de compreender o processo pelo qual passaram/passam essas formas para se constituírem variantes de conectivos causais, tais como os exemplos (1) e (2) apresentados a seguir, retirados do *corpus* de textos jurídico-judiciais descrito em Silva (2018):

- (1) A Resolução Normativa nº 337/2006, editada pelo Conselho Federal de Administração e adotada pelo MM. Juízo a quo como razão de decidir, não pode prevalecer, **eis que** criou exigência não prevista na legislação de regência da matéria. (RIO DE JANEIRO, 2017, p. 690, grifo nosso).
- (2) No tocante à indenização por danos morais, não vislumbro sua ocorrência, **vez que** não há conduta ilícita praticada pela autarquia, que agiu com base na interpretação dos diversos diplomas legais existentes. (RIO DE JANEIRO, 2017, p. 2.640, grifo nosso).

De acordo com Hopper e Traugott (2003), *gramaticalização* é o processo pelo qual itens lexicais e construções passam a desempenhar, em determinados contextos linguísticos, funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, passam a exercer novas funções gramaticais.

Segundo Coelho e Vitral (2010, p. 79), consideram-se como *lexicais* os itens “de conteúdo”, isto é, as palavras que se usam para

designar “coisas, ações e qualidade ou, numa fórmula mais cômoda, entidades do universo biopsicossocial”. São chamados de *gramaticais* os itens “funcionais”, ou seja, as palavras que “desempenham um papel estruturador na língua, estabelecendo relações entre palavras e entre orações ou referindo-se aos participantes e entidades do discurso, posicionando-se em relação a eles” (COELHO; VITRAL, 2010, p. 79).

A partir desses conceitos, hipotetiza-se que os conectivos causais *eis que* e *vez que* resultem de processos de gramaticalização. Embora não seja possível, nos limites desta pesquisa, investigar rigorosamente todas as trajetórias que ensejaram o emprego desses itens como variantes causais, pretende-se abordar alguns aspectos linguísticos relativos a esses processos.

Procurou-se sublinhar algumas evidências de que as expressões *eis que* e *vez que*, usadas como conectivos causais, se realizam como itens funcionais, e de que essas formas são advindas de itens lexicais, que alcançaram tal estatuto mediante processos de gramaticalização.

Considerando que Lehmann (1982, p. 164), ao estabelecer critérios de gramaticalização de um item, combina os aspectos “peso”, “coesão” e “variabilidade” em dois eixos linguísticos, paradigmático e sintagmático, será dedicada atenção às alterações semânticas e, sobretudo, à restrição sintática ou morfossintática, que essas formas sofreram/sofrem para se realizarem como conectivos causais. No caso específico do conectivo causal *vez que*, será destacada, ainda, a redução morfofonética.

## 2 Eis que

Nesta seção, pretende-se demonstrar, inicialmente, que sobre a palavra *eis* recaem controvérsias quanto à sua classificação gramatical (“advérbio” *versus* “palavra de classificação à parte”) e quanto à sua origem (de *haveis* ou de *ecce*). Apesar dessas indefinições, ao final da seção mencionam-se elementos que acenam à possibilidade de que a variante dos conectivos causais *eis que* seja resultado de processo de gramaticalização.

Cunha e Cintra (1985, p. 540) mencionam que a palavra *eis* denota “designação” e se classifica como “certas palavras, por vezes enquadradas impropriamente entre os advérbios, [que] passaram a ter, com a Nomenclatura Gramatical Brasileira, classificação à parte, mas

sem nome especial”.<sup>1</sup> Esses autores assim justificam a exclusão dessas palavras da classe dos advérbios:

Como vemos, tais palavras não devem ser incluídas entre os advérbios. Não modificam o verbo, nem o adjetivo, nem outro advérbio. São por vezes de classificação extremamente difícil. Por isso, na análise, convém dizer apenas: “palavra ou locução denotadora de exclusão, de realce, de retificação”, etc. (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 541).

Diferentemente do que consta em Cunha e Cintra (1985), três dicionários (FERREIRA, 2010; HOUAISS, 2009; WEISZFLOG, 1998) informam que a palavra *eis* é **advérbio** e tem as acepções relacionadas no Quadro 1, a seguir:

QUADRO 1 – Acepções da palavra *eis* em dicionários de português contemporâneo

Dicionário	Significado	Abonação ou exemplo
Ferreira	Aqui está	“Depois abre uma porta: <i>eis</i> a cama do filho.” (Ribeiro Couto, <i>Poesias Reunidas</i> , p. 32) <sup>2</sup>
Houaiss	Aqui está Veja	<i>Quanto às últimas novas, ei-las aqui minuciadas. Tantos anos depois, eis-nos envelhecidos e enfraquecidos.</i>
Michaelis	Aqui está Aqui tendes Vede	<i>Eis o homem. Eis-me aqui.</i>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Ferreira (2010), de Houaiss (2009) e de Weiszflog (1998).

<sup>1</sup> Além de *eis*, que denota “designação”, Cunha e Cintra (1985, p. 540-541, grifos dos autores) mencionam que “as palavras de classificação à parte” podem denotar inclusão (*até, inclusive, mesmo, também, etc.*), exclusão (*apenas, salvo, senão, só, somente, etc.*), realce (*cá, lá, é que, só, etc.*), retificação (*aliás, ou antes, isto é, ou melhor, etc.*), situação (*afinal, agora, então, mas, etc.*). Apresentam, contudo, a seguinte ressalva: “A Nomenclatura Gramatical Brasileira admite a existência dos ADVÉRBIOS DE EXCLUSÃO e DE INCLUSÃO e considera ADVÉRBIOS DE ORAÇÃO o que denominamos PALAVRAS DENOTATIVAS DE SITUAÇÃO”.

<sup>2</sup> Em Ferreira (2010), as informações relativas à abonação consistem tão somente de autor, de título e de número de página.

Weiszflog (1998, p. 767, grifos do autor) informa que *eis* tem “força de verbo vindo a pessoa ou coisa designada como se fosse objeto direto”. Informa, ainda, que *eis* “aparece frequentemente reforçado” como em “*eis aqui, eis aí, eis ali, eis que, eis senão que, eis senão quando*”. Essas informações não constam dos outros dois dicionários, exceto a informação referente a *eis senão quando*, que significa, “quando menos se esperava; subitamente, repentinamente” (FERREIRA, 2010), ou seja, “de modo súbito; inesperadamente” (HOUAISS, 2009).

Entre os três dicionários mencionados, observa-se diferença com relação à etimologia da palavra *eis*: em Ferreira (2010) e em Houaiss (2009), consta “origem incerta” e “origem controversa”, respectivamente; em Weiszflog (1998), há menção da forma latina *ecce*.

Em consulta ao *Dicionário latino-português*, encontra-se *ecce* assim traduzido e caracterizado:

[...] **ecce**, (partícula demonstrativa), adv. Eis, eis aí, eis aqui, eis que (Cíc. At. 13, 16, 1). Obs.: Na língua da conversação, no período arcaico, aparece frequentemente ligado aos demonstrativos: **eccillum**, **eccilla**, **eccistam**, etc. Em Cícero vem sempre acompanhado de nom. (FARIA, 2003, p. 335, grifos do autor).

Por meio de dicionários especializados em etimologia, também não é possível estabelecer com precisão a origem da palavra *eis*. Comparem-se, a propósito, os verbetes extraídos de Cunha (2007) e de Bueno (1974):

**eis** adv. ‘aqui está’ | *ex* XIV | De origem incerta, talvez forma evolutiva do lat. *ex*. (CUNHA, 2007, p. 286, grifos do autor).

**Eis** – adv. Aqui está. É forma verbal *eis*, abreviação de *haveis*, usada adverbialmente. (BUENO, 1974, p. 1.064, grifos do autor).

Além de as informações dos dois etimologistas não coincidirem, é digno de nota o fato de que *ex* em latim tem vários significados, e Cunha (2007) não menciona com qual(is) dele(s) *eis* estaria relacionado. Confirmam-se, a seguir, os diversos sentidos de *ex* na língua latina:

**Ex, ē, ec**, prep. e preverbo. I – Indica ponto de partida (sent. local): 1) Do interior de, de (com idéia de movimento de dentro para fora). Com verbos que significam sair, expulsar, tirar,

como: **exire** (sair de), **deducere** (levar, retirar), **aufferre** (retirar), **tollere**, etc. (Cés. B. Gal. 4, 30, 3). 2) De, procedente de (idéia de origem) (Cés. B. Gal. 5, 13, 1). 3) Da parte de, de entre, do número de, entre (idéia partitiva) (Cíc. De Or. 2, 357). II – Daí: 4) De, desde, a partir de (sent. temporal) (Cíc. Rep. 1, 25). 5) Em seguida a, logo depois de (Cíc. Br. 318). 6) Em virtude de, por causa de, por (sent. causal) (Cíc. Of. 3, 99). 7) Conforme, segundo (Cíc. Clu. 177). 8) De, feito de (indicando a matéria de que uma coisa é feita) (Cíc. Verr. 2, 50). 9) Em locuções: **ex lege** (Cíc. Clu. 103) “conforme a lei, legalmente”; **ex consuetudine** (Cíc. Clu. 38) “segundo o costume”; **ex itinere** (Cíc. Fam. 3, 9, 1) “pelo caminho, no caminho”; **ex eo** (TÁC An. 12, 7) “a partir deste momento”; **ex insidiis** (Cíc. Of. 2, 26) “à traição”. Obs.: I – Como prevérbio **ex**: 1) É constante antes de vogal e de consoantes: **examinare**, **extollere**. 2) Toma a forma **ec** antes de **f**: **ecferre** (= **efferre**, com assimilação do **c** do prevérbio). 3) Toma a forma **e** antes de **b, d, g, l, m, n, r, “i”** consoante e “**u**” consoante: **egredi**, **eligere**, **emittere**. 4) Subsiste antes de **s, c, qu**: **exsequi**, **excudere**, **exquirere**. 5) e ou **ex** antes de **p**: **expers**. II – Na composição **ex** designa: 1) Idéia de saída (**exire** sair de), algumas vezes com idéia accessória de baixo para cima: **extollere**, elevar, levantar. 2) Idéia de ausência, privação: **expers**, que não tem parte em, faltar de. 3) Idéia de acabamento: **ebibere**, beber até o fim, esvaziar. Neste emprêgo a força do prevérbio é, muitas vezes, enfraquecida e o composto tem o mesmo sentido que o simples: **vincio** e **evincio**, cingir, ligar, atar. 4) Serve para reforçar formas adverbiais: **exadversus** (adv.), “defronte de, em frente a”. Como preposição, o emprêgo de **ex** obedece às mesmas regras enumeradas para o emprêgo de **ex** prevérbio, sendo porém, de se notar que são estas menos estritas, sendo a forma **ex** a preferida na língua falada e **e** de uso corrente na língua escrita. (FARIA, 2003, p. 363-364, grifos do autor).

A dúvida quanto à origem de *eis* persiste quando se buscam informações em gramáticos e em estudiosos da língua portuguesa. Cegalla (2007, p. 144, grifos do autor) afirma que essa palavra tem origem incerta e que “talvez provenha de *heis* (por *haveis*) ou do lat. *ecce*”. Nunes (1975) acredita na primeira possibilidade, enquanto Ribeiro (1950) e Sacconi (1984) defendem que a palavra provenha do latim *ecce*.

Nunes (1975) assim se refere a *eis*:

O advérbio latino *ecce*, que tem sido dado para étimo deste [*eis*] (V. Morais s. v.), se convém pelo sentido, é repellido pela fonética; também não pode ser explicado pelo espanhol *he*, de igual significação, cuja forma mais antiga foi *fe*, ao passo que o nosso sempre assim se escreveu ou *ex* [...]; deve, segundo penso, ser a 2ª pessoa do plural do indicativo presente do verbo *haver* (antes *aver*) na sua forma encurtada; o emprego dessa pessoa, em vez do imperativo, como era de esperar, não é sem exemplo: cf. na antiga língua *treides* na *Rev. Lus.* vol. III, 189, e na moderna *Os Lusíadas*, VII, estâncias 4 e 5. (*Vede-los alemães, vede-lo duro inglês*), e o autor da *Eufrosina* (*vedes ahi carta de Crisandor, 233; veis ahi um vintém pera pão, 47*). Com sentido igual a *eis* possuía a língua antiga e ainda mantém a popular de hoje a forma *aque*, que Carolina Michaëlis de Vasconcelos [...] faz vir de *ecce*, influido por ataque. (NUNES, 1975, p. 346-347, grifos do autor).

Sacconi (1984) apresenta entendimento diferente do que consta do verbete acima. Ele explica a proveniência de *eis* conforme se segue:

O elemento *eis*, que muitos consideram palavra denotativa de designação ou redução de *haveis*, provém, na realidade de *ecce*, elemento que já no próprio latim vinha às vezes seguido de acusativo: *Ecce me nulum* = Eis-me acabado. Normalmente, contudo, aparecia com nominativo: *Ecce homo* = Eis o homem. Em português, como invariavelmente aparece com objeto direto, julgamos melhor doutrina considerá-lo um elemento de força verbal transitiva direta. Assim, para efeito de análise, temos em *Eis a oportunidade que aguardávamos*, um período composto, sendo a *oportunidade* um objeto direto. Neste outro período, agora simples: *Ei-lo alegre e satisfeito*, vemos um objeto direto (*lo*) e dois predicativos do objeto (*alegre e satisfeito*). (SACCONI, 1984, p. 294-295, grifos do autor).

De acordo com Ribeiro (1950, p. 476, grifos do autor), “o vocabulo *eis* do latim *ecce*, classificado geralmente pelos gramaticos entre os *adverbios*, não se deve considerar incluído nessa categoria senão como uma proposição incompleta, *implicita* ou *contracta*”. Assim, segundo esse autor, as expressões *eis-me*, *eil-o*, *eil-os*, *eil-as* significam *vós me vedes*, *me tendes*, *me haveis* ou *heis aqui*; *vós o vedes*, *o tendes*, *o haveis* ou *heis aqui*; *vós os vedes*, *os tendes*, *os haveis* ou *heis aqui*; *vós as vedes*, *as tendes*, *as haveis* ou *heis aqui*; etc.

Almeida (1952, p. 267, grifos do autor) menciona que *eis* “tem força de verbo e rege acusativo”. Afirmar que, em “Eis o homem”, tem-se o homem como objeto direto, e acrescenta que é por essa razão que “se diz *ei-lo*, *eis-nos*, com pronome oblíquo”.

Nascimento (1992) parece ter atentado para algo além da etimologia de *eis*. Ele apresenta de forma sinóptica um possível percurso que teria levado a palavra *eis* a ser usada na locução *eis que* como variante de conectivo causal. Abaixo, reproduz-se o entendimento desse autor:

O EIS é tradução de ECCE, advérbio latino que se verte para o vernáculo nas expressões “eis aqui, eis que (adv.), de improviso, de repente” e só este uso é Português de lei. É castiço o uso de EIS QUE como advérbio, como, v. g., “Íamos partir, mas EIS QUE vem a chuva”. Já em latim era usado ECCE junto a conjunções. Ex.: ECCE AUTEM ou SEC ECCE que se verte por “eis porém”, “mas eis”, “mas eis que”, “quando de repente”. Ora, basta-nos verificar nesta última frase exemplificativa que a expressão EIS QUE é advérbio e jamais poderia ser conjunção causal depois da adversativa “mas”. **Certamente, foi o uso de EIS QUE como advérbio e a presença do QUE formador de tantas conjunções que conduziu ao engano de empregá-lo como causal.** (NASCIMENTO, 1992, p. 131-132, grifos nossos e do autor).

Vale lembrar que autores como Bueno (1974) e Nunes (1975) não comungam a lição de Nascimento (1992) de que *ecce* é étimo latino de *eis*. Além disso, Cunha e Cintra (1985), seguindo a Nomenclatura Gramatical Brasileira, classificam *eis* como palavra denotadora de designação, não como advérbio.

Quando se trata de linguagem, geralmente todo “engano” corresponde a fenômeno que pode ser examinado e muitas vezes explicado. Assim, ao relacionar o emprego de *eis que* em sentido causal com o item *eis* e com o “advérbio” *eis que*, Nascimento (1992) suscita um possível objeto de pesquisa: o processo de gramaticalização que resultou no uso de *eis que* como conectivo causal.

Observa-se que, em consonância com Cunha (2007), as primeiras ocorrências de *eis* no *Corpus do Português* (DAVIES; FERREIRA, 2016, grifos nossos) datam do século XIV, quando esse item era representado graficamente pela variante *ex*, conforme exemplos que se seguem:

- (3) Homëes boos, bem creio que avedes ouvydo as condições que som postas antre el rey de França e mÿ e em como avyamos de aver batalha em este campo oje ã este dya. E, por que vos outros desto sejades certos, **ex** as cartas da postura que he antre nos. (Título: Crónica Geral de Espanha de 1344. Data: século XIV).
- (4) Mercee, conde senhor, doeevos do nosso mal! **Ex** aquy hûu filho que nos Deus deu! Mercee, conde senhor, doeevos do nosso mal! Ex aquy hûu filho que nos Deus deu! (Título: Crónica Geral de Espanha de 1344. Data: século XIV).
- (5) E veo hy a elle con seis centos cavaleiros e disse: – **Ex** nos aquy en vossa prison. Mandaaeme prender. (Título: Crónica Geral de Espanha de 1344. Data: século XIV).
- (6) E fio em Deus que, aquellas suas trôbas e atambores, ante vós os faça tanger. O Cide, estando ã esto fallando, **ex que** os mouros entravã ãnas ortas muy ryjamête. (Título: Crónica Geral de Espanha de 1344. Data: século XIV).

No século XV, paralelamente à forma gráfica *ex*, passa-se a usar a variante gráfica *eis*, conforme ocorrências que se seguem, também extraídas do *Corpus do Português* (DAVIES; FERREIRA, 2016):

- (7) E naquelle tepo entrãdo Jhesu andaua por jerico. & **eis** huû homem chamado zacheo que era principal dos pubricos pecadores. (Título: Evangelhos e epistolas con suas exposições en romãce. Autor: Gonçalo Garcia de Santa Maria. Data: 1497).
- (8) O boõ criado pois que no pouco foste leal: eu te farey assistente de dez çidades. Ueeo outro dizendo senhor teu marco ganhou çinco marcos. E disse a este. E tu seeras sobre çinquo çidades E outro veo dizendo. Senhor **eis** aquy teu marco que tẽnho guardado ã huum panno [...]. (Título: Evangelhos e epistolas con suas exposições en romãce. Autor: Gonçalo Garcia de Santa Maria. Data: 1497).
- (9) E tardando o esposo todas vijndolhes grande sonno adormeçerõse. E aameea noyte sentiram vozes **eis que** o esposo veẽ saij o a receber emtõ alleuantarõ se todas & corregerom suas lâpadas. (Título: Evangelhos e epistolas con suas exposições en romãce. Autor: Gonçalo Garcia de Santa Maria. Data: 1497).

Nota-se que nas mais antigas ocorrências registradas no *Corpus do Português* (DAVIES; FERREIRA, 2016), tanto a forma *ex* quanto a variante gráfica *eis*, que datam dos séculos XIV e XV, parecem ser usadas para designação, seguindo o padrão *eis + sintagma nominal*, com a possibilidade de interposição de palavra entre o primeiro elemento e o sintagma nominal, como nos exemplos (4) e (8), em que o advérbio *aquy* parece reforçar o sentido de *ex* e de *eis*.

Observa-se, também, nos exemplos (6) e (9), nos séculos XIV e XV, respectivamente, o uso de *ex que* ou de *eis que* como expressões que parecem ter sentido adverbial correspondente a *subitamente*, *inesperadamente*.

Nos registros relativos aos séculos XIV e XV, não foi encontrada a locução *eis que* empregada como conectivo causal. As ocorrências se referem a *ex* ou *eis* usada em sentido designativo, bem como a *ex que* ou *eis que* empregada em sentido adverbial.

Nos arquivos do século XX, observam-se ocorrências de *eis que* como variante de conectivo causal no *Corpus do Português* (DAVIES; FERREIRA, 2016, grifos nossos), como em (10) e em (11):

- (10) Concluiu requerendo que fosse utilizado o juízo de retratação ou, caso contrário, a reforma da decisão pelo Plenário da Casa. Mantive a decisão agravada. [...] Conhece-se do agravo, **eis que** interposto na melhor forma regimental. (Título: ACÓRDÃO nº 23.048. Data: século XX).
- (11) Tenho motivos altruísticos para recusar a doar meus órgãos irresponsavelmente. Segundo maledicentes, meu fígado deveria ser legado a ciência, com que até não tenho moral para discordar com muita veemência, mas, quanto ao resto, faço objeções, **eis que** o estado geral de meus órgãos não me parece capaz de passar por um controle de qualidade medianamente rigoroso. Não quero matar ninguém, muito menos depois de morto. (Título: Há um rouborgao em nosso futuro. Data: 23 fev. 1997).

Observa-se que, nesses exemplos, assim como em todas as ocorrências do *Corpus do Português* (DAVIES; FERREIRA, 2016) e dos *corpora* de Silva (2018) nas quais *eis que* é empregada como variante de conectivo causal, ela tem posição definida no período (após a oração principal), e não há interposição de palavras entre os componentes *eis* e

*que*. Além disso, não foi encontrada, no *Corpus do Português* (DAVIES; FERREIRA, 2016) nem nos conjuntos de textos examinados em Silva (2018), ocorrência de *eis que* como conectivo causal em que ela seja empregada junto com outro conectivo.

A expressão *eis que*, usada em sentido adverbial, foi observada, no *Corpus do Português* (DAVIES; FERREIRA, 2016, grifo nosso), não somente no meio de período, mas também no início de período:

- (12) Ainda combatida pelo sofrimento, a voz frágil, gritou: – Matu! Matu! **Eis que** as águas se fenderam, e algo cortou a superfície do lago. (Título: Os Rios Inumeráveis. Autor: Alvaro Cardoso Gomes. Data: 1997).

Além disso, foram observadas, no *Corpus do Português* (DAVIES; FERREIRA, 2016, grifo nosso), ocorrências em que o conectivo se junta com conjunções como *e* e *mas*:

- (13) Fez gravemente a pergunta: – Bom? Cristina tomou mais uma colherada, como a certificar-se de seu gosto: – Bom! Muito bom! Aimbé riu desfogado. **Mas eis que** lá dentro, do longo corredor escuro que conduz à cozinha aberta, rebentam gritos, gritos humanos em algazarra, nasalados, em torrentes de palavras que não se entendem. (Título: O Galo de Ouro. Autor: Rachel de Queiroz. Data: 1985).

Finalmente, ainda no *Corpus do Português* (DAVIES; FERREIRA, 2016, grifo nosso), encontraram-se ocorrências em que há inserção de palavra entre *eis* e *que*, como no exemplo:

- (14) Sempre fora um moço pacato, sem impulsos fortes, habituado a obedecer à mãe, aos costumes, da casa e aos deveres da repartição onde trabalhava, muito escravo da rotina e finalmente feliz nesse calmo torpor da sua vida. **Eis contudo que** essa moreninha pálida, um pouco zombeteira, o fora pouco a pouco interessando e em suma empolgando [...]. (Título: A Luta. Autor: Emília Moncorvo Bandeira de Melo. Data: 1911).

A distinção entre as primeiras ocorrências da expressão *eis que*, nos séculos XIV e XV, e as ocorrências do item *eis que* empregado como variante de conectivo causal no século XX, está sintetizada no Quadro 2:

QUADRO 2 – *Eis que* nos séculos XIV e XV versus *eis que* no século XX

Fator		<i>eis que</i> <sup>3</sup> Séculos XIV e XV	<i>eis que</i> Século XX
Semântico		<i>subitamente,</i> <i>inesperadamente</i> (advérbio)	sentido causal (conectivo)
Posição no período		variável	fixa (após oração principal)
Sintático	Interposição de termos	com ou sem interposição de termos entre <i>eis</i> e <i>que</i>	sem interposição de termos entre <i>eis</i> e <i>que</i>
	Coocorrência com conjunção (ex: <i>mas</i> , <i>e</i> )	com ou sem coocorrência	sem coocorrência

As limitações sintáticas que caracterizam *eis que* como variante de conectivo causal no século XX provavelmente estão relacionadas ao fato de ser esse conectivo um item mais *gramatical* ou *funcional*, no sentido que Coelho e Vitral (2010) atribuíram a esses termos, do que sua versão anterior. Assim, encontramos indícios do processo de gramaticalização desse termo: *eis que* como conectivo causal tem restrições – posiciona-se depois da oração principal; não aceita intercalação de outros itens entre os componentes *eis* e *que*; não ocorre junto com outro conectivo.

### 3 Vez que

Arruda (1996, p. 109), afirma que a expressão *vez que* não se encontra registrada em nenhum dicionário ou gramática, e recomenda: “Há que ser ‘uma vez que’.”

Almeida (2003), por seu turno, assevera não ter encontrado justificativa para o emprego de *vez que* em substituição a *uma vez que*. As palavras do autor, transcritas a seguir, podem servir de pista para a investigação do processo de gramaticalização por meio do qual o item *vez que* passou a ser usado como variante de locução conjuntiva causal:

<sup>3</sup> Também ocorre no século XX.

Não nos foi dado até hoje encontrar justificação para “vez que” em lugar de “uma vez que”. Domingos Vieira, o mais rico dicionário de exemplos de emprego de vocábulos, não traz a expressão causal. Laudelino Freire e Caldas Aulete, dicionários insuperáveis, trazem somente a locução conjuntiva causal “uma vez que”, equivalente a “já que”, “pois que”, “visto que”, “porquanto”: “Podiam sem susto apresentar-se, *uma vez que* confiassem no seu mérito” – “*Uma vez que* o assunto foi examinado...”. (ALMEIDA, 2003, p. 597, grifos do autor).

Depreende-se das citações de Arruda (1996) e de Almeida (2003) que a forma *vez que*, usada em sentido causal, tem sido empregada, ainda que indevidamente, como variante da locução conjuntiva causal *uma vez que*.

Mediante consulta ao *Corpus do Português* (DAVIES; FERREIRA, 2016, grifos nossos), percebe-se que, no século XIII, quando se registram as primeiras ocorrências da palavra *vez*, ela era usada quase exclusivamente como substantivo, ou seja, como item lexical<sup>4</sup> (COELHO; VITRAL, 2010), como atestam os seguintes exemplos:

- (16) Tant’ andou daquela **vez** que un cavaleiro fez dela namorar. (Título: Cantigas de Santa Maria 1. Data: século XIII).
- (17) Non conven aa omagen 1 da Madre do grorfoso... Aquesto todos lo viron. Ond’ avêo hũa **vez** que a Virgen gloriosa sobr’ esto miragre fez tan grande, que a omagen do demo tal come pez fez tornar en hũa ora 1 mui feo e mui lixoso. (Título: Cantigas de Santa Maria 2. Data: século XIII).

Assim, hipotetiza-se que o substantivo *vez*, item lexical, tenha passado a item funcional, *uma vez que*. Além disso, parece plausível a hipótese de que *vez que*, como locução conjuntiva causal, seja forma reduzida de *uma vez que*, pois é tratada como variante desta última por Arruda (1996) e por Almeida (2003).

Ao discutir o estatuto teórico da gramaticalização, Gonçalves *et al.* (2007) mencionam que, sob a perspectiva da unidirecionalidade, os mecanismos que atuam na gramaticalização acarretam mudanças em

<sup>4</sup> Em somente uma das 161 ocorrências de *vez*, no século XIII, esse item aparece formando *em vez de*.

diversos níveis de análise: fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático.

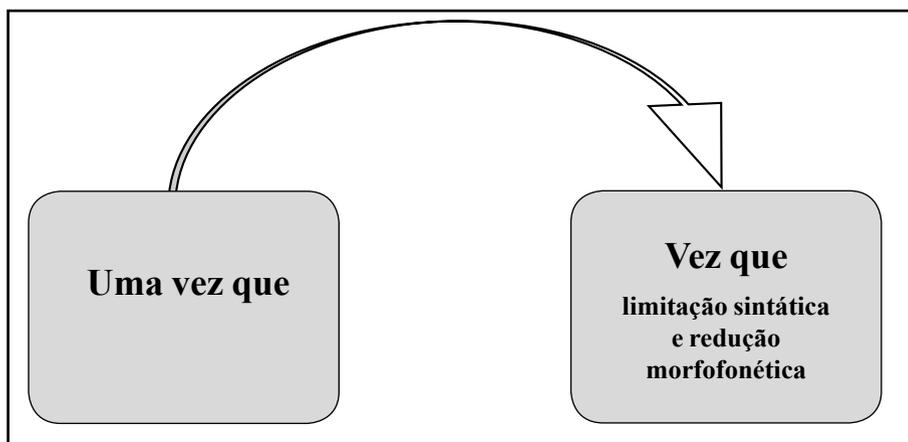
Assim, admitida a hipótese de que a variante *vez que* se originou de *uma vez que*, é possível reconhecer que nesse processo a expressão já gramaticalizada *uma vez que* tenha perdido o elemento composicional *uma* e tenha passado à forma *vez que*, ocorrendo, portanto, redução morfológica e fonológica.

Além disso, de acordo com Neves (2011), a locução conjuntiva *uma vez que* forma orações que tanto precedem a oração principal quanto a seguem. Então, no nível sintático, essa locução conjuntiva parece sofrer menos restrição do que a variante *vez que*, a qual não é usada em posição anterior à oração principal, a julgar pelas suas ocorrências nos *corpora* desta pesquisa.

Observem-se os exemplos abaixo, nos quais *uma vez que* tanto ocorre antes da oração principal, quanto após a oração principal, enquanto *vez que* ocorre somente depois da oração principal:

- (18) Por fim, **uma vez que** o valor apurado pela Embargante é superior aquele (*sic*) tido como correto apurado pela Contadoria, cumpre-me reconhecer como devido, sob pena de proferir sentença ultra petita, o valor de R\$ 240.110,96, nos estritos termos da planilha apresentada pelo CNPQ às fls. 6/7. (RIO DE JANEIRO, 2017, p. 140, grifo nosso).
- (19) **Uma vez que** as crianças passam um terço de seu dia na escola, faz-se necessário que esse tempo seja aproveitado da melhor maneira possível [...] (REVISTA DE ENSINO DE BIOLOGIA DA SBEnBio, 2017, p. 70, grifo nosso).
- (20) Não ocorreu a omissão suscitada capaz de ensejar a anulação do julgado por violação do art. 535 do CPC **uma vez que** somente quando da oposição dos embargos de declaração o INSS pleiteou a manifestação da Corte de origem sobre o eventual excesso do valor da verba honorária fixada no juízo de primeiro grau. (RIO DE JANEIRO, 2017, p. 490, grifo nosso).
- (21) O segundo requisito também se encontra comprovado, **vez que** o falecido era titular de aposentadoria por tempo de contribuição, conforme se verifica do INFBEN de fl. 88. (RIO DE JANEIRO, 2017, p. 1.250, grifo nosso).

Com base nas diferenças entre *uma vez que* e *vez que*, nos níveis morfológico, fonológico e sintático, conforme apontado acima, pode-se conceber que esta última variante de conectivo causal corresponda a uma etapa de gramaticalização mais avançada que a da variante *uma vez que*, da qual provavelmente se originou. A Figura 1, que se segue, apresenta, esquematicamente, os principais elementos relacionados a esse processo de gramaticalização:

FIGURA 1 – Gramaticalização de *vez que*

Fonte: Elaborada pelos autores.

#### 4 Considerações Finais

Ao adquirir o estatuto de gramatical, um item antes empregado como lexical demonstra alterações decorrentes dos mecanismos que atuam no processo de gramaticalização. Essas alterações costumam alcançar os níveis fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático, também podendo ser notadas quando itens gramaticais se tornam ainda mais gramaticalizados. Por meio do presente estudo, observaram-se alterações semânticas, morfológicas e, de modo especial, restrições sintáticas que *eis que* e *vez que* passaram a apresentar na condição de itens (mais) gramaticais.

No caso de *eis que*, demonstrou-se que, como conectivo causal, esse item tem posição definida no período (após a oração principal) e

não ocorre com outro conectivo (por exemplo, *mas e e*). Além disso, não há interposição de termos entre *eis e que*.

Sobre *vez que*, destacou-se a restrição sintática, ou seja, o fato de ocorrer em posição fixa no período (após a oração principal). Além disso, observou-se que o item *vez que* apresenta redução morfofonética relativamente a *uma vez que*, conectivo causal de que aquele provavelmente se originou.

Essas características, por se encaixarem na correlação de parâmetros propostos por Lehmann (1982), representam indícios de que *eis que* e *vez que*, usadas como conectivo causais, são construções altamente gramaticalizadas.

## Referências

- ALMEIDA, N. M. *Dicionário de questões vernáculas*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003. 618 p.
- ALMEIDA, N. M. *Gramática metódica da língua portuguesa: curso único e completo*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1952. 497 p.
- ARRUDA, G. A. *A linguagem do juiz*. São Paulo: Saraiva, 1996. 193 p.
- BUENO, F. S. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa: vocábulos, expressões da língua geral e científica, sinônimos, contribuições do tupi-guarani*. Santos: Editora Brasília, v. 1, 1974.
- CEGALLA, D. P. *Dicionário de dificuldades de língua portuguesa*. Porto Alegre: L&PM; Rio de Janeiro: Lexikon, 2007. 460 p.
- COELHO, S. M.; VITRAL, L. T. O estatuto gramatical dos verbos relacionais. In: COELHO, S. M.; VITRAL, L. T. (org.). *Estudos de processos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações*. Campinas: Mercado de Letras, 2010. cap. 3, p. 75-104.
- CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007. 839 p.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 724 p.
- DAVIES, M.; FERREIRA, M. J. *Corpus do Português: 45 million words, 1300s-1900s*. [S. l.], [20--]. Disponível em: <http://www.corpusdportugues.org>. Acesso em: 25 nov. 2016.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região (DEJF/2ª Região)*. Rio de Janeiro: Tribunal Regional Federal da 2ª Região, 30 nov. 2016. (Caderno Judicial do TRF). Disponível em: <http://dje.trf2.jus.br/DJE/Paginas/Externas/inicial.aspx>. Acesso em: 02 jan. 2017.

FARIA, E. *Dicionário latino-português*. Rio de Janeiro: Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2003. v. 17, 1081 p.

FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 1 CD-ROM.

GONÇALVES, S. C. L. *et al.* Tratado geral sobre gramaticalização. In: GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (org.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. cap. 1, p. 15-66.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press. 2003. 276 p. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139165525>.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.

LEHMANN, C. *Thought on grammaticalization*. Munich: Lincom Europa, 1995 [1982].

NASCIMENTO, E. D. *Linguagem forense*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1992. 312 p.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011. 1005 p.

NUNES, J. J. *Compêndio de gramática histórica portuguesa: (fonética e morfologia)*. 8. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1975. 456 p.

REVISTA DE ENSINO DE BIOLOGIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE BIOLOGIA (SBEnBio). Niterói, RJ: SBEnBio, v. 9, 2016. Disponível em: <http://www.sbenbio.org.br/blog/categoria/revistas/>. Acesso em: 30 maio 2017.

RIBEIRO, E. C. *Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza*. Revisão e índice remissivo [de] Deraldo Ignacio de Sousa. 5. ed. Salvador: Livraria Progresso Editora; Aguiar & Souza, 1950. 791 p.

SACCONI, L. A. *Nossa gramática: teoria e prática*. 6. ed. São Paulo: Atual, 1984. 430 p.

SILVA, R. C. B. A. *Eis que, Posto que e Vez que como conectivos causais: variação e padronização no português do Brasil*. 2018. 254 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

WEISZFLOG, W. (ed.). *Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998. 2259 p.

Recebido em: 20 de junho de 2018.

Aprovado em: 24 de setembro de 2018.



## **Influências da vocalização da lateral /l/ na escrita de alunos do 3º e 4º ano do Ensino Fundamental**

### ***Influences of Lateral /l/ Vocalization in the Writing of 3rd and 4th Grade of Elementary School Students***

Rosemari Lorenz Martins

Universidade Feevale (FEEVALE), Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul / Brasil  
rosel@feevale.br

Bruna Melo de Lima

Universidade Feevale (FEEVALE), Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul / Brasil  
bruna.melo\_@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho tem como tema a vocalização da lateral /l/ e a possível influência dessa vocalização na escrita. Para discutir esse tema, estabeleceu-se como objetivo geral investigar em que medida a vocalização da lateral /l/ na fala influencia a escrita de 40 alunos do 3º e 4º anos do Ensino Fundamental de uma escola municipal de Alvorada/RS. Além disso, verificaram-se também os contextos linguísticos e sociais favorecedores da vocalização da lateral /l/ e da substituição do grafema que representa o fonema /l/ por outros grafemas. Para tanto, foram coletadas amostras de fala e de escrita que foram analisadas conforme a teoria da variação linguística. A análise dos dados revelou que a vocalização do fonema /l/ é mais frequente na fala (36,7%) do que a substituição do grafema “l” pelo grafema “u” na escrita (20,5%). No que diz respeito aos contextos linguísticos e sociais que poderiam condicionar a vocalização do fonema /l/ ou a substituição do grafema que representa o fonema /l/ (“l”) pelo grafema “u”, o programa de análise estatística selecionou como relevante tanto para os dados de fala quanto para os de escrita somente a variável de contexto fonológico precedente. Os fatores que se mostraram favoráveis para a vocalização do /l/ na fala foram os contextos fonológicos precedentes /e/ (0,769) e /a/ (0,730), e os que se mostraram favorecedores

para a substituição do grafema que representa o fonema /l/ pelo grafema “u” foram os contextos fonológicos “e” (0,737); “o” (0,723) “i” (0,633); e “a” (0,609).

**Palavras-chave:** escrita; fonética; fonologia; oralidade; variação linguística.

**Abstract:** The present study draws on the vocalization of the lateral /l/ and the possible influence of this vocalization on the writing process. In order to address this theme, it was established as a general objective to investigate to what extent the influence of the lateral /l/’s vocalization occurs in the writing of 40 elementary school students from 3rd and 4th grades at a school in the municipality of Alvorada/RS. Furthermore, the social and linguistic contexts which favor the vocalization of the lateral /l/ and the substitution of the grapheme representing the phoneme “l” by other graphemes were also verified. Thus, speech and writing samples were collected, being analyzed according to the linguistic variation theory. The data analysis showed that the vocalization of the phoneme /l/ is more frequent in speech (36.7%) than the substitution of the grapheme “l” by other writing graphemes (20.5%). Concerning the linguistic and social data contexts which may restrain the vocalization of the phoneme /l/ or the substitution of the grapheme representing the phoneme /l/ (“l”) by other graphemes, the data analysis showed that only the preceding phonological context variable was relevant to both speech and written data. The factors that proved to be favorable for vocalization of /l/ in speech were the preceding phonological contexts /e/ (0.769) and /a/ (0.730), and the phonological contexts “e” (0.737); “o” (0.723) “i” (0.633); e “a” (0.609) those favored substitution of the grapheme representing the phoneme /l/ by other graphemes.

**Keywords:** writing; phonetics; phonology; orality; linguistic variation.

## 1 Considerações iniciais

A influência da fala na escrita de alunos durante a aquisição da escrita é um dos desafios enfrentados no processo de aprendizagem. Muitas vezes, pela falta de conhecimento dos docentes, essa influência pode ser compreendida como erro, visto que a escrita da criança não está de acordo com a norma padrão (CAGLIARI, 2002). Um dos fenômenos da fala que influencia a escrita é a vocalização, um processo fonológico em que uma consoante é transformada em vogal quando ocupa determinadas posições em uma palavra, tal como acontece com o fonema /l/ em palavras como “mel”, “calça” e “bolsa”, nas quais o fonema /l/, em final de sílaba ou em final de palavra, é produzido como /w/ (HORA,

2006). Nesse contexto, este trabalho tem como tema a vocalização da lateral /l/ na fala e a influência desse fenômeno na escrita.

Estabeleceu-se como objetivo geral verificar se a vocalização da lateral /l/ na fala influencia a escrita de estudantes de 3º e 4º anos<sup>1</sup> do Ensino Fundamental de uma escola pública da cidade de Alvorada/RS. E, como objetivos específicos, investigar os contextos linguísticos e sociais que condicionam a vocalização do fonema /l/ na fala e a troca do grafema “l” na escrita das crianças investigadas. Para atender aos objetivos estabelecidos, foram coletados dados de fala e de escrita das crianças, os quais, depois de organizados e analisados sob a perspectiva da linguística variacionista de Labov (1972), foram comparados.

Compreender se a vocalização do fonema /l/ na fala das crianças influencia a escrita delas e identificar os contextos linguísticos e sociais que favorecem essa vocalização contribui para a compreensão do processo de aquisição da escrita e, conseqüentemente, para o processo de ensino e aprendizagem. Isso porque, de acordo com as observações acerca das reações dos professores com as produções escritas dos alunos feitas por Simões (2006, p. 49), os professores muitas vezes não possuem conhecimentos sistemáticos dos aspectos fonético-fonológicos da Língua Portuguesa, já que, para alguns, “a dificuldade ortográfica é algo que se resolve com o tempo e com o uso frequente das formas escritas da língua”, enquanto para outros “a grafia incorreta é marca de incompetência linguística grave” (SIMÕES, 2006, p. 49). Todavia, para Tasca (2002), o sujeito depara-se com interferências do sistema fonológico no início do processo de aprendizagem da leitura e escrita, por isso é de extrema importância trabalhar os sons vocálicos e consonantais e sua organização em unidades maiores e também com as relações entre fala e escrita.

## **2 Influências da fala na escrita**

É inegável a importância que a escrita tem para os povos e para as civilizações, porém continuamos utilizando, e muito, a fala. O grande meio de expressão e comunicação sempre será a fala. Como prática social, a oralidade é inerente ao ser humano e não poderá ser substituída por nenhuma tecnologia (MARCUSCHI, 2007). Ainda segundo

---

<sup>1</sup> O 3º ano foi escolhido por ser o último ano do processo de alfabetização e o 4º ano por ser o primeiro do ciclo seguinte.

Marcuschi (2007), as semelhanças entre fala e escrita são maiores que as diferenças, contrariando o pensamento de outros tempos, quando “a escrita era tida como estruturalmente elaborada, complexa, formal e abstrata, contrapondo-se à fala, que era considerada concreta, contextual e estruturalmente simples” (TASCA, 2002, p. 30-31).

Para adquirir o domínio da escrita, que não ocorre de imediato, é preciso praticar a língua, tanto por meio da leitura quanto da escrita, pois, quando a criança começa a escrever, o modelo de texto que ela possui é o texto oral (KOCH, 1997). Sendo assim, é natural que as crianças escrevam como falam, representando todos os sons da fala na escrita, por não terem uma noção total do que realmente é a escrita, que, para elas, é inicialmente apenas a representação do texto oral (CAPISTRANO, 2007).

A natureza da relação entre fala e escrita, contudo, tem sido bastante discutida. Conforme Abaurre (1999, p. 172), é ingênuo afirmar que as crianças procuram “produzir uma escrita ‘colada’ na oralidade, de forma a representar, através das letras, os próprios sons da fala”. A tese contrária, de que a escrita tem total autonomia com relação à oralidade, por outro lado, também é ingênua, pois, de acordo com a pesquisadora, nesse caso “as práticas da escrita estariam totalmente ‘imunes’ aos efeitos da oralidade, por se tratar de modalidade que ao longo do seu percurso evolutivo teria já rompido quaisquer vínculos com o oral” (ABAURRE, 1999, p. 172). Ainda de acordo com a pesquisadora, nem sempre a escrita da criança representa exclusivamente a forma como ela fala, pois, às vezes, reflete a forma como ela pensa sobre a estrutura da língua que fala e sobre sua forma de representação na escrita.

A partir da análise de textos de escrita espontânea, Abaurre (1999, p. 173) concluiu que “a modalidade escrita é autônoma com relação à modalidade oral, mas, em certas circunstâncias, pode haver uma interação entre os fatos da oralidade e as formas que assume a escrita”. Essa hipótese, se verdadeira, pode explicar naturalmente as duas teses levantadas pela pesquisadora (ABAURRE, 1999).

Dessa forma, para compreender a escrita inicial das crianças é preciso considerar, por um lado, que existe uma relação intrínseca entre a oralidade e a escrita porque, segundo Mezzomo, Boli Mota e Dias (2010), as operações de processamento da escrita baseiam-se, inicialmente, na estrutura fonológica da língua oral, de forma que as alterações fonológicas presentes na fala influenciam diretamente a escrita, o que pode acarretar dificuldades na conversão fonema-grafema, refletindo, dessa forma,

desvios da fala na escrita. Por outro lado, é preciso ter claro que a escrita não é um espelho da fala, conforme Cagliari (2002), porque não há uma relação biunívoca entre os símbolos gráficos da escrita do português e os sons da fala. Nessa perspectiva, os erros ortográficos são, segundo Abaurre e Silva (1993) e Cagliari (2002), estratégias que o aprendiz utiliza para apropriar-se da linguagem escrita.

Sendo assim, para compreender a substituição do grafema “l” pelo grafema “u” na escrita das crianças investigadas, além de entender como se dá a relação entre a fala e a escrita, é preciso conhecer os processos fonológicos implicados na fala desses sujeitos. Isso porque tais processos podem estar influenciando sua produção escrita.

### **3 Aquisição do fonema /l/**

O fonema /l/ caracteriza-se, no sistema fonológico do português, como uma consoante líquida. Há dois tipos de líquidas, as laterais (/l/ e /ʎ/) e as não laterais (/r/ e /r̄/). Esses segmentos são produzidos a partir da oclusão parcial da corrente de ar na cavidade oral. No caso das líquidas laterais, a oclusão é causada pela língua, o que faz com que o ar saia pelos lados da boca. Quando tal obstrução é feita pela ponta da língua em direção aos alvéolos, ocorrendo um escape lateral, temos a lateral /l/, como na palavra “vela”. As líquidas são os últimos fonemas a serem adquiridos no português e, dentro desse grupo, as laterais são adquiridas antes das não laterais (MEZZOMO; RIBAS, 2004, p. 96).

Além da aquisição das líquidas ser marcada pelo domínio mais tardio, observa-se frequentemente o uso de diferentes processos fonológicos durante o período de aquisição na tentativa de produzi-las. Tanto no português brasileiro como em outros sistemas linguísticos, o que pode justificar a aquisição tardia das líquidas é o fato de esta classe ser bastante complexa, tanto do ponto de vista articulatorio quanto do fonológico (MEZZOMO; RIBAS, 2004, p. 95).

A líquida lateral alveolar /l/ é a primeira a se estabilizar na fala das crianças, por volta dos dois anos e seis meses e dos três anos, tanto em crianças que sofrem influência de outras línguas, tal como alemão e italiano, como em crianças sem essa influência. Esse fonema pode substituir, durante o processo de aquisição fonológica, qualquer das outras líquidas, em todas as posições da sílaba e da palavra (MEZZOMO; RIBAS, 2004, p. 99).

Ao longo do processo de domínio do fonema /l/, Azambuja (1998 *apud* MEZZOMO; RIBAS, 2004) observou três estratégias:

- apagamento do segmento e da sílaba (processo mais significativo), como em ‘te[Ø]visão’ para “televisão”;
- semivocalização, fortemente representada por /j/ ou por /w/, o que ocorre porque os vocoides são semelhantes ao /l/ quanto à composição de traços como em ‘me[j]’ para “mel” ou ‘jorna[w]’ para “jornal”;
- substituição (processo menos significativo) por /n/ e /r/, como em ‘[n]apis’ para “lápiz” ou ‘ka[r]u’ para “calo”.

Cabe destacar, contudo, que a substituição de /l/ por /n/, como na palavra “colchão”, produzida como ‘co[n]chão’, é esperada, pois as nasais são adquiridas antes das laterais. Já a substituição de /l/ por /r/, como em ‘p[r]anta’ para “planta”, é pouco esperada, porque a aquisição de /r/ é posterior à de /l/, mas pode ser explicada, devido ao fato de /l/ e /r/ partilharem todos os traços de raiz, distinguindo-se apenas pelo traço contínuo da cavidade oral.

De modo semelhante como ocorre na fala, o grafema que representa o fonema /l/ também pode ser substituído por outros grafemas ou mesmo ser omitido na escrita. Para Costa (2010), no momento em que a criança escreve, ela imagina que o certo seria escrever da mesma forma como falamos, representando todos os sons da fala na escrita, distanciando-se da norma culta, o que mostra que a fala pode influenciar a escrita no início do processo de sua aquisição.

#### 4 Metodologia

A pesquisa realizada para este trabalho objetivou investigar em que medida a vocalização do fonema /l/ influencia a escrita de 40 crianças de 3º e 4º anos do Ensino Fundamental de uma escola pública da cidade de Alvorada/RS: 20 do 3º ano, 10 meninas e 10 meninos; e 20 do 4º ano, 10 meninas e 10 meninos, todos monolíngues. Além disso, também foram investigadas quais variáveis linguísticas e sociais favorecem a ocorrência da vocalização desse fonema na fala e a substituição do grafema que representa esse fonema por outros grafemas na escrita.

O instrumento utilizado para a coleta de dados de fala foi um conjunto de 15 cartazes com imagens que representavam palavras com a lateral /l/ em final de sílaba ou no final da palavra, todas conhecidas das crianças (alface, anel, anzol, asa-delta, azul, bolsa, calça, colchão, filmagem, filme, funil, jornal, pulseira, pulso, selvagem). As imagens foram mostradas às crianças, individualmente, para que produzissem o nome da figura representada. Todas as interações foram gravadas e transcritas posteriormente da forma como as crianças produziram as palavras-alvo.

Já para a coleta dos dados de escrita foram usadas 15 frases contendo as palavras dos cartazes utilizados para a coleta dos dados de fala, que foram ditadas para os alunos (1. A alface é uma salada muito saudável. 2. Perdi o anel da minha mãe. 3. O pescador perdeu o anzol na água. 4. Voei de asa-delta nas férias. 5. O azul é uma cor agradável. 6. A bolsa da professora é preta. 7. A calça do menino está rasgada. 8. Compramos o colchão da promoção. 9. A filmagem da novela foi ontem. 10. Assistimos a um filme ótimo. 11. Usei um funil para encher a garrafa. 12. Minha mãe sempre lê o jornal pela manhã. 13. Ganhei uma pulseira de aniversário. 14. A criança quebrou o pulso quando brincava. 15. O selvagem morava na floresta.).

Na sequência, as palavras-alvo foram copiadas da forma como foram escritas pelas crianças. Concluída a coleta, todos os dados foram organizados, codificados e analisados, utilizando-se o programa de análise estatística Goldvarb X.

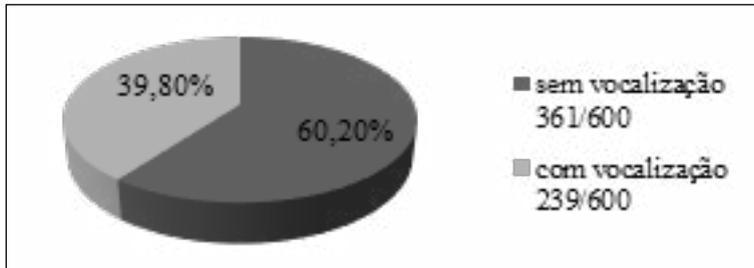
Para a análise, estabeleceu-se como elemento de composição da variável dependente a vocalização do fonema /l/ e a substituição do grafema que representa o fonema /l/ por outro grafema, que não o “l”, e a não vocalização do fonema /l/ e a escrita do grafema que representa o fonema /l/, “l”, nas amostras de fala e de escrita das crianças participantes da pesquisa, respectivamente. Para examinar o papel dos possíveis condicionadores linguísticos e sociais para a realização do processo em exame, estabeleceram-se como variáveis independentes linguísticas o contexto fonológico anterior à lateral /l/ (contexto fonológico /a/, como na palavra “alface”; /ɛ/, como em “anel”; /i/, em “filme”; /ɔ/, em “anzol”; e /u/, em “pulseira”), a tonicidade (sílabas átonas, como em “selvagem” ou “colchão”, ou tônicas, como em “filme” ou “jornal”) e a posição na palavra morfológica (meio de palavra, como nas palavras “filme” e “pulso”, ou final de palavra, como nas palavras “azul” e “jornal”),

uma vez que, segundo trabalhos realizados por Tasca (2002), Costa (2004), Sá (2007) e Nedel (2009), as variáveis que mais influenciam a vocalização são a tonicidade e o contexto fonológico anterior à lateral /l/; e, como variáveis independentes sociais, as dimensões sexo (masculino e feminino) e escolaridade (3º ano do ensino fundamental e 4º ano do ensino fundamental), identificadas como relevantes para a vocalização do /l/ por Nedel (2009), que verificou que os informantes do sexo feminino tiveram maior frequência de variação da lateral, e Tasca (2002), cujos resultados confirmaram que, com o avanço da escolaridade, houve um desfavorecimento em relação à grafia de “u” no lugar de “l”, respectivamente.

## 5 Apresentação e discussão dos resultados

A análise das amostras de fala e escrita das crianças participantes da pesquisa revelou uma frequência global de vocalização do fonema /l/, como na produção de ‘anzo[w]’ para “anzol” ou de ‘co[w]chão’ para “colchão”, em 36,7% dos dados (220/600),<sup>2</sup> conforme pode ser visualizado no Gráfico 1 que segue:

GRÁFICO 1 – Frequência global de vocalização do fonema /l/



Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras

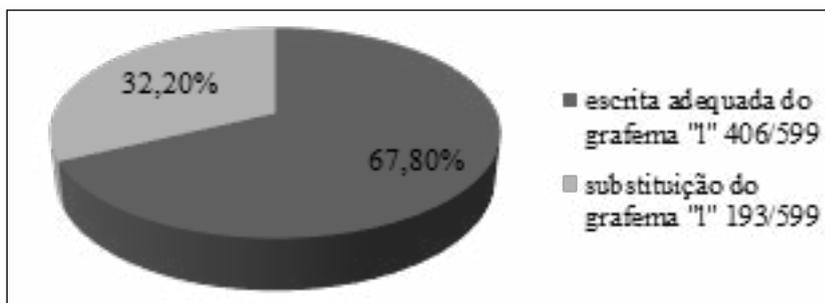
Na maior parte dos dados coletados (63,3% – 360/600), contudo, conforme mostra o Gráfico 1, não houve vocalização do /l/. Esse resultado é praticamente oposto ao de Nedel (2009), que, nas 1.048 palavras analisadas, verificou vocalização em 644 (61%). Nedel, no entanto,

<sup>2</sup> Todas as crianças participantes da pesquisa produziram todas as palavras-alvo (40 informantes x 15 palavras-alvo = 600 palavras).

verificou também outros tipos de realizações, como o apagamento, que ocorreu em 32 produções (3%); o rotacismo [r], verificado em 47 (4%) palavras; a lateral velar [ʃ], verificada em 118 (11%) palavras e a lateral alveolar [l], o que foi identificado em 207 palavras (20%). Nesta pesquisa, houve apagamento em 15 produções (2,5%), percentual semelhante ao verificado por Nedel; 4 substituições por /n/ (0,7%), fenômeno não identificado por Nedel; produção da lateral velar [ʃ] em 48 (8%) palavras, resultado também semelhante ao verificado por Nedel, e da lateral alveolar [l], o que foi identificado em 313 palavras (52,1%), resultado bem diferente ao verificado na pesquisa de Nedel.

A frequência global das substituições do grafema que representa o fonema /l/ pelo grafema “u” (vocalização), como na escrita de ‘anzou’ para “anzol” foi menor do que a frequência da vocalização na fala: elas ocorreram em 124 das 599<sup>3</sup> palavras analisadas, o que equivale a 20,50%; já a escrita correta do grafema “l” e a troca do grafema “l” por outros grafemas, como na escrita de ‘conchão’ para “colchão”, ocorreu em 476 das 599 analisadas, o que equivale a 79,5%. A frequência global das trocas de grafemas pode ser visualizada no Gráfico 2 a seguir.

GRÁFICO 2 – Frequência global da troca do grafema “l” por “u”



Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras

Comparando-se os resultados obtidos para a análise dos dados de fala e de escrita, verifica-se que os percentuais de vocalização do fonema /l/ (36,7%) e de substituição do grafema “l” por “u” (20,5%) são significativos. Além disso, há uma diferença importante entre os

<sup>3</sup> Uma palavra foi excluída porque estava ilegível.

percentuais de vocalização (16,2%), o que não parece ser um indício de influência da fala na escrita.

Analisando-se os dados em que não ocorreu a troca do grafema que representa o fonema /l/ (“l”) por “u” (vocalização), tem-se que 124 das 599 palavras coletadas foram escritas corretamente (20,7), mas, em 40 palavras (6,6%), houve apagamento do grafema que representa o fonema /l/ e, em 29 palavras (4,8%), esse grafema foi substituído por outros grafemas (por “n” em 18 casos, como na escrita de ‘conchão’ para “colchão”; por “m” em 6 casos, como na escrita de ‘comchão’ para “colchão”; e por “ão” em 4 casos, como na escrita de ‘jornão’ para “jornal”).

Na Tabela 1, que segue, pode ser visualizada a comparação entre os resultados das análises dos dados de fala e de escrita.

TABELA 1 – Tipo de substituição

Fatores	Fala Aplicação/ total	Fala Porcentagem	Escrita Aplicação/ total	Escrita Porcentagem
1 /w/ “u”	220/600	36,7%	123/599	20,5%
2 “outras”	4/600	0,7%	29/599	4,8%
3 (Ø)	15/600	2,5%	40/599	6,7%
4 produção/escrita esperada/correta	361/600	60,1%	407/599	68%

Fonte: elaborado pelas pesquisadoras

Analisando-se a Tabela 1, vê-se que, em boa parte dos dados, tanto na fala (60,1%) quanto na escrita (68%), as palavras foram produzidas/ escritas conforme o esperado. No que diz respeito à vocalização, o fenômeno foi mais frequente na fala (36,7%) do que na escrita (20,5%). O percentual de apagamento do fonema/grafema em estudo também foi diferente na fala (2,5%) e na escrita (4,8%), assim como a troca por outros fonemas/grafemas (fala: 2,5%; escrita: 6,7%).

A análise das variáveis linguísticas independentes revelou a variável contexto fonológico anterior como relevante tanto para a vocalização do fonema /l/ quanto para a substituição do grafema “l”. Os resultados obtidos para essa análise podem ser visualizados na Tabela 2.

TABELA 2 – Contexto Fonológico Anterior ao fonema /l/ e ao grafema “l”

Fatores	Vocalização do fonema /l/ / Total	%	Peso relativo	Substituição do grafema “l” / Total	%	Peso Relativo
A	80/120	66,7%	0,730	24/120	20%	0,609
E	85/120	70,8%	0,769	37/120	30,8%	0,737
I	19/120	15,8%	0,177	26/120	21,7%	0,633
O	36/120	30%	0,341	35/119	29,4%	0,723
U	0/120 <sup>4</sup>			1/120 <sup>5</sup>	0,8%	0,049
<b>Total</b>	<b>220/600</b>	<b>45,8%</b>		123/599	20,5%	
Input = 0,159				Significance = 0,001		

Fonte: elaborado pelas pesquisadoras

Observando-se a Tabela 2 verifica-se que, no que tange ao contexto fonológico anterior, a vocalização foi mais frequente quando a vogal que antecedia a lateral era “e”, como em ‘de[w]ta’ para “delta”, o que ocorreu em 85 das 120 palavras-alvo investigadas, o que equivale a 70,8% e a um peso relativo de 0,769. Esse contexto precedente também foi encontrado como favorecedor para a vocalização da lateral /l/ na pesquisa de Tasca (2002), que encontrou como contextos favorecedores para a vocalização as vogais “a”, “e” e “o”, com 854 ocorrências em 5.540 palavras, o equivalente a 15% e a um peso relativo de 0,65. Em segundo lugar, ficou a vogal “a”, como na palavra ‘ca[w]ça’ para “calça”, com 80 ocorrências em 120 palavras-alvo, o equivalente a 66,7% e a um peso relativo de 0,730. Esse fator, o segundo mais favorável nesta pesquisa, apareceu como favorecedor da vocalização da lateral /l/ nas pesquisas de Costa (2004), com 240 ocorrências em 245 possibilidades, o que equivale a 98% e a um peso relativo de 0,74; no trabalho de Sá (2007), em que o contexto anterior “a”, com peso relativo de 0,73, foi favorecedor da

<sup>4</sup> Não foram identificadas vocalizações quando o contexto fonológico anterior do fonema /l/ era /u/, como na palavra “pulseira”.

<sup>5</sup> O grafema “l” foi substituído em apenas uma palavra quando o contexto fonológico anterior era o /u/. Isso ocorreu na escrita de ‘pouço’ para “pulso”.

vocalização em 90% das palavras analisadas; e, ainda, na pesquisa de Nedel (2009), em que a vocalização esteve presente em 364 das 621 palavras analisadas, o equivalente a 58% e a um peso relativo de 0,51.

Considerando-se os pesos relativos, essas duas vogais mostraram-se contextos propícios para a vocalização, enquanto os contextos investigados “o” e “i”<sup>6</sup> mostraram-se pouco favorecedores, com peso relativo de 0,341 e 0,177, respectivamente. O contexto “o” propiciou a vocalização em 36 das 120 palavras-alvo analisadas, o equivalente a 30%; e o contexto “i” favoreceu a vocalização em 19 das 120 palavras-alvo, o que equivale a 15,8%.

No que diz respeito à escrita, a Tabela 1 mostra que os contextos fonológicos anteriores “e”, “o”, “i” e “a” favoreceram a substituição do grafema “l” por “u”, com 37 ocorrências em 120 palavras-alvo analisadas, o que equivale a 30,8% e a um peso relativo de 0,737 para o “e”; 35 ocorrências em 119 palavras analisadas, o que equivale a 29,4% e a um peso relativo de 0,723, para o “o”; 26 ocorrências em 120 palavras para o “i”, o equivalente a 21,7% e a um peso relativo de 0,633; e 24 ocorrências em 120 palavras para o “a”, o equivalente a 20% e a um peso relativo de 0,609. O contexto “u” mostrou-se bem pouco favorável à substituição de “l” por “u”, com uma porcentagem de 0,8% e peso relativo de 0,049.

Comparando-se os resultados obtidos para a análise dos dados de fala com os obtidos para a análise dos dados de escrita, verifica-se que os contextos favoráveis para a vocalização do fonema /l/ (contexto fonológico anterior /e/ (peso relativo 0,769) e /a/ (peso relativo 0,730)) também favoreceram a substituição do grafema “l” que representa o fonema /l/ por “u” (contexto fonológico anterior “e” (peso relativo 0,737); “a” (peso relativo 0,609); “o” (peso relativo 0,723); e “i” (peso relativo 0,633)). A semelhança entre o peso relativo obtido para o contexto que mais favoreceu a vocalização na fala (“e”, peso relativo 0,769) e na escrita (“e”, peso relativo 0,737) poderia sugerir que as substituições do “l” por “u” realizadas na escrita poderiam resultar de influência da fala na escrita. Contudo, o fato de o segundo contexto mais favorável para a fala (“a”) não ser o mesmo que o da escrita (“o”) e também de os contextos “i” e “o” serem favoráveis para a vocalização na escrita, mas

---

<sup>6</sup> Não foi verificada vocalização em palavras em que o contexto fonológico anterior ao fonema /l/ fosse /u/, como em “pulseira”.

não na fala, pode indicar que a vocalização não decorra da influência da fala na escrita.

Os resultados obtidos para as outras duas variáveis linguísticas analisadas, tonicidade e posição na palavra morfológica, não podem ser comparadas porque a variável tonicidade foi selecionada como relevante pelo programa de análise estatística somente para a amostra de fala (que revelou a posição átona como contexto favorecedor da vocalização da lateral /l/, pois, em 160 possibilidades, as crianças investigadas vocalizaram o /l/ em 97 casos, o equivalente a 60,6% de vocalizações e a um peso relativo de 0,690, enquanto a vocalização em sílaba tônica ocorreu em apenas 38,4% das possibilidades (123/320) o que equivale a um peso relativo de 0,401) e a variável escolaridade foi selecionada apenas para a amostra de escrita (os alunos do 3º ano mostraram-se mais favoráveis (peso relativo 0,585) à vocalização do que os do 4º ano (peso relativo 0,415)). Enquanto no 3º ano houve 77 substituições em 300 palavras, o que equivale a 25,7%, no 4º ano houve apenas 46 substituições em 299 palavras, o equivalente a 14,4%. Isso revela que o 3º ano mostra-se favorecedor para a substituição da lateral em estudo, mas o 4º ano não, o que indica que as vocalizações da lateral na escrita diminuem com o avanço de escolaridade, tal como era esperado, com base em Cagliari (2002), segundo o qual as trocas de letras vão diminuindo com o avanço da escolaridade, visto que, ao estar em contato com a escrita, a criança perceberá que fala e escrita são sistemas diferentes da língua, e, ao internalizar as normas, diminuirá as trocas feitas. Essa divergência também sugere que as substituições realizadas pelas crianças em sua escrita não derivam de influência da fala na escrita.

As demais variáveis analisadas (posição na palavra morfológica – meio de palavra ou final de palavra; e sexo) não foram consideradas relevantes pelo Goldvarb X. A variável sexo também não foi selecionada nas pesquisas de Tasca (2002) e de Sá (2007), mostrando-se pouco relevante. O trabalho de Nedel (2009), contudo, mostrou-a como relevante, com uma frequência de variação da lateral maior por parte dos informantes do sexo feminino, com a vocalização de 333 das 459 palavras analisadas, o que equivale a 72% e a um peso relativo de 0,68.

## **Considerações finais**

A influência da vocalização na escrita dos estudantes do 3º e 4º anos do Ensino Fundamental de uma escola da zona urbana da cidade de Alvorada/RS foi o tema desta pesquisa. Analisando-se os dados de fala e de escrita coletados com os estudantes, concluiu-se que não é possível dizer que o grafema que representa o fonema /l/ esteja sendo substituído na escrita das crianças investigadas em função da influência da fala na escrita. Isso porque, apesar de o processo de substituição ter sido similar em ambas as modalidades da língua, na fala o percentual de substituições foi maior e, além disso, as substituições não ocorreram nas mesmas palavras, ou seja, as palavras que sofreram vocalização do fonema /l/ na fala não foram as mesmas em que houve substituições da lateral em análise pelo grafema “u”. Esse resultado parece confirmar a tese de Abaurre (1999), segundo a qual nem sempre a criança se apoia na oralidade, pois sua escrita pode refletir o modo como ela pensa a estrutura da língua e a representação na escrita.

A análise das variáveis linguísticas e sociais também revelou resultados diferentes para os dados de fala e de escrita. Enquanto os contextos fonológicos anteriores à lateral /l/ favorecedores da vocalização na fala foram as vogais /e/ e /a/, na escrita, os contextos que favoreceram a substituição do grafema “l” pelo “u” foram as vogais “e”, “o”, “i” e “a”. No que tange às outras duas variáveis linguísticas em estudo, a variável tonicidade foi selecionada apenas para os dados de fala, revelando a posição átona como mais favorável à vocalização da lateral. Já a variável posição na palavra morfológica não foi selecionada como relevante em nenhuma das duas modalidades da língua.

Quanto à influência do tempo de escolaridade e do sexo dos informantes no fenômeno em estudo, cabe destacar que a variável sexo não foi considerada relevante pelo programa de análise estatística e a escolaridade foi selecionada somente para os dados de escrita, revelando que os alunos do 3º ano realizaram mais substituições do que os alunos do 4º ano, o que corrobora a afirmação de Cagliari (2002), segundo o qual as substituições vão desaparecendo à medida que avança o processo de escolarização.

Com esses resultados, pode-se concluir que nem todas as substituições realizadas na escrita pelas crianças investigadas são resultado da influência da fala na escrita. Isso se deve ao fato de a criança ter conhecimento sobre a estrutura linguística e não se apoiar totalmente na oralidade para escrever.

## Referências

ABAURRE, M. B. M. Horizontes e limites de um programa de investigação em aquisição da escrita. In: LAMPRECHT, R. R. (org.). *Aquisição de linguagem: questões e análises*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 167-186.

ABAURRE, M. B. M.; SILVA, A. O desenvolvimento de critérios de segmentação na escrita. *Temas em psicologia*, São Paulo, v. 1, p. 89-102, 1993.

AZAMBUJA, E. J. M. *A aquisição das líquidas laterais do português*. 1998. 113 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

CAGLIARI, L. C. *Análise fonológica: com especial destaque para o modelo fonêmico*. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.

CAPISTRANO, C. C. *Segmentação na escrita infantil*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

COSTA, C. F. A vocalização da lateral pós-vocálica como fenômeno neogramático do nível pós-lexical. *Organon*, Porto Alegre, v. 18, n. 36, p. 83-91, 2004.

COSTA, G. B. *O apagamento do rótico em coda silábica na escrita de estudantes catuenses*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

HORA, D. Variação fonológica: consoantes em coda silábica. In: TRAVAGLIA, Luiz Carlos (org.). *Encontro na linguagem: estudos linguísticos e literários*. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 81-101.

KOCH, I. G. V. Interferências da oralidade na aquisição da escrita. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, SP, v. 30, p. 31-38, 1997.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

MEZZOMO, C. L.; MOTA, H. B.; DIAS, R. F. Desvio fonológico: aspectos sobre produção, percepção e escrita. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 554-560, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-80342010000400013>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-80342010000400013&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-80342010000400013&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 17 ago. 2018.

MEZZOMO, C. L.; RIBAS, L. P. Sobre a aquisição das líquidas. In: LAMPRECHT, R. R. (org.). *Aquisição fonológica do português: perfil de desenvolvimento e subsídios para terapia*. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 95-109.

NEDEL, E. L. *A lateral pós-vocálica em Lages/SC: análise variacionista*. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SÁ, E. J. *Variação do /L/ em coda silábica na fala de Arcoverde (PE)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SIMÕES, D. *Considerações sobre a fala e a escrita: fonologia em nova chave*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

TASCA, M. *Interferência da língua falada na escrita das séries iniciais: o papel dos fatores linguísticos e sociais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

Recebido em: 7 de agosto de 2018.

Aprovado em: 4 de janeiro de 2019.



## **Abordagem da variação e da mudança linguística em um curso de graduação em comunicação social – jornalismo e manutenção do preconceito linguístico na mídia<sup>1</sup>**

### ***Approach of Variation and Linguistic Change in a Course of Graduation in Social Communication – Journalism and Maintaining Language Preconception in the Media***

Tamires Regina Zortéa

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó, Santa Catarina/ Brasil  
tamiresreginazortea@gmail.com

Cláudia Andrea Rost Snichelotto

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó, Santa Catarina/ Brasil  
claudiarost@uffs.edu.br

**Resumo:** Neste artigo, investiga-se o tratamento da variação e da mudança linguística que perpassa os materiais didáticos das disciplinas de Redação e Expressão Oral I, II e III de um curso de graduação em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo – de uma Universidade Federal do Sul do Brasil. Por meio de levantamento documental, verificou-se se os materiais didáticos utilizados nas disciplinas realizam, além do ensino da gramática normativa, reflexões sobre a variação e a mudança da língua portuguesa do Brasil. Além disso, foram analisadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo (Resolução N° 1, de 27 de setembro de 2013) e o relatório da última prova do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes aplicada no ano de 2015 para o curso de Jornalismo para verificar se são cobrados aspectos voltados ao emprego da linguagem e sob qual perspectiva. A hipótese é de que os materiais

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

didáticos utilizados no curso de formação do profissional jornalista contribuem com a intolerância para com as variedades linguísticas do Português Brasileiro. A partir da análise, constata-se que os materiais investigados promovem o ensino tradicional do padrão linguístico normativo, ou seja, diferentemente do que preconizam os estudos linguísticos atuais e o relatório da última prova do Enade, há uma discussão superficial sobre a variação e a mudança linguística no curso de Comunicação Social - Jornalismo, reproduzindo textos jornalísticos com temas sobre o “empobrecimento da língua”, que multiplicam as críticas que retratam a imprensa como uma das fontes de difusão do preconceito linguístico.

**Palavras-chave:** jornalismo; preconceito linguístico; ensino; variação linguística.

**Abstract:** In this paper, we investigate the approach to variation and linguistic change that pervades didactic materials of the disciplines of Writing and Oral Expression I, II and III of an undergraduate course in Social Communication - degree in Journalism – of a Federal University from the South of Brazil. Through documental research, it was verified if the didactic materials used in the subjects leave room for, in addition to the teaching of normative grammar, reflection on the variation and the change of the Portuguese language of Brazil. In addition, the National Curriculum Guidelines for the undergraduate course in Journalism (Resolution No. 1, September 27, 2013) and the report on the last test of the National Student Performance Examination applied in 2015 in the Journalism course were analyzed to check if language use aspects had been encompassed under what perspective. The hypothesis is that the didactic materials used in the training course of the professional journalist might foster intolerance towards the linguistic varieties of Brazilian Portuguese. From the analysis, it is verified that the materials investigated promote the traditional teaching of the normative linguistic standard, that is, unlike the current linguistic studies and the report of the last Enade test, there is a superficial discussion about variation and linguistic change in the Social Communication – Journalism course, reproducing journalistic texts with themes on the “impoverishment of the language” that increase the criticism that portrays the press as one of the sources of diffusion of linguistic prejudice.

**Keywords:** journalism; linguistic prejudice; teaching; linguistic variation.

## 1 Introdução

O português do Brasil, como todas as línguas naturais, é composto por muitas variedades, o que torna a realidade linguística heterogênea e rica. Todavia, o senso comum e os veículos que difundem a informação frequentemente rotulam esse comportamento linguístico heterogêneo como um desvio do padrão normativo ideal.

Muitos sociolinguistas brasileiros, por exemplo, Scherre (2005), Bagno (2001, 2007), Zilles e Faraco (2015), para citar alguns, têm produzido pesquisas sobre a amplitude e diversidade da realidade social da língua portuguesa do Brasil. No entanto, o trabalho desses pesquisadores nem sempre é compreendido e/ou apoiado pela sociedade.

Por vezes, o jornalista, como profissional responsável pela transmissão de informações, também se coloca contrário à heterogeneidade linguística, visto a exigência para que sua fala e sua escrita sejam isentas de “erros de português”. Essa necessidade de domínio genuíno do padrão normativo falado e escrito que acomete o jornalista pode ser um dos fatores responsáveis pela transmissão do preconceito linguístico, posto que o profissional começa a desenvolver uma intolerância a tudo o que é diferente no que diz respeito ao uso da língua, como o uso de uma variedade menos prestigiada pelo jornalista, por exemplo.

Essa concepção, que toma como erro o comportamento linguístico que não segue o padrão normativo prestigiado, atinge o jornalista não somente na sua atuação profissional, mas desde sua formação acadêmica, momento importante em que passa a construir seus conceitos como profissional. Destarte, o tratamento dado à língua portuguesa e a forma como o conceito de língua é transmitido ao longo do curso de Jornalismo poderão determinar a visão sobre a língua desse profissional futuramente em seu campo de trabalho.

Weber (2009, p. 143) analisou o conteúdo das ementas das disciplinas de Redação de cursos de Jornalismo de universidades federais do Rio Grande do Sul. Ela constatou que,

na contramão das propostas dos estudos linguísticos e para maior aflição daqueles que já se assustam com a ‘gramatiquice’ e os preconceitos linguísticos da imprensa brasileira, a normatividade continua com um grande espaço nos conteúdos de língua dos cursos de Jornalismo, sendo vista como base para a escrita. Ao mesmo tempo, os estudos linguísticos, quando aparecem nas ementas, têm um viés mais técnico do que reflexivo, além de, muitas vezes, bibliograficamente pouco embasados. A discussão sobre variação e/ou preconceito linguístico está praticamente ausente de objetivos e conteúdos em todas as instituições analisadas, tendo recebido apenas uma menção na bibliografia de um dos cursos de Jornalismo investigados.

Neste artigo, objetiva-se investigar o tratamento da variação e da mudança linguística nas disciplinas de Redação e Expressão Oral de um curso de graduação em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo. Por meio de um levantamento documental, analisa-se os materiais didáticos utilizados nas disciplinas para verificar-se se realizam, além do ensino da gramática normativa,<sup>2</sup> reflexões sobre a variação e a mudança da língua portuguesa do Brasil. Além disso, também foram analisadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo (Resolução Nº 1, de 27 de setembro de 2013) e o relatório da última prova do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade)<sup>3</sup> aplicada no ano de 2015 para o curso de Jornalismo com o intuito de verificar se são cobrados aspectos voltados ao emprego da linguagem e sob qual perspectiva.

Nossa hipótese é de que os materiais didáticos utilizados no curso de formação do profissional jornalista contribuem com a intolerância para com as variedades linguísticas do Português Brasileiro. A importância da realização deste estudo justifica-se pelo fato de permitir a compreensão de que a formação do jornalista e de sua visão sobre a linguagem humana e, mais especificamente, sobre as questões relativas à variação e à mudança linguística perpassam as disciplinas da graduação.

Feita esta breve apresentação, este artigo está organizado em quatro seções. Na primeira, apresenta-se a abordagem da língua e da variação pela mídia; na segunda, são detalhados os procedimentos metodológicos da pesquisa; na terceira, são realizadas as análises sobre o objeto de estudo – as apostilas de Redação e Expressão Oral do curso de Comunicação Social - Jornalismo –, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo (Resolução Nº 1, de 27 de setembro de 2013) e o relatório da última prova do Exame Nacional

---

<sup>2</sup> Görski e Rost (2008, p. 33) explicam a gramática normativa/prescritiva como “conjunto de regras que *devem ser* seguidas. O uso linguístico que atende a essas regras é dito ‘correto’; o que não obedecer às regras é taxado de ‘errado’”. Apoia-se nesta explicação a compreensão sobre gramática normativa apresentada neste trabalho. A gramática retratada é tópico presente e ensinado por meio dos materiais didáticos das disciplinas de Redação e Expressão Oral, do curso de Jornalismo.

<sup>3</sup> O Enade “avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação”. Mais informações sobre o exame podem ser obtidas no portal do INEP: <http://portal.inep.gov.br/enade>.

de Desempenho dos Estudantes aplicada no ano de 2015 para o curso de Jornalismo; e na quarta e última seção expõem-se as considerações finais do trabalho.

## **2 Língua, variação e preconceito linguístico na mídia**

Diariamente, convive-se com indivíduos que possuem uma diversidade de pontos de vista e opiniões. O jornalista é um dos profissionais que, por lidar diretamente com as pessoas, deve ter conhecimento sobre como trabalhar com as palavras, para que elas não atinjam negativamente a ninguém. Devido a isso, seu papel comporta mais do que transmitir a realidade: é responsável por difundir o respeito aos diferentes usos da língua na sociedade.

Entende-se por língua o sistema que permite a relação entre os indivíduos na comunidade, “se manifesta na organização de seus diferentes níveis, da fonologia à semântica. Esse sistema abstrato [...] se opõe à fala, ou seja, ao uso concreto e individual que dá vida ao idioma” (BAGNO, 2007, p.10).

Conforme explicam Zilles e Faraco (2015), mesmo que a abordagem da variação linguística tenha crescido consideravelmente e apesar de todos os estudos realizados na área linguística, ainda causa reações negativas na sociedade que, na maior parte das vezes, não compreende ou não possui interesse por conhecer a realidade linguística do país. “O senso comum tem escassa percepção da língua como um fenômeno heterogêneo que alberga grande variação e está em contínua mudança” (ZILLES; FARACO, 2015, p. 7). Devido a isso, a variação e a mudança são vistas como um desvio da norma prestigiada, um “erro” que tem de ser combatido para que a língua não seja afetada.

No entanto, a língua apresenta heterogeneidade, o que significa que ela não é homogênea como acredita-se que é. Pelo contrário, a língua é composta por variedades, uma diversidade de formas de expressão que a afastam do caráter homogêneo disseminado pela escola e pela mídia. Bagno (2007) explica que:

Dizer que a língua apresenta variação significa dizer, mais uma vez, que ela é heterogênea. A grande mudança introduzida pela Sociolinguística foi a concepção de língua como um ‘substantivo coletivo’: debaixo do guarda-chuva chamado língua, no singular, se abrigam diversos conjuntos de realizações possíveis dos

recursos expressivos que estão à disposição dos falantes.  
(BAGNO, 2007, p. 39)

Desta forma, fica claro que a natureza do comportamento linguístico homogêneo idealizado é uma construção que contradiz a realidade da língua. A ideia de correção, assim, é relativa e também construída socialmente por aqueles que fazem uso da variedade prestigiada da língua. Mesmo assim, permanece sendo tratada como regra por diversos grupos.

Um desses grupos é o dos jornalistas, no qual a concepção de língua é compreendida simplesmente como um meio de comunicação, desconsiderando-se sua riqueza e diversidade, o que acaba por contribuir com a disseminação do preconceito linguístico na mídia, que defende a língua denominada padrão. Por serem veículos de comunicação de massa, são potenciais veículos de difusão desse tipo de preconceito.

O profissional de jornalismo é criticado por linguistas, como Bagno (2001, 2007) e Scherre (2005), por adotar, por diversas ocasiões, uma postura preconceituosa com relação ao uso da língua, por defender firmemente o emprego da norma padrão e não admitir “erros”, tanto na língua falada como na escrita. Weber (2009) expõe que essa posição rígida da imprensa acaba aflorando críticas sobre a produção jornalística.

O jornalista, como profissional da palavra, por falta de aprofundamento da ciência linguística, tende a disseminar o preconceito linguístico, segundo Scherre:

Essa crença se manifesta nos julgamentos depreciativos, desrespeitosos e jocosos dos usuários das línguas e das variedades das línguas. Assim, eu diria que o preconceito linguístico é mais precisamente o julgamento depreciativo, desrespeitoso, jocoso e, conseqüentemente, humilhante da fala do outro (embora o preconceito sobre a própria fala também exista). (SCHERRE apud ABRAÇADO, 2008, p.12)

Ainda, para Scherre (2005, p. 38), que expõe a realidade do preconceito retratado pela mídia brasileira, “como representantes legítimos da sociedade brasileira, os jornais brasileiros, de forma mais ou menos explícita, apresentam situações diversas de preconceito linguístico”, podendo ser essas situações visualizadas em vários canais e meios de comunicação, como jornais, televisão, rádio e também nos meios digitais.

Segundo Weber (2009), essa transmissão de preconceito linguístico não é originada sem motivação. Fatores como o ensino repassado na graduação ao aluno de jornalismo e as pressões do mercado de trabalho influenciam em sua visão sobre a língua e, conseqüentemente, em suas ações negativas.

Fica evidente, dessa forma, a importância do papel do curso de jornalismo na formação destes profissionais, sendo que o jornalista leva para o mercado de trabalho os ensinamentos que adquire no meio universitário. Se a educação linguística do jornalista não compreende o estudo da variação, mas somente os estudos gramaticais normativos, ele incorporará em seu trabalho a incompreensão e a não aceitação da diversidade da língua.

Weber (2009) explica, também, sobre a necessidade de direcionar mais estudos linguísticos para o campo jornalístico, pois acredita que o maior contato do profissional com a variação linguística desde a universidade é um importante fator que pode findar o preconceito difundido pela mídia.

Nessas discussões sobre usos e discursos da mídia envolvendo a língua portuguesa no Brasil, são colocados em cena vários aspectos importantes: o imaginário normativo presente no senso comum, os interesses da imprensa em respaldar na língua o trabalho jornalístico, o preconceito linguístico, o ensino de língua nas escolas, os manuais de redação, a necessidade de adequação da língua ao público, entre outros. Porém, existe outro fator que, a nosso ver, é um importante mediador entre jornalistas e língua na vida profissional: o ensino de língua nos cursos de Jornalismo. É no curso de graduação em Jornalismo que o sujeito sofrerá um redirecionamento dos usos da língua portuguesa: seja na forma escrita ou oral, ela será seu principal instrumento de trabalho ao longo da vida profissional. (WEBER, 2009, p. 135)

Desta forma, mesmo adquirindo conhecimentos sobre a língua desde a escola e no decorrer da vida profissional, a graduação torna-se um momento importante que molda ideias e informações. Se os conhecimentos sobre a diversidade da língua não fizerem parte do aprendizado de forma ampla, o jornalista não obterá o conhecimento de forma completa e continuará a reproduzir o preconceito socialmente.

Além disso, por se tratarem de profissionais que estão em contato constante com a população e por trabalharem com a língua escrita

e falada, os jornalistas são muito cobrados em relação à linguagem que utilizam. Não raro, é possível visualizar, em diversos meios de comunicação, reclamações por quaisquer deslizes cometidos no uso da língua portuguesa, pois eles são considerados “profissionais da palavra”, desta forma, a eles não são admitidos os denominados “erros de português” seja na fala, seja na escrita. De acordo com Weber:

No mercado de trabalho, os jornalistas colocam em prática seus conhecimentos linguísticos, reproduzindo ou inovando estilos de escrita, ‘acertando ou errando’ na sintaxe e na ortografia, reproduzindo a concepção de jornalismo e de língua que aprenderam (também) na universidade. Embora conhecimentos sobre a língua sejam construídos ao longo de toda a vida do sujeito, com uma interferência muito significativa da escola sobre esse processo, acreditamos que o curso de Jornalismo tem um papel fundamental nesse sentido, pois redireciona os usos da língua para uma atividade profissional. (WEBER, 2009, p. 131)

Esta posição estabelecida em parte pela sociedade, em parte pelas instituições de ensino, que buscam a formação de um “bom profissional”, que fale e escreva “corretamente”, acarreta na modificação da visão de língua por parte do próprio jornalista, que também passa a crer na condição de “certo vs. errado” e de que sua atuação enquanto escritor e comunicador de textos jornalísticos não pode admitir o uso de uma língua que não seja o padrão normativo.

Para compreender, no entanto, as ações do jornalista frente à variação linguística, é necessário entender sua visão de língua. Para o profissional, a língua geralmente é vista como um veículo de comunicação, um meio pelo qual ocorre a expressão:

o discurso jornalístico somente incorpora e revela uma exterioridade, ou seja, a linguagem é um instrumento que reinscreve os conflitos reais entre padrões e empregados. A linguagem serve unicamente para comunicá-los, expressá-los, reproduzi-los” (OLIVEIRA, 2011, p. 699)

Esse fato é o que torna difícil a apresentação da língua em sua constituição e com sua variação.

### 3 Procedimentos metodológicos

Nosso *corpus* foi constituído por planos de ensino<sup>4</sup> e apostilas<sup>5</sup> que compõem as disciplinas de Redação e Expressão Oral I, II e III, de um curso de jornalismo, ministradas nos anos de 2013 e 2014, buscando verificar o tratamento da variação e da mudança linguística do Brasil. Também foram analisadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo (Resolução N° 1, de 27 de setembro de 2013) e o relatório da última prova do Enade, aplicada no ano de 2015 para o curso de Jornalismo com o intuito de verificar se são cobrados aspectos voltados ao emprego da linguagem e sob qual perspectiva.

A presente pesquisa concentrou-se na análise documental dos planos de ensino e das apostilas utilizadas em três semestres da disciplina de Redação e Expressão Oral, visando investigar a discussão sobre a diversidade linguística pelos graduandos.

Os planos de ensino das disciplinas são apresentados no início das apostilas. São apresentados os conteúdos ministrados no decorrer do semestre, bem como as avaliações a serem realizadas por ele. Por meio deste plano pode-se, de início, compreender o que será apresentado aos acadêmicos. No entanto, para maior aprofundamento na análise foi necessário avaliar, também, os conteúdos presentes nas apostilas.

O ensino e a abordagem da língua portuguesa no curso de graduação em jornalismo é constante, por se tratar da redação jornalística nos meios digital, impresso, na área do telejornalismo e radiojornalismo. No entanto, na presente pesquisa optou-se por analisar somente as disciplinas que comportam o “ensino da língua portuguesa”, ministradas por professor graduado em Letras, mestre e doutor na área de Letras e Linguística.

---

<sup>4</sup> Para Maurílio (2015, p.1) o plano de ensino “serve de instrumento de trabalho de modo amplo. É um organizador de referência para o processo de ensino-aprendizagem que ocorrerão [sic] durante um curso”, ou seja, trata-se de um planejamento para programar as ações que serão realizadas pelos professor ao ministrar uma disciplina.

<sup>5</sup> As apostilas neste trabalho mencionadas são compostas por material impresso, cujo conteúdo serve de base para ministrar uma disciplina. Neste caso, para a disciplina analisada neste trabalho, de Comunicação e Expressão Oral, são utilizadas três apostilas.

## **4 Apresentação e análise dos dados**

O curso de Jornalismo, sobre o qual foram realizadas as análises, apresenta três disciplinas de Redação e Expressão Oral, ministradas nos três primeiros semestres do curso. Estas disciplinas tratam, em sua extensão, sobre o aprendizado da língua portuguesa, que também está presente no plano de ensino de outras disciplinas, porém não com o mesmo foco e aprofundamento como apresentado nas disciplinas em análise.

### **4.1 Análise das apostilas e dos planos de ensino de Redação e Expressão Oral**

As apostilas de Redação e Expressão Oral foram organizadas em capítulos curtos e numerados. Cada capítulo conta com textos extraídos de livros e jornais, exemplos sobre o conteúdo abordado, e apresenta questões para fixação do conteúdo.

A apostila de Redação e Expressão Oral I apresentou, em seu plano de ensino, os seguintes conteúdos: Linguagem, Língua e Fala; Signo Linguístico; Língua e variedade Linguística; Textualidade e Estilo: funções da linguagem; Texto e Textualidade: denotação e conotação; Linguagem Literária: figuras de linguagem; Estrutura e Organização textual; Narrar, descrever, argumentar e Tipologia textual.

Um dos títulos, “Língua e Variedade Linguística”, chamou-nos a atenção por apresentar conteúdo referente à diversidade da língua. No entanto, somente cinco páginas foram destinadas ao tema. Esse capítulo apresenta somente um título, sendo ele Ensino da Língua e Variedade Linguística; e aborda conteúdos como preconceito linguístico; bilinguismo; tratamento da escola sobre a questão dialetal e identidade linguística. São apresentados exemplos para explicar o que é a variação linguística e como variedades podem ser percebidas.

O conteúdo discutiu temas e conceitos interessantes, como imigração; vocabulário, sintaxe e pronúncia; estigma; língua estrangeira; dialeto; variantes e variável. No entanto, sem aprofundamento teórico dos principais conceitos. Além disso, há pouco conteúdo, sendo que das cinco páginas destinadas à variação, apenas uma página e meia explica o que é a variação e diversidade linguística, apresentando nas demais páginas questões (como exemplo: o que é variedade linguística? Qual o papel da escola quanto à problemática que envolve o ensino da língua?

O que é língua padrão ou norma culta?) que, se não forem aprofundadas pelo professor na sala de aula, não apresentam condições de serem respondidas, devido à falta de conhecimento sobre o tema repassado pela apostila. Exemplos disso podem ser observados nos seguintes excertos da apostila:

- a) “A escola deve estar consciente na sua tarefa de promoção da qualificação técnica, linguística e científica, mas não negar a cultura e a identidade linguística de seus alunos provenientes da periferia”. Nesse caso, inicia-se a explicação sobre a variação linguística, que, no entanto, é apresentada superficialmente, sem a explicação dessa “identidade linguística” da “periferia”.
- b) “Ensinar a criança a ler livros em uma variedade estigmatizada (o caipira, por exemplo) seria uma forma de limitar suas futuras oportunidades de acesso a um melhor padrão de vida”. Esse excerto também é questionável, visto que apresenta apenas a variedade “caipira” como estigmatizada, como grande quantidade de livros didáticos. Outras variedades também poderiam ser discutidas.

Sobre a atuação do professor, Cyranka (2015, p.35) explica que

Há que se desenvolver uma nova atitude do professor de português. [...] o que cabe ao professor é, simplesmente, considerando as experiências reais de seus alunos quanto ao uso da língua portuguesa, considerando a variedade linguística que eles utilizam e sua capacidade de nela se expressarem, conduzi-los nas atividades pedagógicas de ampliação de sua competência comunicativa.

É interessante ressaltar, no entanto, que logo no início da apostila de Redação I, e antes do conteúdo sobre variação linguística, é apresentado um texto intitulado “O banco da língua”, cujo autor é escritor e produz textos para um jornal brasileiro, o qual difunde o “empobrecimento” da língua portuguesa devido aos jargões, gírias e não uso da variedade prestigiada. O autor escreve colunas em um jornal do Estado de Santa Catarina, do qual esse texto foi retirado, o que demonstra o uso da mídia para a divulgação de textos que pregam a importância do uso normativo da língua. Para Bagno,

uma breve revisão do que tem sido publicado na imprensa brasileira nos últimos quinze anos sobre língua e ensino da língua mostra o quanto de incompreensão e intolerância reina neste campo tão importante das relações sociais e da conquista da cidadania. (BAGNO, 2007, p. 20)

Algumas frases empregadas pelo colunista merecem destaque por contribuírem com a disseminação do preconceito linguístico como “deterioração da língua portuguesa, em constante mutação etimológica”; “papo recheado de gírias e abreviaturas”; “os bascos, todos sabemos, valem-se até do terrorismo para preservar e manter a ‘língua-mãe’”; “Nosso português parece tão ‘esbarronado’, como gostam de denunciar os d’além mar, referindo-se ao ‘dialeto brasileiro, falho, rasgado e desmoronado’”; “as autoridades educacionais deveriam criar uma espécie de ‘banco da palavra’”; “estamos urgentemente necessitados de um guardião para a nossa língua”; “linguagens populares e jargões [...] estão ‘dialetizzando’ o português brasileiro”.

Por meio dessas expressões, fica clara a não aceitação da existência da diversidade linguística, além disso, asserções como “dialeto brasileiro, falho, rasgado e desmoronado” dão o entendimento de que há somente uma variedade falada e escrita no país, uma única língua que sofre retaliações de “erros”, “gírias” e “jargões” que as pessoas introduzem e fazem com que a língua empobreça. Conforme explica Faraco:

Temos um percurso histórico que nos fez rechaçar nossas características linguísticas cultas e adotar uma norma artificial. Esta postura histórica deu origem a uma cultura normativa estreita, categórica e dogmática, sem qualquer fundamento em pesquisas linguísticas e filológicas sistemáticas. (FARACO, 2015, p.25)

Além disso, questiona-se o motivo de acrescentar esse texto à apostila logo antes do capítulo que trata sobre a variação e diversidade linguísticas, pois ao texto não é acrescentada nenhuma explicação e ele não faz parte do capítulo em questão para ser tomado como exemplo de ocorrência do preconceito linguístico. Desta forma, parece que ele contradiz o conteúdo seguinte, que trata da diversidade.

As outras duas apostilas, utilizadas nos semestres que se seguem ao primeiro, não apresentam nenhum conteúdo relacionado ao assunto sobre variação e mudança linguística. Tratam apenas, assim como na maior parte da apostila de Redação I, sobre questões da boa produção de texto, estrutura da notícia e da reportagem e tipologia textual.

Quanto aos planos de ensino das apostilas II e III, nada se encontra também, sobre variação e mudança linguística. O plano de ensino da apostila II tem como tópicos a produção de textos; construção de texto expositivo; tópicos gramaticais e ensino dos diversos tipos textuais. Enquanto o da apostila III apresenta tópicos sobre a interação e linguagem; argumentação, linguística textual; revisão gramatical; e ensaio crítico.

Desta forma, as questões sobre variação linguística se resumem a cinco páginas, discutidas no início do primeiro semestre do curso de jornalismo. Nos demais semestres a disciplina de Redação e expressão Oral, que é responsável sobre o ensino da língua portuguesa, trata exclusivamente sobre o ensino do padrão normativo.

#### **4.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo e o relatório da última prova do Enade**

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo estabelecem pontos importantes e essenciais para o ensino do acadêmico de jornalismo. São elaboradas considerando vários pontos de vista, contendo recomendações provindas da Comissão de Especialistas, que preside e elabora as diretrizes, de profissionais da área, organizações sindicais e, inclusive, da população em geral.

As Diretrizes estabelecem como objetivo a revisão do conhecimento e dos materiais que fazem parte do curso de jornalismo, buscando aperfeiçoar cada vez mais a formação dos futuros profissionais. São dispostos diversos itens que compõem a estruturação do curso de jornalismo, expostos no **tópico intitulado** “Conteúdos Curriculares”.

Entretanto, na análise realizada sobre as Diretrizes, nada foi encontrado referente ao estudo da língua em sua diversidade. O trecho abaixo, único momento que se aproxima do assunto “diversidade”, retirado do plano de Diretrizes, expõe que tem-se como necessário, para o campo jornalístico

Conhecer, em sua unicidade e complexidade intrínsecas, a história, a cultura e a realidade social, econômica e política brasileira, considerando especialmente a diversidade regional, os contextos latino-americano e ibero americano, o eixo sul-sul e o processo de internacionalização da produção jornalística. (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE JORNALISMO, 2009, p. 17)

Explica-se, desta forma, a necessidade de conhecer a realidade social, mas não se inclui a variação linguística nesta realidade. Além disso, explanou-se sobre a necessidade de estudar a comunicação humana, porém nada consta sobre o estudo do principal meio que permite o trabalho do jornalista: a língua. Assim sendo, é possível compreender que nem mesmo nas Diretrizes para o curso de jornalismo verificasse o estudo aprofundado da língua em sua diversidade, o que seria imprescindível para um profissional que trabalha com a língua e com as relações humanas e sociais.

Além das Diretrizes, a presente análise contemplou o relatório da última prova do Enade, realizada para os cursos de jornalismo no ano de 2015. Com o intuito de se verificar se são cobrados aspectos voltados ao emprego da linguagem e sob qual perspectiva foi analisado o relatório da prova do Enade. Esse relatório contém a explanação sobre as questões da prova, avaliação das respostas desenvolvidas pelos alunos, índices de desempenho na prova, explicação sobre a importância da realização da prova e considerações dos avaliadores sobre o desempenho final dos alunos de comunicação social.

Logo no início do texto, expõe-se sobre os principais tópicos considerados necessários para a completa formação do jornalista.

I – propor e formular pautas; II – selecionar fontes, utilizando critérios de pertinência e independência; III – sistematizar e organizar os processos de produção jornalística; IV – formular questões e conduzir entrevistas; V – interpretar, contextualizar e investigar fatos e informações; VI – elaborar notícias e reportagens, produzir textos e mensagens jornalísticas; VII – demonstrar domínio dos processos de edição jornalística; VIII – planejar coberturas jornalísticas; IX – trabalhar em equipe com profissionais da área e de diferentes áreas; X – desenvolver projetos na área de comunicação jornalística; XI – dominar, experimentar e inovar as linguagens jornalísticas; XII – adequar o texto jornalístico à diversidade linguística, social e cultural do público; XIII – demonstrar domínio da língua nacional para a interpretação e elaboração de textos gerais e especializados na área. (RELATÓRIO SÍNTESE DA ÁREA COMUNICAÇÃO SOCIAL-JORNALISMO/ENADE, 2015, p. 9)

Pela primeira vez se observa em um documento oficial a menção à adequação do texto à diversidade linguística do público, como se vê

no inciso XII. No entanto, no inciso XIII, é mencionado o domínio da língua nacional para interpretação e elaboração de textos. Embora seja ressaltada a importância do estudo da diversidade linguística, o que revela uma concepção de língua e de gramática como um sistema heterogêneo, portanto histórica e socialmente contextualizada, não se verifica a avaliação desse tema na prova, ou seja, não se exige do aluno compreensão e desenvolvimento sobre esse tema. A prova apresenta, em seu total, 49 questões, dividindo-se entre questões discursivas, nas quais os acadêmicos devem produzir um texto dissertativo; questões de múltipla escolha, com temas que são abordados no curso de comunicação, bem como atualidades; e, por fim, devem ser respondidas questões de percepção sobre a prova, as quais são, também, de múltipla escolha, solicitando que o aluno demonstre sua opinião sobre o grau de dificuldade da prova, se esta foi clara e objetiva, e se houve dificuldades para sua realização.

Além disso, ainda sobre o relatório, são diversos os pontos em que se enfatiza a importância da “língua padrão” por parte dos acadêmicos ao realizarem a prova. Boa parte do desenvolvimento, ainda expõe sobre os erros gramaticais dos alunos, decorrentes dos “desvios de grafia relacionados à variação” (RELATÓRIO SÍNTESE DA ÁREA COMUNICAÇÃO SOCIAL-JORNALISMO/ENADE, 2015, p. 70), que não são permitidos, principalmente em se tratando de um profissional da palavra, como o jornalista.

Outro momento de importante destaque expõe sobre a “falta de domínio de vocabulário mais abstrato e de maior complexidade, essencial ao desenvolvimento do texto de base dissertativa” (RELATÓRIO SÍNTESE DA ÁREA COMUNICAÇÃO SOCIAL-JORNALISMO/ENADE, 2015, p. 73), o que se torna contraditório, por ser uma das bases do jornalismo a necessidade da produção de textos simples e de fácil entendimento, para que se atinja a maior parte da população e para que a mesma possa compreender sem dificuldades as notícias que são transmitidas, facilitando o acesso à informação.

Em momento algum expõe-se sobre o preconceito linguístico, e mesmo que seja exposto conteúdo sobre a diversidade linguística, percebe-se que, na prática, não é considerada. Isto pode ser observado devido às exigências de que a linguagem do jornalista seja composta por “estrutura formal”, “abstrata”, “complexa”, com “domínio do registro padrão da língua” e sem desvios (RELATÓRIO SÍNTESE DA ÁREA COMUNICAÇÃO SOCIAL-JORNALISMO/ENADE, 2015).

## **5 Considerações finais**

A análise empreendida permitiu compreender como é desenvolvido o ensino referente à língua em um curso de Jornalismo, demonstrando a base que sustenta as concepções do profissional sobre língua portuguesa. Muito do que o jornalista desenvolve no mercado de trabalho provém dos ensinamentos que recebe durante sua graduação, o que faz com que esse momento acadêmico seja definidor de suas atitudes, que podem ser portadoras de preconceito ou não.

O jornalista, por vezes, como pode ser observado em meios de comunicação, busca dissertar sobre a língua, porém sem conhecer sua realidade social, seus usos e estilos e as diversificadas variações que apresenta. Neste ínterim, ideias incorretas e incompletas sobre a linguagem podem ser transmitidas em meios de comunicação de massa, atingindo a população, que passa a sustentar preconceitos. No entanto, conforme apresenta esta análise, isso pode ocorrer por falta de aprofundamento nos estudos sobre a língua, e não com a intenção de prejudicar o entendimento de língua.

A disciplina de Redação e Expressão Oral é ministrada durante três semestres do curso, abrange o período inicial de formação do jornalista e busca ampliar o conhecimento dos acadêmicos sobre a língua. Entretanto, o que se encontra em seu conteúdo e planos de ensino diz respeito à gramática normativa, produção textual conforme a norma padrão e exemplos de como não escrever para não empobrecer a língua e transmitir uma linguagem “falha, rasgada e desmoronada”, conforme explica um dos textos base da apostila de Redação e Expressão Oral I.

Foram encontradas somente cinco páginas referentes ao ensino da variação e diversidade linguística, que, inclusive, são antecedidas e precedidas por textos que explicam a necessidade da manutenção da variedade padrão e do não uso de dialetos e jargões por parte do jornalista. Ao mesmo tempo em que a realidade da diversidade linguística é exposta – mesmo que superficialmente – são apresentados textos jornalísticos com temas sobre o “empobrecimento e dialetização da língua”, contradizendo todos os tópicos que abordam a variação linguística.

Os aspectos encontrados na disciplina que aborda a língua portuguesa no curso de Jornalismo em questão demonstram o quão superficial é o ensino da língua para os jornalistas que estão em formação. Da mesma forma, as Diretrizes Curriculares do curso de jornalismo e

o relatório da prova Enade pregam a necessidade de conhecimentos sociolinguísticos, que na prática não são exercidos, pois expressa-se a necessidade de considerar a variação e a mudança linguística, mas ao mesmo tempo não são desenvolvidos estudos e nem avaliações sobre esses temas.

Percebe-se, desta forma, que ideias não aprofundadas sobre a língua, e que não retratam sua realidade, são expostas aos acadêmicos, proliferando a intolerância à diversidade. No entanto, o ato de não falar sobre a língua e suas particularidades, mesmo ela sendo principal meio de trabalho do jornalista, também difunde mitos e inverdades. Como consequência, multiplicam-se as críticas que retratam a imprensa como uma das principais fontes de difusão da intolerância e do preconceito linguístico.

## Referências

ABRAÇADO, Jussara. Entrevista com Maria Marta Pereira Scherre sobre preconceito lingüístico, variação linguística e ensino. *Revista Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Preconceito lingüístico e cânone literário*, Rio de Janeiro, n. 36, p. 11-26, 1. sem. 2008. Disponível em: [http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/index.php?option=com\\_content&view=article&id=31:no-36-preconceito-linguistico-e-canone-literario&catid=6](http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=31:no-36-preconceito-linguistico-e-canone-literario&catid=6). Acesso em: 20 mar. 2018.

BAGNO, Marcos. *A língua de eulália*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CYRANKA, Lucia F. Mendonça. A pedagogia da variação linguística é possível? In: ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto. *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

*DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE JORNALISMO*. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento\\_final\\_cursos\\_jornalismo.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf). Acesso em: 10 abr. 2018.

*ENADE 2015 - EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES*. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/enade/relatorio\\_sintese/2015/jornalismo.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2015/jornalismo.pdf). Acesso em: 10 abr. 2018.

FARACO, Carlos Alberto. Norma culta brasileira: construção e ensino. In: ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto. *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

GÖRSKI, Edair Maria; ROST, Cláudia Andrea. *Introdução aos estudos gramaticais*. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2008.

MAURÍLIO, Hildacy. *et al.* A elaboração do plano de ensino. Disponível em: <https://prezi.com/4rqqcbj-wvyn/7-a-elaboracao-do-plano-de-ensino/>. Postado em 2 dez. 2015. Documento eletrônico. Acesso em: 08 nov. 2018.

OLIVEIRA, Sabrina Moreira de Moraes. As concepções de linguagem nas definições de jornalismo. *Revista Estudos, Goiânia*, v. 38, n. 4, p. 693-706, out./dez. 2011. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/viewFile/2335/1430>. Acesso em: 20 mar. 2018.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

WEBER, Andrea Franciele. *O ensino de língua portuguesa nos cursos de jornalismo e o discurso sobre a língua na imprensa*. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/24996>. Acesso em: 05 mar. 2018.

ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto. *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

Recebido em: 09 de setembro de 2018.

Aprovado em: 12 de novembro de 2018.



## **Expressão de mim para mobilizar o sentimento do outro: considerações sobre o *ethos* discursivo em composições do letrista Nando Reis**

### ***Self-Expression to Mobilize the Feeling of the Other: Remarks on the Discursive Ethos in Nando Reis' Songwriting***

Elisandra Aguirre da Cruz Schwarzbold

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul / Brasil  
lisaguirre@hotmail.com

Ivani Cristina Silva Fernandes

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul / Brasil  
icrisifer@gmail.com

**Resumo:** Objetiva-se com este artigo esboçar um perfil de *ethos* discursivo a partir dos efeitos de sentidos instaurados por elementos linguísticos em duas músicas do cantor, violinista e compositor brasileiro, Nando Reis. Para isso, selecionaram-se dois álbuns da carreira musical do cantor – um enquanto integrante do grupo *Titãs*, outro de sua carreira solo. Em seguida, escolheu-se, aleatoriamente, uma canção de cada álbum, identificaram-se e analisaram-se os mecanismos linguísticos que, possivelmente, colaboram para a construção de uma imagem de si do locutor<sup>1</sup> das letras das músicas. Por fim, traçou-se um esboço do *ethos* discursivo que emerge das materialidades linguísticas. Para alcançar tal objetivo, embasou-se nos pressupostos teóricos da Linguística da Enunciação, principalmente na Teoria Enunciativa de Émile Benveniste e em suas postulações sobre “língua”, “linguagem”, “enunciação” e “subjetividade”. Ademais, adotaram-se, de outras vertentes teóricas, os conceitos de *ethos*, desde a perspectiva da

---

<sup>1</sup> O locutor que nos referimos aqui não é o sujeito psicobiológico, mas “uma instância linguística cuja função “teórica” é promover a apropriação da língua, sua transformação em discurso” (FLORES, 2013, p. 117).

Análise do Discurso, com Dominique Maingueneau (2015) e *debreagem*, da Semiótica, com Greimas e Courtés (2008). Como parâmetro metodológico, buscou-se suporte no paradigma indiciário, de Carlo Guinzburg (1989). Finalmente, refletiu-se sobre questões de ordem enunciativa, a partir da análise da produção de sentidos instaurados por elementos linguísticos na materialidade analisada.

**Palavras-chave:** *ethos* discursivo; enunciação; produção de sentidos.

**Abstract:** The objective of this article is to outline a discursive ethos profile from the meaning effects instituted by linguistic elements in two songs by the Brazilian singer, violinist and songwriter Nando Reis. For this purpose, two of the singer's musical career albums were selected, being one from his career in the group *Titãs* and the other from his solo career. Subsequently, one song was randomly selected from each album and the linguistic mechanisms that possibly enhanced the speaker's self-image construction were identified and analyzed. Finally, the discursive ethos profile that emerges from linguistic materialities was interpreted. In order to achieve such objective, the theoretical assumptions from the Linguistics of Enunciation were used as basis, mainly from Émile Benveniste's theory and his definitions of "language", "enunciation" and "subjectivity". Moreover, other theoretical branches were adopted for the concept of ethos, from the Discourse Analysis perspective, by Dominique Maingueneau (2005) and *debreagem*, from Semiotics, by Greimas e Courtés (2008). To support the methodological parameter, Carlo Guinzburg's (1989) indiciary paradigm was used. Lastly, enunciative matters were reflected upon, from the analysis of meaning production instituted by linguistic elements in the analyzed songs.

**Keywords:** discursive ethos; enunciation; meaning production.

## **1 Quando falar de mim significa também falar sobre e com o outro.**

O que eu sinto é só meu ou também pertence ao sentimento do outro? Em uma realidade caracterizada por movimentos egocêntricos e narcisistas, mas com rupturas e resistências que se refletem a determinadas posições empáticas e solidárias, as sociedades atuais corporificam esse jogo de forças nas mais diversas formas de ações, de discursos e de posturas. Independente da época ou teoria filosófica, a definição de "ser humano" invariavelmente se atrela a questão da linguagem e alteridade. A título de exemplo, podemos recordar as palavras benvenistianas ao tratar sobre a subjetividade na linguagem:

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem (BENVENISTE, 1995, p. 285).

Desse modo, ao considerar que a lingua(gem) é intrínseca à natureza humana e que, ao mesmo tempo, “ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte”, uma vez que “toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro” (BAKHTIN, 2006, p. 117), podemos deduzir que, em qualquer circunstância, mesmo quando se refere à si e ao mundo interior, o homem acaba tratando do outro; indo ao encontro do outro, para poder compreender os próprios sentimentos e contradições.

Entre os muitos exemplos que podemos mencionar, as composições musicais se revelam como arquétipo dos sentimentos, das ideias e dos saberes compartilhados entre seres humanos. No entanto, um aspecto que nos parece evidente é a possibilidade de que, ao falar de si, o homem se refira a aspirações e realidades presentes em seu grupo, quando não em toda humanidade. Muitas vezes se discute esse tema de forma prosaica; afinal, seria relativamente fácil perceber que os homens podem entender a natureza de outros homens. No entanto, a realidade pouco empática nos mostra que não é tão óbvio assim.

Com o intuito de iniciar uma breve reflexão linguística, porém questionadora, apresentamos esse artigo, cujo primeiro objetivo é de comentar analiticamente, em termos de amostra, dois temas do cantor, violinista e compositor brasileiro, Nando Reis,<sup>2</sup> a partir das articulações linguísticas e seus respectivos efeitos de sentido. Após essa etapa, as nossas reflexões se encaminharão ao esboço da imagem discursiva do locutor, a qual emerge das letras de tais composições.

Nossa amostra de *corpus* é constituída por dois álbuns da carreira musical do cantor que correspondem a dois períodos bem definidos: o primeiro, como integrante do grupo *Titãs* e o segundo, como responsável

---

<sup>2</sup> José Fernando Gomes dos Reis, conhecido artisticamente como Nando Reis (São Paulo, 12 de janeiro de 1963), é um baixista, cantor, violonista e compositor brasileiro. Ex-baixista da banda de *rock* “Titãs”, atualmente segue em carreira solo. (NANDO..., 2019). Para mais detalhes, Cf. Reis, 2014.

por gerenciar a sua carreira solo.<sup>3</sup> De cada um dos álbuns, escolhemos aleatoriamente uma canção, cujo *ethos* discursivo será focado por meio das articulações da materialidade linguística. Cabe destacar que, tratando-se de música, não podemos afirmar que a aleatoriedade seja absoluta, posto que esse artefato cultural mobiliza a subjetividade de todos, inclusive dos analistas. De qualquer forma, o tema focado nas duas composições que serão tratadas é representante de duas perspectivas: de um simulacro consigo e com o outro. Contudo, nos dois casos, sempre se mostra um “falar de si” para se dirigir “um falar do outro”.

No entanto, embora pareça que o compositor assume o papel de sujeito psicobiológico, dono do seu dizer, defendemos que os efeitos de sentido, advindos das articulações linguísticas, possam escapar parcialmente dessa intencionalidade, visto que o sujeito se marca na língua, surgindo como enunciador que, por sua vez, amplifica os efeitos da (inter)subjetividade na materialidade linguística.

Aliás, na cena musical brasileira, Nando Reis se destaca pelo hábito de interagir ativamente com os seus fãs, em especial no que se refere às motivações de suas letras, inclusive especificando os diversos contextos de produção. Em diversas entrevistas e *shows*, Nando Reis declara que só compõe a partir de situações vivenciadas. Por meio de vários canais de comunicação, em particular plataformas como *YouTube* e *Instagram*, além dos *shows* ao vivo, o cantor destaca o seu processo de elaboração, as condições de produção, a materialidade linguística de suas canções e as motivações subjetivas dos temas de suas composições. Destacamos as seções “Nando, voz e violão em casa” e “Nando, o inbox do facebook e algumas histórias”, devido à elaboração de uma *persona*, próxima aos fãs, criando um simulacro de proximidade ao gravar em ambientes familiares ao cantor (Cf. NANDO, 2018; NANDO..., 2017). Diante desse cenário, o *ethos* prévio ou pré-discursivo do cantor que, de acordo com Maingueneau (2015), corresponde à imagem que o público faz do enunciador antes mesmo que ele fale, revela que o cunho é intencional e intimista, mas, sabemos que, quando trabalhamos com linguagem, nem sempre é possível termos a certeza de que terá exatamente o efeito pretendido, mas sim o efeito surgido das referidas articulações.

---

<sup>3</sup> O próprio cantor diferencia essas duas fases. Cf. Nando..., 2018.

Para embasar as nossas afirmações, partimos dos pressupostos teóricos da Linguística da Enunciação a partir de Benveniste (1966, 1974); e, como o citado autor não trata das concepções sobre o *ethos* em suas teorias, nos fundamentaremos na perspectiva da Análise do Discurso, com as noções de Maingueneau (2015). Da mesma forma, buscaremos suporte na Semiótica para o conceito de *debreagem*, com Greimas e Courtés (2008) e, para orientação metodológica, com o paradigma indiciário, de Carlo Guinzburg (1989).

Na próxima seção, trataremos da fundamentação teórica dessa reflexão, composta por noções da Linguística da Enunciação (a partir de Benveniste), pela noção de *ethos* discursivo e pelas definições de *debreagem*. Pensamos que esse construtor teórico nos auxiliará com a difícil tarefa de discutir as marcas do sujeito e sua imagem na materialidade linguística em composições musicais, em que o artista enfoca os entrelaçamentos entre sujeito psicobiológico, locutor e sujeito enunciante.

## **2 Sob o olhar teórico: as marcas do “eu” e suas perspectivas na materialidade linguística**

Para discutir sobre marcas do sujeito na língua, torna-se fundamental tratarmos das noções da Linguística da Enunciação (LE). Flores e Teixeira (2012), em *Introdução à Linguística da Enunciação*, afirmam que a LE se configura como um campo de estudos que abrange várias teorias. Inclusive, muitas das conjecturas que se incorporam à LE não foram pensadas para serem constituidoras desse campo de estudos. São as pesquisas científicas, *a posteriori*, que identificam nelas um caráter enunciativo de abordagem da língua e as colocam nesse âmbito.

Consideramos que tal vertente é essencial para nossa reflexão por compreendermos que essa perspectiva teórica permite um aprofundamento teórico-analítico acerca da imagem de si do locutor, o *ethos*, por meio de mecanismos linguísticos empregados na enunciação e recuperáveis por meio da análise das marcas deixadas no enunciado. Assim, com base na LE, será possível observar a produção de sentidos instaurados durante o processo de composição, a partir de um locutor que se apropria da língua e a coloca em uso por um ato individual de utilização (BENVENISTE, 1989), ou seja, a partir da enunciação.

No que tange à linguagem, Benveniste (1995, p. 286) postula que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito [...]”. Essa noção é fundamental para nossa discussão aqui estruturada, visto que pretendemos estudar a representação discursiva do sujeito, ou seja, a “instância que decorre da apropriação feita pelo locutor” (FLORES *et al.*, 2017, p. 101).

Portanto, nada mais coerente que nos embasarmos em uma definição de língua e de linguagem que insira plenamente o homem na língua. De acordo com o linguista, “o locutor se apropria da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro” (BENVENISTE, 1995, p. 84). E é nesse ato de apropriação que se dá a subjetividade, ou seja, “a capacidade do locutor para se propor como sujeito” (BENVENISTE, 1995, p. 286). Assim, a subjetividade é essa passagem que se dá via apropriação e o sujeito é um efeito disso.

Diante desse contexto, faz-se relevante apresentarmos o conceito de enunciação que, para Benveniste (BENVENISTE, 1989, p. 82), “é *este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização*”. O locutor transforma a língua em discurso e esta transformação se dá, entre outros motivos, por um processo de agenciamento de formas e sentidos.<sup>4</sup> Dessa maneira, os fenômenos enunciativos abordam diversos modos de como os efeitos de sentido se vislumbram a partir da interdependência dos mecanismos *linguísticos* articulados no momento em que o locutor se torna sujeito enunciativo, deixando suas marcas na materialidade, ou seja, o enunciado. Nesse momento, é importante destacar que *enunciado* para Flores *et al.*, (2017, p. 107), a partir da leitura de Benveniste (1974), é a manifestação da enunciação produzida cada vez que se fala. Ao serem sistematizadas tais marcas, pode-se esboçar a figura discursiva do sujeito psicobiológico, o que pode auxiliar nos na compreensão do projeto discursivo que guia as materialidades textuais.

Nos estudos enunciativos, Amossy (2005) assevera que o termo *ethos* foi integrado por Ducrot, por meio da *Teoria Polifônica da Enunciação*. Porém, considerando que nosso enfoque principal é a *Teoria Enunciativa de Benveniste* e, em nenhum momento, o autor trata da noção

---

<sup>4</sup> A enunciação comporta múltiplos aspectos que, para fins deste artigo não serão discutidos. Maiores detalhes em Benveniste, 1989.

de *ethos*<sup>5</sup> em seus estudos, buscaremos suporte nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, a partir de Maingueneau (2015). Essa decisão teórica se dá pelo fato de que é nessa área e na da Pragmática que são discutidas as questões éticas – o que é relativo ao *ethos* – e seus efeitos discursivos. Segundo o analista francês, “o *ethos* é uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso, não é uma imagem do locutor exterior a sua fala” (MAINGUENEAU, 2015, p. 17). Assim, a elaboração de uma imagem de si está fortemente ligada à enunciação, ou seja, a noção de *ethos* se desenvolve de forma articulada à cena da enunciação, pois, o ato de produzir um enunciado remete necessariamente ao locutor que mobiliza a língua e a faz funcionar ao utilizá-la. As marcas desse *ethos* emergem da materialidade linguística e, conseqüentemente, os efeitos advindos dessa emersão tanto podem ser vistos como um auxiliar para o entendimento pragmático de como os signos linguísticos e interlocutores se vinculam durante o uso da linguagem, quanto como suporte para compreender as faces sociais, históricas, culturais e ideológicas, presentes nos discursos e nas suas materialidades, quando enfocamos os estudos da Análise do Discurso.

Nesse sentido, tendo em vista que nosso objetivo é apreender a imagem do locutor construída no discurso, a noção do *ethos* é relevante para nosso estudo. Dessa forma, compreendemos que, sujeito pragmático, ao compor o texto, se transforma em locutor que, por sua vez, se transforma em sujeito enunciante, que surge na materialidade. O conjunto de marcas sistematizadas permite entrever a forma como o locutor efetua uma apresentação de si em seu discurso. Essas dinâmicas resultam em efeitos de sentidos, instaurados por elementos linguísticos, contribuindo na construção de um possível perfil de locutor, ou seja, de *ethos*. Assim sendo, julgamos imprescindível o trabalho norteado pela noção do *ethos* e de enunciador, como o que pretendemos empreender, ao comentar analiticamente o surgimento do sujeito na materialidade linguística das composições nandoreinianas.

---

<sup>5</sup> Destacamos que, para tratarmos a noção de *ethos*, não recorreremos à tradição retórica, especialmente à *Retórica* de Aristóteles, para quem a prova do *ethos* reside no caráter moral do orador, haja vista os fins deste artigo. Para mais detalhes, consultar Aristóteles (2011).

Para finalizar esse percurso teórico, incluímos o conceito semiótico-enunciativo de *debreagem*. A Semiótica<sup>6</sup> é uma teoria de texto que tem como objetivo descrever e explicar o que o texto expressa, os sentidos e como o faz. Assim, como nosso maior interesse nessa interlocução, não há a preocupação com a criação “real” do texto, as “reais intenções do autor”, “a produção real”, o autor psicobiológico – J. F. G. Reis. O estudo se atém aos efeitos de sentido que a produção do texto de cada composição deixa apreender.

O processo de *debreagem* é um mecanismo que torna o texto mais “real”. De acordo com Greimas e Courtés (2008), há dois efeitos para convencer o enunciatário da veridicção do texto: a) *debreagem enunciativa*, que causa o efeito de proximidade actorial, espacial e temporal, ou seja, o “eu – aqui – agora”. O discurso vem em primeira pessoa, num espaço de proximidade e tempo presente; b) *debreagem enunciva*, que causa o efeito de distanciamento actorial, espacial, temporal, ou seja, o “ele, lá, então”. O discurso vem em terceira pessoa, num espaço distante e num tempo longínquo, passado.

Tais processos nos remetem à própria noção “da subjetividade na linguagem”, de Benveniste (1966, p. 284), em que o fundamento da subjetividade se determina pelo estatuto linguístico da “pessoa”. O *eu* existe por oposição ao *tu* e é a condição do diálogo que é constitutiva da pessoa, porque ela se constrói na reversibilidade dos papéis *eu/tu*. A linguagem só é possível porque cada locutor se coloca como sujeito, remetendo a si mesmo como *eu* em seu discurso.

Dessa forma, “*eu* estabelece uma outra pessoa, aquela que, completamente exterior a mim, torna-se meu eco ao qual eu digo *tu* e que me diz *tu*” (BENVENISTE, 1966, p. 286). A categoria de pessoa é essencial para que a linguagem se torne discurso, assim, o *eu* não se refere nem a um indivíduo nem a um conceito, ele refere-se a algo exclusivamente linguístico, ou seja, ao “ato de discurso individual em que eu é pronunciado e designa seu locutor” (BENVENISTE, 1966, p. 288). O fundamento da subjetividade está no exercício da língua, pois seu único testemunho objetivo é o fato de o *eu* enunciar-se.

Após a apresentação do arcabouço teórico, torna-se necessário explicitar os parâmetros metodológicos que sustentam nosso enfoque

---

<sup>6</sup> Para maiores informações Cf. Barros, 1990, haja vista que não faz parte de nosso objetivo, neste artigo, discutirmos tal teoria.

analítico, posto que a nossa materialidade exige um rigor por parte do analista para que exista um olhar teórico diferenciado, distante dos comentários prosaicos dos observadores leigos ao tratar sobre os temas musicais.

### **3 O movimento do analista diante de uma materialidade de apelo patêmico: os parâmetros metodológicos**

Os parâmetros metodológicos que norteiam nossa perspectiva analítica são a *metodologia qualitativa* e o *paradigma indiciário*. A análise qualitativa é necessária para que possamos considerar a qualidade das informações e, a partir dos efeitos de sentidos produzidos pelos mecanismos linguísticos, verificar sua contribuição na construção do *ethos*.

Além do método qualitativo, adotaremos as concepções do paradigma indiciário, em virtude de a LE não possuir uma metodologia específica, cabendo a cada analista adaptar ou criar seu próprio método. O paradigma indiciário, traçado por Ginzburg (1989), é um modelo epistemológico que surgiu no âmbito das Ciências Humanas, no final do século XIX e é determinado pela capacidade de, “a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diariamente” (GINZBURG, 1989, p. 152). Caracteriza-se por buscar detalhes, indícios, pistas ou sinais que estão na materialidade textual, que nem sempre são percebidos em um primeiro instante e que são vistos como secundários.

Desse modo, os indícios encontrados nas amostras de *corpus* podem colaborar para traçar a imagem discursiva do locutor das letras das músicas. É importante destacar que vários elementos constituem o *ethos*, mas, para fins deste artigo, priorizaremos os mecanismos linguísticos – especialmente os verbos, os pronomes e as estruturas sintáticas recorrentes – e seus efeitos de sentido.

A título de *corpus*, nossa análise se centra nas composições “Mesmo Sozinho”, pertencente em sua fase como integrante do grupo *Titãs*, e “Os Cegos do Castelo”, pertencente a sua fase da carreira solo, por representarem movimentos antagônicos e perspectivas temporais opostas, mas com efeito de sentido similar no que se refere à construção do *ethos*. A escolha metodológica deste trabalho se baseia no fato de que nossa pretensão analítica é examinar as composições que pertencem a álbuns

de diferentes momentos da carreira do autor, já que a mudança de atuação no gerenciamento de sua carreira impõe outra atitude compositiva que, possivelmente, influencia na elaboração das letras e nas marcas do sujeito. Desse modo, podemos identificar as implicações discursivas quando o letrista se transforma em intérprete, o que reverbera nas marcas que o sujeito deixa na materialidade. Tais marcas, muitas vezes, se explicitam na entonação, no timbre vocal e nos arranjos específicos, generalizados e reconhecidos leigamente sob o rótulo de “versões musicais”.

Ainda que se possa deduzir que as letras das canções possuem um cunho intencional, essa não é nossa finalidade, posto que o locutor que emerge no discurso é uma figura discursiva e não corresponde exatamente ao sujeito psicobiológico, mesmo que o cantor reafirme esse propósito em diversas entrevistas. Essa afirmação advém da certeza de que os efeitos de sentido escapam do controle do sujeito falante em uma materialidade coenunciativa, em que as percepções dos interlocutores dependem de como os efeitos de sentido lhes alcançam a partir da forma como tais interlocutores apreendem a materialidade linguística e sonora da música.

No que se refere a gênero, cabe comentar que sua classificação é dada a partir da análise de suas condições de produção, circulação e recepção, inserida num âmbito comunicativo e sócio-histórico. Segundo Marcuschi (2011), o gênero precisa ser encarado como entidades comunicativas, como formas verbais da prática social, consideravelmente estável, que se materializam em textos que estão inseridos em comunidades de práticas linguístico-sociais, levando em conta seus domínios discursivos e suas particularidades. Nesse viés, abordaremos o gênero sincrético, inserido na dinâmica da multimodalidade textual, ou seja, que relaciona a linguagem verbal e a musical. Com isso, faz-se necessário considerar o gênero musical escolhido pelo artista e as estratégias utilizadas para articular elementos linguísticos e melódicos. Entretanto, destacamos que o plano da expressão das canções – melodia, escala, entonação e ritmo não fazem parte de nosso objetivo, neste artigo. Importante salientarmos que, no tocante à materialidade linguística, Costa (2014) defende que na letra de música há uma predominância às palavras de uso cotidiano, existência de uma maior liberdade em relação às regras normativas da sintaxe, permissão de repetições e quebra de frases, palavras, sílabas e sons sem intencionalidade.

Após esses esclarecimentos metodológicos, podemos ingressar na fase analítica que nos permitirá sustentar nossa reflexão sobre o sujeito enunciante em materialidades vinculadas ao domínio discursivo musical.

#### 4 O *ethos* resiliente e a elaboração dos processos coenunciativos

Como anunciado, na seção anterior, selecionamos duas composições para nossa interlocução analítica: “Mesmo sozinho” (álbum *A melhor banda de todos os tempos da última semana*, de 2001) e “Os Cegos do Castelo” (álbum *Infernal*, também de 2001).

A primeira composição apresentada é “Mesmo sozinho”, cujo tema enfoca a separação e a postura resiliente do locutor diante do fato. Embora trate de uma separação amorosa, convém ressaltar que tal letra faz parte do último álbum do autor como integrante do grupo *Titãs*, o que pressupõe que o sentimento de despedida e desintegração de relacionamentos já existisse como um sentimento presente na vivência do autor e prestes a ser retratado em alguma composição.

Mesmo sozinho

Uh... baby

Por que você foi pra tão longe?

Não precisava tanto

Bastava só não telefonar

Uh... baby, baby, baby, baby

O que aconteceu?

O ar não foi suficiente?

Você não viu, você sumiu

Mudou de lugar

No mais, estou vivendo normalmente

Não vou ficar pensando

Se tivesse sido o contrário

Estou feliz

Mesmo sozinho

Esse silêncio é paz

Nesse momento cai

Uma forte chuva

Quem vai ficar chorando?

Uh... baby  
 Sabe do que eu sinto saudades?  
 Do seu sorriso de manhã  
 E do quarto tão desarrumado

Uh... baby  
 Saiba que eu gosto muito de você  
 Espero que esteja feliz  
 E bem acompanhada

Normal, estou vivendo simplesmente  
 Não vou ficar pensando  
 Se tivesse sido contrário

Estou feliz  
 Mesmo sozinho  
 Esse silêncio é paz  
 Nesse momento cai  
 Uma forte chuva  
 Quem vai ficar chorando?

Nando..., 2003.

Os recursos linguísticos presentes na letra se centram na dinâmica verbal entre os tempos do presente e pretérito do indicativo; nas marcas dêiticas, na inversão sintática de orações subordinadas concessivas e nas perguntas retóricas.

No que concerne aos verbos e às marcas dêiticas, os verbos no presente, pretérito perfeito e imperfeito do indicativo exemplificam o recurso de *debreagem* temporal, pois, ora remete ao passado (*debreagem enunciva*), ora, ao presente (*debreagem enunciativa*). Em conformidade com os autores Greimas e Courtés (2008), a *debreagem enunciativa* causa o efeito de proximidade actorial, espacial e temporal, com discurso em primeira pessoa, num espaço de proximidade e tempo presente (*estou, vou*). Da mesma forma, com o uso da *debreagem enunciva*, o efeito que causa é de distanciamento actorial, espacial e temporal, com verbos empregados em terceira pessoa, num espaço distante e num tempo longínquo, passado (*foi, precisava, bastava, aconteceu, sumiu, mudou, viu*), evocando fatos anteriores.

Evidenciamos esses efeitos de proximidade e distanciamento actorial, espacial e temporal também na teoria benvenistiana, vistos como um mecanismo de *discursivização*, ou seja, “mecanismo

criador da pessoa, do espaço e do tempo da enunciação e, ao mesmo tempo, da representação actancial, espacial e temporal do enunciado (BENVENISTE, 1989, p.79). Desse modo, se esboça um *ethos* que se constrói no entremeio das perspectivas do passado interrogante em que impera as perguntas retóricas e os vocativos ao interlocutor e o presente resiliente em que o enunciado emerge do discurso otimista de superação, ainda mais ressaltado pela inversão sintática que enfoca o enunciado de conteúdo negativo. Inclusive, é revelador que esse fragmento seja o título da música (*Mesmo sozinho*), em que anuncia esse *ethos* que advém da bifurcação do olhar questionador e resiliente na mesma tendência ética.

Ainda que o foco do nosso artigo não sejam as questões melódicas, cabe salientar que a composição está acompanhada de uma melodia que, de acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa *Houaiss*, é uma sequência de notas que formam frase musical, compassada e relativamente lenta. Tal fenômeno propicia a *passionalização* que, segundo Tatit (1996), é uma estratégia para o locutor se marcar por meio de manifestações passionais, apresentando elementos linguísticos que evocam uma tendência ao sofrimento amoroso. No entanto, a cadência crescente mimetiza o tom de resiliência, alternado pelo tom de nostalgia e questionamento. (Para maiores detalhes cf. TATIT, 1996)

O conjunto da composição, auxiliado pela materialidade melódica, faz emergir um *ethos* intimista, reflexivo com relação ao seu mundo interior. Curiosamente, essa introspecção se articula com os mecanismos que visam mobilizar o interlocutor que, em princípio, é esse “tu” do ser amado, mas que pode ser o ouvinte.

Como os recursos linguísticos enfocam o simulacro de uma interlocução e a construção de um diálogo entre um “eu” e um “tu” como estruturas dêiticas, o interlocutor facilmente é levado a assumir a voz desse “eu” questionador e resiliente, ao mesmo tempo que esboça esse “tu” com uma figura presente na sua vivência. A pressuposta simplicidade linguística e melódica se revela complexa e efetiva no que se refere a criar um *ethos* empático, porta voz de uma postura resiliente, automaticamente assumida pelo interlocutor.

Tal hipótese nos revela que a identificação de sentimento que, teoricamente, provém da coincidência de vivências entre os sujeitos pragmáticos do compositor e dos ouvintes, na realidade, é produto de recursos linguísticos e melódicos que premiam a transformação do locutor em sujeito discursivo ao enunciar a composição e mobilizar

a linguagem. Mais do que identificação entre sentimentos, temos um construto linguístico que enfatiza diversas enunciações a partir dos mesmos enunciados, permitindo que vários indivíduos se transformem em locutores e, conseqüentemente, em enunciadores ao mobilizar a linguagem, ao converterem língua em discurso.

A segunda composição que apresentamos é “Os Cegos do Castelo”, em que o tema enfoca o sentimento de conflito e resiliência com relação ao uso de substâncias ilícitas. Sobre esse ponto, o compositor declara, em entrevista na revista *Trip*, de 12 de maio de 2014, que a presente composição é produto de seu sentimento de isolamento vinculado ao uso da cocaína (Cf. NANDO..., 2014):

Há mensagens subliminares sobre esse assunto [sua relação com as drogas] em várias outras músicas minhas. ‘Cegos no castelo’ é uma. Todo mundo acha que eu estou falando sobre os Titãs. Mas é muito da minha cegueira, meu isolamento. Castelo é um lugar onde metaforicamente eu me encastelava. Falava de mim e da minha relação com a cocaína (REIS, 2014)

Porém, a estrutura semântica, morfossintática e melódica permite que os interlocutores vinculem a composição diversos contextos de isolamento, sofrimento e resiliência.

#### Os Cegos do Castelo

Eu não quero mais mentir  
Usar espinhos que só causam dor  
Eu não enxergo mais o inferno que me atraiu  
Dos cegos do castelo me despeço e vou  
A pé até encontrar  
Um caminho, um lugar  
Pro que eu sou

Eu não quero mais dormir  
De olhos abertos me esquenta o sol  
Eu não espero que um revólver venha explodir  
Na minha testa se anunciou  
A pé a fê devagar  
Foge o destino do azar  
Que restou

E se você puder me olhar  
Se você quiser me achar  
E se você trazer o seu lar

Eu vou cuidar, eu cuidarei dele  
Eu vou cuidar, ah! ah! ah! ah! ah!  
Do seu jardim

Eu vou cuidar, eu cuidarei muito bem dele  
Eu vou cuidar, ah! ah! ah! ah! ah! ah!  
Eu cuidarei do seu jantar  
Do céu e do mar  
E de você e de mim

Eu não quero mais mentir  
Usar espinhos que só causam dor  
Eu não enxergo mais o inferno que me atraiu  
Dos cegos do castelo me despeço e vou  
A pé até encontrar  
Um caminho, um lugar  
E pro que eu sou  
Oh! Oh! oh! oh!

E se você puder me olhar  
Se você quiser me achar  
E se você trazer o seu lar

Eu vou cuidar, eu cuidarei dele  
Eu vou cuidar, ah! ah! ah! ah! ah!  
Do seu jardim

Eu vou cuidar, eu cuidarei muito bem dele  
Eu vou cuidar, ah! ah! ah! ah! ah! ah!  
Eu cuidarei do seu jantar  
Do céu e do mar  
E de você e de mim

Nando..., 1997.

Na presente composição, podemos destacar, como recursos linguísticos, o emprego de verbos e locuções verbais majoritariamente nos tempos presente e no futuro; de dêiticos na primeira pessoa; na reiteração do sujeito sintático explícito; nas orações subordinadas condicionais e na reiteração de orações negativas e locuções interjetivas.

Com relação aos verbos, a estruturação verbal se direciona ao presente da enunciação e à posterioridade imediata, ao combinar o uso de verbos em presente (*quero*), futuro (*cuidarei*) e locução de futuro (*vou cuidar*). Ao contrário da composição anterior, a articulação linguística faz emergir um sujeito que enfoca sua perspectiva ao futuro, ao invés do passado. No entanto, se mantém a tendência resiliente, agora representada nos enunciados futuros, incansavelmente reiterados no refrão, em uma entonação vigorosa e ritmo crescente.

O enunciador se marca em um presente de dor que rejeita e em um futuro diligente, em que aparece o “tu” como um parceiro desejado, mas não primordial, já que existe o enunciado condicional (*E se você puder me olhar / Se você quiser me achar*). Em realidade, as estruturas verbais enfatizam muito mais enunciados sistematizados em enunciados assertivos e propositivos (em orações negativas e interjetivas), o que contribui para o esboço de um *ethos* resiliente, embora cercado pelo sofrimento como indica a escolha do campo semântico (*espinhos, dor*).

Destacamos o enfoque no sujeito sintático explícito, representado pelo pronome “eu”. Apoiados na teoria de Benveniste, entendemos que esse “eu” não é apenas uma categoria morfológica, mas uma marca linguística da categoria de pessoa que mostra a passagem do locutor a sujeito. Vale ressaltar que o sujeito que tratamos aqui não é o homem “pessoa física”, mas uma instância que decorre da apropriação feita pelo locutor. O sujeito é um efeito da apropriação (FLORES, 2013).

Sendo assim, na canção supracitada, o “eu” se refere a algo muito singular, exclusivamente linguístico, ou seja, ao ato discursivo individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor (BENVENISTE, 1966). E, nesse sentido, evidenciamos outro conceito fundamental da teoria benvenistiana, “da subjetividade na linguagem”, isto é, “a capacidade do locutor para se propor como sujeito” (p. 286). Lembramos que esse mesmo “eu” é referido por meio de um sintagma nominal – *Os Cegos do Castelo* – explicitando uma autodesignação desse “eu”. Portanto, é coerente que esse sintagma seja o título da composição, pois esse enunciador, ao emergir, auxilia o esboço de um *ethos* resiliente e assertivo.

De igual maneira ao conjunto linguístico e melódico anterior, é a estrutura linguística que permite a elaboração do efeito de empatia, baseada nos processos enunciativo-discursivos. No que tange à melodia, é essencial lembrar que os diversos arranjos instrumentais e versões são processos essencialmente enunciativos, pois esses mecanismos também

marcam a enunciação de um sujeito em mesmas materialidades. Aliás, o próprio Nando Reis apresenta várias versões da mesma composição como, por exemplo, versões em voz e violão, versões com a Orquestra Sinfônica Petrobrás, versões com convidados, entre outras (Cf. NANDO..., 2009). É evidente que, para leigos, a identificação entre interlocutores se fundamenta na apresentação do tema e na estrutura rítmica. Inclusive, essa recepção é confirmada pelo cantor em várias entrevistas publicadas na mídia. No entanto, após uma observação analítica, sustentada por preceitos enunciativos e discursivos, notamos que é o trabalho linguístico e melódico que proporciona os efeitos de sentidos, nem sempre os pretendidos, mas que são eficazes para o estabelecimento de um espaço de interação entre os sujeitos pragmáticos e um universo discursivo entre os interlocutores, por meio de uma construção ética e de efeitos patêmicos que se orientam para as impressões de empatia, solidariedade e identificação.

Ao lançarmos um olhar amplo para a unidade formada pelas duas composições, defendemos como hipótese que o *ethos* de matiz resiliente é um importante mecanismo para transformar essas duas letras em composições modélicas no repertório do letrista Nando Reis, contribuindo para a construção de uma carreira exitosa, reconhecida nacionalmente, e lhe garantido um lugar de destaque entre os compositores e intérpretes brasileiros.

Além disso, nossos comentários analíticos nos oferecem argumentos para defender que o trabalho linguístico e melódico é tão ou mais importante do que apresentação do tema quando nos referimos aos gêneros do domínio musical. Aliás, é um material complexo e desafiante para o analista, uma vez que, nesses casos, a figura do *ethos* prévio é muito atuante e pode nos levar para conclusões simplistas sobre os efeitos de sentido.

## **5 Um longo percurso entre letras e sons**

Ao finalizar essa breve caminhada analítica, consideramos que nossa hipótese inicial é coerente com uma perspectiva teórica que julga importante as marcas do sujeito na materialidade linguística. Por meio dos mecanismos linguísticos, é viável notar diversos efeitos de sentido, entre eles, a construção de um *ethos* que, no caso das composições de Nando Reis, é de tendência resiliente.

Tal hipótese contribui para valorizarmos o conhecimento enunciativo e discursivo no momento de empreender uma análise linguística, em especial, em um contexto repleto de opiniões com bases frágeis, fundadas em percepções subjetivas, especialmente quando nos referimos ao universo musical. É evidente que há excelentes profissionais da área que conseguem articular, com mais propriedade, os recursos presentes na materialidade linguística e sonora. No entanto, esse fato não invalida que analistas advindos da área da Enunciação e da Análise do Discurso, possam enriquecer o artigo que já vem sendo desenvolvido.

Por outro lado, observações analíticas como essas, a partir de fenômenos linguísticos presentes em gêneros tão prosaicos e disseminados como as músicas, nos permitem refletir sobre o labor analítico e sua importância, assim como a contínua necessidade de aprimoramento de um olhar teórico, metodológico e analítico dos pesquisadores, professores e estudantes da área Linguística.

Por último, é sempre revigorante notar a beleza do encontro entre os homens por meio “da linguagem e na linguagem”, construindo um espaço de encontro da essência da humanidade presente em cada indivíduo, concretizado em palavras e discursos. Afinal, assim como os textos, nós, seres humanos, também somos tramas formadas por formas e sentidos.

## Referências

AMOSSY, R. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 119-144.

BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

BARROS, D. L. P. de. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 1990.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

COSTA, S. R. *Dicionário de gêneros textuais*. 3. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

FLORES, V. N. *et al.* (org.). *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2017.

FLORES, V. N. *Introdução à Teoria Enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. *Introdução à linguística da enunciação*. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2012.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.

MAINGUENEAU, D. A propósito do *ethos*. In: Ana Raquel Motta; Luciana Salgado (org.). *Ethos discursivo*. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

MESMO sozinho. Intérprete: Nando Reis. Compositor: Nando Reis. *Letras*, Belo Horizonte, 2003-2019. Disponível em: <https://www.letas.mus.br/nando-reis/126573/>. Acesso em: 19 mar. 2019.

NANDO Reis – Fama, fãs e fotos: uma visão sobre a vida pública. [*S.l.: s.n.*], 2018. 1 vídeo (15:25 min). Publicado pelo canal Nando Reis. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5qvnGqcGLDk&t=2s>. Acesso em: 19 mar. 2019.

NANDO Reis e o inbox da página do Facebook – Parte 1: UFRJ e o tom de azul do All Star. [*S.l.: s.n.*], 2017. 1 vídeo. (1:20 min). Publicado pelo canal Nando Reis. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9T45hT3u74E>. Acesso em: 19 mar. 2019.

NANDO Reis. [*S.l.: s.n.*], 2009. Publicado pelo canal Nando Reis. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCIVr9fNs-68pYiHcft3gtAw>. Acesso em: 19 mar. 2019.

NANDO REIS. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Nando\\_Reis](https://pt.wikipedia.org/wiki/Nando_Reis). Acesso em: 19 mar. 2019.

NANDO, voz e violão em casa. [S.l.: s.n.], 2018. 16 vídeos. Publicado pelo canal Nando Reis. Disponível em: [https://www.youtube.com/playlist?list=PLK02M66ueu9fou5ttvphEkbUbaU\\_Iv1NX](https://www.youtube.com/playlist?list=PLK02M66ueu9fou5ttvphEkbUbaU_Iv1NX). Acesso em: 19 mar. 2019.

OS CEGOS do castelo. Intérprete: Nando Reis. Compositor: Nando Reis. Letras. Belo Horizonte, 2003-2019. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/nando-reis/96673/>. Acesso em: 19 mar. 2019.

PRETO, Marcus. Nando Reis – Fama, dinheiro, álcool, cocaína, sexo mortes: dos venenos que há no mundo, ele provou todos. *Revista Trip*. São Paulo, n. 232, 2014. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/nando-reis#5>. Acesso em: 19 mar. 2019.

REIS, Nando. Minha história. Fã Clube Nando Reis, 2014. Disponível em: <http://fcnandoreis.com.br/minha-historia-por-nando-reis/>. Acesso em: 19 mar. 2019.

TATIT, L. *O cancionista*. São Paulo: Edusp, 1996.

Recebido em: 16 de setembro de 2018.

Aprovado em: 13 de fevereiro de 2019.



## **Construções com tema marcado e máximas conversacionais no desenvolvimento de tópicos discursivos**

### ***Marked Theme Constructions and Conversational Maxims in the Development of Discourse Topics***

Vanessa Hagemeyer Burgo

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul / Brasil

vanessahburgo@hotmail.com

Carmen Lucia Milito Douran

Prefeitura Municipal de São José dos Campos, São José dos Campos, São Paulo / Brasil  
cadouran@yahoo.com.br

Letícia Jovelina Storto

Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Cornélio Procópio, Paraná / Brasil  
leticiajstorto@gmail.com

**Resumo:** Este estudo busca analisar o modo como os interlocutores desenvolvem os tópicos discursivos por meio de construções com tema marcado, observando o papel das máximas conversacionais na organização dos assuntos. O arcabouço teórico está fundamentado nos conceitos da Análise da Conversação, e o *corpus* é formado de uma entrevista com o Governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin, exibida no programa *De frente com Gabi*, transmitida pelo Sistema Brasileiro de Televisão – SBT. Trata-se de estratégias eficientes na progressão temática e que contribuem para assinalar a aceitação ou recusa de determinados tópicos por parte dos falantes e seus objetivos.

**Palavras-chave:** tópico discursivo; tema marcado; máximas conversacionais.

**Abstract:** This study aims at analysing how interlocutors develop discourse topics by means of marked theme constructions, observing the role of conversational maxims in the organization of subjects. The theoretical framework is based on the concepts of Conversation Analysis, and the *corpus* consists of an interview given by the Governor of São Paulo Geraldo Alckmin on the talk show *De frente com Gabi*, aired by SBT, a Brazilian television broadcasting channel. Those devices constitute efficient strategies towards thematic progression, and they contribute to point out speakers' acceptance or refusal of certain topics as well as their objectives.

**Keywords:** discourse topic; marked theme; conversational maxims.

## 1 Introdução

Todo evento comunicativo depende da situação de comunicação contextualizada e do acordo tácito entre os interlocutores. Na situação de comunicação, situam-se o espaço físico, a intenção comunicativa, as restrições (o que pode ou não ser dito), o gênero do evento, a identidade dos interlocutores, seus papéis sociais e o lugar de poder que ocupam no contrato comunicativo. No acordo entre os interlocutores, estão presentes os conhecimentos partilhados, os interesses negociados de acordo com o objetivo da interação e a atitude colaborativa dos participantes, a qual deve ser favorável ao desenvolvimento e à sustentação do evento.

Considerado o tópico como aquilo acerca do que se fala ou se escreve (BROWN; YULE, 1983, p. 73), e o elemento condutor do evento conversacional (já que o diálogo constitui-se nos e pelos tópicos que são eleitos), procuramos, neste trabalho, evidenciar as construções com tema marcado, observando o papel das máximas conversacionais na organização dos assuntos. O *corpus* desta pesquisa é composto por uma entrevista concedida pelo Governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin à jornalista Marília Gabriela em seu programa *De frente com Gabi*, transmitido pela emissora de televisão SBT (Sistema Brasileiro de Televisão), em 30 de novembro de 2011. Os dados, de caráter empírico, foram amparados pelos conceitos da Análise da Conversação, e a entrevista foi transcrita conforme as normas sugeridas por Preti (2010, p. 13-14).

Em função de os tópicos serem negociados em tempo real nesse tipo de entrevista, os participantes tendem a assumir atitudes de cooperação. Segundo a teoria do Princípio de Cooperação (ou Princípio Cooperativo), elaborada por Grice (1982), no diálogo, as pessoas fazem

esforços cooperativos no intuito de tornarem a comunicação efetiva, reconhecendo nela um ou mais propósitos comuns. Dessa forma, os interlocutores investem em uma conversação, agem de acordo com suas intenções, buscando construir um evento comunicativo em que a cooperação está implícita, pois ela é necessária para que o evento se constitua de fato.

## 2 Tópico Discursivo

Conforme Marcuschi (2007, p. 77), o tópico constitui-se como unidade discursiva fundamental que institui o evento conversacional, pois ele é visto como “sobre o que se conversa”. De acordo com o autor: “só se estabelece e se mantém uma conversação se existe algo sobre o que conversar, nem que seja sobre futilidades ou sobre o tempo, e se isto é conversado. É a isto que se refere Goffman quando sugere que uma conversação é uma *interação centrada*”.

A conversação implica uma construção colaborativa entre os participantes cujo desenvolvimento se dá com base na troca de turnos entre pelo menos dois falantes, estando estes voltados para um mesmo assunto, ou seja, o tópico discursivo. No texto falado, a delimitação dos tópicos não se dá de forma estática como no texto escrito, em que é possível circunscrevê-los à frase ou a um conjunto de frases justapostas. No contato face a face, de acordo com Burgo e Ferreira (2011, p. 368), “o falante partilha do mesmo assunto e do mesmo ambiente de conversação no qual está inserido o ouvinte, e, assim, é capaz de monitorar o efeito de sua enunciação”.

Nem sempre há marcas explícitas que identificam o tópico, mas ele se encontra subentendido entre os interlocutores participantes do evento comunicativo.

Quando isso ocorre, verifica-se que o referencial não se encontra no texto, mas no contexto situacional e, neste caso, as unidades lingüísticas referem-se sistematicamente a traços do mundo extralingüístico. Esses traços incluem não só a situação imediata onde as unidades são utilizadas, como também o conhecimento por parte dos interlocutores sobre o que foi dito anteriormente e sobre quaisquer crenças externas relevantes. (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2012, p. 40).

Assim, a coerência e a coesão do texto falado não se restringem simplesmente às marcas linguísticas e discursivas presentes na superfície do texto, mas na relação entre os referentes, em função da articulação dos conhecimentos partilhados e de acordo com o contexto da interação, conforme afirma Jubran (2006, p. 90):

O tópico decorre, portanto, de um processo que envolve colaborativamente os participantes do ato interacional na construção da conversação, assentada em um complexo de fatores contextuais, entre os quais as circunstâncias em que ocorre o intercâmbio verbal, o grau de conhecimentos recíproco dos interlocutores, os conhecimentos partilhados entre eles, sua visão de mundo, o *background* de cada um em relação ao que falam.

O tópico apresenta três propriedades fundamentais: a *centração* (ou *focalização*), a *organicidade* e a *segmentação* (KOCH, 2006; MARCUSCHI, 2007; GALEMBECK, 2012).

A primeira diz respeito ao foco em um determinado tema, de modo que se mantenha a coerência do texto (falado ou escrito), ou seja, está relacionada à ideia de unidade. Consideramos os pressupostos de Koch e Travaglia (1999, p. 8) a respeito de “texto”:

[...] uma unidade linguística concreta (perceptível pela visão ou audição), que é tomada pelos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor) em uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente de sua extensão.

A segunda, por sua vez, relaciona-se à organização tópica do texto falado, a qual se desenvolve em dois níveis interligados: o linear (horizontal) e o hierárquico (vertical) (KOCH, 2006; MARCUSCHI, 2007). No plano linear, está indicada a relação entre os tópicos na linha discursiva, em sua linearidade. Por meio desse plano, o qual apresenta a progressão tópica, é possível compreender a noção de continuidade, quando existe uma organização sequencial dos tópicos, e de descontinuidade, quando não existe essa organização, de modo que a sequência tópica seja perturbada (GALEMBECK, 2012). Já no plano hierárquico, de acordo com o autor, são apresentadas as relações de interdependência entre o supertópico, o tópico e os possíveis subtópicos.

Nesse plano, ocorre a especificação do assunto em pauta de acordo com as necessidades e as intenções dos interlocutores (GALEMBECK, 2012, p. 101).

A terceira consiste, segundo o autor, na “delimitação dos vários segmentos ou porções tópicas, intuitivamente identificadas pelos falantes, na medida em que há na fala marcas desta delimitação tópica, mas que nem sempre constituem um critério absoluto, pois são facultativos, multifuncionais” (GALEMBECK, 2012, p. 101).

Se, nas interações espontâneas, os interlocutores encontram-se presumivelmente em pé de igualdade quanto à construção do quadro tópico – ou seja, ambos podem orientar a conversa para os tópicos que desejam desenvolver – na entrevista, por ser caracterizadamente um evento marcado pela hierarquia entre os papéis conversacionais do entrevistador e entrevistado, não ocorre o mesmo. Nela, o entrevistador assume o papel de gestor do evento comunicativo, fazendo uma série de intervenções de caráter referencial com o objetivo de orientar o diálogo para o quadro tópico que pretende desenvolver.

Assim, as perguntas e asserções do entrevistador têm o papel de monitorar a ação tópica para atender à pauta planejada visando à contribuição colaborativa do entrevistado, cuja participação se restringe, teoricamente, ao assentimento dos tópicos propostos.

## **2.1 Quadro tópico**

Os quadros tópicos são formados pela interdependência das relações que se formam no plano hierárquico de organização. Segundo Jubran (2006, p. 96-97), eles são caracterizados por duas condições necessárias (a e b) e uma possível (c), as quais transcrevemos na íntegra abaixo, excetuando-se os exemplos dados pela própria autora:

- a) centração num tópico mais abrangente (supertópico – ST), que recobre e delimita a porção do texto em que ele é focal.
- b) divisão interna desse ST em tópicos co-constituintes (subtópicos – SbTs), situados numa mesma camada de organização tópica, na medida em que apresentam o mesmo teor de concernência relativamente ao ST que lhes é comum.

- c) subdivisões sucessivas no interior de cada tópico co-constituente, de modo que um SbT de um ST superior a ele passa a ser um ST em relação aos tópicos que o integram (SbTs), constituindo, com eles, um QT de nível inferior na hierarquia tópica.

Vale ressaltar que, tendo em vista a possibilidade de subordinações contínuas no quadro tópico, há de se observar o nível de hierarquia que se pretende recortar para análise, dado que um subtópico poderá ser eleito pelo(s) falante(s) para exercer a função de um supertópico na cadeia sucessória formando, assim, outro quadro tópico.

## 2.2 Ruptura, fechamento e movimentação do tópico

A ruptura do tópico pode ocorrer por motivos alheios à interação, como, por exemplo, pelas interrupções advindas de ruídos externos ou pela introdução de novos participantes na interação, repercutindo, assim, na mudança de centração do quadro tópico. Também ocorre por motivos relativos à interação, ou seja, um dos interlocutores introduz um novo tópico, não dando chance para que o tópico em pauta seja desenvolvido.

Já o fechamento tópico pode ocorrer pelo esvaziamento do conjunto de referentes em andamento ou pode ser desencadeado pela manifestação de um dos interlocutores por não desejar mais prosseguir. O fechamento pode ser anunciado de forma explícita, por intermédio de marcadores como *enfim*, *quer dizer* seguidos de declaração conclusiva, por marcas implícitas (como pausas prolongadas), entonações descendentes ou por marcadores que têm a função de finalizar o tópico e, ao mesmo tempo, buscar a aprovação do ouvinte, como *não é?*, *né?*, *sabe?*.

Em relação aos procedimentos que sinalizam a movimentação tópica, além dos recursos citados acima, cuja recorrência incide principalmente no fechamento do tópico, alguns movimentos sinalizam a orientação para a projeção de outro foco temático sobre o qual se vai falar em seguida. Esses movimentos são descritos por Jubran (2006, p. 113-118) como tematização, paráfrases, repetições, hesitações, e constituem-se em recursos que podem contribuir para introduzir, retomar, manter ou delimitar tópicos.

### **3 Tematização**

A tematização é caracterizada por Halliday (1994) como o processo de mudança de elementos da frase para a posição inicial, acrescida de quaisquer alterações gramaticais dentro de uma frase causadas por essa movimentação. A tematização ocorre com bastante frequência em textos falados e consiste na inversão da sequência direta dos constituintes de um enunciado. Assim, um dos elementos é deslocado à esquerda, ou seja, para o início da construção do enunciado, orientando o foco temático, conforme afirma Jubran (2006, p. 113):

Temos nesse caso, construções com tema marcado, que têm a função precípua de colocar em foco um tópico a ser introduzido ou desenvolvido, anunciando previamente a centração do próximo segmento no discurso. Desse modo, a tematização tem um desempenho textual, como motivações interacionais de indicar ao interlocutor o foco sobre o qual recairá a conversa.

Nesse tipo de construção, o elemento constituinte assume posição independente em relação à construção sintática oracional, e pode ser retomado ou não no interior do enunciado pela sua repetição ou por meio de um pronome-cópia.

Os efeitos de sentido produzidos num texto podem estar relacionados a muitos recursos linguísticos, paralinguísticos e prosódicos. Dentre os recursos linguísticos, encontram-se as variáveis relacionadas à possibilidade de escolha da ordem dos elementos constituintes dos enunciados.

Na abordagem da articulação tema-rema, associada às noções de dado e novo, destacamos as construções com tema marcado em que um dos elementos do enunciado é deslocado à esquerda, isto é, sai de sua posição na sequência da estrutura sintática oracional canônica. Nas construções com tema marcado, verifica-se a intenção do interlocutor em anunciar, antecipadamente, o enfoque temático que se pretende dar na continuidade do fluxo conversacional, a qual pode ser justificada por diversos motivos conforme afirma Koch (2006, p. 372-373):

o elemento tematizado desempenha papel relevante no processamento pragmático-cognitivo do sentido, na medida em que essa forma de organização é determinada quer por

questões ligadas à continuidade ou mudança de tópico, quer por fatores como facilitação do processamento do texto, interesse, relevância, expressividade, necessidade de se ganhar tempo para o planejamento da parte restante do enunciado, entre outros.

A autora subdivide as construções com tematização em três (KOCH, 2006, p. 361-362): construções com tema marcado introduzidas por expressões, construções com tema marcado com elementos de retomada e construções com tema marcado sem retomadas pronominais, as quais serão abordadas na análise dos dados deste trabalho.

#### 4 Máximas Conversacionais

Em “Lógica e conversação”, publicado originalmente no Brasil em 1975, o filósofo inglês Herbert Paul Grice apresentou *O Princípio da Cooperação*, qual seja: “faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que está engajado” (1982, p. 82).

De acordo com esse princípio, espera-se que as intervenções de cada interlocutor tenham pertinência em relação ao tópico em andamento. Assim, numa interação há um acordo tácito entre os interlocutores, visando à compreensão e interpretabilidade dos eventos de fala e um interesse comum partilhado que promovem a interação de modo a preencher as expectativas dos mesmos.

Do *princípio da cooperação*, o filósofo estabeleceu a convenção de regras e sub-regras que foram reunidas em quatro categorias, as quais, se atendidas, seriam a garantia de que o falante está sendo cooperativo e está operando de forma direta ao que está sendo solicitado na interação, ou seja, seus enunciados oferecem material linguístico explícito para que o ouvinte interprete seu dizer:

- 1) Máxima da Quantidade: está relacionada à quantidade de informação que é fornecida. O falante deve fornecer informações de acordo com o que é requerido procurando preencher as expectativas do ouvinte.
- 2) Máxima da Qualidade: está relacionada à veracidade das informações. O falante não deve dizer coisas que sejam falsas, ou que não possam ser provadas por evidências.

- 3) Máxima da Relação: está relacionada à relevância. O falante deve orientar suas contribuições para que sejam pertinentes aos objetivos propostos na interação. Devem ser evitados argumentos óbvios e evasivos.
- 4) Máxima do Modo: diz respeito ao modo como devem ser veiculadas as informações. O falante deve se comunicar com clareza evitando ambiguidades, desorganização e obscuridade em seus argumentos.

Quando essas máximas são atendidas, ocorre o que Grice denominou de *implicaturas convencionais*, ou seja, o ouvinte buscará, no próprio enunciado, pistas que o encaminharão para uma propositura de interpretação. De modo oposto, também segundo a denominação de Grice, temos as *implicaturas conversacionais*, em que a comunicação não é expressa de forma convencional, isto é, no enunciado não se encontra explicitamente formulado o que se quer comunicar.

Dessa forma, caberá ao ouvinte a capacidade de interpretar o que está implícito, ou seja, terá que fazer as inferências necessárias para deduzir a intenção do falante através de elementos contextuais e de pressupostos compartilhados entre falante e ouvinte, estando estes engajados na troca e familiarizados com as crenças, hábitos e práticas um do outro. A violação das máximas não pressupõe que o falante não esteja cooperando, pelo contrário, suscitará mais empenho do ouvinte em inferir o que não está dito ou apresentado explicitamente pelo material linguístico, mas está sendo comunicado.

Com relação às *máximas conversacionais* de Grice, depreendemos que a conversação tem seus próprios mecanismos de coerência, pois o não cumprimento de uma máxima por um falante produz efeitos distintos dos que teria *a priori*. Além disso, as ações dos interactantes são imprevisíveis, por isso eles podem desviar-se intencionalmente dos tópicos.

A partir disso, convém salientar, segundo a concepção de Grice, que embora possa parecer que “aquele que diz” tem um papel preponderante na conversação, “o que ouve” também tem papel fundamental, pois a ele caberá o papel de desvelar os subentendidos no dito.

## 5 Análise dos dados

### 5.1 Construções com tema marcado introduzidas por expressões

Nesse tipo de construção, o falante se vale de expressões como *quanto a...*, *no tocante a...*, *no que diz respeito a...*, *com referência a...*, *por falar em...*, *a propósito de...*, entre outras, para introduzir o tema que deseja focalizar. Koch (2006, p. 361) salienta que esse tipo de construção é comum às modalidades oral e escrita, sendo mais frequente na comunicação mais formal. A autora menciona, também, que a gramática tradicional descreve esse tipo de construção como anteposição do adjunto adverbial de assunto. Vale dizer que essas construções foram bastante recorrentes no *corpus* sob análise.

Alckmin: olha Gabi ah:: o PSDB é um bom partido né:: ahn:: no Brasil mudou o país... aliás como o presidente Fernando Henrique com o real com a estabilidade da moeda... São Paulo... nós estamos no quinto mandato tucano ah:: com o Mário Covas... com o Serra... então bom partido bem preparados... o problema é que o Brasil tem trinta partidos... isso vai destruir a política brasileira... não tem nenhum lugar do mundo que se tenha trinta partidos a caminho de ter trinta e um trinta e dois trinta e três... e cada um que é criado... dinheiro público na veia... né:: recursos públicos nos impostos... então é evidente que nenhum partido no Brasil... ah:: tem solidez... se tem mais uma cultura de personalismo do que uma cultura de partidos programáticos com ideário por isso que nós defendemos uma reforma política pra gente ter três ou quatro grandes partidos com fidelidade com propostas porque os políticos passam né? mas os partidos éh:: permanecem com seu ideário... agora o Fernando Henrique tem razão no seguinte sentido... a política é imprevisibilidade mesmo... quem é que pode prever eleição de dois mil e doze... dois mil e catorze... dois mil e dezesseis mas eu acho que o PSDB é um partido sólido... oito governadores o partido que mais tem governadores em todas as regiões do Brasil do Sul o Paraná... São Paulo e Minas no sudeste:: Goiás no centro-oeste::... Alagoas no nordeste::... são partidos sólidos partidos de bons quadros ah::...mas um quadro de excesso de partidos de multipartidarismo

Gabi: EU POSSO:: ter OUVIDO nessa sua PRIMEIRA resposta e colocação da:: ah:: em relação à criação de novos parTidos e

quanto esses par/partidos custam... eu POSSO ter ouvido uma crítica a essa... a esse novo partido que tá... éh:: fazendo sucesso? o senhor tem que adimiti/tá fazendo sucesso:: pelo menos o que tem de gente se:: éh:: se filiando ao partido que é o PSD do do Kassab? tá criticando? é isso?

Alckmin: olha Gabi:: NÃO:: por QUÊ? porque se não existisse o PSD não seriam trinta seriam vinte e nove... tanto faz... então não é este partido especificamente mas... (DE FRENTE..., 2011).

No excerto acima, observamos que o governador Alckmin vinha desenvolvendo o tópico “atributos positivos do partido PSDB” e introduz o tópico “crítica ao excesso de partidos políticos no Brasil” (*o problema é que o Brasil tem trinta partidos... isso vai destruir a política brasileira*). A entrevistadora aproveita o ensejo e introduz o tópico “criação de novos partidos”, por meio da expressão “em relação à” (*em relação à criação de novos parTldos e quanto esses par/partidos custam... eu POSSO ter ouvido uma crítica a essa... a esse novo partido que tá... éh:: fazendo sucesso?*) para perguntar se o entrevistado estaria, implicitamente, fazendo uma crítica ao novo partido do PSD criado por Gilberto Kassab.

Ao iniciar seu turno, a entrevistadora faz referência a uma fala do entrevistado como forma de contextualizar o tópico que pretende tratar e colocar em relevo. Essa necessidade de contextualização, na visão de Galembeck (2006, p. 142) “evidencia que a interação é administrada passo a passo e que as ações dos interlocutores são imprevisíveis, pois o locutor não pode prever as reações dos parceiros, nem estes sabem o que será dito pelo interlocutor”.

Observamos, então, nesse ponto, a estratégia realizada pela entrevistadora para levar o entrevistado a desenvolver o tópico que deseja focalizar. Ela introduz um assunto que pode vir a comprometer sua imagem pública e a de seu próprio partido, ou seja, ela o conduz a falar sobre o potencial de seu principal adversário na disputa eleitoral, o PSD. A veemência na focalização desse tópico por parte da entrevistadora é percebida, também, no momento em que solicita do entrevistado a confirmação de que seu adversário estaria fazendo sucesso (*o senhor tem que adimiti/tá fazendo sucesso*).

Gabi: tamo falando São Paulo... tamo falando:: olha inclusive ontem tava no radar *on-line* da Veja uma ah::: vamos dizer... Aluísio Nunes traduzindo o que o Serra éh::... disse quando

defendeu uma aliança com PSD do Gilberto Kassab e Guilherme Afif... que pra ele Aluísio Nunes Ferreira o PSD o PSDB tem a mesma base de eleitores que não votam no PT e que seria um suicídio fragmentar essa força ele diz mais... qual vai ser o nosso discurso se formos pra disputa com o PSD... nós vamos criticar o projeto começado pelo PSDB não faz nenhum sentido

Alckmin: olha ah:: Marília Gabriela em relação a candidaturas é natural que o PSDB éh:: queria ter candidato na MAIOR cidade do Brasil... terceira cidade do mundo... PSDB teve candidato em oitenta e oito foi o Serra o PSDB teve candidato em noventa e dois foi o Fábio Feldmann o PSDB teve candidato em noventa e seis foi o Serra de novo o PSDB teve candidato no ano dois mil fui eu o PSDB teve candidato em dois mil e quatro foi o Serra de novo então na realidade o PSDB sem/na última eleição eu fui candidato... o PSDB sempre teve candidato porque é natural que o partido político ainda mais no primeiro turno ele queira ter candidato a prefeito isso não inviabiliza alianças... cê pode fazer alianças no primeiro turno que é o que nós defendemos com quem aliança? com aliança vencedora aqui em São Paulo que nós já fizemos na eleição passada né:: nós temos no governo o PPS temos do governo o/os democratas temos ah:: o PTB o PV ah::... o PSD ótimo se a gente conseguir fazer aliança... agora isso é pro ano que vem que que nós devemos primeiro definir... quem é o nosso candidato (DE FRENTE..., 2011).

Após o comentário da entrevistadora acerca de uma possível aliança do PSDB ao PSD (partido adversário ao PSDB), o entrevistado dá prosseguimento ao tópico “candidaturas”, que é introduzido por meio da expressão “em relação a” (em relação a candidaturas). Cabe observar que, na fala de Alckmin, houve a violação da *máxima da relação*, pois sua resposta não focaliza, exatamente, o tópico proposto por Gabi, “aliança com o PSD”, por se tratar de um tema que talvez não queira adentrar. Ao contrário do que é esperado, fala de alianças de uma forma genérica e faz uma retrospectiva, mencionando os prefeitos que se elegeram na cidade de São Paulo pelo PSDB.

A máxima de relação, como postula Fiorin (2016, p. 44), “rege a coerência da troca verbal, o encadeamento dos assuntos, a maneira de mudar a matéria da conversação [...] é essa máxima que obriga à realização de determinados atos de fala em certas situações de comunicação”.

Alckmin: foi foi o deputado mais votado e não só o Bruno o André Matarazzo um grande nome o Zé Anibal é um grande líder o Ricardo Tripoli como é que se deve escolher um grande candidato? abre pra ah:: a maior participação... eu tava nos Estados Unidos Gabi... em dois mil e sete quando começou a primária... ah... no partido democrata a Hillary Clinton e o Obama... então o que que se dizia lá um ano e meio antes?... já tá escolhida a a Hillary Clinton é o *Stablishment* é a esposa do do Bill Clinton é senadora por Nova Iorque agora começou a primária e começaram os debates os temas... o quadro mudou totalmente e quando acabou a primária a campanha do Obama já tava pronta então eu defendo essa maior democracia interna porque ao invés de você escolher candidato no bolso do colete você deixa que o partido se manifeste... os filiados... vinte mil trinta mil ouça a sociedade... permita o debate... ontem à noite teve um debate importante entre os quatro éh:: pré-candidatos... discuta os temas da cidade pra isso que tem campanha eleitoral  
 Gabi: VOLTANDO ao Bruno Covas que ME parece é o seu favorito (DE FRENTE..., 2011).

No exemplo acima, Alckmin desvia-se da centração tópica, pois, anteriormente, os interlocutores vinham discorrendo sobre a possibilidade de Bruno Covas ser o principal candidato à prefeitura de São Paulo. Ele introduz um novo tópico ao defender que a escolha dos candidatos deve partir de uma discussão interna do partido e não de um favoritismo pessoal. Percebendo a violação do entrevistado à *máxima da relação*, a entrevistadora retoma o tópico “Bruno Cavas” por meio da expressão “*voltando ao*” (*VOLTANDO ao Bruno Covas*)

Gabi: ((risos)) então eu aqui na minha ansiedade antes de terminar esse bloco queria colocar uma pergunta e eu JURO que não tem maldade por trás só uma grande ignorância... éh:: falando ainda em eleição municipal né::: o PT ao que tudo indica tá se encaminhando pra ter como candidato o ministro da educação Fernando Haddad... eu gostaria de saber do senhor e eu JURO que é uma curiosidade genuína éh::: o senhor que entende o raciocínio político qual é o que existe por trás dessa candidatura?... porque eu num::: hum::: não consigo entender (DE FRENTE..., 2011).

Nesse excerto acima, a entrevistadora parece ter intenção de manter a continuidade no tópico “eleição municipal” por meio da expressão “*falando ainda*” (*falando ainda em eleição municipal né*), no entanto, percebe-se que esse enunciado foi utilizado como prefácio para adentrar no tópico “candidato do PT, Fernando Haddad à prefeitura de São Paulo”.

Vale ressaltar que, com o objetivo de evitar uma possível reação negativa do interlocutor, a entrevistadora antecede a introdução do novo tópico com o enunciado (*eu JURO que não tem maldade por trás só uma grande ignorância*). Assim, ela salvaguarda sua imagem positiva diante da possibilidade de sua pergunta ser interpretada como ardisosa.

## 5.2 Construções com tema marcado com elementos de retomada

Nessas construções, um termo com função sintática definida, que ocuparia a ordem canônica na oração, é deslocado à esquerda e, posteriormente, sua presença é confirmada por um pronome ou sintagma nominal.

Gabi: chuchu:: esse apelido que lhe puseram... picolé de chuchu:: tal... e o chuchu com PIMENTA me parece que foi uma autodenominação agora::... é verdade... não? (DE FRENTE..., 2011).

A entrevistadora dá ênfase ao elemento “chuchu”, pois pretende manter o tópico “apelido do governador”, que havia sido introduzido na primeira pergunta da entrevista. Com isso, ela visa a esclarecer o porquê do apelido “chuchu com pimenta” dado ao entrevistado. Esse elemento, que exerce a função sintática de complemento nominal do termo “apelido”, é deslocado à esquerda do enunciado e depois é retomado pelo pronome demonstrativo “esse”.

Gabi: tá bom... governador com tanto debate político o senhor encontra TEMPO pra governar? é uma pergunta éh::: qual é a maior dor de cabeça do governador de São Paulo HOJE?  
Alckmin: olha... muito tempo... eu tiro o meu tempo com política:: questões partidárias é mínimo mas mínimo noventa e nove por cento do meu tempo é tarefa administrativa... quais são os grandes desafios? né::: éh::: hoje... o que nós vivemos? primeiro saúde... quer dizer essa é uma preocupação... hoje tem uma boa notícia... a

população tá vivendo mais e vivendo melhor... quer dizer mudou o perfil demográfico do mundo nessas últimas décadas mas tem custo... você tem um trabalho permanente de poder oferecer através do SUS o padrão de medicina que São Paulo tem hoje que conquistou de melhores centros do mundo você poder expandir isso pra toda população... segurança é uma tare/é uma guerra... você tem que vencer batalha TODO dia vinte e quatro horas ah:: trabalhando São Paulo saiu de um índice de homicídios de quase trinta e cinco por cem mil habitantes para NOVE vírgula oito mas se tem muito problema de roubo de assalto... então uma luta incessante... educação o quadro econômico nós vivemos uma incerteza econômica mundial... qual o reflexo disso no Brasil? (DE FRENTE..., 2011).

No fragmento acima, a entrevistadora introduz o tópico “tempo para governar” por meio de uma pergunta fechada ou de confirmação/negação, isto é, perguntas de sim ou não (*o senhor tem tempo para governar?*). O entrevistado a responde, atendendo ao tópico proposto e, a seguir, introduz quatro tópicos: “saúde”, “segurança” “educação” e “quadro econômico”, dos quais dois são introduzidos por meio de temas marcados. São eles: “saúde”, retomado pelo pronome (*essa*); e “quadro econômico”, que é retomado pelo sintagma nominal (*uma incerteza econômica*) e pelo pronome “disso” (combinação da preposição “de” com o pronome demonstrativo “isso”).

Vale observar que o entrevistado viola a *máxima da quantidade*, ou seja, acrescenta informações que não são requeridas na pergunta, deixando clara sua intenção em apontar as benfeitorias realizadas em seu governo nas áreas consideradas críticas: saúde, segurança e educação. É importante evidenciar que a violação dessa máxima opera como um recurso argumentativo, pois, em conformidade com Fiorin (2016, p. 43), “certas sequências, em princípio não informativas, porque de conhecimento geral, tornam-se informativas, quando servem de base para a construção de um argumento”.

### 5.3 Construção com tema marcado sem retomadas pronominais

Nessa construção, os elementos tematizados não são retomados por pronomes, isto é, ocorrem elipses (categorias vazias), “mas em que a função sintática do elemento tematizado, no interior do enunciado na ordem não marcada, seria, em geral, bem definida” (KOCH, 2006, p. 363).

Várias construções desse tipo são utilizadas para enfatizar alguns elementos do quadro tópico ou para reativá-los na memória do interlocutor. No *corpus*, poucas foram as ocorrências que assumiram a finalidade de introduzir, manter ou retomar tópicos. No exemplo a seguir, há uma ocorrência em que o elemento tematizado, não retomado por pronome, assume a função de retomar um novo tópico:

Gabi: o senhor bebe?

Alckmin: muito pouco

Gabi: o quê?

Alckmin: ah:: vinho tinto né:: que hoje éh: passou pra classe de remédios né? ((risos))

Gabi: então como remédio é uma taça por dia? (DE FRENTE..., 2011).

No trecho acima, os interlocutores desenvolviam o tópico “bebida alcoólica”. O entrevistado responde à pergunta feita pela entrevistadora (*o quê?*), introduzindo o subtópico “vinho tinto”. Esse sintagma nominal não é retomado por pronome nos enunciados subsequentes, mas sua função sintática (sujeito) fica bem definida, propiciando a retomada tópica: (*ah:: vinho tinto né:: que hoje éh (0) passou pra classe de remédios né?*) e (*então como remédio(0) é uma taça por dia?*).

## 6 Considerações Finais

Tendo em vista a situação de interação, os papéis que representam os interlocutores e os propósitos comunicativos que almejam alcançar, procuramos evidenciar de que forma cada um dos participantes tenta monitorar o foco temático no desenrolar do evento conversacional, visando a uma boa performance para o público telespectador.

Embora haja um planejamento da pauta da entrevista e a abordagem de alguns tópicos já tenha sido previamente definida, mesmo que o entrevistado não vá totalmente despreparado para a entrevista, não há a possibilidade de total controle acerca do quadro tópico. Isso porque o texto conversacional comporta uma parcela de imprevisibilidade em que cada um dos interlocutores, de posse da palavra, vai projetando um novo foco temático, desencadeando, assim, os tópicos que se sucedem.

Observa-se que há um jogo de forças em que cada um dos envolvidos na troca conversacional pretende administrar a sequência

tópica, engendrando seu discurso de forma a alcançar seus objetivos. No caso da entrevistadora, os tópicos foram introduzidos, retomados e focalizados por meio de elementos tematizados, na tentativa de evidenciar assuntos que despertassem maior interesse do público. O entrevistado, por sua vez, empregou estruturas de tematização e máximas conversacionais, no sentido de projetar os tópicos de modo a preservar sua imagem positiva e a de seu partido, desviando-se dos temas desfavoráveis e salientando os que mais atendiam a seus propósitos: aceitação de suas colocações e adesão dos ouvintes, com vistas a conseguir maior número de eleitores.

## Referências

BROWN, G.; YULE, G. *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press. 1983. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511805226>.

BURGO, V. H.; FERREIRA, E. F. Procedimentos que indicam menor grau de envolvimento do falante em entrevistas. *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 367-382, 1. sem. 2011.

DE FRENTE com Gabi. Direção: Maria Helena Amaral. Produção: Márcia Mello. São Paulo: Sistema Brasileiro de Televisão – SBT, 2011. 1 DVD (43 min).

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. G. O. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FIORIN, J. L. *Argumentação*. São Paulo: Contexto. 2016.

GALEMBECK, P. T. Correlação entre descontinuidade tópica e alternância de tipos textuais em programas de entrevistas e debates. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 48, n. 1, p. 135-142, jul. 2006. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/1549/0>. Acesso em: 24 jun. 2014.

GALEMBECK, P. T. O tópico em textos falados e escritos. *Cadernos do CNLF – Livro de Minicursos e Oficinas*, Rio de Janeiro, v. XVI, n. 3, p. 100-108, 2012. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/xvi\\_cnlf/min\\_ofic/11.pdf](http://www.filologia.org.br/xvi_cnlf/min_ofic/11.pdf). Acesso em: 18 out. 2015.

GRICE, H. P. Lógica e conversação. *In: DASCAL, M. (org.). Fundamentos metodológicos da linguística*. Campinas: Unicamp, 1982. v. 4.

HALLIDAY, M. *An introduction to functional grammar*. 2. ed. London: Arnold, 1994.

JUBRAN, C. C. A. S. Tópico discursivo. *In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (org.). Gramática do Português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 89-132.

KOCH, I. G. V. Tematização e rematização. *In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (org.). Gramática do Português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 359-379.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. *Texto e coerência*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2007. v. 82. (Série Princípios).

PRETI, D. (org.). *Análise de textos orais*. 7. ed. São Paulo: Humanitas, 2010. v. 1, p. 13-14.

Recebido em: 16 de setembro de 2018.

Aprovado em: 13 de fevereiro de 2019.



**Contribuições das abordagens semasiológica  
e onomasiológica para o estudo da temporalidade verbal:  
uma análise do passado em espanhol**

***Contributions of Semasiological and Onomasiological  
Approaches to the Study of Verbal Temporality:  
an Analysis of the Past Tense in Spanish***

Leandro Silveira de Araujo

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais / Brasil  
araujoleandrosilveira@gmail.com

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é avaliar e questionar o tratamento descritivo dado aos tempos verbais da língua espanhola, com especial atenção às formas compostas (*he estado*) e simples (*estuve*) do *pretérito perfecto*. Para tanto, afirma-se que uma análise que promova um conhecimento mais compatível com o uso efetivo da língua deve surgir de uma abordagem semasiológica – que investiga as potencialidades funcionais de dada forma – e ser complementada por uma análise onomasiológica – que investiga as construções vinculadas a dado domínio funcional. Por meio desse duplo eixo investigativo é possível conhecer não apenas o funcionamento de uma forma, mas avaliar o tipo de interação que mantém com outras construções na língua. Quando se trata do *pretérito perfecto*, a abordagem semasiológica permite o conhecimento dos diferentes usos das formas simples e composta e identificar possíveis pontos de aproximação funcional (antepresente e passado absoluto). Contudo é apenas a análise onomasiológica que revela a dimensão da aproximação dessas formas, posto que nos contextos temporais de antepresente e passado absoluto uma e/ou outra forma verbal pode(m) surgir, com diferentes proporções, conforme a variedade da língua investigada.

**Palavras-chave:** gramaticografia; tempo verbal; pretérito perfecto; língua espanhola.

**Abstract:** This paper evaluates and questions the descriptive treatment given to the tenses of Spanish, with special attention to the compound (*he estado*) and simple (*estuve*) forms of the *pretérito perfecto*. For this purpose, it is affirmed that an analysis that fosters some knowledge that is more compatible with the effective use of the language must arise from a semasiological approach – which investigates the functional potentialities of a linguistic form – and be complemented by an onomasiological analysis – which investigates the constructions related to a functional domain. Through this double investigative axis, it is possible to know the functioning of a form and to evaluate the type of interaction that it maintains with other constructions in the language. When it comes to the *pretérito perfecto*, the semasiological approach shows the different uses of the simple and compound forms and identifies possible points of functional approximation (**ante-present** and **absolute past**). However, it is only the onomasiological analysis that reveals the dimension of the approximation of these forms, since in the temporal contexts of **ante-present** and **absolute past** one or another verbal form may occur in different proportions according to the variety of the language investigated.

**Keywords:** gramaticography; tense; *pretérito perfecto*; Spanish.

## 1 Introdução: as concepções semasiológica e onomasiológica

Tomados da lexicologia histórica, os termos **semasiologia** e **onomasiologia** fazem referência a duas maneiras de proceder aos estudos do léxico de uma língua. No entanto, o modo como cada uma dessas abordagens observa seu objeto de análise e o tipo de informação que cada uma delas recupera tornam-nas indispensáveis também para o estudo de fenômenos pertencentes a outros níveis da língua. Por isso, valemo-nos da caracterização dessa dupla abordagem para explicitar a relevância de conciliar o estudo centrado nas estruturas da língua (semasiologia) com o estudo dos campos semânticos (onomasiologia) a fim de proporcionar um conhecimento mais completo do uso da língua, incluindo até mesmo aspectos gramaticais.

Interessado em descrever a atuação das duas abordagens na gramaticografia,<sup>1</sup> Lehmann (2011) afirma que

---

<sup>1</sup> Ramo da linguística que se ocupa do estudo de uma língua visando a elaboração de gramáticas e manuais descritivos. Técnica de elaboração e redação de gramáticas.

[...] uma gramática terá uma estrutura diferente dependendo de se toma a estrutura da expressão como princípio de organização e leva de uma expressão ao conjunto de conceitos e funções gramaticais, ou ao contrário usa o mundo das operações e conceitos cognitivos e comunicativos como princípio de organização e atribui, a cada elemento ou operação, um conjunto de expressões disponíveis na língua (LEHMANN, 2011, p. 8).

Dessa maneira, espera-se que ao proceder ao estudo da gramática de uma língua, o investigador oriente-se pelos mesmos eixos. De modo pontual, se associarmos esse pressuposto ao estudo da temporalidade verbal, descreveremos, sob o prisma semasiológico, o comportamento de uma forma verbal nos muitos contextos em que ela é instaurada, aferindo-lhe, a partir da observação dos usos, seus sentidos e funções. Por outro lado, sob a perspectiva do segundo eixo (da onomasiologia), o investigador selecionará uma concepção temporal e observará as formas verbais que se vinculam a ela na expressão do valor do domínio temporal observado (MORENO DE ALBA, 2006).

Assim, ao tomar, isoladamente, uma estrutura da língua como ponto de partida para analisar seus sentidos, verificamos a primazia do enfoque semasiológico. Contudo, quando se deseja entender como dado conceito se exprime na língua, observando a multiplicidade de expressões que compõem dado domínio, dá-se espaço à abordagem onomasiológica (BALDINGER, 1966; LEHMANN, 2011).

Alvo de críticas, a semasiologia já foi desprestigiada e tachada como uma concepção linguística ultrapassada. Baldinger (1966), no entanto, ergue-se em defesa da abordagem mostrando que seu aprofundamento permite a interpretação segura de um texto, na medida em que revela os comportamentos e sentidos das formas linguísticas nos diferentes contextos em que são empregadas. O autor ainda identifica nesse enfoque a importância dada ao aspecto extralinguístico no estudo da composição do sentido e, nessa direção, afirma que:

[...] à palavra-base com sua significação central acrescenta-se uma nuance especial segundo a situação na qual ela é empregada [...]. Quando digo que isto depende da situação, quero dizer ao mesmo tempo que isto depende do meio, da situação social e do ofício daquele que se exprime. (BALDINGER, 1966, p. 18-19)

Salienta-se, dessa maneira, que a tarefa semasiológica se interessa também pelo estudo das características estilísticas, sociais, históricas e culturais relacionadas ao emprego da forma linguística em análise, abrindo precedentes inclusive para o estudo diacrônico, a fim de avaliar como se dá a modificação da estrutura linguística.

Baldinger (1966) e Lehmann (2011) também esclarecem que as abordagens onomasiológica e semasiológica são interdependentes e complementares, uma vez que se relacionam às duas atividades linguísticas básicas da comunicação humana: a produção e a compreensão, respectivamente. Nas palavras de Lehmann (2011),

De um ponto de vista sistemático, o locutor segue o procedimento onomasiológico já que começa com o que quer dizer, ou seja, os conceitos e as operações cognitivas e comunicativas, e busca os meios de codificá-los na língua. O ouvinte, ao contrário, segue o caminho semasiológico, porque o que lhe é dado é um texto, portanto expressões, e a tarefa dele é de procurar-lhes os sentidos. (LEHMANN, 2011, p. 10)

Por assumir a perspectiva do falante, que é quem escolhe um elemento entre os diferentes codificadores disponíveis para um campo funcional, a estrutura onomasiológica revela a relação de sinonímia existente entre as expressões linguísticas. Por sua vez, ao assumir a perspectiva de quem ouve, isto é, de quem avalia a significação do elemento enunciado, a estrutura semasiológica revela a polissemia de um elemento linguístico e, por isso, considera todas as significações potencialmente atribuíveis a ele (BALDINGER, 1966). Ainda segundo Lehmann (2011, p. 5), o eixo onomasiológico apresenta uma sistematização semântica, isto é, “um sistema de conceitos, relações conceptuais e operações cognitivas e comunicativas”. Ao passo que a orientação semasiológica mantém uma sistematização estrutural, em que vigora “um sistema de unidades, relações e processos do meio expressivo.

## **2 As concepções semasiológica e onomasiológica no estudo do passado em espanhol: análise de casos**

A pertinência de se estabelecer uma aproximação investigativa que considere as duas abordagens analíticas fica especialmente evidenciada quando revemos o modo como se têm descrito as formas verbais da língua

espanhola. A leitura dos principais manuais gramaticais do espanhol revela uma tendência a descrever sistematicamente o uso de cada uma das formas por um viés semasiológico, isto é, apresentando as muitas opções de usos das formas verbais.

Aparentemente, a estratégia cumpre a finalidade de apresentar a potencialidade de dada construção na língua. Contudo, falha ao não fazer uma discussão sistemática e substancial sobre os domínios temporais em que potencialmente mais de uma forma verbal pode se manifestar; não discutindo, por exemplo, se a relação existente entre formas conceitualmente próximas organiza-se em distribuição complementar ou em variação extralinguística.

Por negligenciar uma abordagem onomasiológica que revele e descreva o funcionamento das formas da língua que circulam nos diferentes contextos temporais, o mais comum é encontrar propostas investigativas que imprecisamente afirmam que uma forma pode ser equivalente a outra, sem delimitar, contudo, exatamente os contextos em que tais aproximações ocorrem. Em outros termos, sem se valer de uma abordagem onomasiológica, afirma-se genericamente que uma e outra forma são equivalentes.

Esse tipo de análise fica claro quando dirigimos nossa atenção à revisão do tratamento dado às formas do *pretérito perfecto simple* (*estudié* - PPS) e *compuesto* (*he estudiado* - PPC) no espanhol. Cartagena (1999), por exemplo, assume uma postura generalizadora ao afirmar ser possível observar a oposição PPS/PPC, na mesma proporção, ao longo de toda a Península, indicando aparentemente a existência de uma sinonímia perfeita entre ambas as formas e sem mostrar, contudo, evidências de tal comportamento.<sup>2</sup>

Ainda sobre o comportamento do *pretérito perfecto*, observa-se estudos que asseguram haver, na Argentina, uma identidade semântica entre ambas as formas sem considerar os contextos de uso em que efetivamente se observa dita equivalência. Compõem esse grupo trabalhos como os de Lamiquiz Ibañez (1969), RAE (1986), Moreno Fernández (2000) e Vidal de Battini (1964) – autora que afirma:

---

<sup>2</sup> Dada abordagem é corrigida por trabalhos como os de Schwenter (1994), Moreno de Alba (2000), Company Company (2002), Kempas (2006), Oliveira (2007), Howe; Schwenter (2008), Santos (2009), Araujo (2017a).

Na fala do país não há diferenças de sentido entre o *pretérito (simple)* e o *perfecto (compuesto)*, mas sim, há preferências regionais. Há preferência marcada pelo uso do *pretérito perfecto* na região Noroeste, particularmente a partir de Tucumán até a fronteira com a Bolívia [...]. No resto do país, e particularmente na grande zona de influência de Buenos Aires, preferem-se as formas do *pretérito simple* [...]. Na região central, as duas formas alternam-se [...] com maior tendência às formas simples. (VIDAL DE BATTINI, 1964, p, 189, tradução nossa).<sup>3</sup>

Em outras palavras, conforme aponta o trabalho levado a cabo nos anos 1960, deveríamos observar no espanhol da Argentina (i) uma igualdade do sentido expresso pelo PPS e pelo PPC, conformando, portanto, uma variável linguística ao longo de todo território; (ii) a preferência regional pelo uso de uma ou outra variante; (iii) a existência de três padrões de uso, ou seja, além dos dois já conhecidos, haveria um terceiro verificável na região central – tida como zona de transição. Por outro lado, apesar dessas informações distribucionais, notamos no trabalho de Vidal de Battini (1964) a carência de discussão sobre qual seria o sentido que supostamente ambas as formas promulgariam da mesma maneira.

Contudo, análises mais contemporâneas do funcionamento das formas do *pretérito perfecto* vêm mostrando que essa aparente equidade semântica merece ser rediscutida. Com esse propósito, a soma das abordagens semasiológica e onomasiológica ganham especial destaque por promover um estudo que não apenas permite o conhecimento do uso de cada uma dessas formas verbais, mas também o lugar que elas ocupam dentro do sistema da língua (e de suas variedades) frente a outras construções que possam estabelecer uma relação de competição ou distribuição complementar com elas na expressão de determinados valores.

---

<sup>3</sup> En el habla del país no hay diferencias de sentido entre el pretérito (simple) y el perfecto (compuesto), pero sí hay preferencias regionales. Hay marcada preferencia por el uso del pretérito perfecto en la región Noroeste, particularmente desde Tucumán hacia el límite con Bolívia [...]. En el resto del país, y particularmente en la gran zona de influencia de Buenos Aires, se prefieren las formas del pretérito (simple) [...]. En la región central alternan las dos formas [...] con mayor tendencia a las formas simples (VIDAL DE BATTINI, 1964, p.189).

## 2.1 A concepção semasiológica no estudo do passado em espanhol

Concordamos que a análise semasiológica pode ser o ponto de partida desse tratamento holístico. Tanto é assim que essa foi a postura assumida nos trabalhos intitulados *Os valores atribuídos ao pretérito perfecto compuesto espanhol nas regiões dialetais da argentina* (ARAUJO, 2012) e *O pretérito em espanhol: usos e valores do perfecto compuesto nas regiões dialetais argentinas* (ARAUJO, 2013), cujo objetivo foi marcado pelo interesse em descrever o comportamento do *pretérito perfecto compuesto* (PPC) e os valores decorrentes de seu uso na Argentina.<sup>4</sup> Com esse propósito, encontrou-se o PPC expressando os valores de **antepresente** (*ha ganado este año la Butaca de oro*), **passado imediato** (*ha ganado hoy la Butaca de oro*), **resultado** (*han plantado bandera en el fondo del mar, entonces pueden explorar eso*), **experiencial** (*siempre hemos tenido buena relación*), **persistência** (*se van a ir buscando las alianzas que tradicionalmente ha tenido el peronismo*), **passado absoluto** (*Ayer he ido al cine*), **antepretérito** (*ya pagó lo que ha cometido*)<sup>5</sup> – em escalas diferentes de recorrência conforme a região diatópica considerada. O Quadro 1 sintetiza o resultado da análise semasiológica do PPC nas regiões diatópicas da Argentina:

---

<sup>4</sup> Cabe destacar que a origem diatópica dos dados é um fator importante no estudo da relação existente entre o PPC e PPS, de modo que no trabalho em questão consideraram-se a Argentina e suas variedades diatópicas.

<sup>5</sup> Devido às limitações de espaço deste trabalho, não discutiremos as definições dos valores atribuídos ao *pretérito perfecto*. Sugerimos, por isso, a leitura do trabalho intitulado: **O pretérito em espanhol: usos e valores do perfecto compuesto nas regiões dialetais argentinas** (ARAUJO, 2013), em que se sistematizam esses sentidos no capítulo IV.

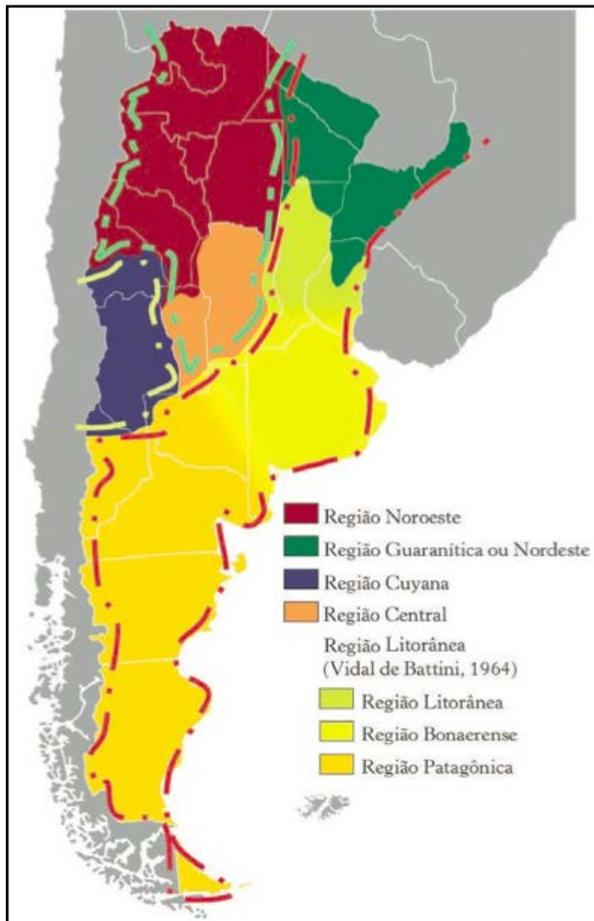
QUADRO 1 – Análise semasiológica do PPC nas regiões diatópicas da Argentina

Região Valores	Bonaerense		Patagônica		Nordeste		Litoral		Cuyana		Noroeste		Central		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Antepresente	0	0,0	0	0,0	7	24,1	0	0,0	2	4,4	7	9,2	7	8,1	23	7,4
Passado imediato	0	0,0	5	21,7	2	6,9	0	0,0	1	2,2	12	15,8	1	1,2	21	6,8
Resultado	11	55,0	8	34,8	13	44,8	14	46,7	29	64,4	14	18,4	40	46,5	129	41,7
Experiencial	5	25,0	3	13,0	2	6,9	6	20,0	9	20,0	13	17,1	22	25,6	60	19,4
Persistência	1	5,0	2	8,7	4	13,8	5	16,7	3	6,7	9	11,8	11	12,8	35	11,3
Passado absoluto	3	15,0	4	17,4	1	3,4	5	16,7	0	0,0	19	25,0	4	4,7	36	11,7
Antepreterito	0	0,0	1	4,3	0	0,0	0	0,0	1	2,2	2	2,6	1	1,2	5	1,6
Prospectivo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	20	100,0	23	100,0	29	100,0	30	100,0	45	100,0	76	100,0	86	100,0	309	100,0
		6,5		7,4		9,4		9,7		14,6		24,6		27,8		

Fonte: ARAUJO, 2013, p. 208.

Aproximando-nos dos dados expostos sob uma perspectiva quantitativa, chama-nos a atenção a preponderante ocorrência do valor de **resultado** nas regiões dialetais do país – com exceção à região noroeste, onde ocupa a segunda posição dentre os valores mais recorrentes. Em consequência, esse é também o valor mais recorrente na análise geral feita por esse trabalho. Aliado a esse cenário global, destacam-se também os valores **experiential**, de **passado absoluto** e de **persistência**. Aquele, com 19,4% dos casos totais, mostra-se como o segundo valor mais recorrente e estes dois últimos ocupam a terceira posição por representarem, cada um, pouco mais de 11% das ocorrências totais. É relevante destacar que esse panorama de valores mais recorrentes do PPC pode variar conforme nos dirigimos mais pontualmente a algumas das regiões argentinas.

Em síntese, o objetivo fundamental do referido estudo foi descrever o PPC semasiologicamente, apontando diferenças no uso através do espaço. Como consequência, essa informação possibilitou o delineamento de três isoglossas que marcam a abrangência espacial de três normas de uso do PPC na Argentina – conforme ilustra a Figura 1.

FIGURA 1 – Da isoglossa do *Pretérito Perfecto Compuesto* na Argentina

Fonte: ARAUJO, 2013, p. 239.

Finalmente, como desdobramento dos resultados da análise, foi possível elaborar hipóteses sobre processos históricos que poderiam justificar o atual panorama de uso da forma verbal na Argentina, posto que as três áreas linguísticas delimitadas por este estudo correspondem aos espaços em que se desenvolveram os três principais processos de colonização do país – conforme descrevem Vidal de Battini (1964) e Lipsky (2011). Desse modo, torna-se evidente não apenas o tratamento semasiológico que recebeu o estudo mencionado, mas também as

contribuições que dada abordagem pode trazer para diferentes disciplinas linguísticas (gramática, dialetologia, etc).

Além disso, a proposta de descrição semasiológica do PPC é de fundamental importância quando se deseja, entre outros, analisar o aparente estado de variação/mudança das formas simples e composta do *pretérito perfecto* na língua espanhola, isso porque para apontarmos a existência de uma variável linguística é imprescindível uma prévia análise da amplitude de usos das formas,<sup>6</sup> bem como conhecer em quais contextos elas potencialmente entrariam em competição. Dessa maneira, evita-se uma comparação enviesada, isto é, que considera automaticamente todos os usos do PPC e do PPS como equivalentes, podendo contribuir, assim, para a perpetuação de equívocos sobre o funcionamento da língua espanhola.<sup>7</sup>

## 2.2 A concepção onomasiológica no estudo do passado em espanhol

Como se pretende explicitar com esta discussão, uma análise semasiológica, como a apresentada, pode desencadear um estudo onomasiológico a fim de apreender de modo mais completo o uso de dada forma verbal e sua relação com as demais formas da língua. Nessa etapa, “o investigador [parte] de determinadas noções para a apreensão das formas que elas revestem num dado estágio linguístico” (CASTILHO, 1966, p. 113).

Uma vez identificado, sob a ótica semasiológica, o vasto campo semântico de atuação do PPC e do PPS no espanhol, cabe uma análise atenta às concepções temporais compartilhadas por ambas as formas verbais. Nesse sentido, sabe-se que tanto uma como a outra podem expressar os valores de **antepresente (AP** e seus subgrupos) e **passado**

---

<sup>6</sup> A necessidade dessa pré-avaliação fica ainda mais evidenciada diante do comportamento polissêmico do PPC, conforme revelam os dados do estudo apresentado (ARAUJO, 2012, 2013).

<sup>7</sup> Comparação precipitada que parece ser observada nas descrições de Gili Gaya (1970), RAE (1986), Torrego (2002) e Alarcos Llorach (2005), entre outros.

**absoluto (PA)**,<sup>8</sup> tal como exemplificam os dados coletados da variedade bonaerense:<sup>9</sup>

- (1) **AP Imediato:** Recién, nos **preguntaron** los oyentes dónde es eso de Victor Hugo Morales.  
Há pouco, os ouvintes nos perguntaram onde fica essa coisa de Victor Hugo Morales.
- (2) **AP específico:** Los últimos días **han sido** bastante penosos ¿no?  
Os últimos dias foram/têm sido bastante penosos, não?
- (3) **AP específico:** [...] hemos dejado una base enorme el año pasado y que ahora le **llegaron** un montón de jugadores que son de nivel óptimo.  
Deixamos uma base enorme no ano passado e que agora chegou pra ele um monte de jogadores que são de ótimo nível.
- (4) **AP ampliado:** ¿Te **has enfrentado** alguna vez con Carlos, ya?  
Você já enfrentou alguma vez o Carlos?
- (5) **AP ampliado:** Qué click **pasó** en tu vida que dijiste: “¡Bueno, sí! ¿Ahora me largo?”  
Que click aconteceu na sua vida que você disse: “Bom, sim! Agora eu me jogo?”

<sup>8</sup> De modo muito sintético, o **passado absoluto** refere-se a uma envoltura temporal que abarca aquilo que pertence ao âmbito primário de retrospectividade, isto é, a uma concepção temporal já concluída quando ocorre a enunciação. Esse é o contexto representado, por exemplo, por “ayer/ontem”, “semana pasada” e “ano pasado”, cujas envolturas temporais já terminaram no ato da enunciação – momento em que se vive o “hoy/hoje” “esta semana” e “este ano”. Por outro lado, apesar de o **antepresente** também fazer referência a situações passadas, sabe-se que esses fatos ocorreram em conjunturas temporais que ainda se mantêm presentes no ato da fala. Conforme a distância temporal que mantém a situação descrita do momento de enunciação, o **antepresente** pode ser agrupado em **Imediato** (para situações que ocorrem dentro do intervalo de um dia), **Específico** (para situações delimitadas temporalmente por um intervalo maior que um dia) e **Experiencial** (para situações que ocorrem dentro de um intervalo não especificado ou que de tão amplo, pode envolver toda a vida do enunciador). Para uma definição mais detalhada de cada um desses contextos temporais, sugerimos a leitura dos trabalhos de Araujo (2017a, 2018c)

<sup>9</sup> Fragmentos retirados de um *corpus* de entrevistada radiofônicas bonaerenses, compilado nos anos 2010 e 2013 (ARAUJO, 2017a; 2017b).

- (6) **Passado absoluto**: Con esta misma metodología, **hice** el monumento al Che, hace dos años y medio. Sí, el catorce de julio de dos mil ocho, se **inauguró** en Rosario.

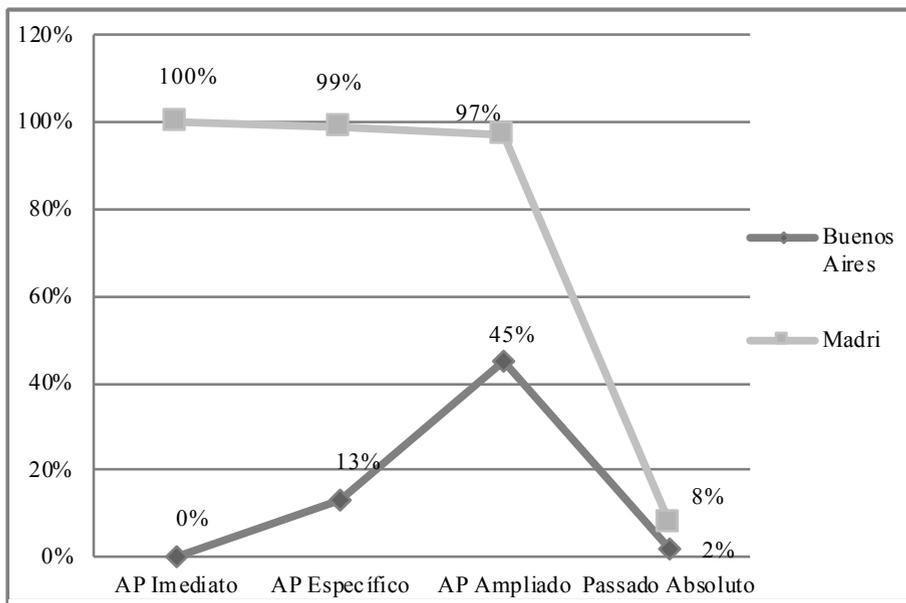
Com esta mesma metodologia, fiz o monumento ao Che, faz dois anos e meio. Sim, em catorze de julho de dois mil e oito, inaugurou-se em Rosário.

- (7) **Passado Absoluto**: Mi labor específica y la labor de mi grupo es llevar dignidad, por ejemplo, como lo **hemos hecho** el domingo pasado, en el anfiteatro del parque Centenario [...].

Meu trabalho específico e o trabalho do meu grupo é levar dignidade, por exemplo, como o fizemos domingo passado, no anfiteatro do parque Centenário [...].

Isso posto, parece que a ótica onomasiológica pode mostrar-nos em que medida as duas formas operam conjuntamente na expressão dos contextos temporais em questão, respeitando as muitas variedades da língua. Nesse sentido, os trabalhos de Araujo (2017, 2018a, 2018b) revelam que a partir da análise atenta dos domínios temporais do **antepresente** e do **passado absoluto** em Madri e Buenos Aires, por exemplo, é possível avaliar efetivamente o grau de aproximação que o PPC e PPS possuem.

GRÁFICO 1 – Do comportamento do PPC nos diferentes domínios temporais em Buenos Aires e Madri



Fonte: ARAUJO, 2017, p. 339.

Em termos quantitativos, conforme sintetiza o gráfico 1, notamos, em Madri, uma distribuição complementar no uso do PPC e do PPS, configurando de tal modo, um uso muito próximo ao prescrito pela norma-padrão, posto que a forma composta parece ser usada categoricamente nos subâmbitos de **antepresente**.<sup>10</sup> Por outro lado, no âmbito de **passado absoluto**, a forma simples apresenta-se como a mais expressivamente recorrente. Apesar da diminuição brusca no percentual de ocorrência do PPC no âmbito de **passado absoluto**, cumpre-nos destacar o uso dessa forma expressando **passado absoluto** na variedade madrilenha (8%). Apesar de baixo, consideramos esse índice significativo, já que esse

<sup>10</sup> Destaca-se que os poucos usos do PPC aparentemente pertencentes ao contexto de **antepresente** no *corpus* de Madri correspondem a usos considerados ambíguos quanto à informação temporal propagada; podendo inclusive serem entendidos dentro de uma leitura de **passado absoluto**. Sua correta interpretação exigiria uma consulta ao enunciado a fim de explorar a leitura temporal que faz da situação descrita.

âmbito temporal é reservado normativamente e historicamente ao uso da forma simples.

Quanto à variedade portenha, encontramos uma recorrência muito mais expressiva do PPS que do PPC em todos os âmbitos temporais de análise. Contudo, é possível delinear uma tendência crescente da forma composta no âmbito de **antepresente** à medida que se dilata a amplitude da referência temporal dos subâmbitos. Assim, o uso categórico da forma simples no contexto de **AP imediato** vai debilitando-se com o aumento no percentual do PPC no **AP específico** (13%/ .70) e, de maneira ainda mais intensa, no **AP ampliado** (45%/ .92). Por outro lado, a observação do comportamento do PPC no âmbito de **passado absoluto** revela uma diminuição brusca no uso do PPC (2%/ .24) ao devolver, de modo quase categórico, ao PPS a expressão do **passado absoluto** – conforme prevê a norma-padrão. Em suma, notamos que nessa variedade diatópica, os subâmbitos de **AP específico** e de **AP ampliado** são os que mais favorecem o estudo da variação entre as duas formas do *pretérito perfecto*, posto que neles o PPC tem um percentual de uso incrementado.

Se, como vimos, o estudo semasiológico do *perfecto compuesto* evidencia a polissemia dessa forma verbal, apontado inclusive, para usos semelhantes aos atribuídos à forma simples do *pretérito perfecto*, a observação do comportamento do PPC e do PPS nos mesmos contextos funcionais, isto é, o tratamento onomasiológico das formas verbais revela em que medida essas formas podem atuar numa relação de sinonímia.

Em outras palavras, ao aferirmos como se dá a expressão dos valores **passado absoluto** e **antepresente** no espanhol, avaliamos o lugar que as formas do PPC e do PPS ocupam em ditos âmbitos temporais, a fim de esclarecer se são formas que competem pela expressão do valor ou se aportam alguma significação particular dentro dos contextos temporais analisados. Dessa maneira, evidencia-se mais uma vez a pertinência de um estudo que se complementa pelas duas abordagens, tal como vem delineando o trajeto investigativo aqui descrito. Na mesma direção, encontramos respaldo em Moreno de Alba (2006) quando afirma que “um estudo completo dos valores temporais dos pretéritos do indicativo requer, de maneira não necessariamente simultânea, o enfoque onomasiológico e o semasiológico” (tradução nossa).<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> “Un estudio completo de los valores temporales de los pretéritos de indicativo requiere, de manera no necesariamente simultánea, el enfoque onomasiológico y el semasiológico”. (MORENO DE ALBA, 2006, p. 6).

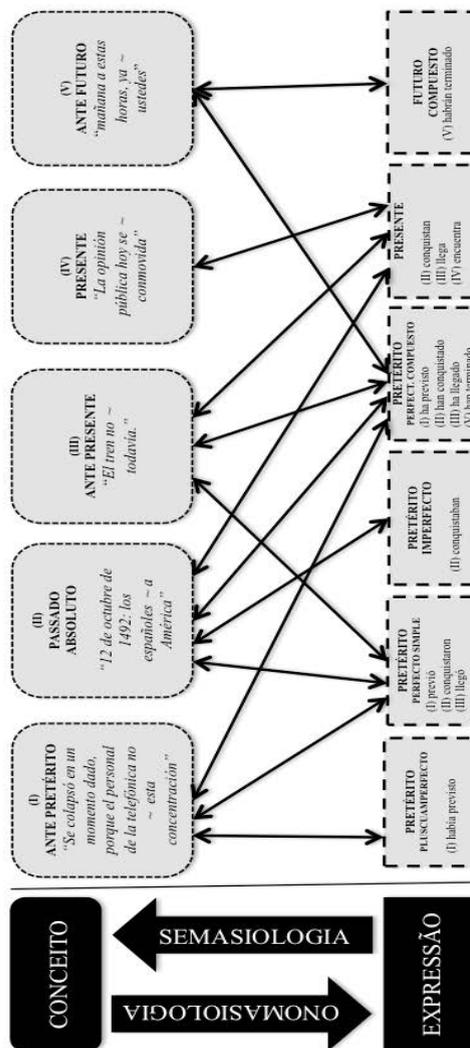
### 3 Por uma sistematização do método aplicado ao estudo do passado em espanhol

A figura 2, orientada pelo estudo de Lehmann (2011), esclarece melhor a relação complementar das duas abordagens no estudo das formas verbais e destaca o lugar de cada um dos métodos. Se tomamos os conceitos como referência (perspectiva onomasiológica), evidenciamos a relação de sinonímia que pode existir entre diferentes formas verbais na expressão dos valores de anterioridade (**antepretérito**, **passado absoluto**, **antepresente** e **antefuturo**). A título de exemplo, destacamos como as formas do PPS (*previô*) e do PPC (*ha previsto*) podem operar conjuntamente na expressão dos valores de **passado absoluto** (II) e **antepresente** (III). Na direção inversa, sob a perspectiva semasiológica, o diagrama nos revela o comportamento polissêmico, entre outras, das formas do PPS e do PPC, explicitando, assim, algumas das significações potencialmente associáveis a elas. Em especial, enfatizamos, mais uma vez, a coocorrência de ambas as formas verbais na expressão dos valores de **passado absoluto** e **antepresente**.

É importante ressaltar que o método proposto é ainda mais relevante em um idioma rico em flexões temporais, como é o espanhol. Segundo Porto Dapena (1989, p.30), as construções temporais em castelhano ora se diferenciam, indicando tempos distintos, ora se neutralizam, isto é, borram a diferenciação temporal, podendo apenas expressar especificidades provenientes de outra categoria verbal, como a de aspecto, por exemplo. Ainda segundo o autor, esse comportamento caracteriza a conjugação verbal do espanhol como um sistema versátil e adaptável, podendo conduzir o estudante da língua ao pensamento exagerado de que “os valores e usos de nossas formas verbais resultam pouco menos que incontroláveis e, por conseguinte, impossíveis de descrever de um modo preciso e exaustivo”. Em parte, essa dificuldade se explica também porque o uso de uma forma verbal não depende apenas do conteúdo significativo pleno ou das possibilidades previstas pelo sistema, mas também de fatores cotextuais e contextuais.

Não é por acaso que Paiva Boléo (1936, p.38), ao descrever o perfeito composto e o simples nas línguas neolatinas, afirma que “de todas as línguas românicas, a espanhola é aquela em que se torna mais difícil estabelecer com precisão a diferença de emprego e de sentido de um e outro tempo”.

FIGURA 2 – Da abordagem onomasiológica e semasiológica no estudo das formas verbais de anterioridade e presente<sup>12</sup>



Fonte: Elaborado pelo autor.

<sup>12</sup> Os enunciados de cada uma das concepções temporais apresentadas foram retirados de uma (I) entrevista radiofônica constituinte do *corpus* que compilamos, da (II) enciclopédia digital *educarchile.cl*, da (III) *Nueva Gramática de la Lengua Espanhola* (RAE, 2009), da (IV) edição eletrônica do jornal argentino *La Nación* e do (V) *Manual de la Nueva Gramática de la Lengua Espanhola* (RAE, 2010).

Retomando os dados expostos na figura 2, é pertinente destacar que um estudo onomasiológico deverá considerar também outras formas ocorrendo nos domínios temporais de anterioridade destacados. Conforme exemplificam as orações abaixo, quatro formas verbais encaixam-se, por exemplo, no âmbito de **passado absoluto** e três no âmbito de **antepresente**. Como recuperam as orações abaixo, quatro formas verbais encaixam-se no âmbito de **passado absoluto** e três no âmbito de **antepresente**:

**Passado Absoluto:**

(1a) “*12 de octubre de 1492: los españoles conquistaron América.*”

12 de outubro de 1492: os espanhóis conquistaram a América.

(1b) “*12 de octubre de 1492: los españoles han conquistado América.*”

12 de outubro de 1492: os espanhóis conquistaram a América.

(1c) “*12 de octubre de 1492: los españoles conquistaban América.*”

12 de outubro de 1492: os espanhóis conquistavam a América.

(1d) “*12 de octubre de 1492: los españoles conquistan América.*”

12 de outubro de 1492: os espanhóis conquistam a América.

**Antepresente:**

(2a) “*El tren no llegó todavía.*”

O trem não chegou ainda.

(2b) “*El tren no ha llegado todavía.*”

O trem não chegou ainda.

(2c) “*El tren no llega todavía.*”

\*O trem não chega ainda.

Apesar da forma do presente do indicativo não constituir o paradigma das formas que expressam primariamente o valor de anterioridade – já que a ele se atribui fundamentalmente a expressão de situações concomitantes ao momento de fala –, é possível identificar nos dois âmbitos temporais previamente expostos a ocorrência de formas verbais com morfologia do presente.

Há de se observar que esses usos – considerados secundários por muitos gramáticos – respondem a uma reorientação temporal do ponto de referência, o qual já não coincide com a enunciação, mas com um ponto no passado, concomitante com a situação pretérita descrita. Especialmente na oração (1d), torna-se clara a leitura também conhecida como **presente histórico**, isso porque a conquista ocorre simultaneamente ao momento de referência deslocado ao passado (*12 de octubre de 1492*). O uso do presente com valor de **passado absoluto** cumpre, desse modo, a função de atualizar fatos passados (MORENO DE ALBA, 2006), aproximando-os a uma visão mais realista e próxima do momento de fala (PORTO DAPENA, 1989).

Em relação à oração (2c), em que se nota o uso do presente com valor de **passado de acontecimentos recentes**, marca-se uma situação acontecida em um passado próximo ao momento de fala, quando se pode observar os resultados da culminação de cada situação (RAE, 2009, p.1717). Diferente do valor de **presente histórico**, nesse caso, o valor temporal de anterioridade ainda se orienta pelo momento de fala, pois conforme afirma a RAE (2009):

Se o falante escolhe aqui uma forma do passado, focaliza o período da ausência da chegada, mas se usa uma forma do presente, avalia essa ausência (isto é, o não chegar do trem) a partir do momento da enunciação, e dá a entender que a situação pode ter lugar ao fim de pouco tempo (RAE, 2009, p. 1718, tradução nossa).<sup>13</sup>

Aparentemente restrito às variedades rio-platense, andina, chilena e centro-americana, esse uso do presente de indicativo direciona a atenção para a situação presente no momento da enunciação (atraso do trem, chegada iminente do trem, etc), tendo em vista o fato imediatamente passado (a não chegada do trem). Desse modo, parece que tanto o **presente histórico** como o **passado de acontecimentos recentes** são usos do presente do indicativo que permitem evidenciar no presente informações passadas.

Quanto ao uso do *pretérito imperfecto* (oração 1c) – previsto para o âmbito de **passado absoluto** –, sabe-se que seu contexto de uso é definido

---

<sup>13</sup> “Si el hablante elige aquí una forma del pasado, focaliza el período de la ausencia de la llegada, pero si usa una forma del presente, evalúa esa ausencia (es decir, el no llegar del tren) desde el momento de la enunciación, y da a entender que el suceso puede tener lugar al cabo de poco tiempo” (RAE, 2009, p. 1718).

e diferenciado das demais formas verbais graças ao valor aspectual de imperfectividade que carrega. Dessa maneira, ao dizer *conquistaba*, na oração (1.c), marca-se uma especial atenção ao desenvolvimento da ação, sem se importar com seu início e fim. Essa visão se torna possível porque “o [aspecto] imperfectivo contempla a situação de dentro, e, como tal, está preocupado fundamentalmente com a estrutura interna da situação”<sup>14</sup> (COMRIE, 1976, p.14 – tradução nossa). Desse modo, a única informação a que temos acesso objetivamente com a oração é a que na referida data (“12 de octubre de 1492”) observava-se o processo de conquista do continente americano. Deve-se, contudo, a nosso conhecimento de mundo a possibilidade de ir além da interpretação da oração, identificando o cumprimento do processo de conquista e domínio do continente pela nação invasora. Segundo García Fernández (2008, p. 20), “qualquer suposição sobre o final de uma situação no imperfectivo é uma inferência pragmática”, isso porque, a “estrutura gramatical não diz nada a respeito” dela (tradução nossa).<sup>15</sup>

Em síntese, a conciliação das abordagens explicita-nos a potencialidade das estruturas linguísticas e seu dinamismo na operação de sentidos quando do funcionamento da linguagem. Desse modo, a compreensão de uma construção linguística leva-nos não apenas a seu estudo individualizado, mas ao estudo de sua relação com seus pares. De modo mais pontual, entendemos, por exemplo, que não apenas o PPS e o PPC atuam no **antepresente** e no **passado absoluto**, mas também formas como as do *imperfecto* e *presente de indicativo*.

### 3 Considerações Finais

Para concluirmos, as abordagens semasiológica e onomasiológica revelam-nos que também os estudos da gramática de uma língua devem se organizar pela soma das duas abordagens, tidas como complementares. Em especial, quando se trata da análise da temporalidade verbal ou, para sermos mais específicos, do passado em espanhol, verificamos

---

<sup>14</sup> “[...] the imperfective looks at the situation from inside, and as such is crucially concerned with the internal structure of the situation [...]” (COMRIE, 1976, p. 14).

<sup>15</sup> “Cualquier suposición sobre el final de una situación en Imperfectivo es una inferencia pragmática. La gramática no dice nada al respecto [...]” (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2008, p.20).

que o estudo semasiológico das formas do *pretérito perfecto* revela o potencial semântico das formas simples e composta, caracterizando-as como estruturas essencialmente polissêmicas.

Será essa polissemia que permitirá a aproximação entre o PPS e o PPC, em alguns contextos temporais – não de modo generalizado, como se costumou afirmar – e de diferentes maneiras, conforme a variedade diatópica da língua. Caberá, portanto, à abordagem onomasiológica averiguar a real aproximação dessas formas e de que modo dita aproximação se efetua. Como vimos, uma análise onomasiológica dos contextos que indicam aproximação do PPC e do PPS (**antepresente e passado absoluto**), mostra que (i) não apenas o PPC e o PPS ocorrem nos contextos delimitados, mas também o presente do indicativo e o pretérito imperfeito; (ii) a alternância entre o PPS e o PPC não é aleatória; (iii) identificam-se padrões de usos diferentes, conforme o contexto temporal; (iv) cada variedade diatópica tem seus padrões de alternância, entre outras contribuições.

## Referências

ALARCOS LLORACH, Emilio. *Gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa, 2005.

ARAUJO, Leandro Silveira de. A expressão do passado absoluto em variedades argentinas. *A Cor das Letras*, Feira de Santana, v. 19, n. Especial, p. 154-179, 2018a. Doi: <https://doi.org/10.13102/cl.v19i4Especial.2865>.

ARAUJO, Leandro Silveira de. A expressão do passado imediato em Buenos Aires e San Miguel de Tucumán. *Working Papers em Linguística*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 158-185, 2018b. Doi: <https://doi.org/10.5007/1984-8420.2018v19n1p158>.

ARAUJO, Leandro Silveira de. *A expressão dos valores antepresente e passado absoluto no espanhol: Um olhar atento a variedades diatópicas da Argentina e da Espanha*. 2017. 410 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2017.

ARAUJO, Leandro Silveira de. *O pretérito em espanhol: usos e valores do perfecto compuesto nas regiões dialetais argentinas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

ARAUJO, Leandro Silveira de. O pretérito perfecto em espanhol: entre a expressão do antepresente e outros valores. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v. 60, n. 1, p. 47-70, 2018c. Doi: <https://doi.org/10.20396/cel.v60i1.8649719>.

ARAUJO, Leandro Silveira de. *Os valores atribuídos ao pretérito perfecto compuesto espanhol nas regiões dialetais da argentina*. 2012. 212 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2012.

ARAUJO, Leandro Silveira. O gênero entrevista radiofônica em comunidades hispânicas: um aporte da Análise Textual Automática. *Domínios de lingu@gem*, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 289-312, 2017b. Doi: <https://doi.org/10.14393/DL29-v11n2a2017-2>.

BALDINGER, Kurt. Semasiologia e onomasiologia. *Alfa*, Marília, v. 9, p. 7-36, 1966.

CARTAGENA, Nelson. Los tiempos compuestos. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta. *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa, 1999. 2 v. p. 2933-2975.

CASTILHO, Ataliba Teixeira. A sintaxe do verbo e os tempos do passado em português. *Alfa*, Marília, v. 9, p. 105-153, 1966.

COMPANY COMPANY, Concepción. Gramaticalización y dialectología comparada. Una Isoglosa sintáctico-semántica del español. *Dicenda: Cuadernos de Filología Hispánica*, Madrid, v. 20, p. 39-71, 2002.

COMRIE, Bernard. *Aspect*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

GARCÍA FERNÁNDEZ, Luis. *El aspecto gramatical en la conjugación*. 2. ed. Madrid: Arco Libros, 2008.

GILI GAYA, Samuel. *Curso superior de sintaxis española*. 9. ed. Barcelona: Biblograf, 1970.

HOWE, Chad; SCHWENTER, Scott A. Variable constraints on past reference in dialects of Spanish. In: WESTMORELAND, Maurice; THOMAS, Juan Antonio (ed.). *Selected Proceedings of the 4<sup>th</sup> Workshop on Spanish Sociolinguistics*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 2008. p. 100-108.

KEMPAS, Ilpo. *Estudio sobre el uso del pretérito perfecto prehodiernal en el español peninsular y en comparación con la variedad del español argentino hablada en Santiago del Estero*. 2006. 335f. Tese. (Doutorado em Letras) - Universidade de Helsinki, Helsinki, 2006.

LAMIQUIZ IBÁÑEZ, Vidal. El sistema verbal del español actual. *Revista de la Universidad de Madrid: Homenaje a Menéndez Pidal*. Madrid, v. 18, p. 242-267, 1969.

LEHMANN, Christian. Gramática funcional. *Guavira Letras*, Três Lagoas, v. 13, p. 7-22, 2011.

LIPSKI, John M. *El español de América*. 7. ed. Tradução de Silvia Iglesias Recuero. Madrid: Cátedra, 2011.

MORENO DE ALBA, José Guadalupe. *El español en América*. Ciudad de México: FCE, 2000.

MORENO DE ALBA, José Guadalupe. Valores verbales de los tiempos pasados de indicativo y su evolución. In: COMPANY COMPANY, Concepción (coord.). *Sintaxis histórica de la lengua española*. Primera parte: La frase verbal. Ciudad de México: FCE/UNAM, 2006. p 5-92. v. 1.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. *Qué español enseñar*. Madrid: Arco Libros, 2000.

OLIVEIRA, Leandra Cristina de. *As duas formas do pretérito perfeito em espanhol: análise de corpus*. 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

PAIVA BOLÉO, Manuel de. *O perfeito e o pretérito em português em confronto com as outras línguas românicas: estudo de caráter sintático-estilístico*. Coimbra: Biblioteca da Universidade de Coimbra, 1936.

PORTO DAPENA, José Alvaro. *Tiempos y formas no personales del verbo*. Madrid: Arco Libros, 1989

RAE. *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa, 1986.

RAE. *Manual de la nueva gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa, 2010.

RAE. *Nueva gramática de la lengua española: Morfología y Sintaxis I*. Madrid: Espasa, 2009. v. 1.

SANTOS, Cíntia Ferreira dos. *Variação e mudança linguística dos pretéritos simples e composto, uma perspectiva sociolinguística e discursiva: amostras de Madrid, Cidade do México e Buenos Aires*. 2009. 259 f. Dissertação (Mestrado em Letras Neolatinas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SCHWENTER, Scott A. The grammaticalization of an anterior progress: evidence from a Peninsular Spanish dialect. *Studies in Language*, [S.l.], v.18, n. 1, p. 71-111, 1994. Doi: <https://doi.org/10.1075/sl.18.1.05sch>.

TORREGO, Leonardo Gómez. *Gramática didáctica del español*. 8. ed. Madrid: SM, 2002.

VIDAL DE BATTINI, Berta Elena. *El español de la Argentina: Estudio destinado a los maestros de las escuelas primarias*. Buenos Aires: Consejo Nacional de Educación, 1964.

Recebido em: 20 de setembro de 2018.

Aprovado em: 12 de novembro de 2018.



## Address and Impoliteness in *Online* Polylogues

### *Indelicadeza e tratamento linguístico em polílogos online*

Rita Faria

Universidade Católica Portuguesa (UCP), Lisboa / Portugal

rita.faria@fch.lisboa.ucp.pt

**Abstract:** This paper examines instances of address in European Portuguese and how these may connect to impoliteness in computer-mediated communication (CMC), namely online polylogues comprised of publicly-available commentaries left on Portuguese online newspapers in response to articles pertaining to the European Union. The paper posits an inclusive notion of address which takes into account the particular features of the medium and finds it to be heavily relational and complex, and resorting to both negotiated and conventional forms. Drawing from previous research on online impoliteness in polylogues, the paper examines impoliteness online and its intersections with address. Its main findings are that impoliteness does not seem to be a paramount communicative goal of participants and that, despite some coherent fit with address, the interaction between both is residual. It is the complexity of online address which conveys the heavily interpersonal, relational character of Portuguese CMC.

**Keywords:** address; impoliteness; CMC; European Portuguese; polylogues.

**Resumo:** O presente artigo visa examinar o tratamento linguístico em polílogos produzidos em português europeu e as suas possíveis conexões com a indelicadeza linguística no âmbito da comunicação mediada por computador (CMC), em particular comentários a artigos relativos à União Europeia publicados nas versões *online* de jornais portugueses. O artigo propõe uma noção inclusiva de tratamento linguístico que inclua as especificidades do medium, descreve o tratamento linguístico verificado no corpus e conclui que o mesmo é complexo e relacional, e que recorre a formas negociadas na interação, mas igualmente a formas convencionais. Tendo como substrato investigação

prévia sobre indelicadeza em polílogos *online*, procura também examinar-se e descrever o fenómeno da indelicadeza e as suas interseções com o tratamento. Verifica-se que a indelicadeza não é um objetivo comunicativo fundamental dos participantes e que, apesar de alguma coerência com o tratamento linguístico, a interação entre os dois é residual. É a complexidade do tratamento *online* que demonstra, assim, a índole fortemente interpessoal e relacional da CMC em português europeu.

**Palavras-chave:** tratamento linguístico; indelicadeza; CMC; português europeu; polílogos.

## 1 Introduction

The aim of this paper is to examine instances of address in European Portuguese and how these may connect to impoliteness in computer-mediated communication (CMC), namely online polylogues comprised of publicly-available commentaries left on Portuguese online newspapers in response to articles pertaining to the European Union (EU).

When establishing social relations through language, and when resorting to im/politeness linguistic devices, participants draw from a pool of resources to further communication and to direct discourse to particular addressees. Address in general is used to “disambiguate the directionality of the talk in progress” (CLAYMAN, 2012, p. 1853), but directionality is also relevant to impoliteness, “a negative attitude towards specific behaviours” (CULPEPER, 2011, p. 23) which have the potential to generate negative emotions and cause offense. Impoliteness thus needs to be aimed at particular participants and behaviours. Furthermore, Oliveira (2013, p. 291) points out the heavily relational nature of address forms, which are not only “indexicals of personal and social identity” but “they can also index features of a communicative situation (supporting or attacking face, for example)”, thus suggesting a connection between address and impoliteness. Is there a noticeable nexus between usages of impoliteness and address in online polylogues, that is, is the linguistic device of address relevant to gear impoliteness towards its aim?

From this central research question, two other important objectives derive. The first is addressed-focused: how is linguistic address used in online European Portuguese? The paper examines the resources participants use to address each other, thus marking the tone of the social relationship they wish to establish.

The second research question is impoliteness-focused: does impoliteness occur in the corpus and if so, in which terms? This entails a qualitative description of impoliteness usage. The latter encompasses a situated behaviour and its negative evaluation against a backdrop of expectations as to what constitutes “politic”, unmarked behaviour (WATTS, 2003) or indeed polite behaviour. As impoliteness is based on expectations eventually countered by impolite behaviour, impoliteness is more unexpected than politeness because it involves going against norms of appropriateness established within a community, context or situation. Furthermore, the possibility of anonymity in online discourse “may lead to a certain loss of self-awareness and, in turn, to lesser inhibition” (LORENZO-DUS; GARCÉS-CONEJOS BLITVICH; BOU-FRANCH, 2011, p. 2581), thus increasing the opportunities for impolite behaviour to arise. Because it is challenged more often than politeness, impoliteness seems more discursive as well, which is why we wish to explore how address might resort to impoliteness in verbal exchanges.

The focus on CMC is because the latter is the perfect locus to examine how language is negotiated in order to conduct relational work (LOCHER; WATTS, 2005). Online discourse can be of a “transient” nature (KRETZENBACHER; SCHUPBACH, 2015, p. 35) but at the same time online interactions “are no less real than relationships offline” (LOCHER; BOLANDER; HÖHN, 2015, p. 6) since the source is the same – human beings exploiting language to satisfy their communicative goals. CMC thus offers a wealth of material to study discursive interactions, namely address and impoliteness.

## **2 Address and impoliteness in online polylogues**

For the purposes of this study, we follow an inclusive notion of address. Address on electronic discourse was already examined by C. Werry in 1996, whereby addressivity was to routinely name the addressee so as to disambiguate the direction of discourse. We find that address, and particularly address in CMC, needs to take into account the affordances of the medium and is therefore any linguistic means that congregates the functions of disambiguation and directionality (CLAYMAN, 2012), that is, the linguistic means that clarify to whom discourse is aimed. Therefore, we take online address to be a wide-encompassing linguistic device comprising the linguistic means which either explicitly refer to

the addressee (such as traditional forms of address) and/or draw their attention to what is being said. Address both includes and surpasses the linguistic signalling of the addressee's presence insofar as it includes more than direct references to an addressee or a group of addressees. Direct address (when explicit linguistic reference is made to the addressee(s), such as vocatives or bound forms of address) is thus differentiated from indirect address (when there are linguistic attempts to flag the addressee(s) or draw the addressee(s)' attention even if there is no explicit reference to the addressee).

Secondly, address needs to be considered within the nature of the medium, which in this case is an online polylogue. Polylogues are "multi-participant interactions" whose minimal unit is a trilogy, that is, at least three participants (KERBRAT-ORECCHIONI, 2004, p. 4). Because we focus on commentaries left on e-papers, the polylogues we examine comprise multi-interlocutor verbal exchanges whose means of production and reception are text-based (writing), asynchronous, computer-mediated and of public access (HERRING, 2007; MARCOCCIA, 2004). The consequences of the notion of online polylogues to conversational structure are important because a simple dyadic scheme is insufficient to describe multi-party communicative actions. The latter surpasses the conventional roles of speaker and hearer, as many participants will in fact constitute "overhearers", those who are not ratified recipients but rather eavesdroppers – in summary, the audience, whose importance was first noted by Goffman (1981) when analysing broadcast talk. The audience is of great importance to online polylogues, as very often passive "bystanders" to the conversation can enter online exchanges at will to challenge or ratify certain linguistic behaviours. Considerations of address (and impoliteness) in online polylogues therefore need to take into account a vast "perceptual range" (DOBS; GARCÉS-CONEJOS BLITVICH, 2013; BOU-FRANCH; GARCÉS-CONEJOS BLITVICH, 2014; LORENZO-DUS; GARCÉS-CONEJOS BLITVICH; BOU-FRANCH, 2011) of participants, as evaluations of linguistic behaviour are conducted not only by conventional recipients but also by the perceptions of bystanders whose evaluations comprise a large perceptual continuum.

Address thus needs to be understood as a heavily relational linguistic feature, one that is creative and not static as "interlocutors can use them in ways that do not follow societal norms" (OLIVEIRA, 2013, p. 294) and negotiate address to suit their own communicative goals. This

is especially true in Portuguese, where the morphosyntactic complexity of T/V forms of address (BROWN; GILMAN, 1968) is a powerful encoder of social deixis (BRAUN, 1988; CINTRA, 1986) and allows for the syntactic embedding of nominal, verbal and pronominal forms (CINTRA, 1986). A consequence of this complexity, as Carreira (2003, my translation) elucidates, is that in Portuguese, “[f]or all intents and purposes, the choice of the adequate form of address and the conveyance of politeness go hand in hand”.<sup>1</sup>

As to impoliteness, the latter is a relatively new field of research when compared to politeness. Brown and Levinson’s (1987) seminal work on politeness practically ignored its counter phenomenon, impoliteness, and set a Grice-oriented framework to explain politeness as a discursive antidote to FTAs, or face-threatening acts. Politeness is here understood as a rational activity that meets the goal of mitigating threats to face whilst still allowing the FTA to go ahead, and comprises a set of politeness strategies oriented to maintaining and attending to face. Politeness is therefore the equivalent of “facework”.

“Face” is a cultural notion which Brown and Levinson, borrowing from Goffman (1967), define as “the public self-image that every member wants to claim for himself” and something which “must be constantly attended to in interaction” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 61). To attend to face, politeness is cleft into negative politeness, which preserves “negative face” – the want to have freedom of action for oneself – and is therefore “the politeness of non-imposition” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 62); and positive politeness, which addresses positive face, that is, the want to have one’s self-image appreciated and approved of. A set of negative and positive politeness strategies is established which conveniently allows the researcher to pinpoint incidents of politeness in discourse.

The first wave of politeness studies, and specifically Brown and Levinson (1987), whose main research desideratum was to explain politeness as rational facework, with claims to universality, was soon criticised for ignoring the complex realisation of politeness as a context-sensitive, situated phenomenon, which needs participants’ crucial evaluations. Thus, the discursive (KÁDÁR; HAUGH, 2013) or pragmatic

---

<sup>1</sup> “[l]e choix de la forme d’adresse adéquate et l’expression de politesse vont, en effet, de pair”.

(LOCHER, 2010; LOCHER; BOLANDER; HÖHN, 2015) turn in politeness studies focused on examining “the emergence of norms of appropriateness against which interactants make judgments on politeness and to explore the link between these norms and relational effects” (LOCHER; BOLANDER; HÖHN, 2015, p. 3). The core of research is now emic, or first-order (EELLEN, 2001) notions of politeness and impoliteness (im/politeness) from which etic, or second-order, conceptualizations of im/politeness derive, that is, the research focus is now on the emic norms which regulate linguistic behaviours based on interactants’ expectations (BOUSFIELD; LOCHER, 2008; CULPEPER, 2011; GRAHAM, 2007; LOCHER, 2010; LOCHER; BOLANDER; HÖHN, 2015; LOCHER; WATTS, 2005; MILLS, 2003; WATTS, 2003, etc.).

A central concept to understand im/politeness is “relational work” (LOCHER; WATTS, 2005), defined as “the ‘work’ that individuals invest in negotiating relationships with others” (p. 10), that is, a spectrum which encompasses “the entire continuum of verbal behaviour” (p. 11) and four main categories, which stretch from negatively marked behaviour (impolite or overly polite) to positively marked behaviour (polite) and unmarked, appropriate behaviour. It is within this continuum that norms of appropriateness are formed, based on speaker’s understanding and evaluation of what counts as polite, appropriate, inappropriate or impolite. However, as Kádár and Haugh (2013) observe, “no theory has been able to significantly dent the popularity of the Brown and Levinsonian framework”, and we would add this is because post-Brown and Levinson studies refuse aprioristic judgements of im/politeness (GARCÉS-CONEJOS BLITVICH, 2010b, p. 540), which makes theoretical sense but fails to counter the appeal of Brown and Levinson as a ready framework for data analysis. This is why the work developed by Culpeper (1996, 2005 and later 2011, 2015) on impoliteness is both important and convenient as his is a dualist position which preserves the best of both worlds. Impoliteness is seen as a situated behaviour with the potential to cause offense and generate negative emotions when it clashes against routinely established expectations shared by the participants of a situation, community or context. However, impoliteness is not a purely context-dependent or, inversely, an entirely formulaic, *a priori* event. Impoliteness can be both a “semanticised” process and a pragmatic, context-sensitive phenomenon: “... it is the interaction between the two that counts” (CULPEPER, 2011, p. 125).

The next section will explain how our framework of analysis was drawn from work on impoliteness in online polylogues which in turn has Culpeper's frame of analysis at its core.

### **3 The data: methodology, framework and analysis**

#### **3.1 Methodology and framework**

This paper examines publicly-available commentaries concerning the EU<sup>2</sup> left on Portuguese online newspapers. We have selected comments which have generated replies and therefore constitute threads, published on the online versions of broadsheets Público and Diário de Notícias (see the list of articles used in Attachment 1). The comments are identified as follows: PT (Dataset: European Portuguese corpus) – A1, 2, 3, etc. (number of article) – 1, 2, 3, etc. (number of comment) – comment (please note that no editing or correction were introduced; comments are quoted as collected). Example: A1. PT. 45: Por mim a Europa já devia ter evoluído para estados unidos da Europa Já devíamos ser um país! (As far as I'm concerned, Europe should have evolved into the united states of Europe. We should be a country already!).

The dataset comprises articles from 2016 to 2018 in a total of 300 comments. Each comment was coded according to address and impoliteness using the software MaxQDA. We followed an utterance-based method insofar as every utterance from each comment was examined and coded according to the coding categories which we display at the end of this section. It was important we focus on utterances so as to account for the overlapping of different address and impoliteness strategies that occur in just one comment taken as a unit; this meant that the same comment could be coded several times for different dimensions of address and impoliteness. Percentages were established based on the number of coded segments for each category, in a universe of 300 units.

Our analysis is primarily of a qualitative nature, insofar as it tries to examine and describe the nuances and variation of usages of address and impoliteness. However, this demanded a degree of quantification as

---

<sup>2</sup> The reference to the EU was to provide a theoretical coherence to the corpus only, and not to provide discussion on the subject-matter itself.

well. The quantitative data presented should be understood as support to the qualitative variation we hope to show.

Before proceeding, we must first establish how to account for instances of impoliteness in the corpus and select the necessary framework of analysis.

For instances of impoliteness, Culpeper (2015, p. 14) states that “[f]or politeness items to count as polite they must go unchallenged [...]. Thus, for impoliteness items to count as impolite they must go challenged”. This begs the following question: how about instances of impoliteness that go unchallenged, i.e., cause no reply from other respondents? The answer to this question is very important to the medium examined, given how lithely members can participate and then opt out of the exchange.

Instances that go against expected appropriate (or civil) behaviour in public discourse cannot be qualified as impoliteness proper in the absence of an explicitly verbalised challenge. However, as Lorenzo-Dus, Garcés-Conejos Blitvich and Bou-Franch. (2011, p. 2579) point out, the norms that regulate specific CMC interactions are likely to be those which set the standard for civility in public discourse. This is why online platforms (such as YouTube but also online newspapers) usually have a system of moderation in place whereby participants are urged to comply with norms of civility.

In the absence of explicit challenges of impoliteness issued by participants and their evaluations, we will therefore count instances that seem to go against the backdrop of appropriate, civil behaviour as possibly open to interpretations of impoliteness, that is, with impolite potential. This is not too different from the method followed by Upadhyay (2010), who also examines readers’ responses on e-papers and also had to contend with the fact that “the perlocutionary effect of these responses on the target person [...] is usually unavailable” (p. 107). Therefore, Upadhyay (2010, p. 112) decides to count a response as impolite “when it is likely to be interpreted by a general [...] readership as negatively marked and inappropriate behaviour due to its blatant face-aggravating character”.

This “inappropriate behaviour” needs to be made very obvious as to its deliberate face-threatening potential and conspicuously clash against a backdrop of norms and expectancies of appropriateness. This method (one of attempting to ascertain the impolite potential of utterances

when they blatantly seem to counter expected norms of appropriateness) is the best we can do to avoid aprioristic judgments of impoliteness. However, what this method may not entirely avoid is the “ontological trap” (HAUGH, 2007, p. 309) of having both the participants’ and the researchers’ evaluations conflated, and that is why we restrict our own evaluations of impoliteness to very conspicuous cases. This ensures (to some extent, at least) that the researcher’s evaluations are “analogous to participants’ assessments” (GARCÉS-CONEJOS BLITVICH, 2010b, p. 541).

We follow Lorenzo-Dus, Garcés-Conejos Blitvich and Bou-Franch (2011) in order to categorise instances of potential impoliteness found in the corpus. Firstly, it draws heavily from Culpeper’s well established work on impoliteness and its output impoliteness strategies and applies it to an online polylogue. It therefore presents a framework of analysis which has already been tested on digital datasets showing that impoliteness tends to be “patterned”, i.e., it tends to follow certain discursive forms and strategies that may be more or less recurrent in a certain community; and it takes into account the heavily relational features of this medium, namely the importance of the audience and the aforementioned “perceptual range”.

A further advantage to Lorenzo-Dus, Garcés-Conejos Blitvich and Bou-Franch (2011) is that it already includes “implicated impoliteness”, similar to what Culpeper (2011, p. 17) denominates “implicational impoliteness”. If there is a mismatch between the semantics of a certain verbal behaviour and the actual (impolite) meaning of the behaviour, we face implicational impoliteness.

The framework for our analysis of impoliteness is the following (our coding categories used for analysis are in square brackets):

FIGURE 1 – Framework for impoliteness analysis (from LORENZO-DUS; GARCÉS-CONEJOS BLITVICH; BOU-FRANCH, 2011) and coding categories

On-record impoliteness [ImpOnRec]	Positive Impoliteness [PosImpol]	Ignore/snub the other [IgnSnub] Exclude the other from activity [Exclude] Dissociate from other [Dissociate] Be disinterested, unconcerned, unsympathetic [Disint] Use inappropriate identity markers [IdentMarker] Use obscure secretive language [ObscureLgg] Make the other feel uncomfortable [FeelUncomf] Seek disagreement [SeekDisagr] Use taboo words [Taboo] Call the other names [CallName]
	Negative impoliteness [NegImpol]	Frighten [Frighten] Condescend, scorn, ridicule, belittle, show relative power [ScornPower] Invade the other's space [InvadeSpace] Explicitly associate the other with a negative aspect [NegAspect] Put the other's indebtedness on record [OnRecDebt] Hinder or block the other, either physically or linguistically [HinderBlock]
Off-record impoliteness [ImpOffRec]	Implicated impoliteness [Implicat] Sarcasm [Sarcasm] Withhold politeness (the absence of politeness work where it would be expected - Culpeper 2015) [Withhold]	

The categories for address, taking into account the technological affordances of CMC, are the following (coding categories in square brackets):

[DirAddr] Direct address: explicit form of address with linguistic reference to the addressee:

- [FreeForm] Free forms: vocatives [Voc]
- [BoundForm] Bound forms: pronouns TU [TU], VOCÊ [VOCÊ], VOCÊS [VOCÊS]; 3<sup>rd</sup> person forms (pro-drop verb forms

and derivative 3<sup>rd</sup> person possessive, reflexive, demonstrative pronouns) [3rdPerForm]; 2<sup>nd</sup> person forms (pro-drop verb forms and pronouns) [2ndPerForm]; nominal forms, used in Portuguese as syntactically bound address [NomForm].

[IndAddr] Indirect address: linguistic forms which draw the addressee's attention to discourse without an explicit deictic reference being made:

- [SpeechAct] speech acts whose directionality is addressive without resorting to forms of address per se: directives such as requests for information, assertives stating a general fact or quality concerning the addressee; text deixis, that is, a word or expression that directly signals the addressee's contribution. These speech acts are addressive because they too disambiguate the directionality of discourse, that is, they direct discourse to the addressee by means of indirect referents (the aforementioned facts or qualities, or elements of text deixis).
- [Auditorium] address the audience in general, or a general group of people where the direct addressee is included.
- [3rdPerAddr] reference to addressee using 3<sup>rd</sup> person forms, i.e., speaking about the addressee as if she or he is not part of the exchange
- [PublicFig] reference to public figure mentioned in article or to author of article.
- [Quote] quoting from other's comment (either entire parts or specific items from previous comment) and responding.

[NoAddr] No address: exploiting the software optionality to indent the comment and replying to an original comment directly. This involves no linguistic elaboration, no address and keeps relational work to a minimum, but it is nevertheless an option afforded by the medium to draw the addressee's attention to discourse.

### 3.2 The corpus: data analysis

Decisions about impolite potential in online polylogues need to take into account that the primary aim of participants is to discuss the topic introduced by the article, as they are taking part of a discussion forum. A certain degree of face attack is thus expected and, unless discourse extrapolates the limits of the discussion and becomes primarily concerned with conspicuous face damage, there are no grounds to consider it impolite.

Certain instances of impoliteness were relatively easy to determine because they were challenged:

PT.A1.28.Júlio@Francisco: Já li muitos [livros], já tu parece ser muito idoso que acredita em qualquer mentira que os medias dizem, desligue a tv e vá ler alguns livros, assim com o tempo as propagandas mentirosas e falsas começam a sair da tua cabeça

(I've read many books, however you (tu) seem to be very old and believe any lie the media say, turn off (3rd person) the TV and go (3rd person) read some books, so that with time the lying, false propaganda leaves your (2nd person) head.)

29.Francisco: Júlio, tu, você, em que ficamos? Não desrespeitei ninguém.

(Júlio, tu, você, what's it going to be? I haven't disrespected anyone.)

PT.A1.28 deploys on-record positive impoliteness by resorting to inappropriate identity markers and alternating between “tu” and 3<sup>rd</sup> person forms, which is considered “disrespectful” by Francisco, even if Júlio may have had no intention to offend. Impoliteness is on display due to the verbalised negative evaluation that Francisco issues on Júlio's linguistic behaviour, and this example also demonstrates the relational, negotiated nature of online address.

In terms of address, the corpus reveals a multi-layered exploitation of addressive devices, making full use of the medium affordances. All address categories were present, and in order of the most frequent to the less frequent, they were:

FIGURE 2 – Address in the European Portuguese corpus

Direct Address (159, n=300)	<p>Vocatives</p> <p>{First name [FN]}: PT.A1.18. <i>Estou de acordo, <u>Marco</u>, força?</i> (I agree, <u>Marco</u>, go for it?)</p> <p>{Kinship terms}: PT.A6.109. <i><u>Amigo</u>, comunismo é o fim da propriedade privada [...]</i> (<u>Friend</u>, communism is the end of private property.)</p> <p>{Kinship term +FN}: PT.A7.136. <i>Não me parece, <u>caro Luis</u>, que a paz que dura há 60 anos [...], seja uma indicação errada.</i> (<u>Dear Luis</u>, to me it doesn't seem that the peace that has lasted for the past 60 years is an incorrect indication.)</p> <p>{Kinship term + Last Name}: PT.A8.170. <i>Olha <u>caro Santos</u> isto do R Unido estar com um pe dentro e outro fora, na minha humilde opiniao acho que eles sempre tiveram desconfianca com a EU [...].</i> (Look (3rd person) <u>dear Santos</u> this thing with the UK, that they are half in and half out, in my humble opinion I think they have always been suspicious of the EU)</p> <p>{Colloquially conventionalised forms of address}: PT.A1.31. <i>Qual projeto humanista, <u>homem</u>?</i> (What humanistic project, <u>dude</u>?)</p> <p>{conventionalised politeness formulae}: PT.A4.61. <i>Meu <u>caro</u> a este nível não há almoços grátis.</i> (<u>Dear chap</u> at this level there are no free lunches.)</p> <p>{Nominal Form + FN}: PT.A8.169. <i>Não <u>sr Carlos</u> eu também sou emigrante ....</i> (No <u>Mr. Carlos</u> I too am an emigrant)</p> <p>{Insults}: PT.A13.269. <i>Va olhar para as estatisticas ou <u>trollinho</u></i> (Go (3rd person) look at the stats <u>you little troll</u>)</p> <p>{FN followed by 3rd person forms}: PT.A7.146. <i><u>Mario advoga</u> uma Europa “que precisa de se democratizar”, mas aposto que <u>a sua</u> ideia de democracia é a mediação obrigatória pelos partidos [...].</i> (<u>Mario you defend</u> (3rd person) the kind of Europe “that needs to democratise”, but I bet <u>your</u> (3rd person) <u>idea</u> of democracy is compulsory mediation operated by parties)</p> <p>{FN followed by VOCÊ}: PT.A1.27. <i>Que liberdade <u>Júlio</u>? <u>Você</u> parece-me muito jovem [...].</i> [...]. (What freedom, <u>Júlio</u>? You (<u>você</u>) seem (3rd person) very young.)</p>
	<p>3<sup>rd</sup> person forms: PT.A13.236. <i>Veja quem apoia as suas ideias e <u>verá</u> o que valem.</i> (<u>Look</u> (3rd person) at those who support <u>your</u> (3<sup>rd</sup> person) ideas and you'll see (3<sup>rd</sup> person) how much they're worth.)</p>

Nominal forms:

{Senhor, Senhora}: PT.A1.27. *retardado é o Sr.*

(The mister is retarded – you’re retarded.)

{FN}: PT.A4.78. *Qual é a adição que o Filipe recomenda?*

(Which addition does Filipe (you) recommend?)

{Kinship term + FN}: PT.A13.225. *Mas em meu entender o caro José está mais perto da realidade [...].*

(But it seems to me that dear José is closer to reality – but it seems to me that you are closer to reality)

{title}: PT.A4.70. *O colega pode garantir que os estados determinantes da UE serão da NATO por toda a eternidade?*

(Can the colleague (you) guarantee that the significant states of the EU will belong to NATO for eternity?)

Você: PT.A14.300. *...quem é você para dizer que “não quer em Portugal”?*

(You are you (você) to say “you don’t want [it, them] in Portugal?”)

2<sup>nd</sup> person forms: PT.A6.110. *É impressionante como achas que existe propriedade privada na China [...].*

(It’s unbelievable that you (2nd person) think there is private property in China.)

TU: PT.A1.41.: *tu e esquerdopata?*

(You (tu) and the psycho-left?)

VOCÊS: PT.A13.242....*ou vocês acham mesmo que os extremos iriam ser como os moderados?*

(...or do you (vocês – 2nd person plural) really think that extremists would be moderates?)

Indirect Address  
(126, n=300)

Auditorium: PT.A13. 224. *Vêjo que isto aqui está animado... basta falar na Rússia para os direitotes entrarem esbaforidos e a mostrar serviço...*

...(I can see everyone’s excited around here... as soon as Russia is mentioned, the usual rightwinger-ites dash, eager to please and deliver...)

Quote: PT.A6. 147. *”A Europa é apenas uma e deve realizar-se como até aqui numa vontade de partilhar direitos e deveres comuns” ??? E quando é que lhe pediram a sua opinião?*

(“There is only one Europe and everything should be carried out as it has been, sharing common rights and duties” ??? And when did anyone ask for your (3<sup>rd</sup> person) opinion?)

	<p>Speech Act:</p> <p>{requests for information}:PT.A13.221. <i>Houve solução parlamentar [...] no caso Monti?</i></p> <p>(Was there a parliamentary solution to the Monti case?)</p> <p>{assertives stating a quality concerning the addressee}: PT.A1.23.<i>Tá forte essa esquizofrenia.</i></p> <p>(That schizophrenia is hitting hard.)</p> <p>{assertives stating agreement or disagreement by means of a word or expression that directly signals the addressee’s contribution}: PT.A5. 101. <i>Bem lembrado. Mas se bem me parece, foi a Hungria que ergueu muros e fechou fronteiras...</i></p> <p>(Well said (remembered). But it seems to me that it was Hungary which built walls and closed borders...)</p>
	<p>3<sup>rd</sup> person address: PT.A12. 215. <i>Mas que bem, o V. resolveu olhar-se ao espelho e fazer uma auto-crítica. Realmente a figurinha que faz em mais de 90% das vezes é bem triste.</i></p> <p>(How nice, V. <u>decided</u> to look in the mirror and do some self-assessment. Mind you, <u>the little spectacle he makes of himself</u> 90% of the time is really sad.)</p>
	<p>Public figure: PT.A11.186. <i>Este polaco [Donald Tusk] está doido.</i></p> <p>(This Polish man [Donald Tusk] went insane.)</p>
<p>No Address (77, n=300)</p>	

This is in line not only with the options for address afforded by CMC but also with the morphosyntactic complexities of linguistic address in Portuguese. We note considerable overlapping of addressive strategies within designated readers’ comments, to the extent that one comment can exhibit two or more categories of address, a testament to the complexity of online address. The preference is for direct address, with conventionalised address (3<sup>rd</sup> person forms, usually deemed acceptable by “society as a whole” (OLIVEIRA, 1994, p. 149)) preferred by most participants. The preference for conventions also explains the reduced incidence of T forms and it is in fact striking that most exchanges preferred to follow offline conventions (a similar conclusion to KRETZENBACHER; SCHUPBACH, 2015). As previously noted, online and offline discourses are probably not inherently different and the qualitative diversity of

address found in this corpus may indicate that. To note that there is also space for negotiation of forms of address and exploring different linguistic options – apart from the aforementioned negotiation of identity markers in PT.A1.28, note PT.A4.70. in FIGURE 2, which resorts to “o colega” as a form of address so as to find an appropriate form to flag a fellow interactant.

How do these address options relate to impolite behaviour? The instances of impoliteness encountered were the following:

FIGURE 3 – Impoliteness in the European Portuguese corpus

On-record  
impoliteness  
(27, n=300)

Positive  
Impoliteness  
(18)

Call Names: PT.A1.36. *És mais um analfabeto político, mais uma cabeça de gado a vomitar ódio e ignorancia pela internet.* (You're another political illiterate, another cattle head vomiting hate and ignorance on the internet.)

Exclude other: PT.14.298. *Oh Helder tem assim tanto odio pela humanidade? Pessoas como voce, nao queremos em Portugal* (Helder, do you hate humanity that much? We don't want people like you in Portugal.)

Dissociate from other: PT.A14.284. *Muitos dos comentadores deste pasquim apoiam os canalhas da extrema-direita.* (A lot of people who comment on this rag support the far-right rascals.)

Be disinterested: PT.A13.274. *Alforreca quando comprar um livro de economia venha discutir o Euro ok? Enquanto isso deixe de insultar os outros.* [Hinder, block] (Alforreca, when you buy a book on Economics come and discuss the Euro, ok? Until then, stop insulting others. [Hinder, block])

Identity marker: see PT.A1.28 above

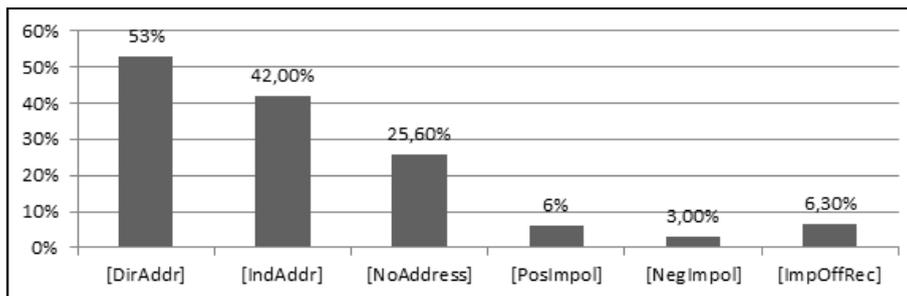
Make other feel uncomfortable: PT.A1.41. *tu e esquerdopata? a favor da islamização da europa?* (You and the psycho-left? In favour of the islamisation of Europe?)

Negative Impoliteness (9)	<p>Scorn, show relative power: PT.A7. 134. <i>"a importância da UE em garantir paz na Europa durante 60 anos. " ??? Quantos anos afinal é que tem a UE? Francamente, não há pachorra para tanta ignorância...</i></p> <p>("The importance of the EU as a guarantor of peace in Europe for 60 years." ??? How old is the EU, in the end? Honestly, you reach the end of the tether with such ignorance...)</p> <p>Hinder, block: PT.A14.300. [...] <i>Isso é xenofobia, não acha? [...] Mais, quem é você para dizer que "não quer em Portugal"?</i> (That's xenophobia, don't you think? Also, who are you to say "you don't want [it, them] in Portugal?")</p> <p>Associate other with negative aspect: PT.A7.137. <i>Afinal parece que aqui o ignorante é o luis ou é a ideologia doentia que lhe tolda o cérebro ou efeitos da lavagem cerebral do tempo da URSS</i></p> <p>(After all it seems that Luís is the ignorant here, or maybe it's the sick ideology which clouds his brain, or the effects of brainwashing from back in the days of the USSR.)</p>
Off-record impoliteness (19, n=300)	<p>Implicated Impoliteness (17)</p> <p>PT.A1.21. <i>PNR [Partido Nacional Renovador]? Acho que já ouvi falar... 30 ou 40 skinheads liderados por um betinho, vítima de endogamia, com o apoio de 5 ou 6 mil gajos, na maioria homens, sem formação académica e com complexos de inferioridade.</i></p> <p>(PNR [National Renovation Party]? I think I've heard of them before... 30 or 40 skinheads led by a posho suffering from endogamy, with the support of 5 or 6 thousand blokes, mostly men, with no academic education and with an inferiority complex.)</p> <p>Sarcasm (2)</p> <p>PT.A6.123. <i>Explica lá exactamente onde está a ingorência [ignorância] daquilo que escrevi. <u>Vá, solta esse génio para a malta ler.</u></i></p> <p>(Explain exactly what's so ignorant about what I've written. Come on, <u>let that genius free so that us guys can read it.</u>)</p> <p>PT.A6.116. <i>Ou seja, assinar um acordo comercial é ser "colonializado". Epa ... isto vindo de um país que vive de subsídios da UE e que se verga às directivas da UE :D <u>És um génio amigo.</u></i></p> <p>(You mean that signing a trade deal is to be "colonised." Man... this coming from a country living off EU benefits and which bends itself backwards to follow EU directives. :D <u>You're a genius, mate.</u>)</p>

From the table above, it is clear that some impolite behaviours were challenged and therefore easy to detect. Apart from the example concerning identity markers which we have already explained (PT.A1.28), PT.A13.274 clearly states “deixe de insultar os outros” (“stop insulting others”) because he interpreted the previous comment (PT.A13.273, not included on the table), where he was called “europeísta totalitário” (“pro-EU totalitarian”), as an insult. PT.A14.300 is an interesting case of a bystander evaluating as impolite a behaviour addressed to someone else (in fact, this participant is reacting to PT.14.298, also shown on the table). This shows the importance of an all-encompassing view of address and impoliteness evaluations in polylogues, which indeed cannot be subsumed under a dyadic interpretation of interactions. PT.A6.123 also reacts to a previous comment (PT.A6.121. “A ogorância [ignorância] é atrevida...” – “ignorance is daring”) which resorted to implicated impoliteness to insult him or her. The participant correctly interprets the implicature and responds, displaying his negative evaluation of previous behaviour.

In line with other works on impoliteness in polylogues (GARCÉS-CONEJOS BLITVICH, 2010a; LORENZO-DUS; GARCÉS-CONEJOS BLITVICH; BOU-FRANCH, 2011) the corpus shows a preference for on-record impoliteness, headed by positive impoliteness, even if only slightly (positive impoliteness and off-record impoliteness are close, which is actually an important difference from the aforementioned studies, where preference for on-record impoliteness was overwhelming). However, it is striking that address was proven to be relational and complex, making use of different options and totalling 285 coded segments (95% of the corpus), whereas conspicuous impoliteness totals 46 coded segments (15%) and is not as qualitatively varied, as it settled on a relatively narrow pool of choices. An overview of how participants resorted to address and impoliteness follows:

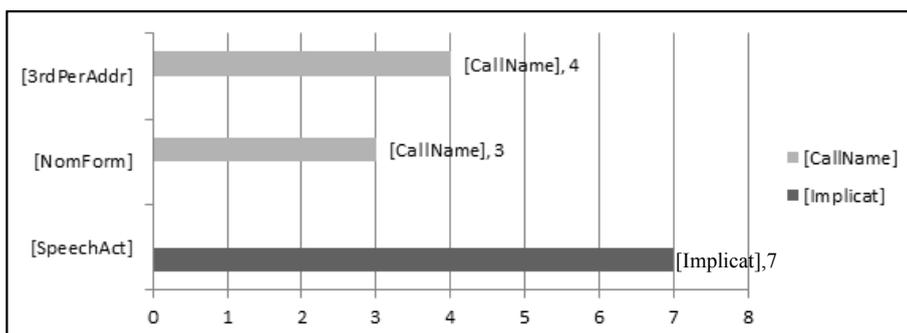
FIGURE 4 – Address and impoliteness in the European Portuguese corpus



If it is true that our considerations of impoliteness were conservatively issued, it is also true that these results, coupled with the granulated choices of address, seem to indicate a greater concern for interpersonal exchange of information and opinion than for adopting an adversarial, impolite behaviour. Impoliteness does not seem to be of great concern to the communicative efforts of the participants, and the scarce preference for no address further indicates an inclination for interpersonal, relational work.

The intersection between address and impoliteness reveals some coherence between these two categories. The most relevant intersections were:

FIGURE 5 – Intersection between address and impoliteness in the European Portuguese corpus (from MaxQDA)



There is here some qualitative coherence insofar as the most noticeable intersection is address by means of a speech act and off-record implicated impoliteness, that is, indirect address corresponds to the most

indirect impolite behaviour. This preference for indirectness is also shown, albeit to a lesser degree, in the intersection between 3<sup>rd</sup> person address (talking about the addressee as if he or she were not present) and call the other names. The intersection between nominal forms and call other names is more direct, however.

#### **4 Conclusion**

This paper examined a set of 300 comments left on online Portuguese broadsheets in order to describe usages of address and impoliteness and study their possible nexus.

Online address in Portuguese proved to be complex and a locus of linguistic negotiation, where forms of address are negotiated and illustrate the “linguistic struggle” (WATTS, 2003) over what is deemed appropriate linguistic behaviour. However, the preference for conventionalised address, similar to offline communication (that is, resorting to third-person forms) is of note.

As for impoliteness, the qualitative (and quantitative) preference for on-record positive impoliteness, followed by off-record impoliteness, is clear, but impoliteness does not seem to be a prime communicative goal in the polylogues examined, which convey their heavy interpersonal character by resorting to complexity of address, more than to impoliteness.

As to the nexus between impoliteness and address, address is qualitatively coherent with impoliteness to some extent, but intersections between address and impoliteness are residual. Because the main goals of participants do not seem to include impoliteness, the nexus between the latter and address exists but is far from determining relational work.

To conclude, it is important to enhance the complexity of language use, especially address, in online communication, a true locus for “linguistic struggle”, negotiation and full deployment of participants’ communicative efforts. This explains the heavily interpersonal character of the corpus, where exploitation of address is relevant to further communication (and the option of no address is not). Although resort to impoliteness occurs, anonymity is not motivation enough for a notorious use of this category. It is address, and not impoliteness itself, that determines the interpersonal, communicative efforts of the Portuguese participants, in line with the complex address system of European Portuguese which seems fully deployed in CMC.

## References

- BOU-FRANCH, P.; GARCÉS-CONEJOS BLITVICH, P. Conflict Management in Massive Polylogues: A Case Study from YouTube. *Journal of Pragmatics*, [S.l.], v. 73, p. 1-36, 2014. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.pragma.2014.05.001>
- BOUSFIELD, D; LOCHER, M. (ed.). *Impoliteness in Language: Studies on its Interplay with Power in Theory and Practice*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2008.
- BRAUN, F. *Terms of Address: Problems of Patterns and Usage in Various Languages and Cultures*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1988. Doi: <https://doi.org/10.1515/9783110848113>
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: Some Universals in Language Use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. Doi: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511813085>
- BROWN, R.; GILMAN, A. The Pronouns of Power and Solidarity. In: FISHMAN, J. A. (ed.). *Readings in the Sociology of Language*. The Hague; Paris: Mouton, 1968. p. 252-275. Doi: <https://doi.org/10.1515/9783110805376.252>
- CARREIRA, M. H. Les formes allocutives du portugais européen: évolutions, valeurs et fonctionnements discursifs. In: COLOQUIO PRONOMBRES DE SEGUNDA PERSONA Y FORMAS DE TRATAMIENTO EN LAS LENGUAS DE EUROPA, 2003, Paris. *Plenary talk* [...]. Paris: Instituto Cervantes de Paris. 2003. Available at: [https://cvc.cervantes.es/lengua/coloquio\\_paris/ponencias/pdf/cvc\\_araujo.pdf](https://cvc.cervantes.es/lengua/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc_araujo.pdf). Accessed in: 18 July 2018.
- CINTRA, L.F.L. *Sobre formas de tratamento na língua portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.
- CLAYMAN, S. E. Address Terms in the Organization of Turns at Talk: The case of Pivotal Turn Extensions. *Journal of Pragmatics*, [s.l.], v. 44, p. 1853-1867, 2012. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.pragma.2012.08.001>
- CULPEPER, J. Towards an Anatomy of Impoliteness. *Journal of Pragmatics*, [s.l.], v. 25, n. 3, p. 349-367, 1996. Doi: [https://doi.org/10.1016/0378-2166\(95\)00014-3](https://doi.org/10.1016/0378-2166(95)00014-3)

CULPEPER, J. Impoliteness and Entertainment in the Television Quiz Show: The Weakest Link. *Journal of Politeness Research*, [s.l.], v. 1, p. 35-72, 2005. Doi: <https://doi.org/10.1515/jplr.2005.1.1.35>

CULPEPER, J. *Impoliteness: Using Language to Cause Offence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. Doi: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511975752>

CULPEPER, J. Impoliteness Strategies. In: CAPONE, A.; MEY, J. L. (ed.). *Interdisciplinary Studies in Pragmatics, Culture and Society*. [S.l.]: Springer, 2015. p. 421-445. (Perspectives in Pragmatics, Philosophy & Psychology; v. 4). Doi: [https://doi.org/10.1007/978-3-319-12616-6\\_16](https://doi.org/10.1007/978-3-319-12616-6_16)

DOBS, A.; GARCÉS-CONEJOS BLITVICH, P. Impoliteness in Interaction: Accounting for Face-Threat Witness's Responses. *Journal of Pragmatics*, [s. l.], v. 53, p. 112-130, 2013. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.pragma.2013.05.002>

EELLEN, G. *A Critique of Politeness Theories*. Manchester: St. Jerome, 2001.

GARCÉS-CONEJOS BLITVICH, P. The YouTubification of Politics, Impoliteness and Polarization. In: ROTIMI, T. (ed.). *Handbook of Research on Discourse Behaviour and Digital Communication: Language Structures and Social Interaction*. Hershey, PA: IGI Global, 2010a. p. 540-563. Doi: <https://doi.org/10.4018/978-1-61520-773-2.ch035>

GARCÉS-CONEJOS BLITVICH, P. Introduction: The Status-Quo and Quo Vadis of Impoliteness Research. *Intercultural Pragmatics*, [s. l.], v. 7, n. 4, p. 535-559, 2010b. Doi: <https://doi.org/10.1515/iprg.2010.025>

GOFFMAN, E. *Ritual*. Essays on Face-to-Face Behaviour. New York: Pantheon, 1967.

GOFFMAN, E. *Forms of Talk*. Oxford: Blackwell, 1981.

GRAHAM, S. L. Disagreeing to Agree: Conflict, (Im)politeness and Identity in a Computer-Mediated Community. *Journal of Pragmatics*, [s. l.], v. 39, n. 4, p. 742- 759, 2007. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.pragma.2006.11.017>

HAUGH, M. The Discursive Challenge to Politeness Research: An Interactional Alternative. *Journal of Politeness Research*, [s.l.], v. 3, n. 2, p. 95-317, 2007. Doi: <https://doi.org/10.1515/PR.2007.013>

HERRING, S. A Faceted Classification Scheme for Computer-Mediated Discourse. *Language@Internet*, [S.l.], v. 4: article 1, 2007. Available at: <http://www.languageatinternet.org/articles/2007/761>. Accessed in: 21 July 2018.

KÁDÁR, D.; HAUGH, M. *Understanding Politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. Doi: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139382717>

KERBRAT-ORECCHIONI, C. Introducing Polylogue. *Journal of Pragmatics*, [s. l.], v. 36, p. 1-24, 2004. Doi: [https://doi.org/10.1016/S0378-2166\(03\)00034-1](https://doi.org/10.1016/S0378-2166(03)00034-1).

KRETZENBACHER, H. L.; SCHUPBACH, D. Communities of Addressing Practice? Address in Internet Forums Based in German-Speaking Countries. In: NORRBY, C.; WIDE, C. (ed.). *Address Practice as Social Action: European Perspectives*. Basingstoke: Palgrave Pivot, 2015. p. 33-53. Doi: [https://doi.org/10.1057/9781137529923\\_3](https://doi.org/10.1057/9781137529923_3)

LOCHER, M.; WATTS, R. Politeness Theory and Relational Work. *Journal of Politeness Research*, [s. l.], v. 1, p. 9-33, 2005. Doi: <https://doi.org/10.1515/jplr.2005.1.1.9>

LOCHER, M. Introduction: Politeness and Impoliteness in Computer-Mediated Communication. *Journal of Politeness*, [s. l.], v. 6, p. 1-5, 2010. Doi: <https://doi.org/10.1515/jplr.2010.001>

LOCHER, M.; BOLANDER, B.; HÖHN, N. Introducing Relational Work in Facebook and Discussion Boards. *Pragmatics*, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 1-21, 2015. Doi: <https://doi.org/10.1075/rag.25.1.01loc>

LORENZO-DUS, N.; GARCÉS-CONEJOS BLITVICH, P.; BOU-FRANCH, P. On-line Polylogues and Impoliteness: The Case of Postings Sent in Response to the Obama Reggaeton YouTube video. *Journal of Pragmatics*, [s. l.], v. 43, p. 2578-2593, 2011. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.pragma.2011.03.005>

MARCOCCIA, M. On-line Polylogues: Conversation Structure and Participation Framework in Internet Newsgroups. *Journal of Pragmatics*, [s. l.], v. 36, p. 115-145, 2004. Doi: [https://doi.org/10.1016/S0378-2166\(03\)00038-9](https://doi.org/10.1016/S0378-2166(03)00038-9)

MILLS, S. *Gender and Politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Doi: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511615238>

OLIVEIRA, S. M. de. Winning Friends and Influencing People Abroad: Using Native Speakers' Communicative Strategies. *Intercultural Communication Studies*, [s. l.], v. IV, n. 1, p. 23-44, 1994.

OLIVEIRA, S. M. Address in Computer-Mediated Communication. In: HERRING, S. C.; STEIN, D.; VIRTANEN, T. (ed.). *Pragmatics of Computer-Mediated Communication*. Handbooks of Pragmatics. Bonn: Walter de Gruyter, 2013. v. 9, p. 291-313.

UPADHYAY, S. R. Identity and Impoliteness in Computer-Mediated Reader Responses. *Journal of Politeness Research*, [s.l.], v. 6, p. 105-125, 2010. Doi: <https://doi.org/10.1515/jplr.2010.006>

WATTS, R. J. *Politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Doi: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511615184>

WERRY, C. Linguistic and Interactional Features of Internet Relay Chat. In: HERRING, S. C. (ed.). *Computer-Mediated Communication: Linguistic, Social and Cross-Cultural Perspectives*. Amsterdam: John Benjamins, 1996. p. 47-64. Doi: <https://doi.org/10.1075/pbns.39.06wer>.

## ATTACHMENT 1

### List of articles from which comments were collected

ARTICLE 1. Extrema-direita reúne-se para lutar contra a Europa. *Diário de Notícias*, 21 jan. 2017.

ARTICLE 2. MNE luxemburguês quer Hungria fora da UE. *Diário de Notícias*, 13 sept. 2016.

ARTICLE 3. O Grito da Brexitândia. *Público*, 18 jan. 2017.

ARTICLE 4. Londres avança para “hard Brexit” mas recusa ser punida pela UE. *Público*, 17 jan. 2017.

ARTICLE 5. “Também nós, na Europa, erguemos muros”, lembra ministro italiano. *Diário de Notícias*, 30 jan. 2017.

ARTICLE 6. Trump afirma que ‘brexit’ é “fantástico para Reino Unido”. *Diário de Notícias*, 28 jan. 2017.

ARTICLE 7. Queriam nacionalismo? Aí o têm. *Público*, 23 jan. 2017.

ARTICLE 8. Cameron culpa UE: houve brexit por medo de imigração em massa. *Diário de Notícias*, 29 June 2016.

ARTICLE 9. Theresa May diz que decreto anti-imigração de Trump é “fraturante e errado”. *Diário de Notícias*, 1 feb. 2017.

ARTICLE 10. Merkel considera injustificadas restrições à imigração nos EUA. *Diário de Notícias*, 29 jan. 2017.

ARTICLE 11. Tusk coloca Trump na lista de “ameaças” à União Europeia. *Diário de Notícias*, 31 jan. 2017.

ARTIGO 12. May ganha apoios para um pacto de segurança com Bruxelas. *Público*, 17 feb. 2018.

ARTICLE 13. Acordo de governo entre Liga e M5S inclui mecanismo de saída do euro e fim das sanções à Rússia. *Público*, 16 may 2018.

ARTICLE 14. Steve Bannon quer fazer fundação para ajudar populistas europeus. *Público*, 21 July 2018.

Recebido em: 21 de setembro de 2018.

Aprovado em: 11 de março de 2019.





## Perfil da negação pós-verbal entre jovens sulistas: dados do ALiB

### *Post-Verbal Negation in Young Southern Speakers: Data from ALiB*

Rerisson Cavalcante de Araujo

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia / Brasil

rerissonaraujo@yahoo.com.br

**Resumo:** Este trabalho conjuga preocupações sintáticas e discursivas com questões geolinguísticas. Descreve a negação no Sul do Brasil, em comparação com as propriedades identificadas nos dialetos do Nordeste/Sudeste e de Portugal (CAVALCANTE, 2007, 2012). A literatura anterior considerava (i) sentenças com [não VP não] e [VP não] como inovações do português brasileiro (PB) em relação ao europeu (PE), oriundas de contato linguístico (FONSECA, 2011; CARENO; PETTER, 1994; LUCCHESI, 2001); (ii) e [VP não] como peculiaridade nordestina, ausente no Sul/Sudeste. Trabalhos mais recentes mostram negativas pós-verbais no PE, embora com valores distintos (MARTINS, 2010; CAVALCANTE, 2012, p. 57-60; LAMBERTI, 2014); atestam [não VP não] no Sul/Sudeste e [VP não] no Sudeste (CAMARGOS, 2000; ALKMIM, 1999; 2002). Mas a distribuição e o valor de [VP não] no Sul não estão claros: a estrutura parece ausente do Rio Grande do Sul (RS) (GOLDNADEL *et al.*, 2013), mas ao menos parcialmente presente no Paraná (PR) e Santa Catarina (SC) (cf. FONSECA, 2009). O trabalho busca mapear essas estruturas nos inquéritos do ALiB da região Sul, para detectar onde aparecem e descrever as funções discursivas e os tipos sintático-semânticos que codificam. Busca verificar as hipóteses: (i) [VP não] está ausente no RS; (ii) mas presente em partes de SC e PR; (iii) quando ocorre, a estrutura [não VP não] tem valor enfático, como no PE, ou apenas anafórico, como no Nordeste e Sudeste (CAVALCANTE, 2012, p. 28-133); (iv) o ‘não’ pós-verbal é restrito a declarativas matriciais como no PE ou ocorre em outros tipos oracionais.

**Palavras-chave:** negação sentencial; dialeto sulista; sintaxe; semântica; dialetologia.

**Abstract:** This paper combines syntactic-pragmatic concerns and dialectal issues. It describes sentential negation in southern Brazil, in comparison with properties identified in Northeast/Southeast dialects and in Portugal (CAVALCANTE, 2007, 2012). Previous literature on the phenomenon considered (i) sentences with [neg VP neg] and [VP neg] as innovations in Brazilian Portuguese (BP), originating from linguistic contact (FONSECA, 2011; CARENO; PETTER, 1994; LUCCHESI, 2001), absent in European Portuguese (EP); (ii) and [VP neg] as a northeastern peculiarity, absent in the south/southeast Brazil. However, later works attested (a) post-verbal negatives in EP, although with different values (MARTINS, 2010; CAVALCANTE, 2012, p. 57-60; LAMBERTI, 2014); (b) and [not VP not] in the south/southeast; (c) and [VP not] in the southeast (CAMARGOS, 2000; ALKMIM, 1999; 2002). Conversely, the distribution and value of [VP neg] in the southern region are not clear: this structure seems to be absent in the state of Rio Grande do Sul (RS) (GOLDNADEL *et al.*, 2013), but at least partially present in Paraná (PR) and Santa Catarina (SC) (FONSECA, 2009). This paper aims to map these structures in the ALiB's surveys applied in southern region syntactic isoglosses and to describe the discursive functions and the syntactic-semantic types that they codify, in order to test the following hypotheses: (i) [VP neg] is absent in RS; (ii) but present in parts of SC and PR; (iii) when it occurs, the [neg VP neg] has an emphatic value as in EP or only an anaphoric one, as in the northeast and southeast states (CAVALCANTE, 2012, p. 28-133); (iv) the post-verbal negative marker is restricted only to declarative matrix sentences as in EP or occurs in other sentential/illocutionary types.

**Keywords:** sentential negation; southern dialect; syntax; semantics; dialectology.

## 1 Introdução

Nesta pesquisa, busco documentar e descrever a presença ou ausência da negação sentencial pós-verbal em dialetos sulistas do português brasileiro, com base em dados dos inquiridos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB).<sup>1</sup> O objetivo é identificar a distribuição geográfica das negativas pós-verbais e descrever suas propriedades sintáticas e discursivas, em confronto com as características conhecidas sobre o mesmo fenômeno em outros dialetos do português brasileiro (PB)

---

<sup>1</sup> Para mais informações sobre o projeto, cf. PROJETO..., 2018. Os dados utilizados nesta análise ainda virão a ser publicados.

e no português europeu (PE). Nesse trabalho, apresento os resultados parciais, referentes aos informantes da faixa etária mais jovem.

O texto está organizado da seguinte forma: na seção 2, descrevo as propriedades da negação sentencial no PB e no PE, bem como as questões quanto aos dialetos sulistas do PB que motivam essa pesquisa; na seção 3, apresento a metodologia da pesquisa; na seção 4, apresento os resultados e sua discussão em relação às questões apresentadas na seção 3; na seção 5, encerro o artigo com as conclusões parciais.

## 2 A negação pós-verbal em português

Nesta seção, trato das principais propriedades da negação pós-verbal em diferentes dialetos do PB (dialetos do Nordeste e Sudeste, de um lado, e do Sul do país, de outro) e do PE.

### 2.1 A negação sentencial no PB

Há três padrões principais de negação sentencial no PB de acordo com a posição do marcador negativo: (i) posição pré-verbal/VP (cf. (1a)); (ii) posição pós-verbal/VP (cf. (1c)); (iii) e posição simultaneamente pré e pós-verbal/VP (cf. (1b)).

- |     |  |              |
|-----|--|--------------|
| (1) | a. Eu <b>não</b> quero sair hoje. <sup>2</sup>             | [não VP]     |
|     | b. Eu <b>não</b> quero sair hoje <b>não</b> . <sup>3</sup> | [não VP não] |
|     | c. Quero sair hoje <b>não</b> . <sup>4</sup>               | [VP não]     |

<sup>2</sup> Nesse padrão [não VP] devem ser incluídos os casos em que o marcador pré-verbal é omitido devido à presença de elementos pronominais (*ninguém, nada*) ou adverbiais negativos (*nunca, jamais*) em função de sujeito ou adjunto pré-verbal, como em:

- |                           |                             |
|---------------------------|-----------------------------|
| (i) Ninguém viu isso.     | (ii) Nada aconteceu.        |
| (iii) Ele nunca fez isso. | (iv) Ele jamais faria isso. |

<sup>3</sup> O leitor pode perceber que o segundo marcador é mais bem caracterizado como pós-VP e não como pós-verbal, uma vez que não segue imediatamente o verbo (como ocorre em outras línguas), mas todo o sintagma verbal, incluindo complementos e adjuntos.

<sup>4</sup> Em [VP não], há uma forte tendência à omissão dos argumentos, principalmente do sujeito.

O padrão [não VP]<sup>5</sup> é o mais produtivo no PB, não apenas quanto à frequência de uso, mas também quanto aos contextos de aceitabilidade. Pode ocorrer em quaisquer tipos de sentenças, independentemente do modo, tempo, aspecto ou função sintática da oração. Os outros padrões sofrem várias restrições sintáticas relacionadas ao tipo sentencial.<sup>6</sup> As negativas pós-verbais são possíveis em sentenças matrizes declarativas, interrogativas polares e imperativas, mas bloqueadas em interrogativas QU, como mostram os dados em (2).

- (2) a. A: Você convidou ele pra festa?  
 B: (**Não**) convidei (ele) **não**.  
 b. (**Não**) convide ele pra festa **não**!  
 c. (Você) (**não**) convidou ele **não**? Pensei que você tivesse convidado...  
 d. \*Quem (**não**) convidou ele **não**?  
 e. \*Quem (você) (**não**) convidou **não**?  
 f. \*Por que (você) (**não**) convidou ele **não**?

<sup>5</sup> Ao longo do artigo, usarei a seguinte nomenclatura:

- (i) os rótulos [não VP], [não VP não] e [VP não] para me referir a cada um dos padrões apresentados em (1).  
 (ii) os termos “negativas pós-verbais” para me referir simultaneamente a [não VP não] e [VP não], sem distinção.  
 (iii) os termos “o *não* final” ou “o *não* pós-verbal” para me referir indistintamente ao marcador pós-verbal que ocorre em [não VP **não**] e [VP **não**].  
 (iv) o termo “negativa(s) pré-verbal(is)” para me referir exclusivamente a [não VP].

<sup>6</sup> Há línguas em que os marcadores verbais são sensíveis a propriedades relacionadas ao IP (no sentido da gramática gerativa) como tempo, modo e aspecto; segundo Zanuttini (2001, p. 511), por exemplo, os marcadores *ne* e *nem* do húngaro, por exemplo, são sensíveis ao modo verbal, e os marcadores *lam* e *la* do árabe, ao tempo e aspecto gramatical. E, segundo Cavalcante (2012, cap. 1), há línguas em que os marcadores negativos são sensíveis a propriedades do sistema CP como o tipo sentencial e relações intra e extrassentenciais. Nenhum dos marcadores negativos do PB parece ser sensível ao sistema IP, mas o **não** pós-verbal do português parece sensível ao sistema CP, como apontado no texto. Na análise proposta por Cavalcante (2007, 2012), isso decorre de o *não* pós-verbal ser gerado em uma posição alta da hierarquia sentencial, no sistema CP, ao contrário de marcadores (imediatamente) pós-verbais como o *pas* do francês e o *not* do inglês, que seriam gerados no sistema IP.

Os dados em (3) mostram que, em sentenças encaixadas, [não VP não] tende a ser aceitável apenas em completivas; já [VP não] tende à inaceitabilidade em todas as encaixadas, o que diferencia os dois tipos de negativas pós-verbais.<sup>7</sup>

- (3) a. Ele disse *que não conseguiu não*.  
 b.? Ele disse *que conseguiu não*.<sup>8</sup>  
 c. \**Se a banda (não) tocar não*, o show vai ser cancelado.  
 d. \*Ele já foi buscar o livro *que Maria (não) trouxe não*.

## 2.2 Pressupostos equivocados sobre as negativas pós-verbais do português

Até recentemente, na literatura sobre o tema, eram correntes três opiniões equivocadas sobre as negativas pós-verbais do português:

*i) As negativas pós-verbais seriam inovações/exclusivas do PB, ausentes do PE*

Há autores que consideram os padrões de negação pós-verbal [não VP não] e [VP não] como inovações do PB em relação ao PE. Alguns, como Careno e Petter (1994),<sup>9</sup> Lucchesi (2001, p. 124) e Fonseca (2011),

<sup>7</sup> Em Cavalcante (2007, 2012), defendendo que esse comportamento resulta de o não pós-VP ser associado ao sistema CP, sendo gerado sempre no CP matriz com o movimento de toda a sentença para o especificador da categoria funcional em que é gerado. Isso ocorreria mesmo nos casos em que [não VP não] aparece em completivas. Nesses casos, o escopo negativo apenas sobre a encaixada resultaria de um fenômeno semelhante ao de *Neg Raising*, com uma negação na matriz sendo interpretada como na encaixada, algo motivado por uma concordância negativa com o não pré-verbal encaixado. Isso explicaria também a impossibilidade de [VP neg] mesmo em completivas, em que o escopo negativo recai sobre a matriz, como comento na nota de rodapé 8.

<sup>8</sup> Sentenças com essa ordem de elementos podem receber a interpretação de que o marcador negativo ao final da sentença completiva tem escopo sobre o verbo matriz, especialmente se o sujeito for nulo. Isso ocorre, inclusive, em sentenças interrogativas, como mostra o exemplo abaixo, retirado de comentário em redes sociais:

(i) Manuela, *lembra do perrengue que eu passei não?*

<sup>9</sup> “[...] a negativa formada por mais de uma [sic] elemento de negação constitui-se em um dos traços que caracterizam o português popular do Brasil e é uma estrutura típica de línguas crioulas. Esta última hipótese baseia-se em pesquisas de Granda (1978), quando

apontam que essas negativas seriam resultado do contato linguístico e de processos de crioulização que houve na formação do Brasil.

Entretanto, os trabalhos de Martins (2010, 2012) e de Pinto (2010) dão exemplos de [não VP não] e [VP não] no PE, reproduzidos em (4) e (5), o que mostra que a negação pós-verbal **não é exclusiva do PB**.<sup>10</sup>

- (4) a. O Pedro não disse que vendeu o carro não. (PE)  
 b. Não gosta de ninguém não. (PE) (MARTINS, 2010, p. 572)
- (5) A: A criança comeu a sopa toda.  
 B: Não comeu a sopa toda, não. Deixou metade no prato. (PE)  
 B': Comeu a sopa toda, não. Deixou metade no prato. (PE)  
 (PINTO, 2010, p. 50)

O trabalho de Lamberti (2014) também documenta, a partir de dados de testes de percepção e de dados de entrevistas sociolinguísticas do acervo online do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, a existência de [não VP não] no PE, mas não cita a existência de [VP não]. Retorno às propriedades da negação pós-verbal do PE na seção 2.4.

*ii) A negativa [não VP não] seria necessariamente enfática*

Ao serem consultados sobre o tema, muitos falantes afirmam que [não VP não] diferiria de [não VP] por ser enfática ou por ser “mais forte”. Na literatura linguística, pelo menos Cunha (1996, 2001) e Roncarati (1996) defendem [não VP não] como uma estrutura enfática. Entretanto, essa caracterização parece baseada apenas na percepção de uma função pragmática distinta. Como aponta Schwenter (2005, p. 1429), o termo “ênfase” é usado apenas intuitivamente mesmo nas descrições linguísticas e é deixado sem uma definição apropriada.

---

faz um estudo sobre o fenômeno da dupla negação utilizada por falantes de Chocó, (Colômbia), local onde residem habitantes majoritariamente de origem africana...” (CARENO; PETER, 1994, p. 98).

<sup>10</sup> Esse fato enfraquece a hipótese do surgimento por contato linguístico, mas, a rigor, nada impede que essas estruturas tenham surgido primeiramente no PB por contato muito tempo antes de surgirem no PE por outras motivações.

Em Cavalcante (2012, cap. 2; 2014), aponto que as negativas pós-verbais não atendem a nenhum dos possíveis critérios de definição de ênfase:

- (i) não destacam nem focalizam sintaticamente algum dos elementos da sentença como ocorre em processos de topicalização ou focalização por movimento.
- (ii) não destacam constituintes ou partes de constituintes por meio de processos prosódicos de focalização *in situ* via acento.
- (iii) não introduzem escalas de intensidade como ocorre em sentenças exclamativas como elementos QU não interrogativos (ex.: *que dia lindo!*);
- (iv) não adicionam elementos maximizadores ou minimizadores (como *um pingo de*).
- (v) não forçam uma entonação mais intensa, semelhante à das exclamativas (ex.: *Saia daqui agora!*).

A ênfase, no sentido (v) acima, é algo que **pode** ser acrescentado às sentenças negativas, tanto pós-verbais quanto pré-verbais, via prosódia, como em (6), mas não é um traço obrigatório e inerente a elas.

- (6) a. Eu NÃO QUERO!
- b. Eu já disse que NÃO VOU!
- c. NÃO SAIA daí!

Ao contrário, a negativa dupla é perfeitamente aceitável sem ênfase ou “maior força” ilocucionária, como em (7).

- (7) a. Não quero não, obrigado. (resposta)
- b. Não lembro não. (resposta)
- c. Não teve aula não? (interrogativa polar)
- d. (Ô, por favor,) num saia hoje não. (imperativo/pedido)

Uma descrição mais adequada mostra que tanto [não VP não] quanto [VP não] devem ser caracterizadas como *anafóricas* (não como enfáticas), no sentido de serem motivadas/licenciadas pela presença do elemento a ser negado no contexto (linguístico ou extralinguístico),

tendo um comportamento semelhante ao das partículas assertivas (anafóricas) pré-sentenciais como *yes/no* e *sim/é/não* como em (8) (cf. CAVALCANTE, 2004, 2007, 2012; cf. também SCHWENTER, 2005; GOLDNADEL *et al.* 2013). São, em certo sentido, “réplicas”. Mesmo nos usos imperativos e interrogativos, não são perguntas ou ordens neutras, mas emitidas em réplica a algum gatilho contextual, como em (9) e (10).

- (8) A: João veio pra festa?  
B: **Não**, ele ficou em casa. / **Sim/é**, ele veio.
- (9) A: (Acho que) João não veio pra festa.  
B: E nem era pra ele vir.  
A: (Você não) convidou ele **não**? Pensei que você tivesse convidado...
- (10) A: Acho que vou convidar João para a festa..  
B: Num convide ele **não**! / Convide ele **não**!

A situação não é a mesma no PE, como mostrarei na seção 2.3. Também não é necessariamente a mesma no português sulista, conforme 2.4.

*iii) A negativa [VP não] seria tipicamente nordestina*

Na literatura, também são comuns afirmações sobre [VP não] ser tipicamente nordestina (cf. RONCARATI, 1996). Para muitos falantes do Sudeste e Sul, essa forma é praticamente um *estereótipo* (no sentido laboviano) nordestino. A observação empírica, entretanto, mostra que [VP não] está perfeitamente presente no Sudeste do país, como, por exemplo, em São Paulo e Minas Gerais (cf. FONSECA, 2009; CAMARGOS, 2000; ALKMIM, 1999; 2002).

Já com relação à região Sul do país, em um primeiro momento, não é claro o *status* dessa negativa. Relatos de falantes sulistas sugerem que [VP não] seria ausente em boa parte da região, especialmente no Rio Grande do Sul. Falantes gaúchos, em geral, costumam declarar que essa negativa não ocorre em seu dialeto.

Goldnadel *et al.* (2013),<sup>11</sup> a partir de dados de entrevistas do Projeto VARSUL das três capitais sulistas, realizadas entre o final da década de 1980 e começo da década de 1990, não encontram dados de [VP não] (vide Tabela 1 na próxima seção), confirmando a suspeita de que essa estrutura é ausente ou rara em parte dos dialetos sulistas.

Essa é uma das questões motivadoras dessa pesquisa, que tem o objetivo de mapear em mais detalhes a presença ou ausência dessa estrutura nos dialetos sulistas, especialmente para tentar descobrir em que pontos do território ocorre a passagem de uma gramática sem [VP não] para uma gramática com [VP não] (no sentido gerativista do termo *gramática*). Na próxima seção, trato mais especificamente dos dialetos sulistas.

### 2.3 Negativas pós-verbais no PB sulista

Como apontei no final da última subseção, o trabalho de Goldnadel *et al.* (2013) reforça as suspeitas quanto à ausência ou raridade de [VP não] em dialetos sulistas, uma vez que não encontrou dados dessa estrutura em inquéritos do VARSUL realizados nas três capitais do Sul no final da década de 1980 e início de 1990.

Já com relação a [não VP não], os autores documentam usos de [não VP não] nessas capitais, mas em percentuais bastante baixos, que vão de 0,6% a 4,4%, conforme tabela abaixo.

TABELA 1 – Formas de negação sentenciais nas capitais da região Sul do Brasil

	NEG1	NEG2	NEG3	TOTAL
Porto Alegre	1402 / 99,4%	8 / 0,6%	0	1410
Curitiba	1371 / 97,4%	37 / 2,6%	0	1408
Florianópolis	1018 / 95,6%	47 / 4,4%	0	1065

Fonte: Goldnadel *et al.* (2013, p. 50), a partir de dados do Projeto VARSUL.

Apesar de lidar apenas com dados de capitais, esses números atestam a presença de [não VP não] na região Sul, mas ainda assim mostram uma situação bem diferente do que é encontrado em trabalhos

<sup>11</sup> Agradeço a um parecerista pela indicação desse trabalho.

sobre outros dialetos do Nordeste e do Sudeste, em que, segundo compilação feita em Cavalcante (2007), a estrutura [não VP não] ocorre em percentuais que variam de 10% a mais de 30%, enquanto [VP não] aparece em percentuais de 1% a 6%.<sup>12</sup>

A frequência de [não VP não] nas capitais do Sul é, portanto, muito inferior ao que ocorre em outros dialetos e equivale a uma produtividade semelhante à da estrutura [VP não] em outras partes do país, que é a menos frequente das três, mesmo nos dialetos em que é tida como produtiva. Isso sugere que essas duas estruturas negativas pós-verbais sejam muito mais recentes na gramática dos dialetos sulistas do que nas dos demais dialetos, o que explicaria a menor difusão de [não VP não] na região.

Especificamente sobre o dialeto gaúcho, é interessante que o percentual de [não VP não] em Porto Alegre registrado na Tabela 1 de Goldnadel *et al.* (2013) seja o mais baixo dentre as três capitais sulistas, com apenas oito casos, correspondendo a cerca de meio por cento. Números tão baixos sugerem que tal forma realmente seja agramatical ou, ao menos, marginal para a maioria dos porto-alegrenses e dos gaúchos de um modo geral. Também sugere a possibilidade de que essas estruturas tenham se difundido a partir de outras regiões do Brasil, alcançando por último e em menor grau o estado mais ao sul do território.

Com relação ao aspecto enfático da negativa [não VP não], Goldnadel *et al.* (2013) e Lamberti (2014) assumem a hipótese de que esse tipo de negativa surgiu no PB com a função enfática, mas que perdeu essa função nos demais dialetos do PB e passou a expressar tópico ou manutenção de tópico discursivo. Quanto ao dialeto gaúcho, os autores assumem que essa estrutura ainda estaria passando da fase do uso enfático para o uso não enfático.

Diante desse quadro geral, com a presença reduzida de [não VP não] e a ausência de [VP não] nas capitais da região Sul, uma melhor compreensão do *status* das negativas pós-verbais na região requer uma ampliação da base geográfica de análise, com a investigação do

---

<sup>12</sup> Distribuição de [não VP não] e de [VP não] em alguns *corpora*: Fortaleza, 18% x 5% (cf. RONCARATI, 1996, p. 103); Helvécia (BA), 33% na soma dos dados dos dois padrões (SOUSA, 2004, p. 7); em Natal, 10% x 0,6% (CUNHA, 1996, p. 170); em Belo Horizonte, 27% x 3% (CAMARGOS, 2000, p. 6); em Mariana (MG), 21,2% a 1,7% (ALKMIN, 1999); em Pombal (MG), 31,3% x 4,4% (ALKMIN, 1999, p. 4); em Cinzento, Sapé e Rio de Contas (BA), 28% x 6% (CAVALCANTE, 2007, p. 24); em Salvador, 40,35% x 5,56% (CAVALCANTE, 2004).

comportamento dos dialetos do interior, de modo a verificar em que pontos do território nacional a estrutura [não VP não] se torna mais produtiva e em que pontos surge a estrutura [VP não].

Discuto, a seguir, as características das negativas pós-verbais no PE, onde estas parecem possuir propriedades sintáticas e discursivas distintas.

## 2.4 Negativas pós-verbais no PE

Como apontei anteriormente, ao contrário do que dizia parte da literatura, as negativas pós-verbais [não VP não] e [VP não] estão sim presentes no PE, como mostram Martins (2010, 2012) e Pinto (2010). Entretanto, pelas informações fornecidas por essas autoras, estas estruturas possuiriam funções e valores diferentes em relação ao PB.

A principal diferença seria que, no PE, as negativas pós-verbais são aceitáveis apenas em sentenças declarativas matrizes. Elas são inaceitáveis em sentenças interrogativas (polares ou QU) e imperativas. Assim, as sentenças (2a-c), apresentada na seção 2.1, aceitáveis no PB, seriam inaceitáveis no PE.

No PE, as negativas pós-verbais também são proibidas em sentenças encaixadas, mesmo completivas. Como apontado na seção 2.1, no PB, em encaixadas completivas, a negativa dupla [não VP não] é aceitável e produtiva; apenas a negativa exclusivamente final [VP não] é inaceitável em todas as encaixadas no PB.

Martins (2010, 2012) e Pinto (2010) também apontam que a negativa dupla [não VP não] do PE possuiria valor enfático. As autoras não discutem o sentido específico que atribuem ao termo “enfático” para caracterizar essa negação, mas elas parecem se referir ao sentido (v) apresentado na seção 2.2, ou seja, a uma entonação com maior intensidade, que pode ser considerada uma forma de expressar um maior comprometimento do falante com a proposição.

Esse valor enfático seria, por hipótese, o elemento responsável pela diferença de comportamento que restringe a estrutura às sentenças declarativas matrizes no PE, embora esta relação precise ser mais bem caracterizada. A relação entre a ênfase e a restrição a contextos matrizes declarativos parece existir de modo independente, uma vez que uma construção efetivamente enfática como o uso do *nada* com valor não

argumental no PB, como em (11), também é restrita apenas a declarativas matrizes (cf. CAVALCANTE, 2012, cap. 2).<sup>13</sup>

(11) A: João viajou ontem.

B: Viajou **nada!** Ele passou o fim de semana em casa...

Lamberti (2014), por outro lado, aponta que, no PE, a estrutura [não VP não] estaria passando por um processo de mudança, com o início do desenvolvimento de usos não enfáticos, em que a função pragmática expressa seria a de manutenção de tópico discursivo. De qualquer forma, a possível existência de enunciados com dupla negação não enfática no PE não anula o fato de que esta parece continuar restrita a contextos declarativos matrizes, o que marca uma diferença entre o PB e o PE.

Já com relação à estrutura [VP não], Martins (2012) e Pinto (2010) consideram que, no PE, ela possui um valor de negação metalinguística, no sentido de não operar sobre o valor de verdade da sentença, mas sobre sua assertabilidade (“*assertability*”). Nos dados de [VP não] no PE, a sentença não estaria sendo usada, mas simplesmente citada, como no exemplo (12), abaixo.

(12) A: Eles casaram e tiveram um bebê.

B: Casaram e tiveram um bebê, *não*. Casaram porque tiveram um bebê.

(PINTO, 2010, p. 51)

Em (12), o *não* toma toda a coordenação “*Casaram e tiveram um bebê*” como seu argumento, mas não inverte o valor de verdade das proposições que estão contidas nela. Tanto “*casaram*” quanto “*tiveram um bebê*” continuam verdadeiras. O que é negado é, na verdade, a implicatura gerada pela conjunção “e” quanto à ordem dos dois eventos.<sup>14</sup> Usos efetivamente negativos de [VP não], como os do PB que ocorrem em

<sup>13</sup> Cf. também Di Tullio (2008) sobre o nada não argumental enfático no espanhol platense; e também Simioni & Cavalcante (2018) sobre o uso de *capaz* como marcador negativo enfático no dialeto gaúcho, em que ocorre a mesma restrição ao tipo sentencial: ocorre apenas em declarativas matrizes.

<sup>14</sup> Confira, porém, o exemplo da própria Pinto (2010) apresentado em (5), na seção 2.2. Em minha opinião, não há razão para considerar que o dado em (5B’) não seja um caso de negação regular, uma vez que o valor de verdade da sentença é efetivamente negado.

(1c), (2a), (5), (9) e (10), seriam inaceitáveis no PE, de acordo com essa visão. É importante observar que esse efeito também pode ser alcançado com a negação pré-verbal, como em (13). O ponto defendido por Martins (2012) e Pinto (2010) é que [VP não] realizaria exclusivamente negação metalinguística, nunca a negação verifuncional.

- (13) A: Eles casaram e tiveram um bebê.  
 B: Eles não *casaram e tiveram um bebê*. Tiveram um bebê e depois casaram.

Em dados como (12), o material sobre o qual o *não* age parece estar sendo usado como citação, sendo, por isso, imune ao escopo negativo. Usos como esses também são possíveis no PB, como em (14), mas são de natureza diferente dos casos em que [VP não] é usada de modo verifuncional, como em (15).

- (14) A: Aquela atriz é bonita.  
 B: “Bonita” não, linda!
- (15) A: Aquela atriz é bonita?  
 B: (É) bonita não. É feia que dói.

Diante do quadro exposto ao longo das últimas subseções, apresento em 2.4 as questões de pesquisa.

## 2.5 Questões de pesquisa

Partindo das descrições do PE e do PB apresentadas até aqui, sugiro que haveria dois tipos de comportamento das negativas pós-verbais nos dialetos do português:

- (i) um tipo brasileiro,<sup>15</sup> com valor anafórico e disponível em sentenças declarativas (matrizes e completivas) e não declarativas (imperativas e interrogativas polares);

---

Parece-me que alguns casos de negação contrastiva ou corretiva são considerados por Pinto (2010) e Martins (2010) como de negação metalinguística.

<sup>15</sup> A expressão “tipo brasileiro” não é totalmente adequada uma vez que o objetivo dessa pesquisa é justamente verificar se esse padrão está realmente presente em todas as regiões

- (ii) e um tipo lusitano, com valor enfático ou metalinguístico, disponível apenas em declarativas matrizes.

A pergunta que embasa este trabalho é: em qual tipo se encaixam os vários dialetos sulistas do Brasil hoje?

A partir da caracterização acima sobre o comportamento das negativas pós-verbais de tipo brasileiro e de tipo lusitano e a partir dos relatos sobre possível ausência de [VP não] na região Sul do Brasil, parcialmente confirmados por Goldnadel *et al.* (2013) com relação às capitais, levanto as seguintes questões de pesquisa:

- A) Qual é a distribuição geográfica do *não* pós-verbal no Sul do Brasil? Em que localidades ocorrem [não VP não] e [VP não]? Mais especificamente, em que ponto do território a estrutura [VP não] começa a surgir?
- B) Que valores semânticos ou pragmáticos as negativas [não VP não] e [VP não] exercem nos locais em que ocorrem no Sul?
- C) Qual é a distribuição das negativas pós-verbais no Sul por tipo sentencial? Elas ocorrem em interrogativas e imperativas ou apenas em declarativas?
- D) Em suma, as negativas pós-verbais do Sul do Brasil seguem um padrão brasileiro ou lusitano? Ou seguem um terceiro padrão, a ser identificado?

Goldnadel *et al.* (2013) responderam parcialmente às questões B e C com relação às capitais. Nesta pesquisa, entretanto, amplio a cobertura

---

do país ou está restrito às regiões Nordeste e Sudeste. Além do mais, mesmo a confirmação de que o comportamento dos dialetos sulistas segue o mesmo padrão, ainda fica em aberto a questão sobre o comportamento nas regiões Norte e Centro-Oeste. Uma opção seria usar o termo “tipo nordestino-sudestino”, mas o termo “sudestino” soa tão mal que não é usado no Brasil para se referir ao Sudeste, apesar do amplo uso dos termos “nordestino” e “sulista”. Uma terceira opção seria usar simplesmente o termo “tipo nordestino”, o que ainda seria simplificador devido à presença desse padrão também no Sudeste, mas que teria o efeito de salientar a hipótese de que essas estruturas tenham de fato surgido na região Nordeste e se espalhado posteriormente por outras áreas, o que explicaria o fato de serem vistas como estereótipos da região. Nenhuma das opções é plenamente satisfatória. Por simplicidade, acatarei a recomendação de um parecerista para que seja usado o termo “tipo brasileiro”.

geográfica com a inclusão de diversas localidades do interior dos três estados através dos dados do ALiB.

### 3 Metodologia

Nesta pesquisa, em andamento, tenho como objetivo descrever a negação pós-verbal nos dialetos sulistas, de modo a responder às quatro perguntas listadas acima. Para isso, lido com dados empíricos coletados de acordo com a metodologia dos estudos dialetais e geolinguísticos.

Os dados são coletados a partir de inquéritos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, gravados com informantes da região Sul do país. Os questionários do ALiB possuem três questões formuladas com o objetivo de tentar captar respostas negativas por parte dos informantes, as de número 47, 48 e 49 do Questionário Morfossintático: 47 – “*Você / o(a) senhor(a) sabe se existe vida em outro planeta / na lua?*”; 48 – “*Você / o(a) senhor(a) já viu disco voador?*”; 49 – “*Você / o(a) senhor(a) já viajou de avião? Tem medo de viajar de avião?*”.

Infelizmente, muitas vezes essas perguntas falham em obter respostas de natureza sentencial (muitas vezes, a resposta é apenas um fragmento sem o verbo) ou em obter respostas efetivamente negativas (muitas vezes, a resposta é afirmativa).

Além disso, mesmo nos casos em que respostas negativas são obtidas, costumam ocorrer dados apenas de uma das estruturas, como a pré-verbal, mesmo quando estas aparecem na fala do informante em outras partes do inquérito ou quando simplesmente não há dados suficientes para concluir pela aceitabilidade ou inaceitabilidade das demais negativas em outros contextos. Essas e outras dificuldades mostram que, para o objetivo de mapear propriedades sintáticas pelo método geolinguístico, são necessárias adaptações no modo de formulação das questões morfossintáticas para atlas linguísticos, um problema importante, mas que está além do escopo deste trabalho.<sup>16</sup>

Devido a essa limitação, o procedimento adotado foi realizar a audição de todas as partes dos inquéritos para verificar a utilização das negativas em quaisquer momentos da interação com o inquiridor ou com outras pessoas eventualmente presentes durante a gravação. A

---

<sup>16</sup> Para uma discussão sobre a adaptação dos métodos geolinguísticos para a pesquisa sintática, cf. CAVALCANTE, 2018a; 2018b.

meta é ouvir todos os inquéritos realizados no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná, para levantar os dados de negação pós-verbal presentes na fala dos informantes. Isso corresponde a um total de 44 localidades e 188 inquéritos (quatro por localidade do interior; oito por capital), assim distribuídos:

- **Rio Grande do Sul:** 17 localidades – Três Passos, Erechim, Passo Fundo, Vacaria, Ijuí, São Borja, Flores da Cunha, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Porto Alegre, Osório, Uruguaiana, Caçapava do Sul, Santana do Livramento, Bagé, São José do Norte, Chuí. Total de inquéritos: 72.
- **Santa Catarina:** 10 localidades – Porto União, São Francisco do Sul, São Miguel do Oeste, Blumenau, Itajaí, Concórdia, Florianópolis, Lages, Tubarão, Criciúma. Total de inquéritos: 44.
- **Paraná:** 17 localidades – Nova Londrina, Londrina, Terra Boa, Umuarama, Tomazina, Campo Mourão, Cândido de Abreu, Piraí do Sul, Toledo, Adrianópolis, São Miguel do Iguaçu, Imbituva, Guarapuava, Curitiba, Morretes, Lapa, Barracão. Total de inquéritos: 72.

Para o presente trabalho, descrevo os dados dos informantes da faixa etária mais jovem, de 18 a 30 anos, de ambos os sexos, com baixa escolaridade. Os dados levantados foram retirados de 68 inquéritos de 34 localidades assim distribuídos:

- i) do **Paraná:** 34 inquéritos de 17 localidades (todas as localidades listadas acima).
- ii) de **Santa Catarina:** 14 inquéritos de 7 localidades (Porto União, Blumenau, Itajaí, Florianópolis, Lages, Tubarão, Criciúma).
- iii) do **Rio Grande do Sul:** 20 inquéritos de 10 localidades (Três Passos, Passo Fundo, Vacaria, Ijuí, São Borja, Santa Maria, Porto Alegre, Uruguaiana, Bagé, Chuí).

Em todas as cidades citadas imediatamente acima, foram ouvidos dois inquéritos por localidade (um informante masculino e um feminino). A audição dos inquéritos e o levantamento de dados foram feitos em grande parte por mim, mas com o auxílio da bolsista de iniciação científica

Luma Gomes, que também fez a descrição de parte dos dados de Santa Catarina (GOMES, 2016).

Na análise dos resultados, não adotei uma perspectiva quantitativa no sentido da sociolinguística, com a análise da variação percentual entre os três tipos de sentenças negativas, pelas seguintes razões: (i) os inquiridos não tiveram o perfil tradicional das entrevistas sociolinguísticas, com o estímulo à conversação livre; mesmo nas poucas perguntas voltadas para estimular alguma narrativa, o tempo dedicado às respostas é curto e bastante variável; (ii) para cada localidade há apenas dois informantes com apenas um representante de cada célula social, o que faz com que as porcentagem no uso de cada tipo de negativa não representem necessariamente diferenças de perfil social, mas de idioleto.

Focarei, portanto, em aspectos qualitativos quanto à presença ou ausência dessas estruturas em cada localidade e em cada falante e quanto ao *status* sintático e ilocucional bem como à função discursiva de cada dado; também focarei em aspectos quantitativos delimitados em termos geográficos (quantidade de localidades em que uma estrutura ocorre) e individuais (quantidade de informantes que usam uma estrutura).

## 4 Resultados

Nesta seção, descrevo os dados levantados com base na tentativa de responder às quatro questões levantadas na subseção 2.4.

### 4.1 Distribuição geográfica

Quanto à questão A, que diz respeito à distribuição geográfica, a negativa exclusivamente pré-verbal [não VP], previsivelmente, ocorre em todas as localidades, em todos os informantes e não será alvo de detalhamento.

A negativa dupla [não VP não] ocorre em 28 das 34 localidades tratadas aqui: em 16 dos 17 pontos do Paraná; em 5 dos 7 pontos de Santa Catarina; e em 7 dos 10 pontos do Rio Grande do Sul.

Já a negativa final [VP não], ao contrário do que se esperaria com base nos relatos pessoais e nos resultados de Goldnadel *et al.* (2013) sobre as capitais, ocorre em 10 das 34 localidades: em 6 pontos no Paraná; 1 ponto de Santa Catarina; e (surpreendentemente) em 3 pontos do Rio

Grande do Sul. O Quadro 1, a seguir, resume os resultados por localidade, região e informante.

QUADRO 1 – Distribuição geográfica das negativas pós-verbais no dialeto sulista

<b>Localidades</b>		<b>[não VP não]</b>	<b>[VP não]</b>
<b>Paraná</b>	207 - Nova Londrina	M/F <sup>17</sup>	M/F
	208 - Londrina	---	---
	209 - Terra Boa	F	---
	210 - Umuarama	M/F	M
	211 - Tomazina	F	---
	212 - Campo Mourão	M/F	M
	213 - Cândido de Abreu	M/F	---
	214 - Piraí do Sul	M/F	---
	215 - Toledo	M/F	M
	216 - Adrianópolis	M	---
	217 - São Miguel do Iguçu	M/F	---
	218 - Imbituva	M	---
	219 - Guarapuava	M	M/F
	220 - Curitiba	M/F	M
	221 - Morretes	F	---
222 - Lapa	M/F	---	
223 - Barracão	F	---	

<sup>17</sup> “M” e “F” indicam se os dados ocorreram na fala dos informantes Masculinos e/ou Femininos.

Santa Catarina	224 - Porto União	M/F	F
	227 - Blumenau	M/F	--/--
	228 - Itajaí	M/F	---
	230 - Florianópolis	F	---
	231 - Lages	F	---
	232 - Tubarão	---	---
	233 - Criciúma	---	---
Rio Grande de Sul	234 - Três Passos	M/F	M
	236 - Passo Fundo	---	---
	237 - Vacaria	M/F	M
	238 - Ijuí	---	---
	239 - São Borja	---	F
	242 - Santa Maria	M	---
	243 - Porto Alegre	F	---
	245 - Uruguaiana	M/F	---
	248 - Bagé	M	---
	250 - Chuí	F	---

Fonte: quadro elaborado pelo autor a partir de dados de inquéritos do Projeto ALiB.

Enfatizo que esses são resultados apenas parciais sobre a distribuição das formas nos três estados, uma vez que (i) se referem apenas aos dados de uma das duas faixas etárias do ALiB; (ii) ainda faltam dados de algumas localidades de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que não estavam disponíveis para audição.

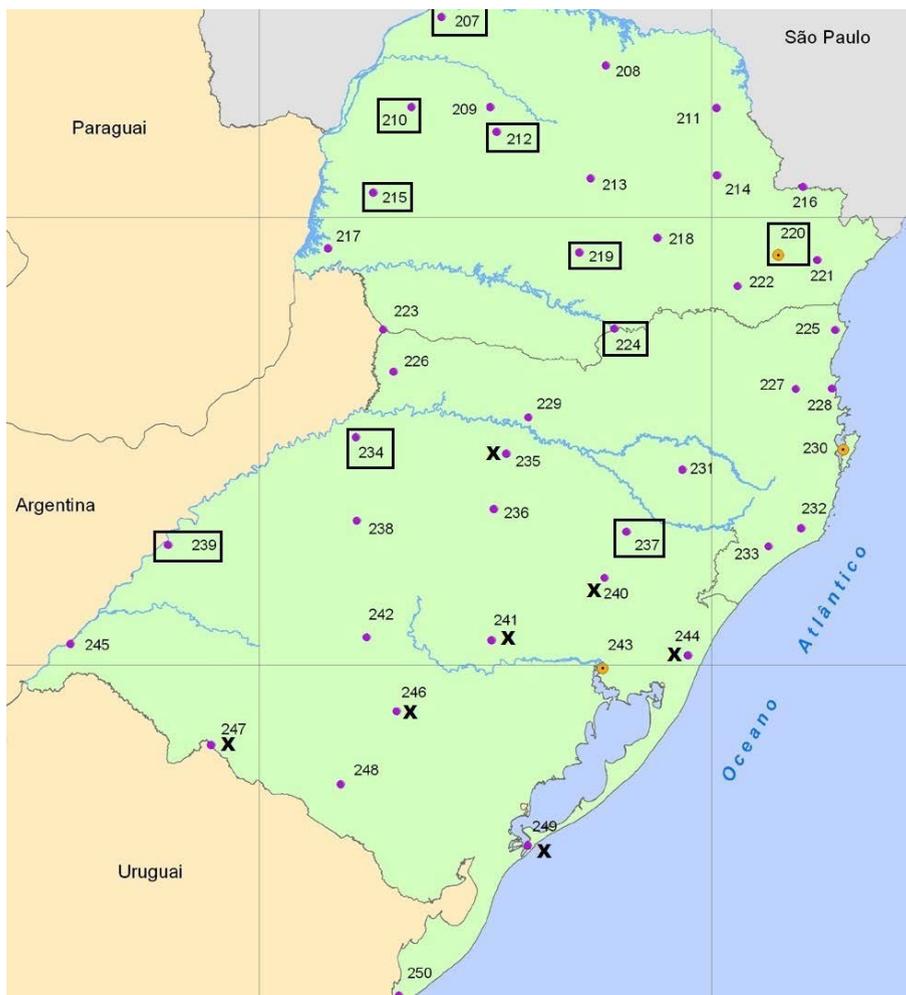
Nas duas próximas subseções, comento esses resultados.

#### 4.1.1 Distribuição geográfica de [VP não] na região Sul

Apresento, na Figura 1, a seguir, a distribuição geográfica da estrutura [VP não] nos estados da região Sul. Os retângulos mostram localidades em que essa estrutura ocorre nos inquéritos. Os pontos

marcados com um X indicam as localidades para as quais ainda não havia dados disponíveis quando do levantamento para essa pesquisa. Os demais pontos, sem marcação, indicam localidades em que [VP não] não apareceu nos inquéritos.

FIGURA 1 – Carta linguística experimental da distribuição de [VP não] na faixa I na região Sul do Brasil



Fonte: PROJETO..., 2012. (Houve alteração na ilustração com acréscimo de retângulos e xis para fins didáticos).

Passo à discussão desses resultados.

A expectativa e hipótese de trabalho era que a estrutura [VP não] aparecesse apenas à medida que se avançasse em direção ao norte da região, surgindo no Paraná e em alguma parte do norte de Santa Catarina. Dessa forma, sua ocorrência documentada nas entrevistas em várias localidades do Paraná e em uma localidade ao norte de Santa Catarina (na divisa com o Paraná) era algo esperado, apesar de Goldnadel *et al.* (2013) não terem encontrado essa estrutura em Curitiba e em Florianópolis.

Por outro lado, a ocorrência de [VP não] em três localidades do Rio Grande do Sul é um resultado, à primeira vista, surpreendente, uma vez que é justamente de falantes gaúchos que vêm relatos sobre a ausência dessa estrutura.

Um quadro completo do Rio Grande do Sul ainda não pode ser traçado, uma vez que ainda faltam dados de 7 das 17 localidades a serem analisadas. Mas, a partir dessa descrição parcial, podemos verificar uma diferença significativa de distribuição entre os paranaenses e os gaúchos, encoberta pela informação geral de haver [VP não] em seis localidades de um estado e em três de outro.

No Paraná, as ocorrências estão geograficamente distribuídas por diversas partes do estado, no norte, sul, leste e oeste. Em Santa Catarina, como aponteí, apenas em uma localidade que faz divisa com o Paraná.

No Rio Grande do Sul, a distribuição é bem mais restrita do que no Paraná: em duas cidades ao norte e em uma a oeste, sempre relativamente próximas às divisas do estado. Nenhuma ocorrência na região central ou ao sul. E nenhuma ocorrência da capital do estado, Porto Alegre.

Além disso, as ocorrências nas cidades gaúchas sempre foram limitadas a um único dos informantes (o homem em Três Passos e em Vacaria; a mulher em São Borja). Mais do que isso: em todos os três casos, houve apenas um dado de [VP não] por inquérito. O mesmo ocorreu em Santa Catarina. No Paraná, a situação é distinta. Em duas das seis localidades em que [VP não] aparece, a estrutura ocorre na fala dos dois informantes.

Também é preciso considerar que os dados de [VP não] no Paraná ocorrem em um contexto em que [não VP não] aparece de modo bem mais produtivo do que no Rio Grande do Sul. Ou seja, os casos de [VP não] são produtivos no Paraná mesmo estando em competição (no sentido laboviano) muito maior com [não VP não] do que no estado gaúcho.

Especificamente quanto às capitais dos estados, Goldnadel *et al.* (2013) apontaram a inexistência de dados de [VP não] nas entrevistas do VARSUL. Nos dados do ALiB descritos aqui, essa estrutura está ausente em Porto Alegre e em Florianópolis, mas presente no informante masculino de Curitiba, o que reforça a hipótese de que essa negativa surge de modo mais produtivo à medida em que o dialeto está mais próximo da região Sudeste.

#### 4.1.2 Distribuição geográfica de [não VP não] na região Sul

Especificamente sobre os dados de [não VP não], no Paraná, essa estrutura ocorre em quase todas as 17 localidades, estando ausente apenas em Londrina.<sup>18</sup> Em 9 das localidades, [não VP não] aparece em ambos os informantes; em 7 localidades, ocorre apenas em um dos informantes (em 5 delas, apenas no informante feminino; em 3, apenas no masculino). Assim, a negativa dupla aparece em 25 dos 34 inquéritos do Paraná, o que equivale a 73% dos informantes.

Já no Rio Grande do Sul, há 3 localidades em que [não VP não] está ausente nos dados; em outras 4 localidades, ocorre apenas em um dos informantes (igualmente distribuídas quanto ao sexo). Apenas em 3 das 10 localidades gaúchas, a estrutura dupla aparece nos dois informantes. Temos, então, [não VP não] em 10 dos 20 inquéritos – 50% do *corpus*.

Em Santa Catarina, a negativa dupla [não VP não] aparece em 4 das 7 localidades; em 8 dos 14 inquéritos, 57%, o que aproxima o comportamento desse estado ao comportamento do Rio Grande do Sul.

Assim, os dados parciais examinados até agora reforçam a hipótese de que há uma assimetria na distribuição das negativas sentenciais com o marcador pós-VP nos dialetos sulistas do PB. A distribuição e a produtividade do marcador final aumentam à medida que se caminha em direção ao norte da região, aproximando-se dos estados da região Sudeste.

Os dados de Goldnadel *et al.* (2013, p. 50) poderiam sugerir a hipótese de que [não VP não] fosse mais produtiva em Santa Catarina do que nos outros dois estados, com o Paraná em segundo lugar, uma vez que Florianópolis tinha 4,4% de dupla negação contra apenas 2,6% em Curitiba e 0,6% em Porto Alegre, conforme dados da Tabela 1 na seção

---

<sup>18</sup> Mas a estrutura ocorre entre pelo menos um dos informantes da faixa etária mais velha, que não é foco desse trabalho.

2.2. Mas os dados do ALiB exibem uma situação bem diferente dessa possibilidade, com uma clara gradação em que a maior produtividade está no Paraná, seguido por Santa Catarina e, em último lugar, pelo Rio Grande do Sul.

Falando especificamente quanto às capitais, os dados do ALiB também apontam para uma maior produtividade de [não VP não] em Curitiba do que nas demais capitais. Na capital paranaense, a estrutura está presente nos dois informantes, enquanto em Florianópolis e em Porto Alegre ela só aparece no informante feminino.

#### 4.2 Valor discursivo das negativas pós-verbais

Volto agora à questão B, que trata das funções exercidas por essas estruturas.

Os dados de [não VP não] documentados não apontam para um uso necessariamente enfático dessa construção em nenhuma das localidades em que aparece. Nenhum dado levantado traz ênfase ou entonação mais intensa. São usos tipicamente anafóricos (licenciados por proposições/tópicos contextualmente ativados), enunciados como réplicas a sentenças emitidas pelo inquiridor ou inferências contextuais. Não há necessidade de contraste nem entonação mais intensa.

Nisso, o dialeto sulista aproxima-se do comportamento documentado no restante do país, ou seja, do tipo “brasileiro”, distanciando-se do comportamento lusitano. Também com relação à negativa [VP não], o uso é claramente responsivo, mas não metalinguístico, operando sobre o valor de verdade da sentença, como em (16)-(17), mesmo no caso de um uso não declarativo, como comento na próxima subseção.

(16) Inq: Tem outros nomes pra vesgo?

Inf: Sei **não**. Acho que não.

(207-1 Nova Londrina/PR)

(17) Inq: Uma criança do sexo masculino de cinco a dez anos? Você já falou.

Inf: Não lembro. Lembro **não**.

(215-1 Toledo/PR)

### 4.3 Distribuição pelo tipo sentencial

A terceira pergunta a ser respondida diz respeito à distribuição das negativas pelo tipo sentencial. O objetivo é verificar se elas ocorrem em declarativas encaixadas completivas e em não declarativas. Para isso, um problema é o perfil do *corpus* investigado, que consiste em entrevistas linguísticas do tipo pergunta e resposta. Estas favorecem a ocorrência de negativas sentenciais responsivas curtas, mas não favorecem o uso de sentenças encaixadas nem de interrogativas e de imperativos por parte do informante. Quando dados negativos desses tipos ilucucionários ocorrem nos inquéritos, é por acidente, o que faz com que não haja informações suficientes para concluir pela presença/ausência de [não VP não] e [VP não] sistemática em cada localidade específica investigada.

#### 4.3.1 [não VP não] por tipo sentencial

Apesar das dificuldades apontadas acima, ainda assim, entre os dados coletados, houve casos de negativas pós-verbais com perguntas polares no Rio Grande do Sul e no Paraná, registrados em (18). Inesperadamente, não houve dados de imperativas com [não VP não].

- (18) a. Né pregador **não**? (237-1 Vacária, RS)  
 b. Né brasa o nome **não**? (220-1 Curitiba, PR)

Com relação às subordinadas, há alguns dados de [não VP não] em sentenças completivas, registrados em (19), mas, na faixa etária jovem, foco desse artigo, apenas em localidades do Paraná (na faixa etária mais velha, cujos dados ainda estão sendo descritos, há dados de fora do Paraná).

- (19) a. Ah, acho que **não** aconteceu nada **não**. (209-2 Terra Boa/PR)  
 b. Acho que **né não**. (210-1 Umarama/PR)  
 c. Esse aí eu acho que eu **não** ouvi falar **não**. (217-2 S. Miguel do Iguaçu/PR)

Além disso, houve ao menos um dado em que o marcador negativo ao final de uma oração completiva é estruturalmente ambíguo, podendo estar relacionado à matriz ou à encaixada, uma vez que ambas contêm um marcador pré-verbal, como em (20).

- (20) Mas eu **nunca** vi **ninguém** falar disso **não**. (217-1 S. Miguel do Iguaçú, PR)

Houve também vários dados de perguntas feitas indiretamente através da *tag question* final “né”, como em (21), o que levanta a questão se tais ocorrências devem/podem ser consideradas como declarativas ou interrogativas. Note o leitor que, nos dados em (21), a dupla negação ocorre independentemente da *tag* “né”. Esses dados, porém, não foram levantados sistematicamente.

- (21) a. Né mamão não, **né?** (208-2 Londrina/PR)  
 b. Num é arca de Noé não, **né?** (208-2 Londrina/PR)  
 c. Num é chuva de granito, que cai gelo, não, **né?** (210-2 Terra Boa/PR)

#### 4.3.2 [VP não] por tipo sentencial

Como esperado, há vários casos de [VP não] em declarativas matrizes, como em (22) e (23), que trazem dados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

- (22) Paraná
- a. Sei **não**. Acho que não. (207-1 Nova Londrina/PR)  
 b. Sei **não**. (207-1 Nova Londrina/PR)  
 c. Eu vi **não**. (212-1 Campo Mourão/PR)  
 d. Hum. Sei **não**, hein. (212-2 Campo Mourão/PR)  
 e. Não lembro. Lembro **não**. (215-1 Toledo/PR)  
 f. Eu esqueci... mas olha... (pausa). Sei **não**. (219-2 Guarapuava/PR)  
 g. Desvio? Contorno? Contorno? Sei **não**. (220-1 Curitiba/PR)
- (23) Rio Grande do Sul
- a. Sei **não**. A mãe faz, mas é pão caseiro nosso. (234-1 Três Passos/RS)  
 b. Bom, eu aqui da cidade, de garçom, *tem ninguém... pra saber mais do que eu não*. (237-1 Vacária/RS)  
 c. Não. Tem nome **não**. (239-2 São Borja/RS)

Especificamente quanto ao Rio Grande do Sul, em que é inesperada a presença de [VP não], entre os únicos três dados encontrados, houve um caso de “sei não” (cf. (23a)) ao norte do estado, que talvez possa ser considerado como uma *lexia*, uma fórmula pronta; e um dado com uma estrutura inusitada (cf. (23b)), com hesitação na sentença encaixada, em que o “não” parece recair sobre o verbo matriz “tem”, mesmo distante deste, e em que há uma construção existencial, com um quantificador negativo “ninguém” em posição pós-verbal, mas que pode ser interpretado como um elemento de escopo alto, que talvez seja o que licencia esse “não” sozinho em posição pós-verbal.

Também há no *corpus* um dado de sentença imperativa, especificamente com [VP não], em que a informante está simulando, a pedido do inquiridor, como daria uma ordem, em (24). Trata-se também do único dado de [VP não] levantado em Santa Catarina até o momento.

(24) Faça bagunça **não!**

(224-2 Porto União/SC)

## 5. Conclusões parciais

Os dados levantados e descritos parcialmente até aqui revelam o seguinte quadro sobre a negação pós-verbal no dialeto sulista:

- i) [não VP não] ocorre nos três estados, na maioria das localidades, mas é bem mais produtiva no Paraná.
- ii) [não VP não] não tem valor inerentemente enfático, mas anafórico.
- iii) [não VP não] aparece, em algumas localidades, em declarativas matrizes, encaixadas completivas e interrogativas polares; não há dados em imperativas e interrogativas QU.
- iv) [VP não] aparece em apenas três localidades do RS, com apenas um dado por localidade; aparece apenas uma vez em Santa Catarina; e aparece com uma distribuição geográfica bem maior no Paraná.
- v) apesar dos poucos dados de [VP não], há ao menos uma ocorrência em contexto imperativo; mas não há ocorrências em interrogativas, mesmo polares.

Esse perfil coloca as negativas pós-verbais sulistas mais próximas do comportamento da negação no Nordeste e do Sudeste do que da lusitana, apesar de ainda haver diferenças nítidas, como a pouca produtividade de [VP não]. Entretanto, as informações sobre o comportamento e a distribuição geográfica de [VP não] ainda são muito limitadas, especialmente pela falta de informação sistemática sobre a disponibilidade de tais estruturas pelos vários tipos sentenciais. Esta pesquisa prosseguirá com o levantamento e descrição dos dados dos 120 inquéritos restantes (do total de 188) da região Sul do *corpus* do Atlas Linguístico do Brasil. Se possível, também com ampliação da pesquisa com a análise das regiões Centro-Oeste e Norte.

### Referências

ALKMIM, Mônica G. R. Ação de dois fatores externos no processo de mudança em negativas sentenciais no dialeto mineiro. In: CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN, II., 1999, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

ALKMIM, Mônica G. R. Negativa pré e pós-verbal: implementação e transição. In: COHEN, Maria Antonieta; RAMOS, Jânia. *Dialeto mineiro e outras falas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002.

CAMARGOS, Marcelo. A negativa: uma análise qualitativa. CONGRESSO DE CONGRESSO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES, V., 2000, Ouro Preto. *Anais [...]*. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2000. Disponível em: <http://www.ufop.br/ichs/conifes/anais/LCA/clca03.htm>. Acesso em: 30 jul. 2005.

CARENO, Mary Francisca do; PETTER, Margarida. Observação sobre o uso da estrutura negativa. *Papia*, Brasília, v. 3, n. 2, p. 98-108, 1994.

CAVALCANTE, Rerisson. Construções negativas no português falado em Salvador. *Hyperion*, Salvador, n. 7, 2004. Disponível em: [http://www.hyperion.ufba.br/revista\\_7\\_04.htm](http://www.hyperion.ufba.br/revista_7_04.htm). Acesso em: 10 maio 2018.

CAVALCANTE, Rerisson. Gramática gerativa e dialetologia: dos princípios e parâmetros aos atlas sintáticos. In: CARVALHO, Danniell da Silva; TEIXEIRA DE SOUSA, Lílian (org.). *Gramática Gerativa em perspectiva*. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2018a. p. 187-208.

CAVALCANTE, Rerisson. Mas o que é ênfase, afinal? In: JORNADA NACIONAL DO GELNE, XXV., 2014, Natal. *Anais* [...]. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

CAVALCANTE, Rerisson. *Negação anafórica no português brasileiro: negação sentencial, negação enfática e negação de constituinte*. 2012. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CAVALCANTE, Rerisson. *Negação pós-verbal no português afro-brasileiro: análise descritiva e teórica de dialetos rurais de afro-descendentes*. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. 2007.

CAVALCANTE, Rerisson. Teoria da gramática e dialectologia do português brasileiro. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 54, p. 244-268, 1º sem. 2018b.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da. Gramaticalização dos mecanismos de negação em Natal. In: MARTELOTTA, Mario Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZÁRIO, Maria Maura (org.). *Gramaticalização no português do Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 167-189.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da. O modelo das motivações competidoras no domínio funcional da negação. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 1-30, 2001. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-44502001000100001>

DI TULLIO, Ángela. *Palabras negativas en contextos enfáticos: nada, ningún*. In: CONGRESO DE LA SOCIEDAD ARGENTINA DE LINGÜÍSTICA, XI., 2008. Santa Fé. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, abr. 2008. (Comunicação oral).

FONSECA, Hely Dutra Cabral da. A noção default e a sintaxe da negação. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 7, n. 2, p. 109-132, dez. 2009.

FONSECA, Hely Dutra Cabral da. Línguas africanas e a estrutura V+NEG no português do Brasil e d'Angola. *Papia*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 195-208, 2011.

GOLDNADEL, Marcos; LIMA, Luana Santos; BREUNIG, Gustavo; ESQUIVEL, Natália Alícia; LUZ, Joana Paim. Estratégias alternativas de negação sentencial na região sul do Brasil: análise da influência de fatores pragmáticos a partir de dados do projeto VARSUL. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 35-74, jul./dez. 2013.

GOMES, Luma. *Sintaxe e semântica das perguntas polares do português e do inglês (2ª fase)*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, ago. 2016. (Relatório de pesquisa científica).

LAMBERTI, Luana. *Motivações pragmáticas para o uso da dupla negação: um estudo do fenômeno no português europeu*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Língua Moderna – Inglês.) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-132, 2001. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-44502001000100005>

MARTINS, Ana Maria. Negação metalinguística (lá, cá e agora). In: BRITO, Ana Maria (ed.). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, XXV., 2010, Lisboa. *Actas...* Lisboa: APL. 2010. p. 567-587.

MARTINS, Ana Maria. The Portuguese Answering System: Affirmation, Negation and Denial. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA HISTÓRICA, II., 2012, São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 8-10 fev. 2012. (Minicurso).

PINTO, Clara. *Negação Metalinguística e Estruturas com nada no Português Europeu*. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

PROJETO Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012. Disponível em: <https://twiki.ufba.br/twiki/pub/Alib/RedePontos/mapa1-sul.jpg>. Acesso em: 10 maio 2018.

PROJETO Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2018. Disponível em: <https://alib.ufba.br/>. Acesso em: 10 maio 2018.

RONCARATI, Claudia. A negação no português falado. In: MACEDO, Alzira Tavares de; RONCARATI, Claudia; MOLLICA, Maria Cecília (org.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 97-112.

SCHWENTER, Scott. The Pragmatics of Negation in Brazilian Portuguese. *Lingua*, [S.l.], v. 115, n. 10, p. 1427-1456, 2005. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.lingua.2004.06.006>

SIMIONI, Leonor; CAVALCANTE, Rerisson. “Capaz” as an Emphatic Negative Marker in Gaúcho Brazilian Portuguese. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE SINTAXE E SEMÂNTICA & INTERFACES, III., 2018, Florianópolis. *Abstracts [...]*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. p. 35-36.

SOUSA, Arivaldo Sacramento. As estruturas de negação em uma comunidade rural afro-brasileira: Helvécia - BA. *Revista Hyperion*, Salvador, n. 7, p. 114-120, 2004.

ZANUTTINI, Raffaella. Sentential Negation. In: BALTIN, Mark; COLLING, Chris (ed.). *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Oxford: Blackwell, 2001. p. 511-535.

Recebido em: 30 de setembro de 2018.

Aprovado em: 06 de dezembro de 2018.



## **Moda e literatura no Brasil: considerações sobre o léxico do século XIX**

### ***Fashion and Literature in Brazil: Considerations on the 19th Century Lexicon***

Vivian Orsi

Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, São Paulo / Brasil  
vivian.orsi@unesp.br

Marciele Cristina Almeida

Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, São Paulo / Brasil  
marcieledealmeida@gmail.com

**Resumo:** A moda, com sua própria linguagem, transmite a identidade de um indivíduo e/ou grupo em determinada sociedade e época, portanto, pode ser entendida como forma de comunicação entre o sujeito e o mundo que o cerca. Nesta pesquisa, propõe-se o estudo do léxico da moda do século XIX no Brasil baseado nas teorias da Lexicologia e na Moda; fazendo uma análise sobre os itens lexicais que se referam às vestimentas encontradas em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis (1994) e *Lucíola*, de José de Alencar (1988). Os resultados das reflexões permitem a compreensão da dinâmica social da sociedade da época e do estabelecimento da língua portuguesa brasileira independente da variedade continental.

**Palavras-chave:** léxico; moda; literatura; século XIX.

**Abstract:** Fashion, with its own language, establishes a group identity within the society and the period in which it is set. Moreover, it is a way of communication between an individual and the world around them. This research aims at the study of the lexicon of nineteenth-century fashion in Brazil, based on the theories of Lexicology and Fashion, on a collection of lexical items referring to clothes found in *Memórias póstumas de Brás Cubas* (*The Posthumous Memoirs of Bras Cubas*), Machado de Assis (1994),

and *Luciola*, José de Alencar (1988). The results of the reflection leave room for understanding of the social dynamics of the society of the time and of the establishment of the Brazilian Portuguese language independent from the continental variety..

**Keywords:** lexicon; fashion; literature; 19th century.

## 1 Introdução

O léxico representa todas as palavras existentes e capazes de existirem em uma língua natural. Ele é compreendido como um sistema aberto e vivo por ser passível de mudanças e transformações, assim como a sociedade em que tal conjunto está inserido. O sistema lexical pode ser entendido como o eixo da possibilidade e da criação, ou seja, ele está constantemente se reinventando. Casadei (2010) pondera que o léxico é constituído a partir do *lexema*, unidade abstrata disponibilizada aos nativos pelo sistema linguístico e se caracteriza como entidade social e coletiva. Além de *lexema*, também são usados como sinônimos para se referir à palavra os termos *item* ou *unidade lexical* e *lexia*.

A todo momento, novos *lexemas* são criados e vários outros entram em desuso, tanto para cumprir uma função de adequação categorial, uma determinada função textual, quanto para expressar um ponto de vista, ou, principalmente, para suprir a necessidade que o homem tem de sistematizar e nomear o mundo que o rodeia. De tal forma que, à medida que novos objetos são criados, novas unidades lexicais também precisam ser (re)criadas na língua para poder rotulá-los e suprir essa necessidade de catalogação inerente aos seres humanos.

Logo, o léxico está intrinsecamente ligado à cultura de uma dada sociedade e o sistema lexical se configura de acordo com a visão de mundo do grupo ao qual uma determinada língua pertence. Para Zavaglia (2012, p. 233):

É o léxico, em forma de palavras e por meio da linguagem, que “conta” a história milenar de povo para povo; é o léxico que transmite os elementos culturais de um conjunto de indivíduos; é o léxico que “proibe” manifestações ou então as “incita”; é o léxico que “educa” ou “deseduca”; é o léxico que permite a manifestação dos sentimentos humanos, de suas afeições ou desagradados, via oral ou via escrita.

A ciência responsável pelo estudo do léxico das línguas é a Lexicologia e cabe a ela o “estudo geral do léxico, isto é, da forma, da história, do significado e do uso dos lexemas que formam o sistema lexical” (CASADEI, 2010, p. 118, tradução nossa),<sup>1</sup> buscando formular teorias acerca desse conjunto de palavras, objetivando sua descrição e análise. O lexicólogo faz uso dos estudos em diversas áreas de conhecimento para fundamentar sua obra, como os morfológicos, semânticos e pragmáticos.

No que se refere à moda, ela é formada a partir das escolhas de roupas, acessórios e maquiagem feitas pelos sujeitos. Essas seleções se dão a partir de gostos pessoais e sociais, já que, no ato de se vestir, os indivíduos externam suas preferências. Portanto, a moda pode ser vista como uma forma de linguagem que permite aos sujeitos expressarem suas identidades. Vale dizer, a moda pode ser considerada uma ligação entre o homem e o mundo ao seu redor.

E adotando uma visão multidisciplinar, vê-se que, na construção do discurso da moda, o léxico é elemento fundamental para nomear novas tendências, estilos e usos. Ademais, a moda faz uso do léxico, por exemplo, como neologismo ao ressignificar lexias já existentes, como ao atribuir o nome *marsala* a uma variação específica de uma tonalidade de vermelho – antes nomeada genericamente de cor vinho.<sup>2</sup>

Em acréscimo, há empréstimos estrangeiros de variadas línguas. Analisando-se o léxico da moda brasileira hoje, é possível encontrar diversas lexias que advêm de outras línguas, principalmente da língua inglesa. Por exemplo, a adoção de *leggings* para calças justas às pernas.

A moda, conforme consta em Coveri e Fiori (2004), utiliza quatro tipos de linguagens na construção do seu discurso e são elas: a moda desenhada, a moda fotográfica, o discurso literário sobre a moda e a indumentária. Essas linguagens, no discurso da moda, se bem articuladas, ajudam a compor um imaginário, um cenário ideal.

E, nessa busca inter-relacional, escolhemos estudar o léxico presente na moda, com o intuito de reconhecer aspectos sociais, políticos,

---

<sup>1</sup> “[...] studio generale del lessico, cioè della forma, della storia, del significato e dell’uso dei lessemi che formano il sistema lessicale [...]”.

<sup>2</sup> Marsala é o nome de um tipo de vinho do sul da Itália de coloração entre o amarelo intenso ao vermelho-amarronzado-terroso e, por este motivo, passou a denominar uma cor específica.

econômicos e ideológicos de uma determinada cultura que, em nossa pesquisa,<sup>3</sup> é a do Brasil do século XIX.

## 2 A moda no século XIX

No século XIX, as roupas sofreram um processo mais intenso de mudanças e passaram a ser alteradas com maior rapidez. A moda, segundo Riello (2013), Silva (2009) e Souza (1987), dentro do referido século, atravessou diversos movimentos na Europa ocidental, especificamente na França e na Inglaterra. São eles: Período Império ou Neoclássico, de 1804 a 1815; a Era Romântica, também conhecida como *Revival Medieval*, de 1820 a 1840; a Era Vitoriana, que se iniciou no Reino Unido em 1837 e foi até 1901; e a *Belle Époque* (1890-1914) e a Era Eduardiana (1901-1913). Os dois últimos foram movimentos contemporâneos e muito parecidos, com a diferença de que o primeiro foi francês e o segundo, inglês. Esses foram os últimos antes do “pronto para vestir”, que teve início com a I Guerra Mundial e marcou a modernidade.

Em síntese, sobre cada um dos estilos e movimentos, podemos dizer que a moda Império teve como principais características vestidos com saias em formato “A”, cintura alta cortada sob o busto e mangas fofas e curtas. As roupas diurnas eram desprovidas de muitos enfeites. Já aquelas para a noite ganhavam rendas, decotes e volumes extras.

No estilo romântico, o vestuário das mulheres era composto por vestidos à altura do tornozelo, mais adornados e brilhantes, de forma cônica, com mangas compridas e justas ao pulso. A moda masculina, neste período, teve uma evolução mais significativa em relação à feminina, que manteve em linhas gerais o legado do estilo anterior. Para os homens, sob influência e com mais intensidade da Inglaterra, as roupas passaram a ser mais ajustadas ao corpo, dando origem aos dândis,<sup>4</sup> em Londres e em Paris.

---

<sup>3</sup> Pesquisa fruto do projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), n. 2017/24597-7.

<sup>4</sup> Os dândis eram homens modernos, intelectuais e de cultura, que praticavam a moderação (RIELLO, 2013). Para eles, o vestir era importante e as roupas ajudavam a criar um ar de superioridade e elitismo. Em acréscimo, as cores sóbrias que usavam permitiam que passassem despercebidos. Embora tenham existido diversos tipos de dândis, foi estilo de George Bryan Brummel (1778-1840) que os definiu: elegantes e originais.

No período Vitoriano, a moda feminina era marcada por saias com armação, volumosas. Já os homens, sob influência do príncipe Albert, o consorte da Rainha Vitória da Inglaterra, usavam ombros e peito com volume e cintura minúscula, com calças levemente tubulares e retas.

Por fim, a Belle Époque e a era Eduardiana fixaram uma silhueta em forma de ampulheta ou “S” para as mulheres, com saias menos volumosas. O volume da parte superior do corpo era exagerado, com uso de decotes e babados. As mangas eram mais ajustadas ou curtas e o volume dos ombros, exagerado.

Portanto, podemos ver que o século XIX, no cenário europeu, foi fértil para múltiplas transformações na moda, sinalizando um reflexo do novo pensamento da época em questão, repleto de mudanças de ordem socioeconômica ocasionadas pelas guerras, invenções, avanços tecnológicos e pela Revolução Industrial. Em Milagre Junior e Fernandes (p. 21, 2013), conferimos que o século XIX foi uma quebra da história, em que o que era sólido dentro da cultura europeia se desfaz e transforma a civilização europeia de cultura tradicional para moderna, carregando em si um caráter transitório.

Logo, por se tratar de uma forma de linguagem que externa as particularidades de uma cultura, é completamente compreensível que a moda tenha passado por diversos movimentos em um curto período.

### **3 A cultura brasileira no século XIX**

Em nossa pesquisa, escolhemos analisar o léxico do vestuário presente nas obras literárias *Lucíola* (ALENCAR, 1988) e *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (ASSIS, 1994). Segundo Aguiar e Viana (2017), o vestuário inserido no universo literário é um fenômeno importante, pois ajuda a construir o sentido da obra. Ainda:

[...] o vestuário chega também à literatura adquirindo função de significação dentro da narrativa, principalmente nos romances do século XIX, onde os personagens deixam de representar a sociedade, como era o caso da poesia clássica, e passam a ser vistos como indivíduos inseridos em sociedades com personalidades e características únicas. (RIBEIRO, 2008, p. 87 *apud* AGUIAR; VIANA, p. 3, 2017).

Pensar em um gênero literário envolve pensar na sociedade em que ele se insere. No caso de nossa pesquisa, é a sociedade brasileira do

século XIX, sobretudo a carioca, já que, em ambos os livros, a narrativa se passa em algum lugar do Rio de Janeiro. Ribeiro (1996, p. 40) diz que:

O romance, como um tipo específico de discurso, só adquire realidade social ao longo de um complicado processo de produção, circulação e consumo. Ele não existe, e não pode existir, senão como parte de uma dinâmica ideológica mais ampla do que ele. É no quadro do processo ideológico global de uma sociedade que ele encontra espaço para definir-se, nascer e desempenhar suas funções.

Sendo assim, antes de discorrer acerca de algumas reflexões providas de nossa pesquisa com a leitura das obras e o levantamento dos itens lexicais, faz-se necessário explicitar algumas características da sociedade brasileira da época que contribuíram para a criação dos livros analisados, principalmente o que diz respeito à moda.

O século XIX foi um período histórico muito importante para a sociedade brasileira. Foi nesse momento que se intensificou o contato do povo com a cultura europeia. Costa (2000) diz que a relação do Brasil com países da Europa se deu ainda no início da colonização, por intermédio de Portugal. Essa comunicação possibilitou aos brasileiros o conhecimento de produtos franceses, porém, com pouca intensidade, visto que os portos do Brasil estavam fechados a nações estrangeiras. Foi somente com a vinda da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, que essa influência se acentuou, já que, para satisfazer os hábitos luxuosos da corte, foi necessária a liberação da abertura a outros países. Nas cidades em que existia um desenvolvimento econômico e social mais avançado – como Rio de Janeiro, em que se encontrava a corte do Brasil; Pernambuco e Bahia, estados litorâneos cuja economia era baseada na exportação e importação; e São Paulo, estado que, no século XIX, foi um grande produtor de café e cana-de-açúcar, firmando-se como um grande polo econômico – esse domínio cultural foi mais exacerbado, uma vez que o contato com a cultura francesa foi mais acessível, tanto que, na corte, era bem visto falar somente em francês. Costa (2000) explica ainda que, embora tenha sido mais predominante nos núcleos urbanos, a influência francesa também atingiu as áreas rurais.

Os primeiros movimentos da moda em território nacional se deram, então, depois que a corte portuguesa chegou ao Brasil. Em decorrência dessa forte influência, a moda brasileira também foi baseada na moda europeia. Houve, como diz Chataignier (2010), uma pirataria de

moda com a cópia de modelos franceses. Apesar de seguir os moldes da Europa, as vestimentas no Brasil sofreram alterações de acordo com as especificidades locais como, por exemplo, o clima, que fez com que as roupas fossem confeccionadas em tecidos mais leves. Ademais, a cultura dos negros e indígenas também incidiu fortemente sobre a cultura do povo brasileiro, intervindo nas escolhas de vestuário.

#### **4 O vestuário em *Lucíola* e *Memórias póstumas de Brás Cubas***

Com a análise do léxico do vestuário levantado das obras, vimos que, de fato, ele é preponderante para a construção da narrativa. Em *Lucíola*, obra de Alencar, conta-se a história de amor entre Paulo Dias, jovem de 25 anos, de classe baixa e natural do Pernambuco, e Lúcia (Lucíola), moça de 19 anos, levada a se tornar prostituta aos 14 anos para cuidar de sua família doente e que se tornou uma das cortesãs mais ricas e das mais procuradas do Rio de Janeiro. Por diversas vezes há a descrição detalhada do vestuário da personagem feminina, o que contribui para a criação de uma imagem mental da identidade e das emoções da personagem. Por exemplo, quando Paulo vai até a casa de Lucíola e ela está se preparando para ir ao baile do Paraíso como acompanhante do Sr. Couto, assim que a vê, o jovem descreve o traje que Lúcia está usando da seguinte maneira:

um vestido escarlata com largos folhos de renda preta, bastante decotado para deixar ver as suas belas espáduas, de um filô alvo e transparente que flutuava-lhe pelo seio cingindo o colo, e de uma profusão de brilhantes magníficos capaz de tentar Eva, se ela tivesse resistido ao fruto proibido. Uma grinalda de espigas de trigo, cingia-lhe a fronte e cala sobre os ombros com a basta madeixa de cabelos, misturando os louros cachos aos negros anéis que brincavam. (ALENCAR, 1988, p. 58).

O vestuário composto por cores vibrantes e joias caracterizou Lúcia enquanto a personagem ainda trabalhava como cortesã. Vale ressaltar que, como explicam Aguiar e Viana (2017), Lucíola usava roupas comuns às mulheres da camada social mais alta da época, não trajes de cortesãs. Isso nos ajuda a compreender um dos pontos principais do livro: a dualidade. Lúcia é pura e delicada, mas também é uma mulher que seduz, tem uma bela casa, mas que serve como lugar de prostituição. A fonte dessa dualidade é revelada quando seu passado nos é apresentado.

Outra passagem que atesta que o vestuário contribui para a construção de identidade e emoção de Lucíola se dá após o baile. Lúcia fica com ciúmes de Paulo, que havia se aproximado de Nina, também por estar com ciúmes de Lucíola. Nesse momento, vemos como a roupa auxilia a externar a raiva da personagem, pois Lúcia aparece com o “vestido de seda escarlate [...] amarrotado, com as rendas despedaçadas e os colchetes arrancados da orela” (ALENCAR, 1988, p. 65-66). Porém, logo depois de fazerem as pazes, Lúcia se mostra com um traje simples e cândido: essa escolha de vestuário é proposital, em função de ela parecer querer transmitir a Paulo a mensagem de que “estava tão pura como eu a tinha deixado, do contato de outro homem” (ALENCAR, 1988, p. 67).

Uma mudança brusca no vestuário de Lucíola acontece quando esta vai morar com Paulo e sua irmã Ana e deixa de ser cortesã. Assim como as demais senhoras católicas da época, começa a se vestir com roupas escuras e/ou pretas para ir à missa e, ao retornar para casa, voltava a se vestir com “suas alvas roupas de cassa”<sup>5</sup> (ALENCAR, 1988, p. 107).

A obra de Alencar traz, em suma, o despertar de artistas e intelectuais nacionais para o desejo de se firmar uma identidade brasileira, amparada fortemente num caráter linguístico próprio. Por isso, fica evidente que, para Alencar, a língua era um dos meios mais convincentes para se retratar a realidade sociocultural deste país em vias de consolidação. E a descrição e a nomeação do vestuário passam a ser instrumento para expressão do autor no que concerne a criação de uma linguagem nacional.

Já em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis (1994), temos a história de vida do defunto Brás Cubas, que morreu por causa da pneumonia que adquiriu quando buscava realizar um sonho: desenvolver um remédio que curaria todos e lhe traria renome.

Nesse livro, ao contrário do de Alencar (1988), não há a descrição recorrente do vestuário, porém, apesar de mais escassa, a descrição do vestuário nos ajuda a formar uma imagem mental de suas personagens, como em *Lucíola*. Por exemplo, o vestuário de Eugênia, uma das pretendentes de Brás Cubas, que ele abandonou por mancar, é composto por “um simples vestido branco, de cassa, sem enfeites, tendo ao colo, em vez de broche, um botão de madrepérola, e outro botão nos punhos, fechando as mangas, e nem sombra de pulseira”. As roupas simples e a

---

<sup>5</sup> Cassa é um tipo de tecido fino e transparente, produzido com algodão ou linho.

falta de acessórios nos fazem criar a imagem mental de uma personagem simplória e séria ou, como descrita por Machado, “quieta, impassível, tinha a compostura da mulher casada” (ASSIS, 1994, p. 43).

Outra passagem que faz uso do vestuário para criar uma imagem do estado da personagem, ocorre quando Brás Cubas é abordado por Quincas Borba, seu amigo de infância, que estava vivendo como mendigo. Como Brás narra, Quincas estava vestido com roupas que:

[...] pareciam ter escapado ao cativoiro de Babilônia; o chapéu era contemporâneo do de Gessler. Imaginem agora uma sobrecasaca mais larga do que pediam as carnes, – ou, literalmente, os OSSOS da pessoa; a cor preta ia cedendo o passo a um amarelo sem brilho; o pêlo desaparecia aos poucos; dos oito primitivos botões restavam três. As calças, de brim pardo, tinham duas fortes joelheiras, enquanto as bainhas eram roldas pelo tacão de um botim sem misericórdia nem graxa. Ao pescoço flutuavam as pontas de uma gravata de duas cores, ambas desmaiadas, apertando um colarinho de oito dias. Creio que trazia também colete, um colete de seda escura, roto a espaços, e desabotoado (ASSIS, 1994, p. 68).

Resta notório, então, que também em Machado de Assis é clara a preocupação com a língua e a representação da sociedade brasileira do século XIX. O léxico adotado em sua obra demonstra um novo modo enxergar e de compreender o estado de espírito das personagens e das situações que elas vivenciam.

Vê-se que o vestuário, nos escritos analisados, configura-se como importante recurso, uma vez que ajuda os leitores a caracterizarem as personagens, contribui para a materialidade, verossimilhança dos protagonistas e, conseqüentemente, da narrativa.

Concernente à representatividade da sociedade do século XIX, foi possível ver que, de fato, havia como referência a moda europeia. Itens coletados em nossa pesquisa foram característicos de alguns dos movimentos da moda europeia do século XIX já citados, como, por exemplo, “bengala”, que no século XIX, era parte do traje social masculino, ainda que não fosse necessária para dar suporte à locomoção:

“[...] até na sua *bengala*? Não é esta; a outra era mais bonita; tinha o castão de marfim.” (ALENCAR, 1988, p. 11, grifo nosso).

“Ela ia recebê-lo porta, falando e rindo, tirava-lhe o chapéu e a *bengala*, dava-lhe o braço [...]” (ASSIS, 1994, p. 94, grifo nosso).

“Casaca”, tipo de casaco justo, curto à frente, mas com duas pontas grandes na parte de trás, muito usada pelos dândis:

“O Sr. Couto procurou o lenço e não acertou com o bolso da *casaca*.” (ALENCAR, 1988, p. 61, grifo nosso).

“Não houve cadeirinha que não trabalhasse; aventou-se muita *casaca* e muito calção.” (ASSIS, 1994, p. 14, grifo nosso).

“Calção”, espécie de calça de uso noturno até os joelhos, feita com tecidos maleáveis:

“Não houve cadeirinha que não trabalhasse; aventou-se muita *casaca* e muito *calção*.” (ASSIS, 1994, p. 14, grifo nosso).

“Colete”, peça do vestuário que também foi muito usada pelos dândis do século XIX. Vestimenta curta e usada aberta para mostrar o babado da camisa.

“Fui aos alforjes, tirei um *colete* velho, em cujo bolso trazia as cinco moedas de ouro [...]” (ASSIS, 1994, p. 33, grifo nosso).

Além disso, foi possível encontrar peças que se fazem necessárias, especialmente, em regiões frias. O uso delas pelas personagens brasileiras descritas nas obras analisadas, mesmo existindo uma diferença climática significativa entre a França e Brasil, reforça a ideia de dependência que a moda brasileira tinha da moda francesa. Por exemplo, “sobrecasaca”, peça masculina do vestuário cotidiano, usada por volta de 1840 como substituto da capa:

“– Que desculpa!... E eu por que reparei no seu traje, na cor de sua *sobrecasaca*, em tudo;” (ALENCAR, 1988, p. 11, grifo nosso).

“Imaginem agora uma *sobrecasaca* mais larga do que pediam as carnes, [...]” (ASSIS, 1994, p. 68, grifo nosso).

“Mantelete”, um tipo de capa curta que as mulheres usavam, principalmente para cobrir a cabeça e o dorso, também aparece em uma das obras:

“O seu traje habitual nestes passeios era vestido de merinó escuro, *mantelete* de seda preta, e um chapéu de palha com laços azuis.” (ALENCAR, 1988, p. 90, grifo nosso).

E um último exemplo que trazemos é “capa”, peça unissex utilizada pelas mulheres nos dias frios, juntamente com casacos, e pelos homens no vestuário do dia a dia:

“Naquela ocasião, cessado o diálogo com o oficial de marinha, que enfiou a *capa* e saiu, confesso que fiquei um pouco triste.” (ASSIS, 1994, p. 128, grifo nosso).

Sobre a etimologia das unidades lexicais referentes aos itens do vestuário, a maioria delas descende do latim e entrou na língua portuguesa por intermédio do italiano, do francês e do espanhol, o que é compreensível, tendo em vista que essas línguas são mais antigas que o português. Também vimos que alguns itens lexicais levantados como, por exemplo, “bota”, “vestido” e “vestuário” continuam sendo usados no português até hoje e que, do século XIX até os dias atuais, não sofreram alterações.

Entretanto, alguns caíram em desuso, como é o caso de “rodaque”, sobretudo utilizado somente por homens; “taco”, parte do sapato mais elevada; e outras, como “tanga”, avental utilizado pelos escravos, por exemplo, sofreram alterações semânticas e, embora existam no português, dispõem de outra acepção. Hoje, “tanga” tem como acepção mais frequente a indicação de peça de tecido que cobre parcialmente as nádegas, um biquíni.

Em relação a essa ductilidade da língua, o próprio Assis (1959) afirmou:

Entre os muitos méritos dos nossos livros nem sempre figura o da pureza da linguagem. Não é raro ver intercalados em bom estilo os solecismos da linguagem comum, defeito grave, a que se junta o da excessiva influência da língua francesa. Este ponto é objeto de divergência entre os nossos escritores. Divergência digo, porque, se alguns caem naqueles defeitos por ignorância ou preguiça, outros há que os adotam por princípio, ou antes por uma exageração de princípio. Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade. Mas se isto é um fato incontestável, e se é verdadeiro o princípio que dele se deduz, não me parece aceitável a opinião que admite todas as alterações da linguagem, ainda aquelas que

destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma. A influência popular tem um limite, e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrário, ele exerce também uma grande parte de influência a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão.

O século XIX, dessa forma, passou a ser um marco importante para se começar uma diferenciação entre a variedade do português continental e a brasileira, conforme Araujo e Araujo (2009). E o vocabulário da moda certamente teve sua parte importante nesse estabelecimento, já que itens vindos dos escravos que aqui trabalhavam – como “tanga”, de origem da língua quimbundo, do banto, – passaram a fazer parte do léxico do português brasileiro.

## **5 Conclusão**

É importante salientar que a reprodução da moda francesa pelos brasileiros foi um fenômeno fundamentado na lógica ocidental do período em questão, ou seja, o Brasil, assim como vários outros países, enxergava a França como modelo de civilização e modernidade (MILAGRE JUNIOR; FERNANDES, 2013). Logo, ao incorporar o conjunto de valores, os hábitos e os comportamentos franceses, pensava-se estar adentrando nessa modernidade.

Conforme mencionado anteriormente, a moda se configura como a materialização da cultura de uma sociedade em determinada época. Então, mesmo que a geografia de ambos os países seja distinta, é perfeitamente compreensível que a moda brasileira desconsiderasse as diferenças climáticas e geográficas para poder se pautar na moda francesa.

Além de trazer com riqueza o léxico do vestuário do século XIX, as obras também nos possibilitaram compreender melhor a dinâmica social da época. Sendo o vestuário uma forma de identificar o indivíduo, no romance, a roupa identifica as personagens. E, por isso, conforme eficazmente pondera Chociay (2013, p. 85),

o vestuário exagerado é uma ‘pista’ para o leitor, ou um indício para se desconfiar da honestidade da personagem. O contrário, o uso do vestuário simples, típico das personagens ‘boas’, funciona como motivo para o leitor confiar nestas personagens, além de servir como modelo de comportamento.

Além disso, historicamente, com a vinda da família real, foram criadas escolas e as primeiras faculdades para atender à demanda do novo contingente populacional. Freyre (1977) pontua que a religião exercia muita influência na vida das pessoas. Antes das escolas, a educação doméstica das crianças era inteiramente ligada aos preceitos da igreja. Aos oito anos de idade, as meninas de famílias mais ricas eram enviadas para internatos religiosos. Já os meninos, com oito anos de idade já eram considerados adultos e aos quinze terminavam os estudos e estavam prontos para ir para o ensino superior. No século XIX, a língua portuguesa falada no Brasil já apresentava traços distintivos da modalidade europeia, havendo um movimento de afirmação de uma identidade nacional que levou escritores brasileiros da época a registrar em seus textos certos aspectos da variante brasileira. E isso vemos claramente em Alencar e em Machado de Assis.

Com as considerações trazidas e muitas outras tecidas aqui, vê-se que é inegável que a moda contribuiu para a entrada e fixação de unidades lexicais no português, ajudando no enriquecimento do léxico geral da língua portuguesa brasileira em formação à época. Ademais, mesmo com o breve recorte aqui tomado como objeto, é possível ver que o léxico e a moda se configuram como a exteriorização da forma de vida de uma cultura. Portanto, ao relacionar ambos no âmbito do século XIX, dando ênfase ao discurso produzido por meio das duas obras literárias em questão, conseguimos compreender esse período repleto de mudanças fundamentais em todas as esferas da vida social e que irromperam na Europa, com forte influxo no solo brasileiro. E é por esta razão, que, segundo Lipovestsky (2009), o conceito de moda para as sociedades urbanas tem sua contagem calculada a partir da segunda década do século XIX, quando nasce efetivamente um interesse sem precedentes às questões relacionadas ao parecer.

## **Referências**

AGUIAR, L.; VIANA, N. Alencar e o Romance Nacional: modos e modas do século XIX no Brasil. *In*: COLÓQUIO DE MODA, 13., 2017, Bauru. *Anais* [...]. Bauru: UNESP, 2017. p. 1-15. Disponível em: [http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202017/COM\\_ORAL/co\\_3/co\\_3\\_ALENCAR\\_E\\_O\\_ROMANCE\\_NACIONAL.pdf](http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202017/COM_ORAL/co_3/co_3_ALENCAR_E_O_ROMANCE_NACIONAL.pdf). Acesso em: 10 set. 2018.

ALENCAR, J. *Luciola*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1988.

ARAUJO, S. S. F.; ARAUJO, J. M. O. A formação sócio-histórica do português do Brasil: contribuições do recôncavo baiano. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa*. Niterói, n. 39, p. 95-116, 2009. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/39/artigo5.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

ASSIS, M. Instinto de nacionalidade. *Antologia de textos fundadores do comparatismo literário interamericano*, 1959. Acervo digital. [8] p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/assis/massis.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

ASSIS, M. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. 1.

CASADEI, F. *Lessico e semantica*. Roma: Carocci, 2010.

CHATAIGNIER, G. *História da moda no Brasil*. São Paulo: Estação das Letras, 2010.

CHOCIAY, L. *Moda e literatura: a “poética do vestuário” em Macedo e Alencar*. 2013. 253 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2013.

COSTA, E. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX. *Revista de História*, São Paulo, n. 142-143, p. 277-305, 2000. Disponível em: [www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/35780/38496](http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/35780/38496). Acesso em: 10 set. 2018.

COVERI, L.; FIORI, F. Le parole della moda e la carta stampata. In: CATRICALÀ, M. (org). *Per Filo e Per Segno: scritture della moda di ieri e di oggi*. Roma: Rubbettino, 2004. p. 115-123.

FREYRE, G. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1977.

LIPOVETSKY, G. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MILAGRE JUNIOR, S. L.; FERNANDES, T. A Belle Époque Brasileira: as transformações urbanas no Rio de Janeiro e a sua tentativa de modernização no século XIX. *Revista História em Curso*, Belo

Horizonte, v. 3, n. 3, p. 19-33, 2013. Disponível em: <http://docplayer.com.br/19212678-A-belle-epoque-brasileira-as-transformacoes-urbanas-no-rio-de-janeiro-e-a-sua-tentativa-de-modernizacao-no-seculo-xix.html>. Acesso em: 10 set. 2018.

RIBEIRO, L. *Mulheres de papel*: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis. Niterói: EDUFF, 1996.

RIELLO, G. La grande rinuncia: uomini senza moda nell'Ottocento. In: \_\_\_\_\_ (org.). *La moda*. Una storia dal medioevo a oggi. Bari: Laterza, 2013. p. 50-70.

SILVA, A. Moda e literatura: o caso da revista *A Estação*. *IARA – Revista de Moda, Cultura e Arte*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 1-22, set./dez. 2009.

SOUZA, G. *O espírito das roupas*: a moda no século dezenove. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ZAVAGLIA, C. Metodologia em ciências da linguagem: Lexicografia. In: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. S. *Ciências da Linguagem*: o fazer científico. São Paulo: Mercado de Letras, 2012. v. 1, p. 231-264.

Recebido em: 24 de setembro de 2018

Aprovado em: 9 de janeiro de 2019

Aléxia Teles Duchowny  
Anna Palma  
Larissa Santos Ciríaco  
Laureny Aparecida Lourenço da Silva  
Maria Juliana Gambogi Teixeira  
ORGANIZADORAS



Faculdade de Letras  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

